

# INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA:

a construção de uma  
necessidade “universal”  
para a escolarização da infância  
(1860-1890)



**ANA PAULA DE SOUZA KINCHECKI**

Orientadora: Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**ANA PAULA DE SOUZA KINCHESKI**

**INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA NECESSIDADE "UNIVERSAL" PARA A  
ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA (1860-1890)**

**FLORIANÓPOLIS  
2022**

ANA PAULA DE SOUZA KINCHESKI

**INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA:  
A CONSTRUÇÃO DE UMA NECESSIDADE "UNIVERSAL" PARA A  
ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA (1860-1890)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva.

**FLORIANÓPOLIS**

**2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Kinchescki, Ana Paula de Souza  
INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA: a  
construção de uma necessidade "universal" para a escolarização da  
infância (1860-1890) / Ana Paula de Souza Kinchescki. -- 2022.  
194 p.

Orientadora: Vera Lucia Gaspar da Silva  
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

1. Instrumentos e acessórios de escrita. 2. Cultura Material  
Escolar. 3. Objetos da Escola. 4. Circulação de ideias pedagógicas.  
5. Escolarização da infância. I. Gaspar da Silva, Vera Lucia. II.  
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III. Título.

**ANA PAULA DE SOUZA KINCHESCKI**


**INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA:**

a construção de uma necessidade "universal" para a escolarização da infância (1860-1890)

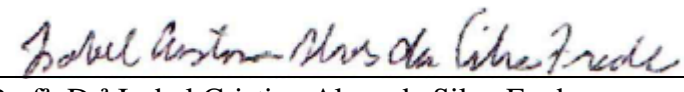
*Tese julgada adequada para obtenção do Título de doutora em Educação junto ao Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.*


Florianópolis, 10 de junho de 2022.


**Banca Examinadora:**

Presidenta:   
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lucia Gaspar da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:   
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Teresinha Peres  
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Membro:   
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Isabel Cristina Alves da Silva Frade  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Membro:   
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito  
Universidade de Valladolid – Uva

Membro:   
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cesar Augusto Castro  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

*Dedico esta tese à minha avó,  
Professora Zurita Kretzer de Souza.*

## AGRADECIMENTOS

“Tanto pra se revelar  
Tanto de mim em você  
Tantas formas de recomeçar  
Ao te ver nascer”  
(Vinícius Castro)

Embalada pela poesia musicada de Vinicius Castro, rememoro os percursos até chegar ao “nascimento” da última versão desta tese, entregue para leitura e apreciação da Banca Avaliadora, a qual abre caminhos para novos começos. A construção deste trabalho traz muito de mim, mas não apenas, pois tem a participação de várias pessoas, em diferentes frentes, como grupos de estudos e debates teóricos, que permitiram aprofundar as reflexões aqui desenvolvidas; compartilhamento de documentos e referências; assim como conversas, passeios e risadas que tornaram o trajeto ainda mais bonito, aliviando momentos não tão tranquilos.

Começo agradecendo ao meu grande parceiro na vida e nos estudos, Gustavo, por estar sempre ao meu lado, me apoiar e contribuir com a elaboração deste trabalho. Obrigada também pela confecção da capa desta tese e da edição da página inicial de cada capítulo. À minha filha, Elisa, que enquanto escrevo esta tese, está se desenvolvendo em meu ventre e com quem já aprendi tanto, mesmo antes de nascer.

Aos meus pais, Luiz Carlos e Denise, por me incentivarem sempre a estudar e por proporcionarem tudo ao seu alcance para minha educação. Ao meu irmão, Israel, pela amizade e amor de sempre. Helder, Lúcia, Guilherme, Amy e Giselli, obrigada por todo o carinho. Luciana, por seu afeto e pela revisão atenta de meu trabalho.

Um agradecimento especial à Professora Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva que, desde o ano de 2009, acolheu-me em seu grupo de pesquisa e possibilitou experiências inesquecíveis por meio das atividades desenvolvidas sob sua orientação. Considero que ter vivenciado a Graduação em Pedagogia e o Mestrado em Educação com seus incentivos, financiada com Bolsas de Iniciação Científica e de Mestrado de fundações como FAPESC e CAPES, fez muita diferença em minha formação, por isso, sou muito grata e permaneço na constante luta em defesa da valorização da educação pública, gratuita e de qualidade. Obrigada, professora, por sua dedicação todo esse período e pela competente orientação de meu trabalho de Doutorado, atenta a cada detalhe.

Minha gratidão também aos demais professores da FAED/UDESC, que se empenham para formar seres humanos e profissionais de qualidade. Aos técnicos desta instituição, que

fizeram/fazem parte desse processo. Em especial, Scharlene Clasen, secretária do PPGE/UEDESC, sempre solícita e atenciosa.

Colegas do curso de Doutorado e integrantes do Grupo “Objetos da Escola”, meu muito obrigada, pela parceria constituída: Gustavo Rugoni de Sousa, Luiza Pinheiro Ferber, Dilce Schüeroff, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Gislene Prim e Roberta Fantin Schnell (que também considero do grupo), as trocas com vocês foram fundamentais. Bruna Brito Soares, obrigada por sua amizade e por revisar as traduções de documentos em francês.

Sou grata aos Professores Dr. Agustín Escolano Benito, Dr. Cesar Augusto Castro, Dra. Eliane Teresinha Peres, Dra. Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Dra. Gisela Eggert Steindel e Dra. Maria Teresa Santos Cunha, por aceitarem participar da banca de avaliação deste trabalho, pelas leituras atenciosas e suas generosas contribuições, com importantes provocações, indicações de referências e, inclusive, compartilhamento de fontes preciosas.

Obrigada também às estudantes do curso de Pedagogia da FAED/UEDESC, pelas redes de saberes constituídas nos últimos anos, as quais me fizeram lançar novos olhares para a Educação e para meu objeto de estudo.

Agradeço ainda às amigas e amigos, com quem já vivi tantas aventuras e experiências lindas. Aqueles que, mesmo distantes fisicamente neste contexto desafiador de Pandemia mundial, sempre se fizeram presentes, com demonstrações de carinho e afeto.

Por último, mas de forma muito especial, um agradecimento aos meus avós Zurita Kretzer de Souza, Adelino Fermino de Souza, Áurea Vieira Kinchescki e José Kinchescki, que permanecem em meu coração e minhas lembranças. Vó Zurita, em particular, por me inspirar com suas memórias docentes a ser sempre uma professora dedicada, estudiosa e apaixonada pela Educação e pela pesquisa.



## RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar discursos e argumentos associados à construção de necessidades “universais” para a escolarização da infância, com ênfase na sua composição material e destaque para os instrumentos de escrita projetados para serem utilizados por professores e alunos e acessórios desenvolvidos para possibilitar/aprimorar a execução de suas funções como, por exemplo, penas, tintas, porta-penas, entre outros. Para tanto, foram analisados documentos produzidos em países como Brasil, França, Espanha e Portugal entre os anos de 1860 e 1890, período considerado na literatura da área como momento crucial para constituição e difusão de um modelo de escola em países do ocidente, com um forte impulso em torno da institucionalização da educação escolarizada, acompanhado pela defesa de sua modernização a partir de aparatos materiais adequados a esses projetos. Utilizando como categoria principal de análises a noção de cultura material escolar, entende-se que investir em pesquisas sobre esses artefatos permite explorar aspectos relacionados a interesses comerciais que vão se constituindo e tornando a instituição e seus sujeitos importantes mercados consumidores. Como fontes, foram consultados documentos classificados em três categorias: (i) *produzidos por autoridades públicas e do ensino*, contemplando Relatórios de Edições de Exposições Universais, Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina, Relatórios da Instrução Pública de Santa Catarina e solicitações de materiais, realizadas por professores catarinenses; (ii) *de prescrição*, que compreendem dicionários e manuais pedagógicos e (iii) *de publicidade*, que abrangem jornais que circularam no Brasil e, particularmente, no estado de Santa Catarina, catálogos comerciais e páginas de manuais e impressos, destinadas à publicidade de artefatos escolares. Os estudos realizados permitiram reforçar a compreensão de que o período oitocentista comportou a organização de estratégias para a institucionalização da educação primária por parte do Estado, assim como a criação de aparatos burocráticos em torno do provimento material escolar. Identificou-se a força das Exposições Universais, dicionários, manuais pedagógicos e catálogos como instâncias de circulação de discursos que propagavam ideias que dialogavam com iniciativas resultantes do interesse industrial em “equipar” a escola com os “mais modernos” aparatos. Nesse quadro, os instrumentos e acessórios de escrita passam a ocupar um lugar central no imaginário em torno da qualidade da educação. Desse modo, defende-se nesta tese que esses artefatos são atravessados por dimensões simbólicas, pedagógicas e materiais e que sua presença ou ausência nas instituições escolares vincula-se ao fortalecimento de discursos sobre sua necessidade “universal” para a escolarização da infância na segunda metade do século XIX. Percebeu-se que, ao longo das décadas pesquisadas, a indústria, com base em discursos veiculados nesses espaços, avançou na produção de tais objetos no tocante ao conforto, praticidade e economia. Contudo, o cruzamento das fontes permitiu observar que, apesar da criação de uma necessidade “universal” em torno de instrumentos e acessórios de escrita, há diversos elementos que indicam uma tensão entre a retórica que edifica um projeto de escolarização e sua materialização.

**Palavras-chave:** Instrumentos e acessórios de escrita. Cultura Material Escolar. Objetos da Escola. Circulação de ideias pedagógicas. Escolarização da Infância.

## ABSTRACT

The present thesis aims to analyze the discourse and reasoning behind the establishment of a “universal” need for childhood schooling. It focuses on the material composition and highlights the writing instruments designed to be used by teachers and students and the accessories developed to enable/improve the execution of their tasks, such as but not limited to, quills, ink, and quill holders. Therefore, we analyzed documents produced in countries like Brazil, France, Spain, and Portugal between the years 1860 and 1890, a period considered by the literature of the field as a crucial moment for the establishment and dissemination of the school model in western countries, characterized by a strong push towards the institutionalization of schooled education, along with the defense of its modernization, contingent on the use of appropriate material apparatuses for these projects. Considering the notion of material culture in schools as the main category of analysis, it’s conceivable that investing in research on these objects enables the exploration of aspects related to the commercial interests that constitute and shape the institution and its important actors into consumer markets. The researched source documents were classified into three categories: (i) *those produced by public and education authorities*, contemplating Reports from Editions of Universal Exhibitions and Official Letters Issued by the Board of Public Education, Public Education Reports, and requests for supplies from educators from the state of Santa Catarina; (ii) *prescriptive tools*, which include dictionaries and pedagogical guidelines and (iii) *advertisements*, comprising the newspapers that circulated in Brazil, particularly in the state of Santa Catarina, commercial catalogs, pages from manuals, and printed materials intended for the advertisement of school objects. The studies performed support the understanding that the 19th century period comprehended the organization of strategies that led to the institutionalization of primary education by the government, as well as the creation of a bureaucratic apparatus around the provision of school supplies. The strength of the Universal Exhibitions, dictionaries, pedagogical guidelines, and catalogs were identified as instances in the circulation of discourses propagating ideas that spoke to the initiatives which resulted from the industrial interest in “equipping” schools with “state of the art” apparatuses. In this scenario, writing tools and accessories took a central role in the imagery around the quality of education. Therefore, this thesis argues that these objects are permeated by symbolic, pedagogical, and material dimensions and that their presence or absence in school institutions is linked to the strengthening of the discourses about their “universal” needs for childhood schooling in the second half of the 19th century. Across the decades that were researched, it’s noticeable that the industry, based on the arguments conveyed in these spaces, advanced in the production of these objects in terms of comfort, convenience, and cost savings. However, the cross-checking of sources revealed that, despite the creation of a “universal” need around writing tools and accessories, there are many elements that point to the existence of tension between the rhetoric upon which a schooling project is built and its materialization.

**Keywords:** Writing instruments and accessories. Material Culture in Schools. School Objects. Circulation of pedagogical ideas. Childhood Schooling.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

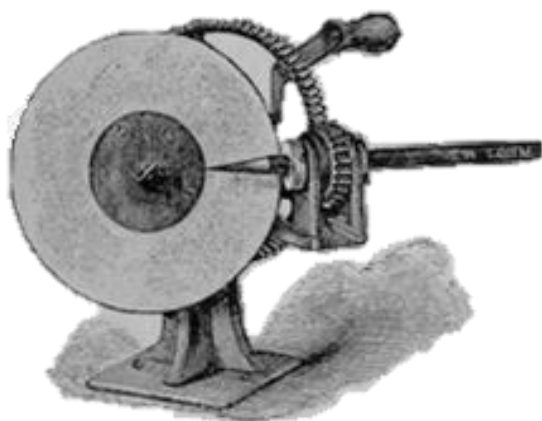
Figura 1 - Ilustração da entrada das Classes 89 e 90: Exposição Universal de Paris, 1867 .....	57
Figura 2 - Carteira escolar Kunze com cavidade para tinteiro .....	67
Figura 3 - Anúncio de penas de aço no Diário de Belém (1869) .....	79
Figura 4 - Anúncio das penas Humboldt no Almanak Lammert, RJ (1892).....	80
Figura 5 - Vitrine com objetos de uso escolar. Museu Pedagógico José Pedro Varela.....	83
Figura 6 - Quadro demonstrativo das escolas catarinenses que receberam livros e objetos de escrita no ano de 1885 .....	89
Figura 7 - Material de escrita solicitado para escola masculina, em Laguna .....	90
Figura 8 - Exemplares de tinteiros no manual de Sanjuán e Cusi .....	113
Figura 9 - Utensílios para método Clerget.....	114
Figura 10 - Modelo de Banco-Mesa ou Classe.....	118
Figura 11 - Anúncio do Tesouro do Estado.....	126
Figura 12 - Propostas para fornecimento de objetos .....	126
Figura 13 - Primeira página do catálogo de Ch. Delagrave (1881).....	143
Figura 14 - Exemplares variados, para distintas funções (1881).....	145
Figura 15 – Anúncio da Fábrica Blanzky Poure (1887).....	148
Figura 16 – Caixa de penas metálicas Blanzky Poure com premiações anunciadas.....	149
Figura 17 - Penas metálicas anunciadas no catálogo Hernando y Cia .....	152
Figura 18 - Tinteiro Sherwoods.....	158
Figura 19 - Modelos de Tinteiros e tampas .....	160
Figura 20 - Modelo de tinteiro patenteado por Andrew .....	162
Figura 21 – Anel de formatura de Zurita Kretzer de Souza .....	171
Gráfico 1 - Artefatos de escrita nos catálogos analisados .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias de documentos analisados na pesquisa .....	23
Quadro 2 - Informações sobre os Relatórios de Exposições Universais que compõem a base empírica da tese .....	47
Quadro 3- Utensílios de escrita premiados na Exposição Universal de 1851 .....	72
Quadro 4 - Manuais e dicionários pedagógicos consultados.....	96
Quadro 5– Modelo de guarda-pennas em Daligault.....	107
Quadro 6 - Catálogos consultados para a construção da pesquisa para elaboração da tese ....	137
Quadro 7– Modelos de penas anunciados nos catálogos.....	151
Quadro 8– Penas anunciadas em catálogos estadunidenses .....	153
Quadro 9- Representações de tampas para tinteiros .....	164

## SUMÁRIO

<b>PERSEGUINDO RASTROS: REGISTROS INICIAIS SOBRE O TEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
FONTES E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	21
SOBRE INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA.....	30
<b>1. MODERNIDADES ANUNCIADAS: INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA EM EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS .....</b>	<b>40</b>
1.1 MATERIALIDADE ESCOLAR EM FOCO NO CIRCUITO DAS EXPOSIÇÕES .....	46
1.2 LEITURA E ESCRITA: ARTEFATOS PARA AS “PRIMEIRAS APRENDIZAGENS” .....	58
1.3 ENSINO DA ESCRITA E NOÇÃO DE MODERNIDADE PEDAGÓGICA LEGITIMADA PELAS EXPOSIÇÕES.....	63
1.4 ARTEFATOS DE ESCRITA “ENTRE LUGARES”: PRÊMIOS, ANÚNCIOS E SOLICITAÇÕES.....	69
<b>2. ARTEFATOS RECOMENDADOS: DISCURSOS ASSOCIADOS A INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA .....</b>	<b>94</b>
2.1 MANUAIS E DICIONÁRIOS EM CIRCULAÇÃO .....	99
2.1.1 Manuais em circulação.....	99
2.1.2 Dicionários em circulação .....	100
2.2 ARMAZÉNS DE IDEIAS PARA A ESCRITA: OS INSTRUMENTOS E SEUS ACESSÓRIOS.....	103
2.3 ACESSÓRIOS DE ESCRITA E CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS À VIDA INFANTIL .....	116
<b>3. DISCURSOS PUBLICITÁRIOS: INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA EM CATÁLOGOS COMERCIAIS .....</b>	<b>134</b>
3.1 INSTRUMENTOS DE ESCRITA .....	140
3.2 ACESSÓRIOS PARA ESCRITA .....	154
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>178</b>



***PERSEGUINDO RASTROS:***  
*registros iniciais sobre o tema de pesquisa*



## PERSEGUINDO RASTROS: REGISTROS INICIAIS SOBRE O TEMA DE PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa de doutorado – cujos resultados e reflexões estão sistematizados no texto aqui apresentado – pauta-se no entendimento de que a composição material escolar e suas tramas – que envolvem desde concepções pedagógicas a enfoques comerciais – permitem o reconhecimento de indicativos que podem auxiliar na construção de compreensões em torno da difusão de projetos pensados para as instituições escolares e suas práticas. No decorrer da pesquisa, foi analisado um conjunto de documentos que permitiu identificar discursos e argumentos que contribuíram para observar, no decorrer da segunda metade do século XIX, a construção de necessidades “universais”<sup>1</sup> para a escolarização da infância, com ênfase na sua composição material e destaque para os instrumentos e acessórios de escrita. Como um exemplo de documento que auxiliou na construção deste conceito, pode-se citar o relatório escrito por Saint-Edme (1862). As palavras do relator permitem pensar sobre necessidades que os seres humanos possuem: algumas primárias, como comer e beber e outras, também entendidas como urgentes, tais quais a de se vestir e calçar sapatos, por exemplo. Além destas, o autor indica a construção de outras demandas, as quais demonstram o poder do pensamento humano e da ciência, como a de construir recursos e objetos para o ensino das crianças. A produção dos referidos artefatos, possível apenas a partir do trabalho físico e intelectual, de certa forma vai se constituindo como uma das necessidades “universais” para o desenvolvimento da escolarização e das nações. Dessa maneira, por trazerem consigo indícios que auxiliam a compreender interpretações elaboradas em torno da escola e da escolarização e por ajudarem a explicar essa instituição como uma invenção (ESCOLANO BENITO, 2018), reconhece-se a relevância de investigações em torno de objetos anunciados como elementos que sustentariam a atuação de docentes e discentes da escola primária e suas relações com a construção de uma cultura (material) escolar.

Submetidos a “jogos de luz e sombra”<sup>2</sup>, os quais podem alterar sentidos e significados que são construídos com e sobre eles, os artefatos escolares, em sua presença ou ausência, participam da formação de compreensões sobre a escola. Dessa forma, conforme alerta Agustín Escolano Benito, analisar os objetos em seus diferentes tempos e espaços de criação e recepção, assim como as transformações que vão sofrendo a partir de seus usos, é um processo complexo,

---

<sup>1</sup> Reconhece-se a relevância e força dos documentos analisados; contudo, é importante ressaltar que as fontes permitem observar discursos e argumentos que circularam e sofreram adaptações em países do ocidente. Portanto, por compreender que não é possível abarcar a totalidade das experiências desenvolvidas no mundo, optou-se pelo recurso das aspas ao utilizar o termo *universais*.

<sup>2</sup> Termo utilizado por Agustín Escolano Benito (2018).

que envolve múltiplos olhares e aproximações, tendo em vista que eles “[...] não são autônomos e atemporais, mas, sim, produções culturais que falam de nossas tradições e de nossos modos de pensar e de sentir, e também de nossa memória individual e coletiva” (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 114).

Investigar a cultura das práticas a partir das materialidades ou dos registros que sobre elas permanecem tem sido, segundo Escolano Benito (2021), o caminho da nova hermenêutica, por serem elementos que compõem a linguagem de uma cultura. Este trabalho compartilha da compreensão do autor, para quem a observação e reflexão sobre os objetos nos permite “[...] encontrar el sentido y los significados de la cultura que implementaron en el nivel de los hechos” (ESCOLANO BENINO, 2021, p. 11)<sup>3</sup>, já que as perspectivas que temos de mundo estão vinculadas a representações nas quais os artefatos se fazem presentes.

Cabe ressaltar que o contato com as pesquisas do autor e o meu interesse em realizar uma investigação que levasse em conta a materialidade escolar não ocorreu de forma aleatória. Os caminhos percorridos até o momento e as experiências como integrante do grupo de pesquisa “Objetos da Escola”<sup>4</sup> relacionam-se diretamente às decisões que foram se delineando. O primeiro contato que tive com o fazer científico ocorreu no ano de 2009, no segundo semestre do curso de Pedagogia, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Diante do entusiasmo manifestado a partir das leituras realizadas para as aulas da disciplina de História da Educação, fui incentivada pela Professora Doutora Vera Lucia Gaspar da Silva a participar, como bolsista de iniciação científica voluntária, em um projeto de pesquisa por ela coordenado<sup>5</sup>. A partir dessa experiência, no decorrer da graduação, estive envolvida em outros projetos de pesquisa<sup>6</sup> e grupos de estudos organizados pela equipe, nos quais tive contato com autores e textos que versam sobre a noção de cultura material escolar e que discorrem sobre diferentes

---

<sup>3</sup> Fez-se a escolha por não realizar a tradução das citações em espanhol, levando em consideração a proximidade com a língua portuguesa. No decorrer do trabalho, citações em francês e inglês serão traduzidas, com a versão original em nota de rodapé para consulta do leitor.

<sup>4</sup> Destaca-se que, desde 2004, os integrantes do referido grupo se dedicam a investigar questões relativas à cultura material escolar e suas implicações, tendo produzido, ao longo destes anos, trabalhos que envolvem o estudo sobre museus escolares, caixas escolares, mobiliário, anúncios de objetos em jornais, cinematógrafo, manuais pedagógicos e artefatos neles recomendados para diferentes funções nas instituições educativas, entre outros. Observa-se nos trabalhos realizados um esforço em, assim como em outras pesquisas que fazem uso dessa noção, mais do que sinalizar que objetos são esses, discutir acerca de suas relações com a construção da escolarização, particularmente aquela dedicada a infância.

<sup>5</sup> A pesquisa *Objetos da Escola: Cultura Material da Escola Graduada (1870-1950)*, coordenada pela Professora Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva, foi desenvolvida de forma articulada ao projeto de âmbito Nacional *Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: Investigações Comparadas sobre a Escola Graduada (1870-1950)*, sob a coordenação da Professora Dra. Rosa Fátima de Souza.

<sup>6</sup> Como bolsista FAPESC/CAPES participei do projeto *Objetos da Escola: Quando novos personagens entram em cena*, bem como *Objetos da Escola: Cultura Material da Escola Graduada (1870-1950) (2ª edição)*, ambos coordenados pela Professora Vera Lucia Gaspar da Silva e vinculados ao projeto nacional anteriormente mencionado.



temáticas, como, por exemplo, exposições universais, prédios escolares, mobiliário escolar, lições de coisas, infância, museus e uniformes escolares.

Após o término da graduação, ingressei no Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. Para obter o grau de Mestre em Educação, produzi uma dissertação<sup>7</sup> cujo objetivo geral foi o de compreender a construção de ideias sobre o que é “ser aluno” a partir de representações de professores já aposentados e que exerceram sua profissão no ensino público primário catarinense. Neste trabalho, os objetos da escola, apesar de não serem foco principal de análises, também foram elementos apreciados por estarem relacionados às representações docentes acerca dos fazeres escolares. Identificou-se, no percurso da pesquisa, que a materialidade é considerada, nos discursos docentes, como um dos fatores responsáveis para uma “justa” disputa pela conquista de bons resultados. Atentar para a complexidade das relações educativas, bem como dos artefatos que são prescritos para compor os espaços escolares, foi um aprendizado intensificado no período do mestrado e que foi levado em conta para a definição da temática desta tese, a qual se inscreve, ainda, como uma das ações dos Projetos de Pesquisa “Objetos para Consumo da Escola: o que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar” (UDESC/CNPq/FAPESC) e “Objetos da Escola: por uma história material da experiência escolar (1880-1920)” (UDESC/CNPq/FAPESC).

Conforme mencionado, produções que fazem uso da noção de cultura material escolar como chave de análise<sup>8</sup> têm contribuído para a construção do entendimento de que a materialidade (em sua presença ou ausência) produz efeitos nas formas de pensar e de agir dos seres humanos. Nas relações estabelecidas com os objetos (e por meio deles), diferentes sujeitos constroem formas de interpretar e estar no mundo. Dessa forma, reconhece-se a existência de um expressivo número de objetos que merecem atenção dos pesquisadores e que vêm sendo alvo de investimentos em pesquisa, dentre os quais pode-se elencar a arquitetura escolar, a mobília, materiais visuais, sonoros e táteis, utensílios e suportes de escrita, livros, manuais e revistas.

---

<sup>7</sup> Trabalho intitulado *É preciso fazer por merecer: representações docentes sobre o ‘ser aluno’ (Santa Catarina, 1940-1970)* (KINCHESCKI, 2015). Disponível em: <<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006a/00006ab9.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

<sup>8</sup> Como, por exemplo, as publicadas nos livros *Objetos da Escola: Espaços e Lugares de Constituição de uma Cultura Material Escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX)*, organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry (2012); *Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*, organizado por Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Souza e César Augusto Castro (2018); *A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede*, organizado por Andréa Bezerra Cordeiro, Gecia Aline Garcia, Ana Paula de Souza Kinchescki e Júlia Naomi Kanazawa (2021) e em dossiês temáticos como o publicado pela Revista Educação e Emancipação (2020), intitulado *Produção e Circulação de Mobiliário Escolar* ou o da Educar em Revista (2019), *Cultura Material em História(s): artefatos escolares e saberes*.

Diante dessa gama de artefatos, selecionou-se como foco de pesquisa os *instrumentos de escrita e acessórios* a eles associados. Essa escolha levou em consideração que estes são objetos que conquistaram seu espaço na escola e permaneceram<sup>9</sup> no cotidiano educativo contemporâneo como ferramentas essenciais, isto é, “o mínimo necessário” para que as aulas pudessem acontecer.

Vale lembrar que os artefatos de escrita, apesar de fazerem parte do cotidiano de muitas pessoas – independentemente de terem ou não frequentado a escola – carregam consigo um conjunto de tecnologias e saberes que nem sempre são conhecidos ou explorados. Desde que a escola assume para si a tarefa de ensinar a escrever, tais artefatos paulatinamente passam a se constituir como objetos singulares que são requisitados para compor esse cenário, sendo construídos artesanal ou industrialmente a partir de variadas tecnologias e interesses. Mas, que motivos e argumentos sustentam a inserção de determinados instrumentos de escrita em instituições educativas? Qual o lugar ocupado por esses artefatos em projetos de escolarização que circularam em países do ocidente na segunda metade do século XIX?

Esses objetos não podem ser entendidos como se estivessem naturalmente presentes nos espaços educativos, pois, pelo contrário, foram incorporados ao cotidiano escolar e sofreram alterações que envolvem seus materiais de confecção, formatos, bem como sentidos e significados a eles atribuídos, questões para as quais procurei estar atenta no decorrer deste trabalho. Por essa razão, o **objetivo geral** desta tese é *analisar discursos e argumentos associados à construção de necessidades “universais” para a escolarização da infância, com ênfase na sua composição material e destaque para os instrumentos e acessórios de escrita, os quais circularam em países do ocidente entre as décadas de 1860 e 1890*. Para tanto, entende-se como ações necessárias os seguintes **objetivos específicos**: a) *colaborar com a construção de entendimentos sobre o(s) lugar(es) ocupado(s) por esses artefatos em projetos de escolarização anunciados em impressos escolares, jornais e ofícios da instrução pública*; b) *identificar como instrumentos e acessórios de escrita aparecem referenciados em documentos que portam memórias sobre as Exposições Universais, observando sua recorrência diante de outros artefatos produzidos para serem usados em escolas, e, por fim, c) mapear a presença/ausência de artefatos de escrita em catálogos comerciais e de materiais de ensino, identificando discursos que circulam e acompanham a produção e a construção da necessidade desses objetos na escola*.

---

<sup>9</sup> Entende-se que apesar de alterações em materiais e tecnologias, assim como da inserção de artefatos que, em tese, os substituiriam, como os tablets ou computadores, os instrumentos e acessórios para o exercício da escrita continuam presentes nas escolas e nas listas de materiais obrigatórios das crianças.

Conforme mencionado anteriormente, as investigações vinculadas à pesquisa que deu origem a presente tese circunscrevem-se entre as décadas de 1860 e 1890 por compreender este como um momento crucial no que diz respeito à constituição e difusão de um modelo de escola por meio de impressos – pedagógicos ou não – e também como efeito da circulação de ideias e de educadores em eventos internacionais como as Exposições Universais<sup>10</sup>, os quais contribuíram significativamente para o comércio de materiais de ensino e o trânsito de representações sobre diferentes aspectos da escolarização. Para além destas questões, a delimitação temporal está articulada aos investimentos do grupo de pesquisa que integro<sup>11</sup>, que busca compreender a difusão, constituição e composição material da escolarização primária neste intervalo de tempo.

A busca por documentos deste período também está relacionada ao entendimento de que o século XIX é um período em que a escola passa a ocupar um lugar central na difusão de modelos adequados de escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2012). Este movimento, segundo as autoras, estaria ligado às regulamentações da vida social e escolar e à legitimação de formas específicas de escrever por meio de exercícios de caligrafia<sup>12</sup>, os quais exigiriam esforço e repetição para alcançar uma posição de prestígio e distinção.

O aprendizado da escrita, segundo Eduardo Arriada e Elomar Tambara (2012), estava, nesse período, atrelado à necessidade de formação de um novo sujeito que, com as mudanças socioeconômicas provenientes do processo de industrialização, deveria estar preparado para exigências de produtividade. Para dar conta desses anseios, portanto, seria necessário pautar o processo de ensino da escrita escolar em perspectivas científicas e normativas específicas, direcionadas tanto para os movimentos necessários de serem executados pelos estudantes e professores, quanto aos instrumentos e suportes escolhidos e utilizados.

---

<sup>10</sup> Os estudos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1997) auxiliam na percepção do caráter universal das Exposições; a autora destaca uma variedade de categorias de itens expostos e a participação de um número elevado de nações. Considerados por ela como “espetáculos da modernidade” esses eventos, por meio de propagandas da indústria que se constituía, veiculavam valores e ideias segundo desejos de uma classe burguesa em ascensão. Para a pesquisadora as Exposições eram espaços em que se buscava seduzir os trabalhadores, indicando-os como os principais responsáveis pelo progresso e mascarando as condições reais de acumulação e dominação da burguesia, um instrumento de sedução social (PESAVENTO, 1997).

<sup>11</sup> Neste momento o grupo está agregado aos Projetos de Pesquisa “*Objetos para Consumo da Escola: O que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar*” (CNPq/CAPES/UDESC/FAPESC) e “*Objetos da Escola: Por uma história material da experiência escolar (1880-1920)*” (UDESC/CNPq/FAPESC), ambos coordenados pela Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva.

<sup>12</sup> Aos interessados no estudo da temática da caligrafia, entre outros trabalhos, chama-se atenção aqui para as produções de Diana Gonçalves Vidal (1998), intitulada *Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30*; o livro organizado por Glaucia Maria Costa Trinchão (2012), denominado *Do Desenho das Belas Letras à Livre Expressão no Desenho da Escrita* e a dissertação de Rosa Maria Souza Braga (2008), intitulada *Caligrafia em pauta: a legitimação de Orminda Marques no campo educacional*.

O artigo escrito por Caroline Braga Michel e Eliane Peres (2019, p. 8), ao tratar da investigação sobre fornecimento de materiais escolares para escolas públicas do Rio Grande do Sul, destaca os anos finais do século XIX e começo do século XX como um momento em que a institucionalização da escola pública primária e o aumento das matrículas foram importantes para a “[...] a criação e o fortalecimento de um mercado editorial e didático-pedagógico, uma vez que esses fatores impulsionaram os discursos e as práticas voltadas para o uso de uma variedade de materiais pedagógicos, relacionados às modernas concepções de ensino da época, caracterizando uma verdadeira indústria escolar”. Conforme as autoras, os movimentos relativos ao provimento material, nesse período, estiveram vinculados ao desejo de modernizar a escola e suas práticas.

Pensando nessa perspectiva, a composição dos objetivos desta tese, anteriormente anunciados, levou em conta que investir em pesquisas sobre esses artefatos permite explorar aspectos relacionados a interesses comerciais que vão se constituindo e tornando a instituição escolar e seus sujeitos grandes mercados consumidores. Além disso, entende-se que esse movimento permite entrar em contato e refletir acerca de discursos e argumentos pedagógicos que são construídos e aparecem em disputa nos percursos da história da educação e da construção dessas relações entre indústria e Estado. Conforme Martin Lawn (2018, p. 343), pela

[...] maneira como damos sentidos aos objetos, como eles são utilizados e como esses objetos estão interligados por meio de redes ativas heterogêneas, nas quais pessoas, objetos e rotinas estão intimamente conectados, podemos criar um rico relato histórico de como as escolas funcionam.

Ainda, nesse texto, Martin Lawn (2018) chama atenção para o fato de que objetos são idealizados para fazerem parte das rotinas escolares e que o valor de um objeto se vincula ao uso que se faz ou não dele nos cotidianos de docentes e discentes e ao discurso que se produz sobre ele. Percebe-se, portanto, a potência de se identificar significações que se constroem ao longo das décadas aqui investigadas, e que são vinculadas aos objetos de escrita em prescrições presentes em impressos escolares, em documentos produzidos por autoridades públicas do ensino e em publicidades.

Por essa razão, e por compreender que as práticas discursivas se vinculam e participam da formação de compreensões sobre a escola e os processos de institucionalização deste espaço, entendeu-se como necessária uma investigação sobre os argumentos e discursos que aparecem articulados à criação da necessidade da presença de instrumentos e acessórios de escrita nas escolas no período mencionado. Para as professoras Eliane Peres e Gizele de Souza (2011, p. 45), os discursos pedagógicos são um lugar de poder, tendo em vista que “[...] envolvem

disputas entre as diferentes formas de ordenação, de explicação, de hierarquização e de classificação do mundo escolar". Nesse sentido, eles "[...] instituem e organizam o universo escolar, determinando ações, comportamentos, relações, posições (*lugares epistemológicos*)" (PERES; SOUZA, 2011, p. 46), o que permite, portanto, perceber relações de poder que perpassam a organização e o cotidiano da escola primária.

## FONTES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Ao explorar memórias em torno da educação e a elas lançar um olhar científico e problematizador, busca-se caminhar na direção de formular explicações aos questionamentos apontados na construção da problemática desta pesquisa. Para isso, entende-se que é necessário o estudo de diferentes documentos com o propósito de construir um olhar mais apurado acerca do tema. Nessa empreitada, segue-se a premissa de António Viñao Frago, para quem

Não existe um objeto que, contemplado de diversos lugares, seja sempre o mesmo. Da mesma forma, não existe um fenômeno, acontecimento ou assunto que, considerado de perspectivas diferentes, não mostre aspectos antes não-visíveis, mas não apreciados. Tudo depende, pois, da posição que adota aquele que olha. O lugar de onde se olha condiciona não somente o que se vê, mas também como se vê e o que se vê (FRAGO, 2008, p. 15).

Como afirma o autor, o *lugar de onde se olha* interfere naquilo que se enxerga. E, como já é sabido, a realização de uma pesquisa científica pressupõe definições e movimentos que dependem, em grande parte, do encontro atento do pesquisador com suas fontes, do confronto entre distintas perspectivas e possibilidades diante de seu objeto de estudo e da leitura de trabalhos consistentes que possam subsidiar sua proposta. Portanto, para a produção desta tese, buscou-se realizar esse movimento, no intuito de tentar encontrar os melhores trajetos, aqueles que permitissem a análise e a construção de compreensões a partir dos dados localizados nos diferentes documentos consultados. Levando essas questões em consideração e visando os objetivos geral e específicos anunciados anteriormente, percebeu-se como necessária a realização de um intercruzamento de diferentes tipos e formatos de documentos.

A escolha aqui desenvolvida foi a de analisar fontes que apresentam discursos "internacionais", entrecruzados com outros que registrariam reverberações da presença de ideias em circulação em diferentes espaços em projetos de escolarização no Brasil. Esta investigação, portanto, realizou buscas por documentos que colaborassem para aprofundar as análises sobre a difusão de ideias, modelos educacionais e suas variadas apropriações. Para

tanto, as pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina<sup>13</sup> e na Hemeroteca Digital Catarinense<sup>14</sup> foram importantes, no sentido que permitiram acesso a um conjunto de informações acerca da institucionalização da instrução pública na província catarinense que, por sua vez, guardam relações com o contexto nacional, sobre o qual fez-se buscas na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional<sup>15</sup>.

A mobilização de um grande conjunto de dados e documentos se, por um lado, exige um esforço de sistematização no que se refere aos procedimentos metodológicos, por outro, permite formular questionamentos e construir uma narrativa histórica pautada fortemente nos indícios e vestígios localizados. Dessa forma, a metodologia adotada em pesquisa anteriormente realizada<sup>16</sup> serviu de aprendizado para este trabalho, no qual, na esteira de Eliane Peres e Gizele de Souza (2011, p. 52), entende-se que “Não há *verdades* nos documentos, não há *histórias reais*, há representações das vivências, das experiências, dos acontecimentos sociais e culturais. [...] a *produção*, a organização e a seleção das fontes são processos adversos a esquemas prévios e abstrações.”, o que exige “[...] um trabalho de confronto no interior de cada documento, dos diferentes documentos entre si, das fontes com as teorias e conceitos”.

Nessa direção, organizou-se o movimento de pesquisa em três categorias principais de documentos, conforme representado no Quadro 1. Contudo, como alerta Isabel Cristina Alves Frade (2010, p. 251), ao realizar a análise das fontes, foi necessário atentar para a complexidade que as constitui, tendo em vista que “[...] a presença de um discurso pode representar apenas um ideário não concretizado”. Assim, a solicitação de artefatos, por exemplo, não pressupõe automaticamente a compra e fornecimento destes, o que motivou a busca, também, de

---

<sup>13</sup> No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foram consultados Relatórios de Governo e Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública, entre os anos de 1855 a 1904.

<sup>14</sup> Por meio da Hemeroteca Digital Catarinense foram consultados exemplares de periódicos que circularam em Santa Catarina entre 1858 e 1907, tais quais: *Abolicionista: Órgão Litterario e Noticioso dos Thyppographos da Regeneração*; *O AÇO: Periódico Critico, Litterario e Noticioso*; *Almanach Catarinense Para 1896*; *A ACTUALIDADE: Orgam Popular*; *O AERONAVE: Critico e Noticioso*; *AGUILHADA: Hebdomadario Científico e Critico*; *O Alpha*; *O Alphabeto*; *O ALBOR: Órgão Pueril, Litterario e Noticioso*; *O APRENDIZ: Periódico Litterário de Recreativo*; *O ARARA: Periódico Critico e Noticioso*; *O ARAUTO: Noticioso e Litterario*; *ARGO: Órgão Litterario, Humorístico e Cientifico*; *O ARGONAUTA: Folha Popular Independente*; *O Artista*; *BABITONGA: Orgam Imparcial Litterario e Noticioso*; *BALÃO CORREIO: Propriedade de uma Associação*; *O BEIJA-FLOR: Jornal Noticioso e Recreativo*; *O BINÓCULO: Periódico Humorístico e Noticioso*; *O BRASIL: Orgam Critico, Litterario e Noticioso*; *O CACIQUE: Jornal Noticioso e Recreativo*; *O CAIXEIRO: Orgão da Classe Caixeiral*; *O Campeão*; *CLARIM: Orgam de Interesses da Provincia. Literrario e Noticioso*; *O COIÓ: Orgam Critico, Litterario e Noticioso*; *A COISA: Orgam Noticioso, Literário e Critico*; *COLIBRI: Periodico Litterario e Criativo Dedicado a Mocidade Lagunense*; *COLOMBO: Periódico Critico e Litterario*; *COMMERCIAL - Desterro*; *COMMERCIAL – Laguna*; *O Commercio*; *Commercio de Joinville*; *Jornal do Commercio*; *O Catharinense*; *CATURRA: Periódico Humorístico e Noticioso*; *O CLARIM: Orgam Popular Independente e O CRUZEIRO DO SUL: Jornal D'instrucção Pública, Litterario e Noticioso*.

<sup>15</sup> Importante ressaltar que diferentemente dos periódicos catarinenses, em que se folheou um a um, todas as páginas, na Hemeroteca Digital as consultas foram feitas por meio de palavras-chave.

<sup>16</sup> Pesquisas anunciadas nas notas de rodapé números 3 e 4.

documentos de prestação de contas que atestariam o cumprimento de algumas prescrições obrigatórias. Ressalta-se, ainda, que as informações presentes nos documentos, muitas vezes, não estavam organizadas nem sistematizadas e, portanto, foi necessário um olhar atento para as interpretações e para a construção das narrativas aqui desenvolvidas.

Quadro 1- Categorias de documentos analisados na pesquisa

DOCUMENTOS	INTENCIONALIDADES COM AS LEITURAS	FONTES
<b>Produzidos por autoridades públicas e do ensino</b>	<p>Identificar como instrumentos e acessórios de escrita aparecem referenciados em documentos que portam memórias sobre as Exposições Universais, observando sua recorrência diante de outros artefatos produzidos para serem usados em escola.</p> <p>Localizar e analisar os discursos que acompanham a necessidade e a (im)possibilidade da inserção, usos e desusos dos instrumentos de escrita em instituições educativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de Edições de Exposições Universais;</li> <li>- Ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina;</li> <li>- Relatórios da Instrução Pública de Santa Catarina;</li> <li>- Solicitações de materiais feitas por professores catarinenses.</li> </ul>
<b>De prescrição</b>	<p>Analisar o(s) lugar(es) ocupados por instrumentos e acessórios de escrita em projetos de escolarização.</p> <p>Identificar discursos em defesa de práticas e objetos que deveriam ser utilizados nas escolas, assim como formas de regulação e discursos em torno da organização da instrução pública primária, particularmente no que diz respeito aos instrumentos de escrita e seus acessórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dicionários pedagógicos;</li> <li>- Manuais pedagógicos.</li> </ul>
<b>De publicidade</b>	<p>Mapear a presença/ausência de artefatos de escrita e de materiais de ensino em catálogos comerciais, identificando discursos que circulam e acompanham a produção e a construção da necessidade desses objetos na escola.</p> <p>Perceber sentidos e significados que, paulatinamente, são construídos em torno deles.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jornais que circularam no Brasil, particularmente em Santa Catarina;</li> <li>- Catálogos Comerciais;</li> <li>- Páginas de manuais pedagógicos e de impressos, destinadas à publicidade de artefatos escolares.</li> </ul>

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2022) a partir dos documentos pesquisados.

Consciente de que cada fonte exige um tratamento diferenciado, essas definições trouxeram consigo a necessidade de deixar explícitas aos leitores as alternativas e metodologias adotadas. Para Cesar Augusto Castro e Samuel Luís Velázquez Castellanos (2013, p. 181), “os documentos somente falam quando o pesquisador os toma nas mãos e os interpreta, procurando

compreender as narrativas do dito, dos silêncios, do pensado, sentido ou vivido”. Esses ensinamentos foram fundamentais e subsidiaram as buscas e análises realizadas ao longo desta pesquisa, sendo importantes também para a elaboração do Quadro 1, anteriormente apresentado. Ressalta-se, ainda, que as descrições de cada uma das fontes, contendo local de publicação/circulação e identificação dos autores, serão realizadas no decorrer dos capítulos, tendo em vista que a tese se organiza de modo que cada um deles é construído a partir da ênfase em uma das categorias de documentos.

Conforme buscou-se expressar no decorrer dos capítulos, a análise das fontes tem permitido compreender que passa a ser construída, paulatinamente, uma necessidade “universal” de inserção de materialidades específicas para a escrita nos processos de escolarização. Como já anunciavam Diana Gonçalves Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva (2013), os modismos educacionais são representativos da relação e do jogo de interesses que envolve a indústria, o Estado e a educação. Por essa razão, defende-se aqui que (re)conhecer o(s) lugar(es) ocupado(s) por estes instrumentos e seus acessórios pode colaborar não somente para identificar práticas e métodos de ensino, mas, principalmente, evidenciar outros elementos em torno da história da escolarização da infância como, por exemplo, nuances em seus processos de idealização e comercialização. Importante levar em conta que esses movimentos, que podem ser observados ganhando força desde a segunda metade do século XIX, intensificam-se com o passar dos anos.

A escola permanece com as características gerais de uma instituição de massa, que requer artefatos produzidos em série e em largas quantidades. Quanto mais se expande horizontal e verticalmente o sistema, ampliando o acesso e aumentando os anos de escolarização obrigatória, mais a instituição se oferece como um significativo mercado consumidor, sustentado pelo Estado ou pela iniciativa privada que se infiltra num nicho ordenado legalmente pela máquina estatal (VIDAL; GASPARG DA SILVA, 2013, p. 24).

Necessário salientar ainda que, assim como Daniel Roche (2000, p. 13), compreende-se que os objetos e as relações por eles criadas não devem ser reduzidos a “uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social”. Apesar de não trabalhar com a noção de *cultura material escolar*, temos nos valido das reflexões do autor pois nos ajudam a compreender que os artefatos, referenciados no título de seu livro como “coisas banais”, auxiliam na construção de entendimentos sobre questões mais amplas, dentre as quais podem-se destacar mudanças efetivadas nas culturas e costumes, significações construídas e atribuídas aos acontecimentos, técnicas de produção, estratégias dos produtores e



recepção dos consumidores, fazendo parte, portanto, de “redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais” (ROCHE, 2000, p. 13).

Nesse viés, parte-se do pressuposto de que os objetos carregam consigo uma dimensão política que envolve as escolhas realizadas, tanto no momento de sua produção, quanto nas formas de aquisição e nas práticas com e por eles desenvolvidas. Por essa razão, uma história das relações estabelecidas entre os seres humanos e os objetos precisa levar em consideração modificações ocorridas nas sociedades, assim como a percepção de elementos envolvidos nos movimentos de idealização, comercialização e usos dos artefatos. Para captar esse processo, foi importante estar atenta a diferentes temporalidades que coexistem e habitam os variados espaços e instituições, os quais também estão inseridos nos processos e movimentos de transição pelos quais a sociedade ocidental passou: de “uma civilização da raridade e da economia estacionária à do desenvolvimento e da abundância” (ROCHE, 2000, p. 17).

Acrescenta-se a compreensão de que os sentidos e significados atribuídos aos objetos atuam em diferentes dimensões, sejam elas sociais, culturais, econômicas ou educacionais e que estes nem sempre foram os mesmos. Nessa linha de pensamento, ao utilizar a noção de cultura material escolar para fazer a leitura das fontes, destaca-se não ser objetivo deste trabalho descrever todo o “percurso”<sup>17</sup> dos artefatos escolares. O movimento aqui realizado, porém, será o de, a partir de aspectos desses percursos, refletir sobre dinâmicas que abarcam mais do que seus modos de uso, mas também discursos e razões pelas quais instrumentos são pensados para o espaço escolar, assim como sua incorporação ou não ao cotidiano educativo; auxiliando a compreender diferentes elementos em torno da escolarização primária.

Como destacam Vera Lucia Gaspar da Silva, Gizele de Sousa e César Augusto Castro (2018), há uma variedade de perspectivas teóricas e metodológicas para se abordar a cultura material escolar e, diante disso, mais do que persuadir os leitores com os argumentos presentes no livro por eles organizado a partir de temas em comum, o desejo foi o de incitá-los ao debate sobre o tema. Entende-se aqui que este deve ser o principal intuito de uma tese e, portanto, tentei lançar-me ao desafio de, assim como os autores dos capítulos dessa obra, ir além “[...] da suposta e estreita dimensão instrumental da materialidade da escola” a concebendo “[...] como elemento significativo na relação pedagógica” e, além dela, refletindo sobre “[...] a apropriação social e da vida escolar numa dimensão histórica” (GASPAR DA SILVA; SOUZA; CASTRO, 2018, p. 12).

---

<sup>17</sup> Desde o momento em que seus projetos são concebidos, os trâmites em torno de sua divulgação e distribuição (ou comercialização), até chegarem ou não às escolas para serem utilizados por professores e alunos.

Para a construção dos argumentos aqui apresentados, o trabalho intitulado “Negócios combinados: modos de prover a escola pública primária (em fins do século XIX e início do XX)”, escrito por Gizele de Souza e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019) auxiliou, entre outras questões, por chamar atenção para a necessidade de levar em conta que, mesmo reconhecendo a existência de uma pluralidade de organizações e realidades escolares, existe a possibilidade de se localizar aspectos em comum, dentre os quais o importante papel dos professores na fabricação e/ou solicitação de móveis a marceneiros e as adversidades encontradas diante das exigências em relação ao provimento material. Suas pesquisas, que têm como foco Santa Catarina e Paraná<sup>18</sup>, permitem perceber “um plano de tendências” no que diz respeito ao aparelhamento material das escolas:

- professores em relação direta com autoridades governamentais na cobrança por autorização de encomenda de mobília para as escolas, assim como no repasse do pagamento por mobília já confeccionada;
- professores em relação direta com marceneiros e pequenos comerciantes, seja no empréstimo de materiais escolares, seja na aquisição de mobília e livros;
- o Estado delegando a inspetores e professores a resolução de impasses frente ao provimento material, provocando situações nas quais professores buscam parcerias com outros colegas e escolas existentes na localidade a fim de equipar, mesmo que parcialmente, as suas escolas;
- o fornecimento de determinados materiais às escolas primárias pelo Estado a despeito de demandas provenientes dos professores (SOUZA; GASPAR da SILVA, 2019, p. 42).

Elementos como esses auxiliam a pensar que o cenário da escola pública primária brasileira não estava descolado e dessincronizado de movimentos que ocorriam em outras partes do ocidente. Apesar de não haver ainda um sistema de ensino constituído na segunda metade do século XIX, no Brasil, – o que repercutia na responsabilização de cada província brasileira em traçar diretrizes e organizar as formas pelas quais o ensino se institucionalizaria –, a organização de uma estrutura para administração e criação de uma escola pública, primária e obrigatória teve que ir se aprimorando. Como Diana Gonçalves Vidal (2013) já afirmava, na introdução do livro *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*, as certezas em torno desse tema precisam ser abaladas, tendo em vista que não há um movimento evolutivo relacionado à importância da universalização do acesso à escola e do desejo de que a obrigatoriedade escolar fosse implantada.

Nesse percurso, é possível observar diferentes discursos e procedimentos em torno da criação de políticas públicas na área educacional. A circulação internacional de ideias

---

<sup>18</sup> Estados localizados na região Sul do Brasil.

educativas, que ocorreu no decorrer do século XIX, fez parte e contribuiu nesse processo. Conforme trabalhos presentes no livro “A Difusão Mundial da Escola”<sup>19</sup>, organizado por António Nóvoa e Jürgen Schriewer (2000), um modelo escolar de referência circulou e foi apropriado por diferentes nações, sofrendo adaptações locais a partir de características/exigências de cada realidade.

De acordo com Schriewer (2000), existem diversos elementos empíricos que direcionam para o entendimento de que os sistemas educacionais modernos, iniciados na Europa dos séculos XVIII e XIX, foram disseminados mundialmente a partir de preocupações e referências aos “exemplos do estrangeiro” e a “experiências do mundo”. Compreendendo a educação como um elemento central e causal da constituição dos Estados-nação, o autor destaca o papel exercido por “sociedades de referência”<sup>20</sup>, as quais são comumente utilizadas como exemplos e contribuem para a construção de argumentos políticos. Contudo, é importante ressaltar que esse movimento não ocorria de forma unilateral e muito menos passiva; os diferentes relatórios e documentos de análise educacional que circulavam internacionalmente contribuía, mas não definiam de forma direta o desenvolvimento de programas e modelos educacionais. Tal fato auxiliou nas reflexões formuladas a partir dos contextos nos quais estes seriam ou não adotados. Dessa forma, ao perceber as práticas culturais como frutos de trânsitos entre diferentes mundos, a modernidade educativa se reinventava em discursos que a associavam à inserção de novos objetos nas escolas.

Num certo sentido, referências a situações mundiais objectivam as justificações para a reforma educativa baseadas em valores. [...] Combinando então aspectos de justificação (de valores ou de ideologias), de auto-legitimação (dos estudos educacionais enquanto campo académico) e de imputação (dos fracassos das reformas), a externalização com recurso a referências mundiais fornece à reflexão reformadora em educação um extraordinário grau de dinamismo autorregulado (SCHRIEWER, 2000, p. 115).

Para tanto, as Exposições Universais tiveram um papel bastante significativo, o que justifica a necessidade de investigar questões relativas aos instrumentos e acessórios de escrita em documentos provenientes de edições desses eventos, locais que, convocados de tempos em tempos, inventores de novas tecnologias, editores de impressos pedagógicos, comissões de

---

<sup>19</sup> Obra publicada pela editora Educa e Autores, em Lisboa, no ano 2000.

<sup>20</sup> Dessa forma, o conceito de externalização é utilizado pelo autor para evidenciar a importância de se considerar as relações internas de cada país para identificar de que formas eram apropriadas ideias consideradas internacionais. Em sua perspectiva o panorama interno de cada nação contribuía para alterações e ressignificações de entendimentos que circulavam no período e, por essa razão, compreender essas questões auxilia a pensar sobre as diferentes apropriações das ideias educacionais no período analisado.

autoridades pedagógicas e estatais, entre outros públicos frequentaram para conhecer e apresentar objetos e ideias. Como destaca Agustín Escolano Benito (2018, p. 93), esses eventos internacionais “[...] abriram espaços para acolher e exibir as invenções que instrumentaram os primeiros modos de produção escolar, desenvolvidos em paralelo com as origens dos sistemas nacionais de educação” e seus registros permitem, assim, que sejam realizadas pesquisas que nos tornam mais próximos da formação de um patrimônio material da escola<sup>21</sup>.

Classificadas pelo autor como *teatros da civilização*, as Exposições Universais apresentavam o ensino ao mundo a partir de duas dimensões que envolviam, por um ângulo, a imagem que se esperava que a sociedade visualizasse da escola, por meio de textos e outras representações “[...] da realidade natural, social e técnica dos povos do mundo como conteúdo curricular da instrução” e, por outro prisma, aquilo que diz respeito à cultura interna da escola, com exposições de objetos, textos e ferramentas de trabalho docente (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 96). Para o pesquisador, por meio desses eventos clichês sobre o mundo contemporâneo e estereótipos ganhavam força, ao passo que se inventou e buscou consolidar a escola como um espaço público. Nas palavras do autor,

Nas mostras do século XIX e primeiras das décadas do XX, as tecnologias emergentes da nova escola viriam a ser um símbolo do nível de modernidade que os sistemas de educação iam alcançando nos respectivos países e até um indício do grau comparativo de progresso de cada um deles. Em outra perspectiva, tais materialidades abriam o mundo da escola aos processos de tecnificação que se estavam operando em outras ordens da vida e geravam interações entre os administradores, os criadores dos meios e as empresas que os produziam (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 99).

Em edições de Exposições também circularam impressos como manuais, dicionários pedagógicos e catálogos além de terem sido produzidos relatórios, material que constitui uma importante empiria utilizada, em parte, como fonte para a construção desta tese. Concorde-se com Denice Barbara Catani e Vivian Batista da Silva (2010) quando afirmam que a definição de impressos escolares é ampla, tendo em vista que podem ser chamados de diferentes modos. Cabe destacar que, nesta tese, impressos como manuais pedagógicos, dicionários pedagógicos (ou de educação), revistas pedagógicas (ou de educação) e relatórios produzidos como registros de eventos e práticas da área são classificados como documentos que permitem observar

---

<sup>21</sup> Nas palavras de Agustín Escolano Benito (2018, p. 94), “O patrimônio material da escola é uma espécie de registro da chamada cultura empírica das instituições educativas, distinta da cultura teórica ou acadêmica e da cultura política. Ele é o expoente visível e, ao mesmo tempo, o objeto a interpretar (interpretandum) de uma das positivities em que se objetivam materialmente as práticas que induzem às emergentes formações discursivas nos processos de construção história do conhecimento”.

nuances do campo educacional, discursos em evidência e em circulação, possibilitando perceber anseios da sociedade, debates e saberes em torno de práticas escolares. Entende-se aqui que, apesar de suas particularidades, “[...] fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional” (CATANI, 1996, p. 117).

Dentre os temas que são difundidos nesses documentos, observou-se a recorrência de divulgação de modelos, prescrições e usos de instrumentos e acessórios de escrita. A reincidência do debate sobre a escrita nos impressos permite observar que as pesquisas em torno do tema podem ser desenvolvidas a partir de perspectivas teóricas e metodologias variadas: questões relativas aos métodos de ensino utilizados, seus suportes (caixas de areia, lousas, cadernos...), instrumentos fabricados e utilizados para escrever, assim como os sujeitos que escrevem e aquilo que escrevem. Para a produção deste trabalho, conforme mencionado, os investimentos concentraram-se nos *instrumentos de escrita* projetados para serem utilizados por professores e alunos e *em acessórios desenvolvidos para possibilitar/aprimorar a execução de suas funções* como, por exemplo, penas, tintas, porta-penas, porta-tinteiros, mata-borrões, apontadores, entre outros.

Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2010, p. 250), ao chamar atenção para a complexidade que envolve a escolarização da escrita e o deslocamento do ensino realizado em outros espaços como a casa e a igreja para a escola, afirma que “[...] precisamos pensar os materiais e os instrumentos de escrita de cada momento histórico escolar como definidores do que se pode fazer em sala de aula, sobretudo porque determinam a materialidade dessa cultura”. A autora destaca ainda a importância de se compreender que cada região e escola pode ter se apropriado de forma diferente dos métodos, materiais e práticas de ensino da escrita e que nem sempre o acesso à cultura escrita está relacionado ao aumento da escolarização, tendo em vista seus usos não escolares. Além disso, cabe ressaltar a “advertência” da autora, que permite ampliar os olhares lançados aos artefatos de escrita, considerando a “[...] existência de um processo mais amplo de disseminação da cultura escrita pra além da escola e pensar na possibilidade de que alguns materiais podem ter sido transferidos de um espaço de transmissão para outro” (FRADE, 2010, p. 270).

## SOBRE INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA

No processo de sistematização dos dados, optou-se pela organização das informações de acordo com suas características. Assim, os artefatos de escrita são aqui classificados em *suportes*, *instrumentos* ou *acessórios*. Os *suportes* podem ser entendidos como os meios físicos *nos quais* a escrita é registrada (ex.: ardósia, quadro, caderno, papel etc.). Diferentemente, os *instrumentos* são os artefatos *com os quais* se escreve (ex.: penas, lápis, canetas etc.) e os *acessórios*, por sua vez, são compreendidos como os materiais adicionais, que auxiliam para o êxito da escrita (ex.: canivetes, apontadores, borrachas, tinteiros etc.). Os documentos localizados e analisados para a escrita desta tese contribuem para a percepção de que, embora diferentes entre si, *suportes*, *instrumentos* e *acessórios* possuem uma relação de dependência e instruções de uso articuladas. Para além dessas questões, compreende-se que alterações operadas em qualquer um desses objetos contribuíram para o processo de idealização dos demais, servindo também como propulsores para a produção e fabricação de novos inventos.

Partindo desses indicativos e reconhecendo a relevância de inteirar-se daquilo que o campo já tem produzido sobre a temática, a busca em portais de periódicos científicos e no endereço eletrônico do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi importante para perceber referenciais teóricos e caminhos metodológicos utilizados em investigações que envolvem o tema de meu trabalho. Observar o panorama das produções já desenvolvidas no que se refere à mobilização da noção de cultura material escolar e à investigação de instrumentos e acessórios de escrita foi uma tarefa necessária para auxiliar na tomada de decisões relativas aos procedimentos de pesquisa e para a escrita do texto que aqui se apresenta.

Foi realizada uma escolha por pesquisar no banco de teses e dissertações da CAPES, devido à relevância dessa base de dados, que congrega produções brasileiras em âmbito de mestrado e doutorado. No entanto, reconhece-se que não são todos os trabalhos produzidos que estão disponíveis nesse repositório e que, infelizmente, existem limites para a pesquisa. Além disso, ressalta-se que este movimento foi realizado ainda no começo da produção desta pesquisa e que, portanto, os resultados podem ter se alterado desde então. Ao realizar a busca utilizando o descritor “instrumento de escrita” e sua variação no plural, “instrumentos de escrita”, foram localizados cinco resultados, dentre os quais, apenas uma tese com pesquisas concentradas na área da Educação, relacionando a importância da linguagem escrita a mudanças conceituais para o ensino de ciências. Os termos “acessório de escrita” ou “acessórios para escrita”, por sua vez, também não trouxeram nenhum resultado nessa plataforma.

Ao utilizar a palavra-chave “lápiz” e refinar a pesquisa para as áreas de conhecimento de “Educação” e “Ensino”, um número maior de resultados (92) apareceu. Nenhum dos trabalhos localizados toma o instrumento lápis como foco de estudo e grande parte das produções concentra-se em realizar análises tendo uma delimitação temporal contemporânea<sup>22</sup>, buscando investigar as intersecções desse objeto com o uso das Tecnologias da Comunicação Digital nos processos de ensino de leitura e escrita.

Cinco dissertações, em áreas variadas como Geologia, Ciências de Florestas Tropicais, Linguística e Engenharia Química, apareceram como resultados na busca pelo termo “tinteiro”. Nenhum dos trabalhos trata sobre esse objeto na acepção aqui adotada e não foram localizadas discussões sobre seu uso ou formas de produção, divulgação e comercialização para serem utilizados em escolas primárias. Assim como o “tinteiro”, os resultados para os termos “borracha” e “apagador” também estão concentrados em áreas como as Engenharias, Física e Ciências Biológicas

O termo “caneta” trouxe como resultados algumas produções, dentre as quais destaco duas: a tese de José Edimar de Souza (2015)<sup>23</sup>, que apresenta reflexões sobre o ensino rural em Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, entre os anos de 1940 a 1950. Por meio de análises de documentos e de memórias de alunos e professores de escolas isoladas da região, o autor buscou perceber a constituição de uma cultura institucional, profissional e de práticas desenvolvidas a partir de artefatos presentes nesses espaços. As discussões realizadas por José Edimar de Souza (2015) trazem indicativos de que nem sempre os artefatos encaminhados para a sede do município chegavam a fazer parte do cotidiano das escolas isoladas rurais e, assim como em outros trabalhos estudados, evidenciam que, nas décadas de 1940 e 1950, “houve uso concomitante de materiais, pois se utilizou de lousas ao mesmo tempo em que se usaram cadernos; de penas, ao mesmo tempo em que se usou o lápis de grafite; mata-borrão, tinteiro e as canetas Parker, canetas tinteiros” (SOUZA, 2015, p. 180). Apesar de concentrar-se em período posterior ao estudado nesta tese, seu texto traz indicativos importantes para a construção deste trabalho como, por exemplo, elementos que demonstram que, já no século XIX, um sistema comercial se articulou para dar conta de prover materialmente as instituições

---

<sup>22</sup> Esse instrumento também aparece como um elemento impulsionador para as discussões sobre gênero na educação infantil, desenvolvidas em dissertação de mestrado intitulada *Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil*, escrita por Márcia Aparecida Gobbi e defendida no ano de 1997 na Universidade Estadual de Campinas.

<sup>23</sup> Tese intitulada *As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)*, orientada pela Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Graziotin e defendida no ano de 2015 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

educativas da região de Lomba Grande, sistema esse que envolvia transporte, indústrias moveleiras e minerais, entre outros.

O segundo trabalho que enfatizo é a dissertação de mestrado de Joseane Cruz Monks (2019)<sup>24</sup>. Com a referida dissertação, a autora tem como objetivo investigar “a produção e a reprodução das folhinhas de atividades como material didático e pedagógico no contexto escolar gaúcho” (MONKS, 2019, p. 17). Para tanto, elegeu como fontes cadernos de alunos utilizados entre os anos de 1960 e 2008, disponíveis no acervo do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e Livros Escolares – Hisales. A leitura desse trabalho foi inspiradora, pois, ao investigar as folhinhas, a autora chama atenção aos utensílios e técnicas utilizados em sua produção e reprodução e identifica instrumentos de escrita utilizados por professoras no referido período para a confecção desses materiais. O caráter de permanência e a convivência de objetos de diferentes tempos em um mesmo contexto também é destacado por Joseane Monks (2019, p. 115). Ao considerar as produções dos materiais e os cadernos disponíveis no acervo do Hisales, a autora argumenta que as docentes fazem uso de diferentes instrumentos de escrita e materiais de reprodução. Nas palavras da autora

A cultura material escolar é caracterizada por um processo de transição e de coexistência do/no uso dos materiais, na medida que “novos” equipamentos vão sendo incorporados às produções escolares, nesta perspectiva, a produção das professoras revelam [sic] indícios destes processos, como se percebeu na produção das folhinhas (MONKS, 2019, p. 115).

A dissertação de Valdeniza Maria Lopes da Barra, defendida no ano de 2001 e publicada em 2016 em formato de livro com o título *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX*, também é um importante referencial. Em seu estudo “[...] se propôs verificar a constituição do dispositivo escolar da transmissão simultânea com base na análise dos materiais escolares empregados nas práticas de ensino, numa empreitada que destaca o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX” (BARRA, 2016, p. 18). Nesse percurso, entre outras questões, a autora aborda sobre variações observadas em instrumentos e suportes de escrita que compunham o cotidiano de escolas paulistas entre os anos 1854 e 1872, relacionando-as a preocupações expressas principalmente a partir de exposições universais e indicações médico-higienistas propagadas pela Europa e Estados Unidos da América.

---

<sup>24</sup> Dissertação intitulada *Do artesanal ao digital: uma genealogia dos meios de produção e reprodução de folhinhas de atividades em cadernos de alunos*, orientada pela Profa. Dra. Vania Grim Thies e defendida, em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.



Barra (2016) identifica que ao longo da segunda metade do século XIX alguns instrumentos, como as penas de ave e os lápis de pedra, permanecem no cotidiano escolar mesmo com a inserção de outros artefatos, como as penas de aço e os lápis de pau no cenário escolar paulista. A partir da leitura de seu trabalho, é possível perceber indicativos importantes no que se refere a discursos que estabelecem relações entre instrumentos e práticas de professores e alunos. Para a autora, “a pena metálica é produto da renovação técnica sobre os utensílios de escrita e, com outros materiais, transforma as práticas escolares” (BARRA, 2016, p. 181). Baseada em estudos de Hébrard, Barra (2016) afirma que a fabricação das primeiras penas de aço pelos ingleses no começo do século XIX e sua utilização em escolas primárias por volta de 1840, por exemplo, “libera”<sup>25</sup> os professores da responsabilidade de ajustar os bicos de penas para todos os alunos no começo das aulas.

Outro trabalho localizado que auxilia a pensar sobre os instrumentos de escrita é a dissertação de mestrado<sup>26</sup> produzida por Natália Fortunato (2017), a qual busca identificar saberes presentes em manuais pedagógicos, principalmente no que diz respeito aos conteúdos em torno de como se deveria ensinar a ler e a escrever entre 1856 e 1892 no estado de Santa Catarina. A autora utiliza como fontes principais de análises três manuais pedagógicos recomendados para a formação de professores em Santa Catarina: *Curso Practico de Pedagogia* (Jean Baptiste Daligault), *Pedagogia e metodologia: teoria e pratica* (Camilo Passalacqua) e *Primeiras Lições de Coisas – Manual de Ensino Elementar* (Norman Alisson Calkins). Para além desses documentos, também recorre a livros de leitura, legislações, ofícios e correspondências da Diretoria de Instrução Pública, cadernos, livros escolares, entre outros.

A referida dissertação traz diversas questões que contribuem com objetivos pensados para este trabalho, principalmente no que se refere aos objetos anunciados nos três manuais já localizados e por ela analisados. No quarto capítulo da Dissertação, por exemplo, Fortunato (2017) apresenta orientações relativas aos objetos usados para ensino de leitura e escrita e identifica algumas mudanças nos materiais utilizados para essa função, como as mesas de areia que com o passar do tempo são substituídas por cadernos de caligrafia. Ainda nesse capítulo, intitulado *Objetos da Escola para ler e escrever*, a autora elaborou um quadro em que aparecem

---

<sup>25</sup> Em artigo publicado no ano de 2001 na Revista Brasileira de História da Educação e traduzido por Laura Hansen, Jean Hébrard tem como foco o suporte de escrita caderno. Neste trabalho é possível localizar também o argumento de que a mudança no instrumento de escrita (da pena de ganso para as penas metálicas) produz alterações em práticas de professores e alunos.

<sup>26</sup> Dissertação intitulada *Ensinar a ler e a escrever: saberes inscritos em manuais pedagógicos (Santa Catarina 1856-1892)*, defendida no ano de 2017 (PPGE / UDESC). Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000038/00003897.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

os nomes dos manuais e os objetos<sup>27</sup> por ela identificados para ensino de escrita e leitura. Além disso, há também o indicativo de prescrições relacionadas à necessidade de determinados artefatos em escolas públicas catarinenses entre 1869 e 1892.

A consulta com base nos descritores *escrita, lápis, caneta, tinteiro e cultura material escolar* em periódicos especializados na área da Educação – tais quais a Revista Brasileira de História da Educação; Revista História da Educação, da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe; Cadernos de História da Educação; Cadernos CEDES; Revista de História e Historiografia da Educação (UFPR); Revista HISTEDBR On-Line; Revista Perspectiva; Revista Linhas; Revista Eletrônica de Educação; Revista de História e Historiografia da Educação; Revista de Educação Pública; Educar em Revista e Revista Educação e Pesquisa da Faculdade de Educação da USP – também permitiu localizar diversas produções importantes que contribuíram para delinear o trabalho aqui apresentado. Dentre os trabalhos identificados, destaca-se o artigo *Suportes, instrumentos e textos de alunos e professores em Minas Gerais: indicações sobre usos da cultura escrita nas escolas no final do século XIX e início do século XX*, escrito por Isabel Cristina Alves da Silva Frade e publicado na revista História da Educação em 2009.

Discorrendo sobre materialidades destinadas à escrita e à leitura, por meio de diferentes fontes como correspondências que circularam entre os anos de 1883 a 1930 na Província de Minas Gerais, catálogos produzidos pelo Museu da Escola e mapas produzidos por professores, Frade (2009, p. 33) analisa requisições de instrumentos e suportes de escrita. Segundo a autora, seu intuito foi o de “estabelecer algumas relações entre instrumentos e suportes de escrita que foram solicitados e a cultura escrita escolar do período”.

As formas de operar as fontes e o referencial teórico utilizado por Frade (2009), conforme mencionado, serviram como inspiração e como orientadores durante a elaboração do projeto e das pesquisas desenvolvidas para a escrita deste trabalho. Conforme o alerta da autora, é por meio dos estudos de uma cultura material escolar que podemos questionar e pensar sobre uma cultura escolar que se utiliza da escrita e sobre uma cultura que se constitui articulada ao ensino da escrita.

Suas análises em torno dos instrumentos de escrita permitem “verificar que convivem também suportes de escrita reutilizáveis (lousa) e não reutilizáveis (caderno e papel), o que dá ao registro escrito escolar produzido pelos alunos, um caráter ora visível, ora efêmero”

---

<sup>27</sup> Entre os objetos localizados por Fortunato (2017) observa-se a presença de quadros de leitura e silabário, cadernos, penas, pautas ou transparentes, regras e lápis, modelos ou traslados, ardósias, papel e tinta, livros, objetos, imagens, lousa/pedra, mobília escolar.

(FRADE, 2009, p. 38) e perceber que entre o final do século XIX e o começo do século XX, em Minas Gerais, passa a se constituir uma cultura de escrita cada vez mais “pedagogizada”, embasada pelo uso de instrumentos e suportes que exigiriam gestos e destrezas específicos por parte de alunos e professores.

Em produção posterior, escrita por Isabel Cristina Alves da Silva Frade em parceria com Ana Maria de Oliveira Galvão (2016) e publicada na Revista Brasileira de História da Educação, é possível localizar indicativos sobre a diversificação de suportes e instrumentos de escrita entre o final do século XIX e começo do século XX em Minas Gerais. Nesse trabalho, as autoras ressaltam a heterogeneidade dos processos escolares que eram desejados por meio da inserção de materiais, apontando distanciamentos entre prescrições e apropriações de objetos que envolvem as práticas da escrita. No referido artigo, as autoras apresentam “reinvenções” que eram realizadas em instrumentos e suportes de escrita por aqueles envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista o difícil acesso aos recursos. Os instrumentos que mais aparecem nos depoimentos por elas analisados são o lápis, o ponteiro/lápis para a pedra e a caneta tinteiro.

A leitura do artigo intitulado *Materiais utilizados para ensinar a ler e escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960)*, também de autoria de Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2016)<sup>28</sup>, auxiliou, tanto teoricamente quanto metodologicamente, ao ensinar que devemos sempre estar atentos ao processo de pesquisa para não realizar associações automáticas, evitando, assim, reduções como às associações únicas entre materiais de escrita e escolarização. Além disso, sua produção também colabora para problematizar a ideia, muitas vezes tentadora, de construir uma linha evolutiva dos suportes e instrumentos de escrita, percebendo circulações variadas em diferentes períodos.

No artigo *A constituição dos acervos do Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares e sua contribuição para as investigações em educação*, Eliane Teresinha Peres e Chris de Azevedo Ramil (2015), ao discorrerem sobre os artefatos presentes em seus acervos, evidenciam a presença de uma variedade de instrumentos de escrita, por elas classificados como “materiais didático-pedagógicos” que, apesar de costumeiramente serem descartados após o uso, “representam concretamente aspectos importantes da cultura material escolar de diferentes períodos” (PERES, RAMIL, 2015, p. 305). A leitura de seu texto permite posicionar os artefatos aqui pesquisados como patrimônios valiosos para a construção de memórias e de uma história da educação e da importância de iniciativas como as do grupo

---

<sup>28</sup> Disponível no livro organizado por Samuel Luis Velázquez Castellanos e Cesar Augusto Castro, *Livro, Leitura e Leitor: perspectiva histórica*, publicado em 2016.

de pesquisa Hisales para elaboração, preservação e divulgação de seus acervos para a comunidade, seja esta acadêmica ou não.

O livro *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*, organizado por Ana Chrystina Venancio Mignot (2008), apesar de ter como foco esse suporte de escrita, carrega em suas páginas discussões importantes sobre instrumentos e acessórios de escrita em vários de seus artigos. Destaca-se aqui o trabalho escrito por Marcia de Paula Gregorio Razzini (2008), intitulado *Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas*<sup>29</sup>. Ao concentrar suas análises nos instrumentos de escrita utilizados em escolas elementares entre o final do século XIX e início do século XX, o artigo permite perceber a potencialidade em se pesquisar sobre essas tecnologias, levando em conta a ampliação do mercado de material escolar, que se articula à consolidação dos sistemas nacionais de educação pública na segunda metade do século XIX. Por meio de seu trabalho, reforça a importância de cruzar diferentes fontes, pesquisando documentos como cartilhas destinadas ao ensino da leitura e da escrita, listas de materiais destinados a escolas públicas brasileiras, inventários de escolas, relatórios, alguns excertos publicados em Revistas de Ensino, entre outros. Como será apresentado no decorrer desta tese, aparecem no trabalho da autora importantes indicativos como discussões sobre a gradativa inserção das penas metálicas, em substituição às penas de aves, por exemplo.

No artigo *Historical perspective of material school culture: theoretical and methodological possibilities*, publicado por Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2020) na revista *History of Education & Children's Literature*, as autoras dedicam-se a um exercício de rastreamento de movimentos teórico-metodológicos de trabalhos sobre a cultura material. No panorama por elas apresentado, identificam alguns modos de se operar metodológica e analiticamente, assim como possibilidades de pesquisa com a materialidade escolar. A ideia da associação entre a incorporação de objetos e a escolarização obrigatória para a infância; da potencialidade de se investigar as materialidades da escola articuladas os indicadores econômicos que permitem que sejam analisados seus valores monetários em cada época, por exemplo, são alguns caminhos investigativos apontados pelas autoras.

Além desses, as autoras apontam também como caminhos promissores a pesquisa sobre o consumo de novidades anunciadas em espaços como as Exposições Universais; a investigação sobre o papel da imprensa e outros suportes na difusão de informações sobre os objetos, sobre

---

<sup>29</sup> Por se tratar de um artigo que traz uma perspectiva muito próxima da que se imaginou para esta tese, mas que não esgota as discussões possíveis, realizei uma incursão em seu currículo Lattes, para identificar se a autora continuou a se dedicar a essas questões, mas não foi localizada nenhuma outra produção e/ou orientação de trabalho nesse sentido.

formas com que narrativas sobre o passado são construídas a partir da exposição de artefatos escolares em Museus e Centros de Memória; assim como perspectivas de análise que compreendem que a ausência ou presença de objetos relaciona-se com valores e formas de agir.

Diante do panorama localizado por meio da busca inicial, assim como do exercício observado em artigo de Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2020), evidenciou-se a potencialidade de se elaborar um trabalho com foco nos instrumentos de escrita e suas diferentes características, privilegiando aqui o papel das indústrias nas reflexões e análises desenvolvidas, uma vez que se percebe que por meio deles pode-se refletir sobre projetos pensados para a escola e as relações entre a produção industrial e relações comerciais. Ao pensar na inserção desses instrumentos no dia a dia da escola, é importante considerar que, pelo menos desde o século XIX - momento em que as atividades escritas vão conquistando espaço e se tornando centrais no processo de ensino-aprendizagem, diferentes produtores de instrumentos e suportes para a escrita, educadores e intelectuais constroem discursos, prescrições e indicativos em torno daquilo que considerariam “mais adequado” para o processo de escolarização da infância (FRADE; GALVÃO, 2016).

Concorda-se com Alcântara (2014) quando a autora destaca a necessidade de analisar a educação também a partir de uma dimensão que leve em conta os aspectos econômicos que possibilitam a expansão da instrução pública ou impõem a ela certos limites, bem como questões legais, sociais e políticas. Dessa forma, as análises das diferentes fontes estarão pautadas, principalmente, pela noção de cultura material escolar no intuito de compreender movimentos e discursos envolvidos na circulação de ideias pedagógicas e suas relações com o mercado escolar e a indústria.

Para tanto, o trabalho organiza-se em três capítulos: o primeiro, intitulado *Modernidades anunciadas: instrumentos e acessórios de escrita em Exposições Universais*, versa, a partir da análise de fontes produzidas por autoridades públicas e do ensino como Relatórios de Edições de Exposições Universais e ofícios da Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina, assim como documentos de publicidade, tais quais jornais que circularam no Brasil, observar referências a instrumentos e acessórios de escrita em discursos difundidos nesses espaços. Busca-se, assim, compreender o(s) lugar(es) ocupados por esses objetos em projetos de escolarização. O capítulo inicia discorrendo sobre as Exposições Universais e seu papel na difusão mundial de ideias, princípios e artefatos pedagógicos; em seguida tem como foco a materialidade escolar presente no circuito desses eventos, passando pelos artefatos pensados para a aprendizagem da escrita e da leitura, e, por fim, versa sobre esses objetos em um “entrelugar”, a partir de indicativos de premiações, anúncios e solicitações realizadas por professores.

O capítulo dois, *Artefatos recomendados: discursos associados a instrumentos e acessórios de escrita*, tem como intuito principal realizar uma reflexão sobre discursos que circulam e que acompanham, em Dicionários e Manuais Pedagógicos, os instrumentos e acessórios de escrita. Busca-se observar indicativos relacionados à construção da necessidade de uso dos artefatos, assim como a defesa da produção e da necessidade de sua inserção nas rotinas escolares.

Por sua vez, no capítulo três, *Discursos publicitários: instrumentos e acessórios de escrita em catálogos comerciais*, é apresentada uma discussão sobre diferentes sentidos e significados que são atribuídos aos artefatos de escrita e seus acessórios no decorrer da segunda metade do século XIX, por meio do mapeamento da presença/ausência desses objetos em catálogos comerciais e de materiais de ensino. Dessa forma, realiza-se uma reflexão sobre relações comerciais que perpassam esses artefatos e reverberam em ações nas escolas, observando questões relativas às propagandas desses objetos, personagens e falas que aparecem, discutindo um movimento que vai se construindo do uso coletivo para o individual.

Por último, nas considerações finais, apresentam-se os principais resultados alcançados no decorrer da pesquisa, realizando discussões sobre os objetivos previstos, sendo também registradas possibilidades de futuras pesquisas.



## CAPÍTULO I

### **MODERNIDADES ANUNCIADAS:** *instrumentos e acessórios de escrita em* *Exposições Universais*



## 1. MODERNIDADES ANUNCIADAS: INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA EM EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

As reflexões apresentadas neste capítulo foram desenvolvidas a partir de indícios cotejados em Relatórios de edições das Exposições Universais e documentos como jornais e ofícios que circularam em países do ocidente na segunda metade do século XIX. Busca-se, por meio dos suportes mencionados, analisar indicativos sobre *instrumentos e acessórios* de escrita captadas em discursos que se difundiram por meio de edições desses eventos. Trabalha-se aqui com a ideia de que os registros inscritos nas fontes são formas de discurso que permitem identificar argumentos em circulação. Nessa direção, para a construção deste capítulo, buscou-se reunir informações que pudessem colaborar com a construção de entendimentos sobre o(s) lugar(es) ocupado(s) por esses artefatos em projetos de escolarização anunciados nesses espaços.

Como nos ensina Agustín Escolano Benito (2021), mesmo que possa não parecer, ao final, as coisas “sempre falam” e nos permitem pensar acerca de nossos hábitos e sobre a construção de culturas e significados em torno da escola e de suas práticas. Pautado em Freeman Tilden, o pesquisador apresenta uma reflexão muito potente sobre a importância do educador se constituir como um “[...] intelectual que observa, lee y comprende las materialidades que maneja en el ejercicio del arte y oficio de la profesión de enseñar” (ESCOLANO BENITO, 2021, p. 14). Dessa forma, entende-se que a compreensão histórica em torno de instrumentos e acessórios de escrita é importante nesse processo, tendo em vista que são materialidades que adentram as escolas e que contribuem para constituir e alterar suas rotinas e práticas.

Por ser evidenciada em Exposições Universais de forma recorrente, compreende-se que a materialidade escolar ganha força em argumentos que a consideram elemento essencial para a difusão e legitimação de condutas e hábitos vinculados a projetos de modernização e civilização. Entendidos como centrais para a execução desses ideais, arquitetura, objetos e práticas pedagógicas sofrem ressignificações no decorrer da segunda metade do século XIX. Não por acaso, um olhar atento a publicações sobre esses eventos permitiu identificar a produção de uma variedade de inventos, anunciados como necessários para suprir demandas que foram se constituindo por meio de discursos e pela divulgação dos artefatos nesses espaços.



Territorios, espacios, muebles, iconos, catalogos de exposiciones, bienes patrimoniales de museos, artefactos tecnicos y objetos artesanos o vernaculos de apoyo a las practicas cotidianas del arte de enseñar y de la aventura de aprender son dispositivos que pueden ser vistos, en perspectiva holistica, como elementos que forman parte de un texto, que es a la vez el lenguaje de una cultura (ESCOLANO BENITO, 2021, p. 10).

As Exposições<sup>30</sup> – tema de pesquisa de diversos investigadores no campo da história social e cultural<sup>31</sup> – foram eventos em que diferentes países buscavam influências e inspirações para a aplicação de modelos e por meio dos quais expressavam suas crenças no progresso e na ciência. Com relação ao âmbito educacional, a partir do ano de 1862, na Exposição realizada em Londres, passa-se a destinar uma seção exclusiva para a área, sendo a educação compreendida e anunciada nesse evento como responsável pela “[...] produção do progresso e não uma consequência do desenvolvimento econômico e social” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 20). Logo, além de apresentarem seus inventos, representantes de distintas nações também trocavam ideias relacionadas à escola e ao fazer docente, realizavam discussões em torno de metodologias de ensino, materiais didáticos, entre outras questões.

Devido ao grande impacto que causaram em diversos setores da sociedade e por terem sido espaços de criação e divulgação de ideias e tendências, as Exposições<sup>32</sup> possuíam também um caráter didático (KUHLMANN JÚNIOR, 2001). Para Kuhlmann Júnior, a universalidade dessas grandes festas contribuía para o estabelecimento de formas específicas de organização e de entendimentos sobre a educação, a qual era identificada com uma característica que deveria estar presente em toda sociedade moderna, sendo responsável pelo progresso. Dessa forma, diferentes países, em busca de se distanciarem da classificação de “atrasados”, organizavam ou participavam dessas grandes feiras com invenções e envio de comissões e representantes. Em seus termos,

---

<sup>30</sup> A educação e as Exposições Internacionais são o foco de pesquisa de Moysés Kuhlmann Júnior (2001) publicada em livro intitulado *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Fruto de um trabalho de oito anos que deu origem a sua tese de doutorado defendida em 1996, a obra sistematiza análises a partir de fontes como atas, pareceres, catálogos, relatórios e artigos sobre esses eventos e traz à tona a necessidade de levar em consideração elementos e movimentações que circundam a escola.

<sup>31</sup> Para saber mais elementos em torno das Exposições Universais e sua relação com a educação indica-se também a leitura dos trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento (1997); Klaus Dittrich (2013); Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018); Wiara Rosa Rios Alcântara (2014) e Gustavo Rugoni de Sousa (2019).

<sup>32</sup> Agustín Escolano Benito (2018, p. 89) afirma que as Exposições Universais do século XIX e começo do XX podem ser entendidas como um campo de pesquisa que permite “[...] uma orientação de investigação que enfatiza o exame dos restos arqueológicos e de suas imagens e sua interpretação mediante a leitura dos signos indiciários, de caráter semiótico, que os objetos e ícones exibem ao mostrar-se como texto”. Em sua perspectiva, representações em circulação nesses espaços ganharam visibilidade social e auxiliaram a construir cultura, por meio da difusão de imagens e textos em manuais escolares, imprensa, museus pedagógicos e outras mediações culturais.

Cada país, ao sediar uma Exposição, mostrava aquilo que seria a prova de seu lugar no “concerto das nações” civilizadas. Demonstração tanto à sua própria população quanto aos visitantes dos demais países, que também ali compareceriam para exibir seus produtos e atributos de modernidade e buscar o referendo das premiações. Cada um deles contribuía com suas peculiaridades, desde as potências industriais (como a Alemanha, destaque em vários dos eventos) até as colônias ultramarinas, que adornavam os espetáculos com seu toque de exotismo (KUHLMANN JUNIOR, 2001, p. 25).

Levando em consideração suas análises, compreende-se que para pensar sobre modos de vida e aspectos relativos à educação é importante, mais do que ficar atento a unidades nacionais singulares, considerar também as relações internacionais construídas nos espaços transnacionais como as Exposições Universais. Kuhlmann Junior (2001) apresenta esses como “grandes festas didáticas” nas quais são articuladas políticas diplomáticas, para auxiliar no crescimento do mercado e no desenvolvimento moral dos países. Conforme mencionado, diversos setores sociais se mobilizavam para participar e poder comparar diferentes realidades, assim como buscar ideias para formular novas metodologias e produtos.

Nesses eventos, além das exposições, também eram promovidos Congressos de variadas temáticas que objetivavam, entre outras questões, fortalecer tendências em torno da produção industrial e das ideias pedagógicas<sup>33</sup>. Essa idealização se dava por meio de definições que não diziam respeito apenas às criações materiais, mas também a aspectos ideológicos. Nas palavras do autor, “as escolhas sociais, políticas e econômicas para o presente e futuro poderiam vir a ser julgadas como certas ou erradas, boas ou más, pelo uso da Exposição como padrão de referência” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 144). Assim, participando de Congressos, Conferências e visando tomar “as mais acertadas decisões”, estariam sujeitos que, a partir de uma organização adequada da instrução, reconheciam uma maneira de alcançar o progresso. Nesses espaços, além de métodos pedagógicos preconizados como adequados, seria reforçada a necessidade da produção e da aquisição de objetos que proporcionassem as melhores condições de ensino e que demonstrassem o avanço dos estabelecimentos escolares e, por consequência, das nações que os possuísem.

Kuhlmann Junior (2001) chama atenção para a conciliação entre diferentes forças<sup>34</sup> em prol da construção de uma modernidade que mantivesse privilégios sociais e que legitimasse a autoridade de lideranças que participavam na construção do Estado e que possuíam poder

---

<sup>33</sup> As bases para cooperação internacional tiveram início na Exposição de Londres, em 1851 e foram institucionalizadas nos eventos seguintes por meio da realização dos Congressos, os quais, a partir da Exposição de 1878, passam a ser obrigatórios nas feiras internacionais, anunciados como momentos importantes para definição de posicionamentos em busca da modernidade (KUHLMANN JUNIOR, 2001).

<sup>34</sup> Médicas, jurídicas, educacionais, higienistas etc.

econômico, político e cultural. Apesar de existirem contradições, tensões e discordâncias em discursos que circulavam nesses eventos, uma de suas características era o desejo de construir uma memória de que esses seriam os espaços disponíveis no presente, em prol do futuro.

Ao ser apreciada como um dos requisitos para a cidadania, à escola não caberia apenas o objetivo de ensinar conteúdos “científicos”, ela também deveria se ocupar com a formação de cidadãos aptos para agir de acordo com valores e condutas vistos como adequados, articulados a um determinado projeto político-social e que fossem capazes de auxiliar na tarefa de encaminhar sua nação rumo ao progresso. Assim, a indicação de usos específicos e racionais de objetos por parte de estudantes e professores é um dos movimentos que esteve presente nos processos de construção de uma cultura (material) própria da escola.

Se, em muitos países, neste período [virada do século XIX para o século XX], a escola não se difundiu largamente em termos reais, como instituição central frequentada pelo conjunto dos cidadãos, em termos retóricos houve uma ênfase no desejo do alargamento do seu espectro e em transformá-la numa instituição pública no sentido de abrigar o maior número possível de cidadãos para educá-los (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 56).

Como vetores e impulsionadores do crédito que a educação escolarizada foi conquistando na sociedade ocidental no decorrer da segunda metade do século XIX, publicações de circulação internacional e a divulgação de indicadores educacionais tiveram um importante papel na difusão da escola. Embora a força simbólica dessa instituição tenha crescido de forma mais significativa no período referido pela autora, entende-se que este tenha sido um movimento construído gradativamente, no qual as Exposições Universais tiveram um importante papel. As missões de estudos, a imprensa e os eventos também são destacados por Vera Lucia Gaspar da Silva (2004) como agentes valorosos para a construção de um modelo escolar que, em muitos aspectos, se mantém influente até a atualidade.

Dessa forma, os entendimentos sobre essa instituição, assim como sobre seus objetivos e funções pautam-se não apenas em conjunturas e discussões locais, mas também em vivências transnacionais que repercutem na elaboração de sentidos e significados a respeito da instituição escolar e de uma modernidade pedagógica pretendida e anunciada. Os textos reunidos no livro *A Difusão Mundial da Escola* têm contribuído para refletir sobre essas questões, pois permitem perceber que o desenvolvimento de um “modelo escolar” resulta de tensões e de relações construídas em diferentes escalas: locais, nacionais e transnacionais. Assim, entende-se que as diversas realidades educativas, os discursos e estratégias sobre as mais variadas dimensões que envolvem a escolarização – sejam elas políticas, pedagógicas ou materiais –, podem ser

considerados efeitos tanto dos movimentos de transferências culturais, quanto das especificidades que estão envolvidas nas formas de recepção e adaptação.

Jürgen Schriewer (2000), por exemplo, aponta as relações capitalistas do final do século XIX como um dos fatores responsáveis pela circulação de modelos e de assuntos relativos à educação, os quais passaram a ser legitimados como parte de uma modernidade pedagógica. Nesse panorama, formações discursivas relacionadas a esses ideais foram se constituindo de forma articulada a pressupostos pautados na razão e na ciência, entendidos como responsáveis para o progresso das nações. Nas análises do autor, identifica-se, portanto, que esquemas de comparação contribuíram para a construção de modelos e de “padrões institucionais reconhecidos como importantes” (SCHRIEWER, 2000, p. 112) para reformas educacionais. Com base na observação dos padrões, modelos poderiam ser considerados eficientes ou ter seu uso como exemplo refutado. Compreende-se aqui que a classificação dependeria, dentre alguns fatores, das lógicas internas dos países e das elaborações discursivas realizadas a partir de encontros promovidos com pessoas e do contato com objetos em edições das Exposições Universais.

Na perspectiva defendida por Heloisa Barbuy (1999)<sup>35</sup>, edições desses eventos foram conscientemente planejadas, tendo como um de seus objetivos veicular visões e maneiras de agir no mundo. Sua organização, em um caráter enciclopédico, possibilitava abranger temas muito variados e era uma das estratégias adotadas para “fascinar e instruir” a sociedade em busca de novos padrões, alimentados pelo desenvolvimento da indústria. A partir de técnicas de sedução, almejava-se ensinar às massas elementos relativos à produção industrial, higiene, educação, entre outros temas que compunham a intenção política de um “mundo moderno”.

Em direção semelhante, Moysés Kuhlmann Junior (2001) chama atenção para os impactos social, econômico e político desses eventos. Em suas galerias e por meio de publicações, divulgavam-se artefatos, conceitos e técnicas que poderiam ser reproduzidas e aprimoradas<sup>36</sup>. Nesse panorama, conforme mencionado, os objetos e temas relacionados à educação aos poucos foram ganhando espaço. Desde a primeira Exposição, organizada em 1851, aos eventos subsequentes, a área ocupada pela educação, assim como o imaginário construído em discursos que circularam em torno de sua importância foi aumentando.

---

<sup>35</sup> Em particular o realizado no ano de 1889, sobre o qual dedica suas investigações.

<sup>36</sup> Considera-se importante mencionar que, ao compreender as Exposições a partir de seu caráter didático, Kuhlmann Júnior (2001, p. 18) enfatiza que a adoção de modelos e técnicas não pode ser entendida como “simples procedimento de cópia”, pois procedimentos de comparação impulsionavam a elaboração de novas estratégias e metodologias.

De acordo com António Nóvoa (1995), as comparações entre diferentes países auxiliaram na construção de um modelo de escola que se pretendia como universal e que passa a ser compreendido, não apenas como o melhor, mas como o único possível e imaginável. Ao discorrer sobre a ideia de “atraso educacional” que perpassa a história da educação de Portugal, o pesquisador destaca que celebrações como as Exposições Universais, em conjunto com o movimento em torno do uso da estatística<sup>37</sup>, podem ser compreendidas como marcos fundamentais para a construção de uma ideia de “universalismo”<sup>38</sup>, legitimando e difundindo um referencial moderno a ser seguido. Articuladas a esse movimento e a esses eventos, figuram as discussões e comparações em torno das tecnologias e técnicas adotadas para o ensino e para a prática da escrita.

Sustentada, em grande parte, por um interesse industrial que via na ideia da universalização uma maneira de expandir mercados, a circulação internacional de ideias pedagógicas está ligada a um projeto coletivo de constituição do Estado moderno, no qual a industrialização entra com força como um dos indicadores de desenvolvimento. Para António Nóvoa “o outro” “é a razão de ser da Educação comparada – o outro que serve de modelo ou de referência, que legitima as ações ou que impõe silêncios que a gente imita ou coloniza”<sup>39</sup> (NÓVOA, 1995, p. 02, tradução livre).

Diante dessas discussões e indícios, reafirma-se a necessidade de, ao pensar sobre os objetos da escola, mais especificamente acerca dos *instrumentos e acessórios de escrita*, levar em consideração questões que aparecem de forma semelhante em diferentes países, as quais são suscitadas, em grande parte, pela emergência de um sistema mundial econômico, educativo e cultural, que extrapola os limites dos Estados Nação.

---

<sup>37</sup> Kuhlmann Júnior (2001) também traz em seus escritos indicativos sobre o uso de dados estatísticos nos processos de busca pelo desenvolvimento. Como um dos exemplos utilizados pelo autor, é possível citar o conteúdo da obra publicada em 1889, *L'instruction publique au Brésil: histoire et législation (1500-1889)* na qual são observados movimentos do Brasil no sentido de análise e comparação de suas condições educacionais com outras nações, com “[...] a intenção de pormenorizar essas informações de modo a comprovar que o país estaria seguindo seu caminho na trilha do progresso [...]” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 46).

<sup>38</sup> Essa discussão em torno do “universalismo” também é realizada por Pesavento (1997) quando aborda a participação do Brasil nas Exposições Universais: a construção de uma nação avançada na segunda metade do século XIX estava relacionada a possibilidade da modernização dos meios de produção e da integração aos países que participavam e que se destacavam nas conhecidas “festas da modernidade”. Além de ser entendido como um espaço em que seria possível demonstrar as potencialidades das nações, as exposições também serviriam como uma forma de atrair interesses de investidores estrangeiros e de pensar em novidades e entendimentos a serem adotados nos meios de produção.

<sup>39</sup> No original: “L'autre est la raison d'être de l'Éducation Comparée: l'autre qui sert de modèle ou de référence, qui légitime des actions ou qui impose des silences, que l'on imite ou que l'on colonise” (NÓVOA, 1995, p. 2).

A forma pela qual ao longo dos dois últimos séculos os professores e profissionais da educação estabeleceram a imprescindibilidade dos materiais escolares para a concretização das práticas educativas, justificando-os como condição do sucesso ou das dificuldades do trabalho docente, relacionando-os às efetivas possibilidades de renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional é suficiente para perceber que a cultura material escolar não constitui tão-somente um construto do historiador, mas está enraizada na própria forma escolar de educação (SOUZA, 2007, p. 174).

No caso do Brasil, é possível afirmar ter sido esse um tempo em que reformas foram efetuadas e no qual foram pensadas estratégias para tentar regulamentar a educação em âmbito jurídico, no quadro das práticas e de sua materialidade. Como bem destaca José Gonçalves Gondra (2018, p. 20), “[...] na luta por uma ‘modernidade’, o que se propunha, muitas vezes, era fruto de articulações internacionais, nas quais parte da Europa e dos Estados Unidos assumem uma posição destacada”. Nessa direção, é possível identificar um conjunto de legislações, elaboradas por sujeitos que possuíam cargos de relevo nas gestões provinciais e que trazem prescrições variadas, versando, entre outros aspectos, sobre métodos de ensino, arquitetura e objetos escolares.

Na direção do que apresenta José Gonçalves Gondra (2018), observa-se que discursos presentes na imprensa, nos manuais escolares, em livros e na legislação designam à escola a responsabilidade de “governar as multidões” e construir uma forma adequada de estar e agir em sociedade, em contraposição ao atraso que representaria uma nação sem o investimento adequado no ensino. Para atingir esses objetivos, seria importante, entre outros quesitos, que o Estado criasse normas e buscasse formas de racionalizar e tornar científico esse espaço e tudo o que a ele estivesse relacionado.

Nessa direção, entende-se que um ambiente organizado, materiais suficientes e em bom estado, um espaço pensado com mobílias adequadas para a realização das atividades, são elementos que fazem parte, em conjunto com um ensino adequado, das condições materiais para aprendizagem, as quais vem sendo reconhecidas desde o século XIX por docentes e profissionais da educação como essenciais para a prática educativa, símbolos da racionalização e modernidade pedagógica.

### 1.1 MATERIALIDADE ESCOLAR EM FOCO NO CIRCUITO DAS EXPOSIÇÕES

Considerando o objetivo deste capítulo, diante da natureza instrutiva das Exposições e o seu reconhecimento social, fez-se um exercício para identificar como instrumentos e acessórios de escrita aparecem referenciados em documentos que portam memórias sobre esses

eventos e seu lugar diante de outros artefatos produzidos para serem usados em escolas. Nesse sentido, o primeiro movimento realizado foi o de examinar relatórios produzidos sobre edições de Exposições Universais.

Embora, para a construção dessa tese, tenham sido também utilizados outros documentos, optou-se por sistematizar, no Quadro 2, algumas informações sobre os relatórios utilizados como principal base empírica para a escrita deste capítulo. Dentre as informações disponíveis, optou-se por trazer dados de identificação do documento como títulos, nome dos autores ou sujeitos responsáveis por sua organização, local, assim como os anos de publicação dos documentos e de realização dos eventos.

Quadro 2 - Informações sobre os Relatórios de Exposições Universais que compõem a base empírica da tese<sup>40</sup>

<b>Título</b>	<b>Autoria / Organização</b>	<b>Local e ano da Exposição a que se refere</b>	<b>Ano da publicação</b>
Travaux de la comissão française sur l'industrie des nations publiés par ordre de l'Empereur. Tome VI	Frédéric Le Play; Gustave Goldenberg; Honoré d'Albert Luynes; Eugène-Melchior Peligot; Jacques-Joseph Ebelmen; Alphonse Salvétat	Londres - 1851	1854
Rapports des membres de la section française du jury international sur l'ensemble de l'exposition – Tome 6° Classe XXIX – Méthodes et matériel de l'enseignement élémentaire:	M. Michel Chevalier (Org.)  <b>Section I</b> - M. Flandin <b>Section II</b> – M. Rapet	Londres - 1862	1862
Annales du Conservatoire Impérial des Arts et Métiers publiées par les Professeurs. Tome Troisième. Classe 29. Matériel de l'Enseignement Élémentaire	Charles Laboulaye (Org.)  Saint-Edme	Londres - 1862	1862
Rapport de l'administration de la comissão impériale sur la section française de l'exposition universelle de 1862. Suivi de documents statistiques et officiels et de la liste des exposants récompensés	Não está indicado. (Exposition universelle).	Londres - 1862	1864
Rapport sur l'Instruction Primaire à l'Exposition Universelle de Vienne em 1873	Ferdinand Buisson	Viena - 1873	1875

<sup>40</sup> A indicação dos locais em que foram localizados estão presentes nas referências, ao final deste trabalho.

Exposition universelle de Vienne en 1873.	<b>Rapports. Tome I - France.</b> Comission Supérieure	Viena - 1873	1875
Special report to the honourable the Minister of Education on the Ontario Educational Exhibit, and the educational features of the International Exhibition, at Philadelphia, 1876	J. George Hodgins.	Filadélfia - 1876	1877
Rapport sur l'Instruction primaire à l'Exposition Universelle de Philadelphie em 1876	Ferdinand Buisson	Filadélfia - 1876	1879
Rapport sur l'Exposition Universelle de 1878 (Éducation & Enseignement)	J.J. Raoulx	Paris - 1878	1880
Exposition Universelle d'Anvers 1885: Rapports des membres du jury international des recompenses. Tome 1. Groupe 1 - Éducation et Enseignement – Matériel et procédés des arts libéraux. – Composition du Jury du Groupe  Classe 1 – Éducation de l'enfant – Enseignement primaire – Enseignement des adultes – Composition du Jury	M. Sosset	Antuérpia - 1885	1886-87
Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris. Rapports du jury international.  Groupe II. Éducation et enseignement, matériel et procédés des arts libéraux. Classes 6, 7, 8, et 6-7-8. Enseignement Technique.  Classe 6 – Éducation de l'enfant – Enseignement primaire – Enseignement des Adultes	M. Alfred Picard  M. B. Buisson	Paris - 1889	1891

Fonte: Dados coletados em Relatórios de Edições Exposições Universais e sistematizados pela autora.

Conforme se pode observar no Quadro 2, os relatórios foram publicados entre os anos de 1854 e 1891, além de terem sido produzidos, em sua grande maioria, por franceses, com exceção do relatório organizado por J. George Hodgins, publicado em Toronto, Canadá<sup>41</sup>. Foram definidos como a principal base empírica para a construção deste capítulo por servirem como “janelas” que permitiram localizar outras fontes e referências para a construção dos argumentos. Compreende-se aqui que seus registros – escritas elaboradas por autoridades do ensino – representam uma das instâncias de circulação de ideias relativas à educação no período.

<sup>41</sup> O predomínio de documentos elaborados por autoridades francesas justifica-se por algumas razões, desde a organização de repositórios de fácil acesso e disponíveis online, o domínio da língua da pesquisadora para realizar as análises, assim como as discussões teóricas que venho me debruçando, que de certa forma, ainda possuem um predomínio de referenciais europeus.



A leitura dos discursos presentes nos documentos permite questionar o lugar ocupado por instrumentos e acessórios de escrita nas respectivas Exposições Universais. Cabe ressaltar que um tema/objeto estar presente ou em evidência nos relatórios não significa necessariamente que este seja mais ou menos importante do que outro que, por ventura, não tenha sido abordado em suas páginas. Entende-se que os elementos selecionados para compor os relatórios podem ter sido aqueles que mais chamaram atenção de quem os escreveu ao frequentar o evento, ou que o foco dos registros estivesse voltado para questões que justificaram a presença do responsável pela organização do documento e sua posição de autoridade. Compreende-se, ainda, que as pessoas responsáveis pela escrita de relatórios, tais quais os acima citados, não ocupam essa função desavisadamente.

Os documentos apresentam, por meio dos registros dos relatores, um conjunto de dados que colaboram para as reflexões sobre o(s) lugar(es) ocupado(s) pelos utensílios de escrita. Dentre os temas abordados em suas páginas, encontram-se métodos de ensino, estatísticas educacionais, edifícios, mobílias e artefatos escolares. O exame das fontes possibilitou a reflexão sobre movimentos em torno da construção de necessidades materiais para a escolarização da infância, tendo em vista que as apreciações, discursos e argumentos elaborados por sujeitos que desempenhavam papéis de relevo no âmbito da educação, da saúde e da indústria, de certa forma, serviriam como subsídios para escolhas e prescrições relativas à educação tanto nos diferentes países cujos representantes frequentavam as Exposições Universais, quanto em outras nações, levando em conta que a influência desses eventos pode ter sido ainda mais abrangente.

Como esses relatórios tratam de uma gama ampliada de temáticas, foram analisadas de forma mais detida as seções destinadas exclusivamente ao tema educacional, as quais apresentam indicativos sobre a composição material pensada para a efetivação de projetos para a escolarização primária. Levando em consideração essa definição metodológica, optou-se por concentrar as análises em documentos produzidos a partir da Exposição realizada no ano de 1862, em Londres, pois apesar de artefatos escolares constarem anteriormente, apenas nessa edição, é que um espaço específico passa a ser destinado ao tema<sup>42</sup>.

Assim, o estudo das fontes, articulado à leitura de produções do campo, tem permitido perceber que esses eventos contribuíram para difundir e sustentar discursos e movimentos em defesa da institucionalização da educação. Em registros constantes em diferentes Relatórios,

---

<sup>42</sup> Entre projetos e situações anunciadas no relatório organizado por Chevalier (1862) delineiam-se discussões que pretendiam reafirmar a importância de que os artefatos educacionais não ficassem dispersos entre as diferentes galerias, mas que se encontrassem reunidos para concorrerem entre si.

observa-se a busca de associação entre o nível de desenvolvimento e força dos países aos investimentos realizados na escolarização<sup>43</sup>. Nessa direção, a organização de um espaço específico para a educação nas galerias em que as grandes inovações industriais eram expostas e o desejo manifesto pela continuidade dessa prática em diferentes edições permitem pensar sobre esses espaços como construtores de compreensões que se pretendiam “universais”.

De acordo com o conteúdo presente no Relatório da Exposição de 1862, a ideia de agrupar objetos escolares para serem examinados publicamente não era inédita. Contudo, segundo expresso no documento, as mostras, até então realizadas com esse intuito, tinham um caráter exclusivamente pedagógico e uma abrangência local<sup>44</sup>: apenas, nessa Exposição, os artefatos utilizados na educação foram reunidos e passaram a concorrer em uma competição geral de produtos industriais<sup>45</sup>. A organização de um segmento relativo aos objetos escolares na Exposição Universal de 1862 seria, na perspectiva de M. Rapet, o princípio de uma prática que se deveria estender para as futuras edições do evento. Em suas palavras,

Uma exposição geral dos objetos relacionados à educação, tal qual a realizada pela primeira vez em Londres em 1862, poderia, portanto, ser considerada apenas um ensaio; era, de certa forma, um broto depositado para o futuro, mas um broto que nele se desenvolverá, esperamos, e nele dará bons frutos (RAPET, 1862, p. 16, tradução livre)<sup>46</sup>.

Como se pode observar no excerto apresentado a seguir, extraído do relatório sobre “Material de ensino elementar”, escrito por Saint-Edme (1862), e disponível nos Anais do Conservatório Imperial de Artes e Ofícios publicado pelos Professores<sup>47</sup>, o reconhecimento da relevância de movimentos em torno da institucionalização da educação, sobretudo no nível

---

<sup>43</sup> Nos relatórios analisados é possível encontrar discursos que buscam reafirmar o papel da educação no sentido de fortalecer e regenerar a população em torno de uma cultura considerada adequada. No relatório escrito por Flandin (1862), por exemplo, defende-se que “[...] as crianças instruídas sob a influência benéfica de uma educação moral e inteligente, tornar-se-ão cidadãos úteis à nação e capazes de promover a prosperidade e a grandeza” (FLANDIN, 1862, p. 3).

<sup>44</sup> Para validar seu argumento, M. Rapet (1862) relembra uma exposição local realizada em Londres, no ano de 1854, a qual teve como repercussão a criação de um museu escolar, que passou a ser abrigado no Museu Geral de Artes e de Ciências, localizado em South Kensington, Inglaterra.

<sup>45</sup> No Relatório escrito por Ferdinand Buisson (1875) reafirma-se que foi na edição de 1862 a primeira vez que uma Exposição Universal dedicou uma classe exclusiva para o ensino. Contudo, nesse mesmo relatório, Buisson informa que em 1855 foi realizada uma primeira tentativa de organizar uma subdivisão especial para apresentação de materiais do ensino elementar na Exposição de Paris, sem bons resultados.

<sup>46</sup> No original: “Une exposition générale des objets relatfs à l'enseignement, telle qu'elle a été réalisée pour la première fois à Londres en 1862, ne pouvait donc être considérée que comme un essai; c'était, en quelque sorte, un germe déposé pour l'avenir, mais un germe qui s'y développera, nous l'espérons, et y portera d'heureux fruits” (RAPET, 1862, p. 16).

<sup>47</sup> Importante ressaltar que esse documento reúne memórias sobre as exposições e segundo consta em sua abertura, busca evidenciar situações e fatos que possam ser importantes para a indústria, tanto pela novidade quanto por sua importância técnica.

primário, não era ainda uma ideia hegemônica, mas que buscava ser conquistada por meio de autoafirmações, da criação de aparatos legislativos e da adoção de estratégias como a alocação de um espaço exclusivo para inventos e discussões sobre esse tema, demonstrando aos produtores de artefatos, no seio de eventos que propagavam a força da indústria e do comércio, que a educação poderia ser um nicho para seus investimentos e lucros.

Das trinta e seis classes que compõem a Exposição de Londres, a que menos atrai a atenção dos visitantes, ao mesmo tempo, devido à sua aparência modesta e à falta de abundância de seus produtos, é a classe **vinte e nove**, cujo título oficial é **Materiais de ensino primário** (SAINT-EDME, 1862, p. 276, tradução livre, grifo do autor<sup>48</sup>).

Afirmarões como a de Saint-Edme (1862) permitem pensar que esses entendimentos são construídos paulatinamente, tendo em vista que na primeira tentativa de inserção da educação e seus artefatos na Exposição Universal de Londres não houve, em sua perspectiva, um engajamento satisfatório. Ao realizar uma comparação entre o número de visitantes nesta e nas demais classes de invenções e tecnologias, Saint-Edme (1862) destacou maior participação nas outras classes e atribuiu como razões a pouca quantidade de artefatos e aparência modesta da sessão educacional.

Além disso, a baixa participação, segundo o relator, não poderia ser atribuída apenas ao público, mas também ao número de nações que destinaram um espaço específico em seus galpões para os artefatos, métodos de ensino e resultados produzidos para/na escola. Apenas França, Inglaterra e os países que integraram o acordo Zollverein<sup>49</sup> atenderam ao convite e realizaram uma exposição especial para que pudesse ser promovida uma competição internacional dedicada ao tema. Nos termos do relator, os demais países “ou não entenderam o significado real da questão ou não quiseram levá-lo em consideração<sup>50</sup>” (SAINT-EDME, 1862 p. 276, tradução livre), e, apesar de ser possível localizar instrumentos e livros relacionados à educação em seus galpões, não organizaram uma exposição geral sobre o tema.

A opção da França em concentrar seus esforços na apresentação dos materiais do nível primário, diferentemente da Inglaterra que se dedicou à educação em geral, estaria, segundo o

---

<sup>48</sup> No original: “Des trente-six classes dont se compose l'Exposition de Londres, celle qui attire les moins les regards des visiteurs, tout à la fois, à cause de son apparence modeste et du peu d'abondance de ses produits, c'est la classe **ving-neuf**, dont le titre officiel est **Matériel de l'enseignement élémentaire**” (SAINT-EDME, 1862, p. 276, grifo do autor).

<sup>49</sup> Um acordo firmado que previa uma zona de livre trânsito de produtos e matérias-primas. Segundo André Honório Mendes Pheeney Silva (2012) este processo de integração regional foi fundamental para a unificação da Alemanha, no século XIX.

<sup>50</sup> No original: “[...] ou n'ont pas compris le vrai sens de la question, ou n'ont pas voulu en tenir compte” (SAINT-EDME, 1862 p. 276).

apresentado no relatório elaborado por Saint-Edme, relacionada ao desejo de encontrar soluções para as dificuldades que o país enfrentava nesse nível de ensino. Nesse período, muitas pessoas, homens e mulheres, não sabiam ler e nem escrever e, diante desse argumento e por entender que estimularia debates relativos à obrigatoriedade da escolarização, Saint-Edme (1862) advoga nesse documento sobre a importância da criação de uma classe relacionada ao ensino nas Exposições Universais. Para ele, decretar a obrigatoriedade da educação primária<sup>51</sup> e criar formas de se repreender os responsáveis que insistissem em privar seus filhos de frequentarem as escolas, seriam ações essenciais para sanar aquilo que era por ele anunciado como um problema da “ignorância”. A passagem a seguir ajuda a observar alguns dos entendimentos que se tentavam construir e legitimar por meio desses eventos:

O ponto de partida da civilização de um Estado baseia-se na necessidade, para cada um de seus membros, de saber ler, escrever e contar; é somente na condição de possuir essa educação obrigatória que o homem é digno de ocupar sua posição na sociedade (SAINT-EDME, 1862, p. 277, tradução livre)<sup>52</sup>.

Nessa direção, cabe ressaltar o investimento para dar à educação um lugar de destaque em Exposições realizadas em anos posteriores. Como será discutido mais adiante, a pompa dos espaços e a seleção criteriosa dos artefatos com base em padrões de qualidade seriam algumas das estratégias utilizadas. Ao relatar acerca dos trabalhos sobre a Instrução Primária apresentados na Exposição Universal de Viena, realizada em 1873, Ferdinand Buisson (1875), por exemplo, resalta a relevância do evento para o conhecimento de novas técnicas, objetos e métodos de ensino por parte da sociedade francesa, e, assim como fizeram os responsáveis pela produção dos relatórios dos anos anteriores, evidencia os avanços que foram possíveis observar na área educacional. Em sua percepção, o aumento das estruturas destinadas à temática, proporcionou um destaque ao evento realizado em Viena quando comparado à Exposição de 1867. Essa ampliação, todavia, também foi entendida pelo relator como responsável por algumas dificuldades como, por exemplo, a de combinar previamente entre diferentes países as metas buscadas e as bases comuns para a execução de suas mostras, desafios que resultaram em tratamentos, objetos e matérias desiguais expostos na classe do ensino primário<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> De acordo com as informações disponíveis no referido documento essas leis já eram postas em prática na Alemanha, na Prússia, na confederação Zollverein; a França e a Inglaterra, por sua vez, eram países que ainda possuíam muitas pessoas que ignoravam essa necessidade.

<sup>52</sup> No original: “Le point de départ de la civilisation d'un État repose sur la nécessité, pour chacun de ses membres, de savoir lire, écrire et compter; ce n'est qu'à la condition qu'il possède cette éducation obligatoire que l'homme est digne d'occuper son rang dans la société” (SAINT-EDME, 1862 p. 277).

<sup>53</sup> Em artigo que analisa a participação de representantes de quatro países (Japão, França, Estados Unidos da América e Alemanha) em edições das Exposições Universais, publicado na Revista História da Educação, Klaus

Dentre os indicativos que colaboram com o entendimento sobre os movimentos para que a materialidade escolar fosse conquistando seu espaço diante das preocupações das autoridades de ensino e industriais, está a instituição de duas classes dedicadas à educação<sup>54</sup> na Exposição Universal de Paris (1867)<sup>55</sup>. A transcrição do discurso proferido por Philibert Pompé (1868) permite observar um aparente crescimento do interesse da população que frequentava as Exposições em observar os inventos e trabalhos expostos nas galerias dedicadas à apresentação de artefatos voltados ao ensino. Sua fala dá a entender que o tamanho reduzido do espaço reservado para a Educação nas galerias da Exposição tenha causado um descontentamento por parte do Ministro da Instrução Pública, que determinou a abertura de um anexo especial no jardim do prédio que abrigava o referido Ministério.

Outros discursos, proferidos nas Conferências Pedagógicas realizadas em Sorbonne no decorrer da Exposição Universal de 1867, também auxiliam a reforçar esse entendimento. O educador M. Malgras (1868) proferiu duas conferências que possuíam como tema central *A organização material das escolas*. Na primeira, discorre sobre os edifícios escolares e, na segunda, concentra suas reflexões na discussão sobre o mobiliário e os *objetos clássicos* para o ensino: papel, *tinta*, *lápiz* e *penas*.

Entre mobiliário e utensílios citados pelo conferencista estão aquecedores; mesa-bancos; *tinteiros*; ardósias; quadros-negros; ábacos; objetos de pesos e medidas; mapas geográficos; imagens; apitos e sinetas; pêndulos para controle do tempo; bacia para limpeza; quadros de escrita e de leitura. Um exemplo do entendimento que circulava com relação a esses instrumentos e acessórios, contemplado no discurso do educador e em outros relatórios analisados, é a associação direta realizada entre as condições materiais e o trabalho desenvolvido. Ao discorrer sobre os “objetos clássicos”, afirma que

---

Dittrich (2013) reforça que esses eventos apresentavam temas relacionados desde os jardins de infância às universidades, porém, o foco estava no ensino primário, no ensino técnico e, apenas posteriormente, no ensino superior.

<sup>54</sup> Classe 89, relativa a materiais e métodos de ensino para crianças e Classe 90, que incluiria tudo o que concerne ao ensino secundário das crianças e ao ensino primário, secundário e técnico dos adultos.

<sup>55</sup> Para Philibert Pompé (1868) esse feito estaria relacionado à repercussão da invenção da classe vinte e nove na Exposição de Londres (1862).

Para um bom trabalho, são necessárias boas ferramentas; você garantirá que os alunos tenham em suas mãos papel excelente, **tinta bastante preta, lápis adequados, penas bem escolhidas e especiais para os diversos tipos de escrita**. Todos esses objetos serão cuidados e mantidos devidamente limpos; você nunca permitirá que os livros, os cadernos fiquem sujos, mordiscados, rasgados, o que anuncia desordem; **tudo ao seu redor deve estar limpo, bem arrumado e os olhos devem repousar agradavelmente em tudo à sua volta**.

Eu não terminaria, se quisesse mostrar as vantagens e as desvantagens de todos os objetos clássicos; mas sei que podemos confiar em sua experiência e no seu amor pelo progresso (MALGRAS, 1868, p. 177, tradução livre, grifo nosso)<sup>56</sup>.

A partir do discurso proferido por Malgras (1868), é possível identificar algumas exigências em torno de instrumentos e acessórios de escrita que teriam como destino a utilização nas escolas. Para o conferencista, não bastaria que estudantes tivessem acesso aos objetos “clássicos”, mas que esses possuíssem características físicas que favorecessem práticas educativas que prezassem pela limpeza, pela saúde e pela ordem. Ao destacar, por exemplo, que a tinta adotada deveria ser muito preta, fica evidente uma preocupação do educador com as condições em que os registros seriam efetuados. Uma tinta mais escura traria benefícios para a escrita e a leitura, uma vez que cuidados com a saúde também estavam em pauta em discussões educativas e higiênicas do período.

Considerando que as Exposições Universais foram espaços de difusão de ideias e contribuíram para a elaboração e comercialização de objetos escolares, atender critérios estabelecidos e avaliados por comissões e júris poderia resultar em premiações e, conseqüentemente, contribuir para impulsionar as vendas. Dessa forma, o discurso de Malgras (1867) permite observar, ainda que indiretamente, alguns dos requisitos para que um instrumento ou acessório de escrita fosse considerado digno de estar presente em instituições educativas, dentre eles, o cuidado com a saúde e com a higiene.

De acordo com Aida Terrón Bañuelos (2000) no decorrer do século XIX, como uma das repercussões da revolução industrial, ampliam-se as discussões sobre a necessidade de intervir na higiene dos espaços urbanos, a partir do cuidado com potenciais propagadores de doenças. Nessa empreitada, as escolas passariam a estar no foco das atenções e deveriam seguir critérios

---

<sup>56</sup> No original: “Objets classiques. – Pour bien travailler, il faut de bons outils; vous ferez en sorte que les élèves aient entre les mains d'excellent papier, de l'encre bien noire, des crayons convenables, des plumes bien choisies et spéciales aux divers genres d'écritures. Tous ces objets seront soignés et tenus très-proprement; vous ne permettrez jamais que les livres, les cahiers soient souillés, mordillés, déchirés, cela annonce du désordre; il faut qu'autour de vous tout soit propre, bien rangé et que l'oeil se repose agréablement sur tout ce qui vous environne. Je ne finirais pas, si je voulais vous montrer les avantages, les inconvenients de tous les objets classiques; mais je sais qu'on peut s'en rapporter pour cela à votre expérience et à votre amour du progrès” (MALGRAS, 1868, p. 177).

específicos de higiene pública, os quais seriam promovidos por meio de políticas sociais e econômicas.

Segundo a autora, esse movimento impactou em mudanças significativas no cotidiano escolar com prescrições de normas para organização das disciplinas e quadros de horário, calendários de atividades, distribuição dos alunos no espaço da sala de aula, disposição e cuidado com a mobília e com os materiais escolares. Dessa forma, discussões sobre higiene e educação aparecem em Exposições e Congressos Internacionais nos quais são apresentadas conquistas em diferentes áreas (econômica, industrial, educativa etc.) e, com o tempo, vão obtendo um espaço cada vez maior. Os indicativos localizados na pesquisa realizada para a produção desta tese reforçam esse entendimento, possibilitando perceber preocupações em torno da adequação dos instrumentos e acessórios para escrita a questões de saúde e higiene<sup>57</sup>.

Observa-se, ainda, na argumentação construída por M. Malgras<sup>58</sup>, que o progresso das nações aparece associado aos indicadores de escolarização, sendo o aprendizado da escrita um dos aspectos mencionados. Nesse panorama, o registro de sua fala demonstra uma preocupação em construir com os educadores um compromisso em prol desses objetivos. O cuidado com a escolha dos artefatos e com as condições de higiene que os professores e estudantes precisariam mantê-los chama atenção, uma vez que a materialidade, adequada e higiênica, é anunciada para os docentes que frequentavam esses eventos como a base da educação primária. Na perspectiva defendida por Malgras (1867, p. 171), “sem instalações adequadas, bem mobiliadas com objetos clássicos, não há escola digna desse nome”.

Diante disso, ressalta-se novamente o caráter didático das Exposições Universais no que se refere à construção de referenciais que serviriam como modelos e inspirações para a modernização das condições de ensino e dos espaços educativos. O registro de Malgras (1867) reforça uma ideia em circulação no período, de que a educação poderia contribuir para o desenvolvimento da indústria e de seus inventos. A seguir, apresentam-se alguns trechos retirados da transcrição de sua palestra, com o intuito de ilustrar esse entendimento:

---

<sup>57</sup> O trabalho de Márcia de Paula Gregório Razzini (2008), por exemplo, apresenta recomendações de médicos higienistas feitas a professores, com relação a necessidade de se atentarem para a forma considerada correta de segurar as penas e da necessidade de inspeção para evitar problemas de saúde e o uso de materiais escolares inadequados

<sup>58</sup> Conferência que tinha como temática “Mobiliário escolar e objetos clássicos”, proferida em 14 de setembro de 1867.

[...] Percorra as vastas galerias do Champ de Mars, veja essas máquinas gigantescas tão dóceis sob a mão do homem, **admire as riquezas da indústria** (MALGRAS, 1867, p. 171, tradução livre, grifo nosso);

[...] Saindo das duas salas onde, pela primeira vez na França, encontram-se reunidas as produções escolares, você continuará seu percurso no Palais du Champ de Mars pela galeria circular, chamada de galeria de Materiais de Artes Liberais. Passando sucessivamente diante dos produtos de cada país, **você encontrará nesta galeria coleções notáveis que podem ser usadas em suas escolas** (MALGRAS, 1867, p. 172, tradução livre, grifo nosso);

[...] É assim que não teremos mais nada a invejar aos estrangeiros, e que a Exposição Universal nos terá proporcionado a ideia de introduzir em nossas escolas coleções semelhantes às que você poderá ver na Exposição situada na galeria dos materiais de artes liberais.

Você será então um professor completo, **pois com uma organização material adequada, terá aderido a um ensino metódico e aos procedimentos reconhecidos como os mais adequados**; porque, seguro de si mesmo e animado por sentimentos melhores, você caminhará direto para a meta que todos buscamos, de formar homens inteligentes, morais e religiosos (MALGRAS, 1868, p. 178, tradução livre, grifo nosso)<sup>59</sup>.

Como um exemplo do destaque à escrita e à leitura e da magnitude dos eventos, apresenta-se uma ilustração contida na 38ª remessa da publicação internacional autorizada pela Comissão Imperial, intitulada *L'Exposition Universelle de 1867 illustrée* e publicada na França, no dia 18 de setembro de 1867. A Figura 1, a seguir, é uma arte produzida pelo ilustrador francês Dieudonné Lancelot para representar o pórtico idealizado por Sebastien Cornu, que servia como entrada da sessão relativa à instrução pública, organizada pela comissão francesa na exposição sediada em Paris, no ano de 1867.

---

<sup>59</sup> No original: “Parcourez les vastes galeries du Champ de Mars, voyez ces gigantesques machines si dociles sous la main de l'homme, admirez les richesses de l'industrie (MALGRAS, 1868, p. 171); En quittant les deux salles, où, pour la première fois en France, se trouvent réunies les productions scolaires, vous continuerez votre course dans le Palais du Champ de Mars par la galerie circulaire qu'on appelle la galerie du matériel des arts libéraux. En passant successivement devant les produits de chaque pays, vous trouverez dans cette galerie des collections remarquables qui peuvent être utilisées pour vos écoles (MALGRAS, 1868, p. 172); C'est ainsi que nous n'aurons plus rien à envier aux étrangers, et que l'Exposition universelle nous aura fourni l'idée d'introduire dans nos écoles des collections analogues à celles que vous pourrez voir à l'Exposition dans la galerie du matériel des arts libéraux. Vous serez alors l'instituteur complet, parce qu'une organisation matérielle convenable, vous aurez joint un enseignement méthodique et les procédés reconnus les plus convenables; parce ue, sûrs de vous-mêmes, et animés de meilleurs sentiments, vous marcherez droit au but que nous poursuivons tous, de former des hommes intelligents, moraux et religieux (MALGRAS, 1868, p. 178).



Figura 1 - Ilustração da entrada das Classes 89 e 90: Exposição Universal de Paris, 1867



Fonte: Ch. Sauvestre (1867, p. 113).

Os detalhes visualizados na imagem, assim como as descrições feitas por Sauvestre (1867) sobre os lugares destinados às exposições dos produtos, permitem pensar sobre intencionalidades construídas com e sobre os objetos. Conforme explica Sauvestre (1867), há dois grupos representados em forma de estátua na entrada das classes 89 e 90: um, próximo à coluna esquerda simbolizando a educação das crianças; e outro, à direita, retratando a instrução dos adultos. Além dessas referências, observam-se duas estátuas isoladas de cada lado do pórtico, uma feita por alunos da escola municipal de desenho, homenageando Johann Heinrich Pestalozzi e outra, produzida por alunos os freis das escolas cristãs, simbolizando Jean-Baptiste de La Salle. Como se vê, havia um cuidado para que os espaços fossem agradáveis e que, ao mesmo tempo, demonstrassem o adiantamento dos países com relação aos temas expostos.

Ao analisar atentamente a Figura 1, refletindo acerca de propósitos envolvidos na disposição e escolha dos artefatos, é possível observar a inscrição em francês da frase “No país do sufrágio universal, todo cidadão precisa saber ler<sup>60</sup>”. Apesar do documento não apresentar elementos que dizem respeito a instrumentos e acessórios de escrita, a presença desse slogan na representação da entrada da galeria de Instrução Pública, associada aos escritos de Sauvestre (1867) na página seguinte do documento, nos quais reforça também a necessidade de todo

<sup>60</sup> Vale lembrar que a referência é pela escolha de governantes pelo voto, mas ele não tem a universalidade que conhecemos hoje; na França as mulheres adquirem o direito ao voto entre 1944-1945, no Brasil foi em 1927.

cidadão saber escrever, permite a reflexão sobre o impacto da leitura e da escrita tanto no desenvolvimento de produtos industriais quanto de métodos de ensino que incidiriam na organização das escolas.

## 1.2 LEITURA E ESCRITA: ARTEFATOS PARA AS “PRIMEIRAS APRENDIZAGENS”

Conforme apresenta Steven Roger Fischer (2009), é importante compreender que a escrita não se resume ao sistema alfabético ao qual estamos habituados. Sistemas de escrita diferentes entre si utilizaram artefatos variados ao longo do tempo para seu registro como, por exemplo, o estilete de entalhe, o pincel de madeira fina e o buril sobre argila. Para o autor, dentre suas variadas funções, uma delas é a de transmitir o pensamento e a fala humana, tendo em vista que uma das raízes dos sistemas de escrita é a de “[...] armazenar informação para comunicar, a si mesmos ou a outros, distantes no tempo e no espaço” (FISCHER, 2009, p. 13). Segundo apresenta em seu livro *História da Escrita*, existem variadas formas de compreender o que é a escrita<sup>61</sup>, dependendo da cultura. Para ele, a definição dos sistemas de escrita utilizados no decorrer da história está mais relacionada a questões econômicas, políticas, religiosas e culturais, do que propriamente por necessidades da língua e da escrita.

Chamo atenção ainda para os diversos suportes do escrito e para as formas de reprodução da escrita. A presente tese, ao tratar de instrumentos e acessórios de escrita, refere-se, basicamente, ao tipo manuscrito, uma forma de escrever que, segundo Roger Chartier (2002), difere-se de outras formas de escrita, tais quais a epigráfica, pintada ou impressa. Das escritas monumentais<sup>62</sup> às escritas que não se vinculavam às normas estéticas dominantes, como inscrições localizadas entre os séculos XVI e XIX em cartazes, portas e objetos cotidianos, os registros manuscritos correspondiam a formas de manifestação com interesses variados<sup>63</sup>.

Conforme Jean Hébrard (1990), o ensino simultâneo da leitura e da escrita foi uma grande inovação no âmbito da educação escolar. Suas pesquisas ajudam a compreender que a inserção da população na cultura da escrita é realizada com a ação de instituições heterogêneas

---

<sup>61</sup> Geoffrey Sampson (1996, p. 24), discorre que é muito difícil definir o que se compreende por escrita, porém, entre suas propriedades características, ressalta que ela pressupõe comunicar ideias específicas e “[...]de maneira convencional”.

<sup>62</sup> Escritas que representavam a autoridade de determinados sujeitos, presentes em edifícios religiosos na Itália dos séculos XI e XIII e em esculturas funerárias, nas quais se realizavam registros no século XVII, por exemplo (CHARTIER, 2002).

<sup>63</sup> Não é por acaso a existência da chamada perícia gráfica, que verificava as escritas, observando aquelas que seriam ou não consideradas autênticas, assim como o que Chartier (2002) chama de “ação da delegação da escrita”, presente desde as sociedades antigas até os séculos XIX e XX, quando aqueles que não dominam a escrita solicitam a um “mediador de pena” que realize a tarefa.

e de diferentes objetivos, o que permite problematizar as dificuldades de se precisar as origens do entendimento desses saberes como requisitos básicos de aprendizagem das crianças.

Segundo o autor, a escola pode ser entendida como uma das instituições que constitui e difunde o *ler-escrever-contar* como saberes-base para todos e, ao assumir para si essa função e estabelecer novas finalidades para sua aprendizagem, carrega consigo alguns vestígios de seu passado. Em sua perspectiva, a definição desse trio como ensino considerado elementar permitiu, por exemplo, a avaliação do progresso da alfabetização e da instrução por meio da institucionalização da escola. Em suas palavras,

Aprender a ler-escrever-contar supõe ao menos um tempo e um espaço específicos, com frequência uma pessoa em quem se reconhece a capacidade de instruir e a quem se remunera, enfim, os instrumentos sem os quais a transmissão não poderia ter lugar. Se a escola não é sempre o local dessa mediação, é porque certos grupos sociais, introduzidos desde muitas gerações na cultura escrita, mantêm estas primeiras aprendizagens no domínio familiar (HÉBRARD, 1990, p. 68).

Outro movimento destacado pelo autor foi o dos reformadores da Igreja (de Lutero a Calvino), que assumem a leitura e, talvez a escrita, como as “[...] novas ‘primeiras aprendizagens’, tanto mais importantes quanto se as imagina, tão essenciais à salvação das almas quanto para o recuo do papismo” (HÉBRARD, 1990, p. 69). Segundo o autor, o ensino da leitura, que ocorre desde o fim do século XVI na Europa, não estava associado à necessidade de que os fiéis aprendessem a escrever aquilo que se lia, mas ligado a práticas de memorização das orações e demais assuntos estudados, tendo como suporte o texto impresso.

A partir do século XVII, a escola, para conquistar (em certos casos, reconquistar) seu público, devia oferecer a ele mais que uma formação religiosa. Os primeiros a compreender isso de maneira evidente são, na França, os freis das escolas cristãs. Esta congregação nasceu pela iniciativa de Jean-Baptiste de la Salle, no final do século XVI, para reconquistar o povo das cidades em forte e contínua descristianização. O fundador compreende que a escola não deve se contentar em catequizar: ela deve dar também os instrumentos os quais os artesãos e os mercadores dos centros urbanos necessitam em sua vida cotidiana. Esses instrumentos são, não apenas a leitura, mas também a escrita e o cálculo (HÉBRARD, 2007, p. 16).

Apesar desse objetivo, o alto preço e o uso complexo dos materiais de escrita (papel, pena de ganso e tinta) dificultaram a propagação dessa prática em muitas instituições escolares. De acordo com seu trabalho, é apenas no século XIX que o ensino da escrita passa a acontecer de forma generalizada nestas instituições e isso se dá devido ao avanço tecnológico dos

instrumentos utilizados para escrever<sup>64</sup>, assim como ao barateamento do papel e pela produção dos cadernos, que permitiriam sequenciar os exercícios desenvolvidos. Em discursos pedagógicos de reformadores da Terceira República francesa, aprender a ler, *escrever* e contar era percebido como uma prática essencial que deveria ser desenvolvida nos primeiros anos do curso primário<sup>65</sup> – uma trilogia “produzida na e pela escolarização” (HÉBRARD, 1990, p. 67). Segundo o autor, as avaliações do sucesso escolar e do grau de desenvolvimento da instrução dos países foram pautadas, durante muito tempo, na verificação da aprendizagem desses ensinamentos, considerados elementares.

Hébrard (1990) discorre que o barateamento do papel e a produção dos cadernos, particularmente a partir do ano de 1860, foram responsáveis por torná-lo o “instrumento privilegiado do exercício escolar” (HÉBRARD, 1990, p. 17). Os dados localizados na pesquisa desenvolvida para a construção desta tese ajudam a refletir sobre alguns dos desafios enfrentados para a consolidação do uso desses suportes da escrita na França como, por exemplo, a baixa qualidade do material utilizado, que fazia com que a tinta depositada pela pena passasse para o lado oposto o que, além de sujar, atrasaria o andamento dos trabalhos das crianças.

Os exemplares de papel e cadernos contidos na Exposição [apresentados pela Inglaterra, no evento realizado em 1862] eram de qualidade muito superior ao papel usado na França. Este papel incomparavelmente mais resistente que o nosso e é justo dizer que não é somente o caso daquele que estava exposto nas vitrines para observação, os que vimos em todas as escolas inglesas eram de mesma qualidade. [...] Devemos destacar também que o detestável papel empregado nas escolas francesas contribui para manter entre os alunos hábitos de negligência e desasseio, contrários ao objetivo essencial da educação (RAPET, 1862, p. 38, tradução livre).<sup>66</sup>

Sabemos que suportes, acessórios e instrumentos de escrita não podem ser analisados isoladamente. A adoção de um suporte traz impactos e resulta na necessidade de uso de instrumentos e acessórios adequados, que permitam a realização do registro. Contudo, conforme já mencionado, nem sempre a escrita fez parte do cotidiano escolar e, de acordo com

---

<sup>64</sup> A partir do texto de Márcia de Paula Gregorio Razzini (2008), é possível pensarmos sobre relações entre a ampliação do mercado de materiais escolares e a institucionalização da instrução popular, compreendendo a materialidade (arquitetura, mobiliário escolar e artefatos de ensino) como elementos necessários e centrais em projetos de escolarização.

<sup>65</sup> Hébrard (1990), ao tratar do assunto, menciona as Leis sancionadas por François Guizot e Jules Ferry, ambas responsáveis por reorganizações no ensino primário francês.

<sup>66</sup> No original: “Les spécimens de papiers et de cahiers que contenait l’Exposition étaient d’une qualité bien supérieure au papier employé en France. Ce papier est incomparablement plus fort que le nôtre, et il est juste de dire que ce n’est pas seulement le cas de celui qui était exposé aux regards dans les vitrines; celui que nous avons vu dans toutes les écoles anglaises était de même qualité. [...] Faisons remarquer encore que le papier détestable qu’on emploie dans les écoles françaises contribue à entretenir chez les élèves des habitudes de négligence et de malpropreté contraires au but essentiel de l’éducation” (RAPET, 1862, p. 38).

o que apresenta António Viñao Frago (2002)<sup>67</sup>, essa prática possui uma história que, com o tempo, foi sofrendo alterações: de uma relação estritamente profissional, comercial e utilitária vai se popularizando em outros espaços e passa a ser ensinada também em instituições educativas, deixando de ter uso vinculado exclusivamente aos escribas.

De acordo com o autor, para um melhor entendimento em torno da escrita que ocorre nas escolas, é importante considerar também aquilo que acontece fora desse espaço. Em sua perspectiva, não é simples o processo de pesquisa para compreender sentidos e significados em torno do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita. Para Viñao Frago (2002), as legislações, os programas de ensino, as memórias e autobiografias, os cadernos escolares, assim como os *instrumentos utilizados* podem ser considerados como documentos valiosos para analisar os panoramas das ordenações legais, das práticas escolares e/ou das difusões de métodos e materiais de ensino.

A leitura dos Relatórios permitiu identificar também que, além do papel, inovações relacionadas aos modelos e formatos das ardósias<sup>68</sup> ganham força e espaço nas Exposições Universais. Propostas que previam o uso de diferentes materiais<sup>69</sup> e dimensões influenciavam na qualidade dos objetos apresentados e, conseqüentemente, nos preços definidos para sua comercialização. A utilização das ardósias individuais por parte dos estudantes resultaria na adoção de instrumentos de escrita adequados. Pena e tinta, nesse caso, não seriam recomendados, mas sim lápis de pedra e/ou giz, dependendo do caso. Para apagar o conteúdo registrado, por sua vez, não deveriam ser utilizados como acessórios as borrachas tais quais as utilizadas no tempo presente em papel, mas um pano seco ou esponjas<sup>70</sup>.

No relatório produzido por Rapet (1862), identificou-se que na Inglaterra os quadros-negros, utilizados de forma coletiva e pelo professor, tinham seu uso associado ao ensino oral e ao uso da ardósia como suporte individual para a escrita. Segundo o relator, diversos exemplares foram enviados pela comissão inglesa para as Exposições Universais. Apesar das

---

<sup>67</sup> Conforme informado em nota, o referido texto, publicado em 2002, foi utilizado como base para exposição oral do pesquisador no I Congresso Nacional de Lengua Escrita, organizado pelo Centro de Profesores y Recursos Murcia II / Espanha, realizado entre 3 e 6 de junho de 1999.

<sup>68</sup> Sobre ardósias, indica-se o trabalho de Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016), intitulado “Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX”.

<sup>69</sup> Como exemplos, pode-se citar ardósias comuns, ardósias revestidas por metal (1862), ardósias que podem ser fixadas nas carteiras (1867), ardósia natural ou fictícia (1873).

<sup>70</sup> Com base em Dicionário de Larousse (1933), Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016, p. 46), descreve a esponja “[...] como um corpo do grupo dos espongiários, que pode ser classificado como animal ou vegetal. Este corpo é empregado para diversos usos, dada sua propriedade de absorver e reter líquidos e também de se deixar espremer com ligeira pressão. Exemplo disto são as esponjas de banho e cozinha, cujo uso doméstico é corrente na França desde o século XVI. [...] É a propriedade de absorção da esponja que é empregada no uso escolar: em lugar de umidade, absorve o pó de giz com o qual se escreve sobre a ardósia”.

variedades de modelos apresentados, Rapet (1862) afirma não conseguir expressar ao leitor as formas engenhosas com que foram pensados, pois não tinha como colocar suas imagens no relatório. Todavia, suas descrições permitem identificar semelhanças entre o giz, o lápis de pó<sup>71</sup> e as penas metálicas utilizadas na França e na Inglaterra, assim como algumas singularidades no que se refere aos lápis de chumbo utilizados na Inglaterra, que, se comparados aos franceses, possuíam uma qualidade superior devido a matéria prima utilizada.

Concomitante ao uso do quadro negro e das ardósias, o papel também era adotado nas instituições escolares da Inglaterra para algumas atividades, o que vinculava a necessidade também da presença da pena, da tinta e do tinteiro. O uso simultâneo de diferentes suportes, instrumentos e acessórios de escrita permitiria, nesse país, algumas estratégias para garantia de uma maior durabilidade dos objetos: ao finalizar a tinta utilizada para escrever com a pena no papel, o tinteiro permanecia com uma sobra depositada em seu interior.

Para evitar o brilho que incomoda a vista, os quadros-negros nunca são envernizados; e, enquanto na França usam-se frequentemente quadros nos quais o giz não aparece mais, porque são utilizados por muito tempo depois que a tinta desapareceu, sempre acreditando que é preciso de um pintor para escurecê-las, eles são mantidos em boas condições na Inglaterra, borrando-os de forma frequente com o depósito que se forma na parte inferior dos tinteiros. É assegurado que esse não é apenas o sistema mais econômico, mas também o melhor<sup>72</sup> (RAPET, 1862, p. 39, tradução livre).

Como é possível perceber no excerto acima, a tinta que sobrava no tinteiro era utilizada por professores para reforçar a pintura dos quadros-negros, permitindo assim que a escrita com giz ficasse legível por mais tempo para os estudantes. Após esse procedimento, a limpeza da lousa deveria ser realizada com uma esponja ou com um pano seco. Ações como essas permitem refletir que o provimento material das instituições escolares não diz respeito apenas à incorporação de objetos nas salas de aula. Mas, estava relacionado também a aspectos mais amplos, tais quais os usos, rotinas e práticas desenvolvidas, impactando, dessa maneira, a cultura (material) escolar que vinha sendo idealizada e a produção de necessidades para esses espaços.

---

<sup>71</sup> Tradução livre para *crayon de talc*. Nos processos de pesquisa não foi possível localizar definição para o termo nos Dicionários organizados por Buisson e por Campagne.

<sup>72</sup> No original: “Afin d’empêcher le mioitement qui gêne la vue, les tableaux noirs ne sont jamais vernis; et, tandis qu’en France on emploie fréquemment des tableaux sur lesquels la craie ne paraît plus, parce qu’on s’en sert longtemps après que la peinture a disparu, croyant toujours avoir besoin d’un peintre pour les noircir, on les maintient en bon état en Angleterre en les barbouillant fréquemment avec le dépôt qui se forme au fond des encriers. Ce n’est pas seulement, assure-t-on, le système le plus économique, c’est encore le meilleur” (RAPET, 1862, p. 39).

### 1.3 ENSINO DA ESCRITA E NOÇÃO DE MODERNIDADE PEDAGÓGICA LEGITIMADA PELAS EXPOSIÇÕES

Conforme mencionado, antes dos materiais escolares terem um espaço exclusivo, eles apareciam de forma dispersa nas Exposições Universais: livros e manuais, em seções relativas a livreiros e exemplares de arte tipográfica; mapas, atlas e modelos de desenhos, em competições de espécies de gravuras; instrumentos de matemática eram expostos de forma agrupada em diferentes galpões; penas, lápis, papel, entre outros, por sua vez, disseminados em variados departamentos, os quais poderiam ser categorizados a partir de suas matérias-primas. Ao referir-se aos eventos anteriores ao de 1862, M. Rapet destaca que:

Foram vistos até mesmo diferentes outros produtos tais quais: penas, lápis, papel etc., todos de extrema importância para as escolas, pois trata-se de objetos que, todos os dias, servem a mais de quatro milhões de estudantes, para ficar apenas na França. Mas esses objetos foram disseminados nas diferentes classes às quais podem ser anexados, e ali foram considerados, não do ponto de vista do ensino, mas em relação ao seu uso geral<sup>73</sup> (RAPET, 1862, p. 17, tradução livre).

Os argumentos apresentados no relatório produzido por Rapet (1862) trazem indicativos de que, assim como os demais artefatos escolares, instrumentos e acessórios de escrita também passariam a figurar na classe relativa ao ensino a partir da Exposição de 1862. Se por um lado, a dispersão característica dos eventos anteriores permitia que os produtores localizassem com maior facilidade os artefatos similares produzidos por seus concorrentes, por outro, dificultava que o público interessado em assuntos relativos ao ensino soubesse onde buscar os objetos relacionados a escolarização.

Ao analisar os relatórios, sabe-se que, apesar de bastante detalhados, não dão conta de apresentar todos os artefatos divulgados e nem a totalidade do que ocorria nas grandes feiras. Assim como qualquer produção, são feitas escolhas, opções que se relacionam a quem escreve, para quem é direcionado o documento e as intenções com sua elaboração. Dessa forma, os relatórios, ao apresentarem dados sobre objetos enviados por representantes provenientes de

---

<sup>73</sup> No original: “On avait même vu figurer différents autres produits tels que: plumes, crayons, papier, etc., toutes choses qui ont une importance capitale pour les écoles, puisqu'il s'agit d'objets qui, chaque jour, servent à plus de quatre millions d'élèves, pour s'en tenir à la France seulement. Mais ces objets étaient disséminés dans les différentes classes auxquelles ils peuvent se rattacher, et ils y étaient envisagés, non pas au point de vue de l'enseignement, mais relativement à leur emploi general” (M. RAPET, 1862, p. 17).

diferentes localidades<sup>74</sup>, ora permitem encontrar informações bem detalhadas, ora, descrições mais sucintas.

Observar as escolhas, os discursos produzidos sobre as Exposições e refletir sobre o lugar dos instrumentos e acessórios de escrita nesses eventos foi um exercício interessante. Mesmo enfatizados por Rapet (1862) como artefatos de extrema importância para as escolas, a ênfase dos relatos não recai sobre eles. Todavia, são localizadas referências a esses materiais, as quais permitem perceber investimentos no que diz respeito à produção de inovações voltadas para que práticas de ensino acontecessem de maneira considerada eficiente e moderna. No excerto a seguir, observa-se a referência a uma invenção adotada na Suécia, um dispositivo presente nas mesas que tinha como objetivo auxiliar os estudantes a segurarem a pena.

[...] no que diz respeito ao ensino propriamente dito e ao material das escolas, encontravam-se apenas modelos de mesas com pernas em fundição firmemente estabelecidas e a um preço bastante moderado, **com um pequeno dispositivo do Sr. Enghart**, bastante empregado na Suécia, **para acostumar o aluno a segurar a pena**, mas cuja utilidade parece bastante fraca (RAPET, 1862, p. 27, tradução livre, grifo nosso)<sup>75</sup>.

Para além desse invento, que aparentemente não convenceu o relator de sua potência, também se localizam menções sobre a presença de variados modelos de tinteiros (recipientes nos quais se depositava a tinta utilizada para escrever), expostos pela comissão da Inglaterra e utilizados em mesas escolares desse país. Contudo, além de saber que eram encaminhados tinteiros para serem apresentados nas Exposições, os discursos localizados permitem observar um cuidado em enviar para o evento exemplares de tampas utilizadas para evitar o desperdício ou o ressecamento da tinta de escrever, um “detalhe” que na opinião de Rapet interessava muito às escolas.

Os dados presentes no relatório produzido por Rapet (1862) dão a entender que, tanto na Inglaterra quanto na França, quando não havia uma preocupação com a construção de um mobiliário com baixo custo, “Os tinteiros preferidos são os de faiança, e as tampas geralmente

---

<sup>74</sup> Alemanha, Saxe et Prusse, Bavière, Wurtemberg, Autriche, Belgique, Suisse, Russie, Suède, Norwège, Danemark, Pays-Bas, Italie, Colonies et Amérique, Angleterre e France

<sup>75</sup> No original: “[...] pour ce qui se rapporte à l’enseignement proprement dit et au matériel des écoles, on ne trouvait que des modèles de tables avec pieds en fonte solidement établis et d’un prix assez modéré, avec un petit appareil de M. Enghart, assez employé en Suède, pour habituer l’élève à tenir la plume, mais dont l’utilité paraît assez faible” (RAPET, 1862, p. 27).



preferidas são as tampas formadas por uma espessa folha de cobre, e que giram horizontalmente em torno de um parafuso [...]” (RAPET, 1862, p. 37, tradução livre)<sup>76</sup>.

Ainda nessa fonte, é possível observar que, apesar da necessidade em se possuir um tinteiro instalado nas carteiras para permitir o exercício da escrita em escolas inglesas e francesas, o uso concomitante das ardósias individuais por parte dos alunos exigiria a produção de instrumentos específicos para escrever, além de aparelhos adequados para apagar o conteúdo, realizando a limpeza do suporte. A ausência desses acessórios na exposição inglesa chama atenção do relator:

Com o uso tão frequente da ardósia, seria de esperar encontrar na Exposição algumas almofadas para apagar a escrita, com algum mecanismo para pendurá-las ou fixá-las na ardósia; é surpreendente ver que este pequeno aparelho, cuja limpeza exige o uso, é quase incomum nas escolas inglesas (RAPET, 1862, p. 38, tradução livre)<sup>77</sup>.

A preocupação com um tinteiro adequado, assim como com o acessório utilizado para apagar os conteúdos registrados nos quadros-negros e nas ardósias individuais, é um tema abordado também em Conferência Pedagógica realizada na Exposição Universal de 1867, proferida por Malgras. A transcrição da fala do educador permite perceber o desejo de implementação de uma invenção importada da América, qual seja, uma tábua que permitiria manter os quadros sempre limpos e bem escuros. De acordo com a descrição constante nesse documento, o artefato consistiria em:

Uma tábua, tão larga quanto a mão, sobre a qual é fixada uma pele de cordeiro com sua lã, é muito boa para apagar. Você poderá ver esse objeto na Exposição, é uma importação da América que substitui com vantagem o pano que se desintegra e a esponja que endurece (MALGRAS, 1867, p. 174, tradução livre)<sup>78</sup>.

Ainda segundo o conteúdo apresentado na Conferência, ao visitar a escola americana da Exposição, seria possível observar tinteiros e ardósias, fixados com parafusos e alinhados em todas as mesas, especialmente nas destinadas aos iniciantes. Além disso, há destaque para um

---

<sup>76</sup> No original: Les encriers auxquels on donne la préférence sont les encriers en faïence, et les couvercles les plus généralement préférés aussi sont les couvercles formés d'une feuille épaisse de cuivre, et tournant horizontalement autour d'une vis [...] (RAPET, 1862, p. 37).

<sup>77</sup> No original: “Avec un usage aussi fréquent de l'ardoise, on devait s'attendre à trouver à l'Exposition des tampons pour effacer l'écriture, avec quelque Moyen de les suspendre ou de les fixer à l'ardoise; on est surpris de voir que ce petit appareil, dont la propreté comande l'emploi, soit presque inusité dans les écoles anglaises”.

<sup>78</sup> No original: “Une planchette, large comme la main, sur laquelle on a fixé une peau d'agneau avec sa laine, est très-bonne pour effacer. Vous pourrez voir cet objet à l'Exposition; c'est une importation d'Amérique qui remplace avec avantage le linge qui s'éraïlle et l'éponge qui se durcit” (MALGRAS, 1868, p. 174).

sistema de tinteiros que poderiam ser fechados com uma arruela de cobre ou ferro forjado, evitando que a poeira estragasse a tinta presente no recipiente. De acordo com a descrição feita aos educadores, “É engenhoso, fácil, conveniente e de baixo custo” (MALGRAS, 1867, p. 174, tradução livre)<sup>79</sup>.

Um debate já desenvolvido no campo da educação é o de que a organização das escolas com vistas ao ensino da leitura e da escrita no decorrer da segunda metade do século XIX reverberou na idealização de diferentes artefatos, anunciados como necessários para o funcionamento de instituições escolares consideradas modernas. Nesse sentido, a análise dos documentos trouxe um questionamento à tona: se a escrita era entendida como principal foco da escolarização, por que a ênfase dos relatórios de educação não era nesses objetos, mas em outros artefatos? Identifica-se que eles aparecem nos relatórios, contudo, de forma pulverizada.

Em pauta, a superação de problemas relatados por educadores e a melhoria das condições de higiene dos professores, dos estudantes e do espaço escolar constavam como pontos considerados essenciais para o destaque de algumas invenções em detrimento de outras. Nos relatórios, portanto, nota-se entre outros elementos, a elaboração de modelos de carteiras com diferentes sistemas e disposições para que os tinteiros fossem fixados; mecanismos de abertura e fechamento para minimizar o problema de ressecamento da tinta; soluções para evitar que a tinta transbordasse e sujasse os materiais dos estudantes e as carteiras; além de dispositivos como pinceis ou almofadas para apagar os conteúdos registrados nas ardósias e quadros-negros, sem sujar as mãos dos responsáveis pela ação.

Nessa direção, a tese de Gustavo Rugoni de Sousa (2019) traz alguns indicativos em torno da atenção dispendida por parte de empresas que, articuladas a pressupostos higienistas, buscaram demonstrar que as carteiras escolares por eles produzidas possuíam os tinteiros posicionados em locais adequados, visando um fácil acesso e sem barreiras para uso dos estudantes. Dentre o conjunto de carteiras escolares que o autor identifica em Relatórios de Exposições Universais e catálogos comerciais, é possível observar que o cuidado com o tinteiro era um dos requisitos considerados na avaliação dos artefatos. Dentre as carteiras que possuíam essa característica recebendo destaque em exposições universais na segunda metade do século XIX, estariam os modelos Kunze<sup>80</sup>, da Alemanha e os estadunidenses Andrews e Stevens.

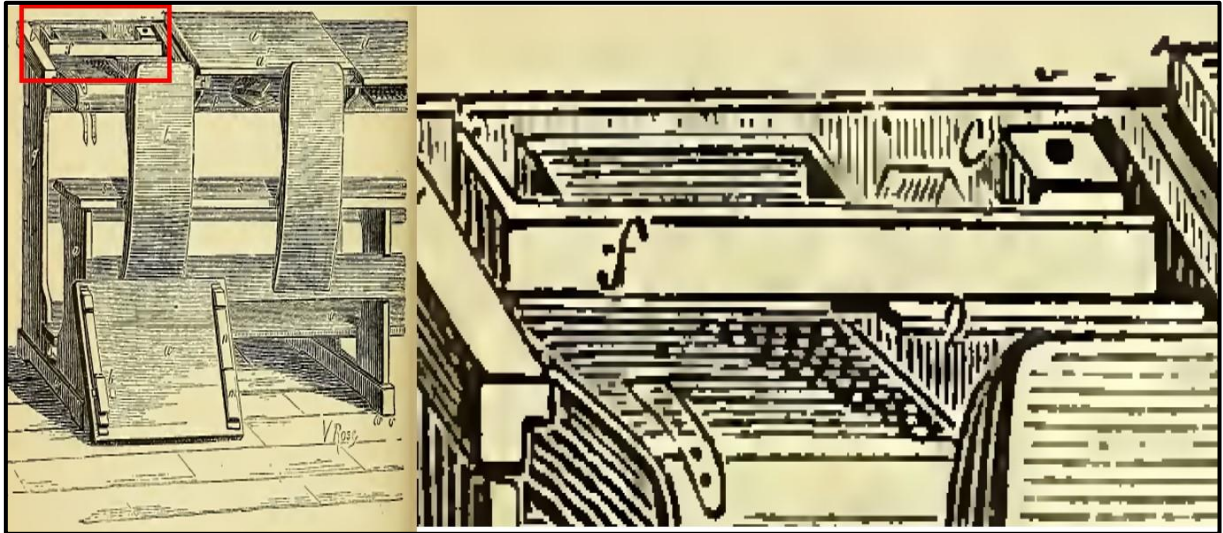
---

<sup>79</sup> No original: “C'est ingénieux, facile, commode et peu dispendieux.” (MALGRAS, 1868, p. 174).

<sup>80</sup> Gustavo Rugoni de Sousa (2019) discorre, com base em relatório escrito por Ferdinand Buisson (1875), que esse modelo, premiado em edições das Exposições, foi enfatizado pelo educador por ser, além de econômico e simples, adequado para a saúde das crianças por acomodar os corpos com conforto devido a curvatura do assento.

O corte realizado, na Figura 2, permite observar a presença da cavidade do tinteiro no espaço indicado pela letra “c”. Para uma prática de escrita sem posições viciosas e prejudiciais para a saúde, a mesa deveria ficar em uma posição mais próxima das crianças, sendo puxada para frente. Nesse momento, o acessório poderia ser utilizado pelos alunos.

Figura 2 - Carteira escolar Kunze com cavidade para tinteiro



Fonte: A. Riant (1874, p. 134). Adaptado de Rugoni de Sousa (2019, p. 139).

Entre tinteiros de porcelana, tinteiros de vidro e exemplares que possuíam um pequeno tubo de gás de chumbo, pode-se perceber, com o passar dos anos, diferentes alternativas apresentadas por empresas e destacadas pelos relatores em meio a outros materiais de ensino. Em conjunto com as descrições sobre os detalhes das carteiras escolares, essas variedades auxiliam a pensar em um processo crescente de racionalização do ensino e de seus artefatos. Observa-se, a partir das prescrições e elaboração dos objetos, que vai se buscando a construção de uma cultura material escolar, pautada em ideias de racionalidade dos movimentos, nos cuidados com posturas e posições adequadas para seus usos.

O Relatório sobre a Instrução Primária na Exposição Universal de Vienna, realizada em 1873, escrito por Ferdinand Buisson (1875), apresenta algumas estratégias para favorecer as práticas de escrita em um ambiente organizado, limpo e saudável. As invenções destacadas pautavam-se em orientações de especialistas em oftalmologia e apresentavam especificações, inclusive, das distâncias indicadas para posicionar os tinteiros nas mesas, considerando o espaço para a realização dos exercícios escritos e a posição do estudante. O modelo de carteira escolar

M. Bapterosses recebeu medalha de mérito na Exposição de Viena e uma das características de qualidade destacadas por Buisson (1875) também estava relacionada ao tinteiro.

Na descrição de Buisson sobre o modelo mencionado, aparece um debate sobre o orifício dos tinteiros, o qual gira em torno das (des)vantagens da substituição de uma grande abertura do artefato por um pequeno orifício, em que apenas o bico da pena acessaria a tinta. Essa discussão também está presente em anúncios de catálogos de produtores de materiais escolares, sobre os quais será abordado em capítulo posterior. Em suas palavras:

Finalmente, em vez do sistema comum de tinteiros, um pequeno tubo de gás de chumbo é colocado sob a borda plana da carteira e ao longo de toda sua extensão, que se conecta em suas duas extremidades por tampões de cobre. Em cada espaço do estudante são perfurados orifícios, nos quais são soldados pequenos funis de cobre, que oferecem apenas o espaço necessário para a passagem do bico da pena. Sendo assim, o aluno não pode nem inserir sua pena muito fundo, nem pegar muita tinta, nem derramar o seu tinteiro (BUISSON, 1875, p. 79, tradução livre)<sup>81</sup>.

Interessante observar que a mesma descrição, escrita por Buisson e mencionada acima, aparece no verbete escrito por Bonaventure Berger, presente no Dicionário de Pedagogia organizado por Buisson (1888). O verbete traz indícios de que esta não foi uma adaptação feita pela maioria dos fabricantes de móveis escolares, que mantiveram a forma do repositório do tinteiro, com variações em material, capacidade e formas de fechamento. Sobre isso, será tratado nos próximos capítulos.

Sustentado pela ciência, o discurso de que a educação seria imprescindível para a construção de uma sociedade civilizada se faz presente nos relatórios estudados, os quais também podem ser compreendidos como propulsores do crédito atribuído à indústria como um dos personagens que poderiam contribuir com o desenvolvimento de novas soluções relacionadas à escola como a relatada por Buisson (1875). Assim como outros materiais escolares, os instrumentos e os acessórios de escrita foram classificados como indispensáveis para a organização das escolas.

Nessa perspectiva, entende-se que as preocupações com a idealização de artefatos escolares aparecem, em grande parte, vinculadas à necessidade de favorecer o trabalho docente e a criação de ambientes mais limpos, higiênicos e organizados de forma a atender os requisitos

---

<sup>81</sup> No original: “Enfin, au lieu du système ordinaire d'encriers, on place sous le plat bord du pupitre et dans toute la longueur de la table un petit tube à gaz en plomb, qu'on bouche à ses deux extrémités par des bouchons en cuivre. A chaque place d'élève sont percés des trous dans lesquels sont soudés de petits entonnoirs de cuivre offrant juste la place nécessaire pour le passage du bec de plume. L'élève ne peut donc ni trop enfoncer sa plume, ni prendre trop d'encre, ni répandre son encrier” (BUISSON, 1875, p. 79).

de uma modernidade educativa que se buscava construir<sup>82</sup>. Entre diferentes artefatos, anunciam-se também nos projetos em circulação no período a necessidade de compor os espaços escolares com objetos voltados especificamente para a escrita de professores, diretores e funcionários das escolas ou para uso dos estudantes.

Referências presentes em registros sobre as Exposições trouxeram, portanto, indicativos para perceber elementos em torno de uma cultura material que se constrói para/na escola e que é desenvolvida e difundida também na interlocução com outros espaços e instâncias sociais. Assim, buscou-se identificar dados alusivos a premiações recebidas pela produção de utensílios de escrita nesses eventos.

#### 1.4 ARTEFATOS DE ESCRITA “ENTRE LUGARES”: PRÊMIOS, ANÚNCIOS E SOLICITAÇÕES

Durante as pesquisas desenvolvidas para a escrita desta tese, a localização de dados de premiações em edições de Exposições Universais foi importante para perceber, dentre outras questões, tecnologias incorporadas e mercados visados por seus fabricantes. Parte-se do pressuposto que, além de memórias, os objetos também carregam consigo uma dimensão política que envolve as escolhas realizadas, tanto no momento de sua produção, quanto nas formas de comercialização, aquisição e práticas com eles desenvolvidas.

Ao longo de meus estudos, uma de minhas inquietações esteve relacionada ao lugar ocupado pelos artefatos de escrita em projetos de escolarização apresentados em edições de Exposições Universais. Seriam os instrumentos e acessórios de escrita enviados para serem apresentados e avaliados apenas em seções de educação ou sua presença se daria de forma mais intensa em outras seções como, por exemplo, as atinentes a produtos em metal ou das indústrias de papel e artigos de papelaria?

Referências a esses objetos são localizadas entre as páginas de relatórios das seções de educação e suas materialidades, conforme tem sido demonstrado no decorrer deste capítulo. A presença de instrumentos e acessórios de escrita *entre seções* é algo sobre o qual foi necessário

---

<sup>82</sup> Os projetos de pesquisa coordenados por Rosa Fátima de Souza, intitulados *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)* e *História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961)*, são exemplos de esforços coletivos no sentido de identificar a composição material da escola graduada brasileira entre os anos finais do século XIX e o começo do século XX, período em que ganha força a produção de uma variedade de tecnologias pensadas para ocupar as salas de aula. Ao referir-se aos resultados alcançados a partir do primeiro projeto mencionado, Rosa Fátima de Souza (2013), afirma que as investigações realizadas permitiram identificar que concepções pedagógicas, políticas para expansão da educação pública, práticas de ensino e circulação de modelos educacionais articulavam-se a formas de provimento material escolar.

refletir, pois traz indicativos de uma cultura material que vai se constituindo por meio de uma cultura manuscrita que se faz presente na sociedade. Dessa forma, há objetos de escrita desenvolvidos para escola, mas também aqueles produzidos para outras instâncias sociais como comércio e espaço doméstico, por exemplo, que podem ou não ser absorvidos posteriormente pela escolarização. Entende-se, assim, que dimensões políticas, econômicas e sociais também estão envolvidas nos processos de premiação.

Ser premiado em um evento de caráter internacional poderia, entre outras repercussões, alavancar os negócios das empresas. Nesse viés, sendo as Exposições Universais espaços em que sujeitos e indústrias apresentavam seus produtos e destacavam os elementos que os fazia ser considerados dignos de distinção, os jurís, dotados de autoridade, realizavam as avaliações e definiam os expositores que receberiam ou não as medalhas e/ou menções honrosas. Para Kuhlmann Junior (2001, p. 26), “a medalha de ouro em uma Exposição passou a representar um certificado internacional de qualidade para referendar a comercialização dessas mercadorias”. Ao analisar os relatórios, conforme mencionado, foram localizados indicativos acerca dos artefatos de escrita, porém quando o foco foi observar aqueles premiados ou não, as pistas foram encontradas principalmente em outros documentos.

Indicativos sobre premiações atribuídas na Exposição Universal de 1851, realizada na Inglaterra, foram localizados em um encarte<sup>83</sup> do *Jornal Galignani's Messenger*<sup>84</sup>. Conforme possível analisar a partir dos dados disponíveis na fonte, invenções das mais variadas áreas e temáticas<sup>85</sup> foram apresentadas nesse evento. Para cada uma das categorias, três diferentes tipos de condecorações foram oferecidos: a “Medalha do Conselho”, prêmio destinado a um número reduzido de expositores; a “Medalha do Prêmio”, concedida àqueles que atendessem a requisitos como padrão de produção, utilidade, baixo preço e capacidade de adaptação a mercados específicos; e, por último, a “Menção Honrosa”.

---

<sup>83</sup> Documento sem data, com 32 páginas e 27cm de dimensão, intitulado *The Great London Exhibition. 1851. Awards*. Divulgado aos assinantes do jornal francês *Galignani's Messenger*. Disponível na Biblioteca Nacional da França, Departamento de Literatura e arte. Acesso em: [www.gallica.bnf.fr](http://www.gallica.bnf.fr).

<sup>84</sup> Fundado em 1814 e publicado diariamente. Informações sobre o jornal disponíveis em *Library of Congress* (Washington, DC), acesso em: <https://lccn.loc.gov/sn00064750>.

<sup>85</sup> Dentre as categorias com invenções avaliadas encontram-se: Mineração, operações metalúrgicas e produtos minerais; Processos químicos e farmacêuticos; Substâncias utilizadas como alimentos; Máquinas para transporte ferroviário e naval; Transportes; Máquinas e ferramentas para fábricas; Engenharia Civil, arquitetura e construções; Arquitetura naval e engenharia militar, ordenamentos para armadura e equipamentos; Máquinas e utensílios de agricultura e horticultura; Instrumentos musicais, de relojoaria e cirúrgicos; Diferentes tipos de tecidos; Papel e artigos de papelaria, impressão e encadernação; Tapeçaria; Artigos de roupa de uso doméstico; Artefatos de costura; Ferro e ferragens; Trabalhos em metais preciosos; Vidros, Cerâmica; Porcelana; Acessórios de decoração e Esculturas.

A leitura da referida publicação permitiu identificar a presença de utensílios de escrita premiados, assim como nomes de fábricas, locais em que se encontravam estabelecidas e categorias em que os artefatos se enquadravam no evento. As informações presentes neste documento, entrecruzadas com outras fontes, têm possibilitado construir um olhar mais amplo sobre a produção material que se destacava nas avaliações dos júris, além de reflexões sobre a presença ou ausência destes artefatos em instituições educativas.

Não há como apenas por meio da edição do *Jornal Galignani's Messenger* afirmar que os utensílios premiados seriam os mesmos utilizados por professores e estudantes em escolas. Porém, mesmo reconhecendo seus limites, este se apresentou como uma fonte potente, pois oportunizou localizar indícios de fábricas que receberam condecorações em 1851, que atenderam o mercado escolar e receberam destaque em anos posteriores como a *Blanzky et Pouré e Perry e Cia.*

O Quadro 3, a seguir, apresenta uma sistematização que contém a identificação das fábricas, em que ficavam situadas, assim como seus produtos premiados, de acordo com critérios estabelecidos pelo Júri da Exposição. Chama atenção que os instrumentos e acessórios de escrita foram localizados dispersos em diferentes categorias. Para fins didáticos, visando que o leitor observe com facilidade as categorias em que foram agraciados, optou-se por identificá-las com letras do alfabeto: (A) Papel, papelaria, impressão e encadernação (B) trabalhos em metais preciosos e suas imitações, joias e todos os artigos de luxo que não estão inclusos em outras classes; (C) manufaturas em substâncias minerais, usadas para construção ou decoração como mármore, ardósia, cimentos, pedras artificiais, etc. ; (D) móveis de decoração e estofados, incluindo bancadas de papel e produtos envernizados e (E) ferro e ferragens em geral.

Quadro 3 - Utensílios de escrita premiados na Exposição Universal de 1851

Medalha do Conselho			Medalha do Prêmio			Menção Honrosa		
Fábrica-Região	Produto	Classe	Fábrica-Região	Produto	Classe	Fábrica-Região	Produto	Classe
Brahmfeldt and Gutruf – Hamburgo, Alemanha	Suporte para Tinteiro	B	A.W. Faber – Bavaria, Alemanha	Lápis de chumbo	A	Banks, Son and Co/ Reino Unido	Lápis de chumbo	A
			Gilbert and Co. – França	Lápis	A	J. Rehbach/ Bavaria	Lápis de chumbo	A
			L. and C. Hardtmuth – Áustria	Lápis	A	E. Wolff and Son/ Reino Unido	Giz e lápis	A
			Vicent and Tisserant – França	Tinta para escrever	A	Vicent and Tisserant – França	Tinta para escrever	A
			Blanz, Poure and Co. - Franca	Penas metálicas	E	S. Wertheimer – Reino Unido	Suporte para Tinteiro	B
			Gillot – Reino Unido	Canetas metálicas	E	I. Rowlands – Reino Unido	Suporte para Tinteiro em ardósia	c
			J. B. Mallat – França	“Metallic gilt pens”	E	J. Stalon – Reino Unido	Suporte para Tinteiro	D
			J. Mitchell e W. Mitchell – Reino Unido	Penas metálicas	E	E. Edwards – Reino Unido	Suporte para Tinteiro	E
			Hincks, Wells, and Co – Reino Unido	Penas metálicas	E			
			Meyers and Sons – Reino Unido	Penas metálicas	E			
			Perry and Co. – Reino Unido	Penas metálicas	E			
			R. Walker – Reino Unido	Penas metálicas	E			
			Windle and Blythe – Reino Unido	Penas de aço	E			

Fonte: Galignani's Messenger (1851). Sistematização realizada pela autora, com base em dados coletados na fonte.



Constatar que instrumentos e acessórios de escrita receberam premiações em cinco categorias coloca em foco a produção de objetos com características e matérias-primas variadas para públicos distintos. Essas questões instigaram a considerar outros elementos nas análises e reflexões aqui desenvolvidas, como a existência de uma gama alargada de práticas, experiências, sentidos e relações que podem ser estabelecidas por meio das materialidades. As categorias em que os objetos são premiados sugerem a construção de distinções entre artefatos idealizados e enviados para esses eventos, assim como de sentidos e práticas diversos construídos a partir deles.

Os indicativos localizados nas fontes colaboram com a percepção de que a matéria prima utilizada, detalhes de acabamento e publicidade poderiam diferenciar os artefatos e criar destaques entre eles. Nem todos os objetos foram idealizados para acesso de todas as pessoas e para serem utilizados em qualquer espaço, alguns, de maneira específica, destinavam-se a sujeitos com maior poder aquisitivo, inclusive tendo como função decorar ambientes luxuosos. Sendo assim, compreende-se que uma parte significativa da população não teria acesso a artefatos premiados em edições de Exposições Universais.

As diferenças materiais e simbólicas entre artefatos luxuosos e “populares” são questões que também precisam ser consideradas ao olhar para a circulação de ideias em torno de instrumentos e acessórios de escrita. Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2010), ao refletir sobre materiais utilizados para o ensino das primeiras letras no século XIX em Minas Gerais, suas características e formas de uso, recorre a texto de Anne-Marie Chartier (2007) no qual a autora discorre sobre os *Abecedários* na França. Conforme é possível observar em seu trabalho, circularam na França do século XIX diferentes *abecedários*, alguns mais “populares”, que adentraram as escolas, e outros considerados materiais luxuosos, que podem ter sido produzidos para serem utilizados em espaços domiciliares, destinados a classes mais abastadas.

O movimento de pesquisa realizado por Frade (2010) – de olhar para as fontes cruzando seus dados com estudos desenvolvidos em outros contextos – foi inspirador para a construção de uma perspectiva de análise para a escrita do presente trabalho, qual seja: compreender que refletir sobre necessidades provenientes de outras instâncias sociais também é importante quando se busca investigar a circulação e a idealização de artefatos escolares, assim como os discursos produzidos sobre eles.

O Quadro 3 traz informações de que o tinteiro recebeu premiações em diversas categorias. Os dados das premiações indicam uma variedade de modelos, tecnologias e matérias-primas utilizadas para a elaboração de produtos com a mesma nomenclatura, o que chama atenção para os múltiplos sentidos e usos que esses poderiam suscitar. A premiação de

instrumentos e acessórios de escrita em diferentes categorias, também reforça a existência de mercados variados, para além do escolar.

Nesse sentido, classificações e premiações estão relacionadas também a uma dimensão simbólica dos objetos: mais do que permitir a prática da escrita, utilizar um tinteiro luxuoso, por exemplo, ajudava na construção de um imaginário em que o sujeito de posse dessas materialidades teria um destaque social, estando também associado a ideia de sabedoria. Essa conexão entre artefatos de escrita e o saber erudito foi construída paulatinamente, tendo em vista que, por muito tempo, apenas uma parte restrita da população saberia utilizar esses objetos. Nessa direção, Armando A. de Sousa e Brito (2010, p. 102) afirma:

[...] a pena tornou-se símbolo de cultura e erudição, mesmo quando essa cultura não era estritamente literária. Cientistas, políticos, homens de leis, militares e mesmo burgueses, faziam questão de serem retratados ostentando esse símbolo. Talvez com isso se pretendesse dar, com alguma presunção, um ar de intelectualidade.

Além dos indicativos relativos às premiações recebidas no ano de 1851, a consulta ao *Relatório da Administração da Comissão Imperial sobre a seção francesa da Exposição Universal de 1862*<sup>86</sup>, publicado em 1864, permitiu localizar artefatos franceses premiados anos depois na Exposição Universal de Londres. Dentre as razões sociais destacadas no Quadro 3, observa-se a reincidência de condecorações para fábricas *J.B. Mallat e Blanzky et Cie.*, pelo envio de penas de aço e penas metálicas<sup>87</sup> respectivamente. *L. Croe, Lefranc et Cie., L-A.E. Doudin e A. Peulvey* foram agraciadas nesse evento pela produção de tintas para escrever<sup>88</sup> e *Humbolt-Conté et Cie.* por seus modelos de lápis<sup>89</sup>. Para além desses objetos, é importante destacar que foram premiados também pela exposição de “material de ensino elementar” nomes como Carpentier e Carrière; Charbonneau, pela publicação do manual intitulado *Curso de Pedagogia*, F. Johannot, Latunc et Cie, com o envio de papeis, Escolas primárias do departamento do Norte, com trabalhos dos estudantes, A. Comte, com quadros parietais de história natural, entre outros expositores.

O *Catálogo Ilustrado do Departamento Industrial - Exposição Internacional de 1862*<sup>90</sup>, produzido pela Comissão Britânica, por sua vez, além das fábricas já citadas, também permitiu

<sup>86</sup> Rapport de l'administration de la commission impériale sur la section française de l'exposition universelle de 1862. Suivi de documents statistiques et officiels et de la liste des exposants récompensés.

<sup>87</sup> Por este ser um documento especificamente sobre a participação francesa na Exposição de 1862 não foi possível localizar referências a fábricas de outras nações, o que será abordado em seguida.

<sup>88</sup> Encre à écrire

<sup>89</sup> Crayons

<sup>90</sup> The International Exhibition of 1862: The Illustrated Catalogue of the Industrial Department. British Division, Vol. II. (s/d) Disponível em: Internet Archive.

observar outras que tiveram acessórios e instrumentos de escrita premiados na Exposição de 1851 e permaneceram enviando amostras de produtos em edição seguinte do evento como, por exemplo, *Banks & Co.*, *Greta Pencil and Black-lead Works*; *E. Wolff & Son*; *Eliezer Edwards*; *Joseph Gillot*; *Hinks, Wells & Co.*; *Myers & Son*; *Perry, James & Co.* e *William Mitchell*.

A recorrência de premiações à fábrica *Blanzy et Poure* chamou atenção. Além dos indicativos sobre a fábrica apresentados no Relatório sobre a situação da *Classe 6*<sup>91</sup> na Exposição Universal realizada no ano de 1889, de autoria de M. B. Buisson<sup>92</sup> (1891), observa-se que esta expôs seus artefatos no evento de forma simultânea nas classes seis (Educação da infância, Ensino primário, Ensino dos adultos) e dez (Artigos de papelaria, encadernação, pintura e desenho). Ao tecer comentários sobre a história da fábrica em um tópico relativo ao Material Escolar, o relator chama atenção para os artefatos expostos no evento, ressalta sua importância no que se refere ao número de funcionários e por ter uma produção maior do que suas concorrentes, tanto da França quanto da Inglaterra. Além disso, destaca que até a referida edição, a *Blanzy et Poure* obteve premiações em todas as exposições francesas e internacionais das quais participou.

Indicativos de premiações de instrumentos e acessórios de escrita também foram localizados no Tomo I do Relatório produzido pela Comissão Superior Francesa sobre a Exposição Universal de Viena, realizada em 1873 (RAPPORTS, 1875). Neste documento consta uma lista dos prêmios atribuídos pelo Júri Internacional para artefatos expostos em vinte e seis categorias, dentre as quais, os artefatos de escrita aparecem com destaque no Grupo XII “Indústria do Papel”. Agraciadas com Medalhas de Mérito pela produção de tintas para escrever, encontram-se as fábricas *Antoine (L.)*, *Gardot (J.)* e *Roy (P.E)*. Por sua vez, *Lebrau (P.F)* e *Lobay (Louis-Joseph)* foram premiadas pela produção de penas metálicas e “novas penas”, respectivamente e, *Bac (G.)*, recebeu medalhas de mérito pela exposição de porta-penas e tinteiros. Chama atenção que esses instrumentos e acessórios não receberam destaque no Grupo XXVI, “Educação, Ensino, Instrução”, o qual premiou artefatos variados como mapas em relevo, modelos de desenho, enciclopédias, trabalhos dos estudantes, entre outros.

Há uma grande quantidade de utensílios de escrita anunciados em Exposições Universais, assim como indícios sobre empresas responsáveis por sua produção e

<sup>91</sup> Classe dedicada ao tema: *Éducation de l'enfant – Enseignement primaire – Enseignement des adultes*.

<sup>92</sup> Irmão mais novo de Ferdinand Buisson (1841-1932), Benjamin-Paul Buisson (1846-1924) também dedicou-se profissionalmente à Educação em diferentes cargos, dentre os quais o de Diretor da Escola Normal de Tunis; Delegado Especial do Ministério da Instrução Pública nas Exposições Escolares Universais de Melbourne (1880), Nova Orleans (1884-1885), Chicago (1893) e na Exposição Internacional de Higiene e de Educação de Londres (1884); membro do Júri da Exposição de Chicago (1893) e de Paris (1889), além de enviado em missão sobre o ensino primário na Exposição Universal de Saint-Louis, realizada em 1904 (DUBOIS, 2002).

comercialização. Dar-se a ver como uma empresa ou um produto que conseguiria sanar problemas vivenciados cotidianamente pela população era uma das estratégias recorrentes para qualificar as características dos artefatos expostos. É possível perceber instrumentos e acessórios de escrita destacados a partir de seu caráter inovador, da qualidade das substâncias e/ou dos materiais utilizados para sua produção, assim como por meio da comparação a produtos similares, produzidos por seus concorrentes.

Logo, a realização desses eventos e os rituais de premiação, somados ao desenvolvimento industrial e a capacidade de produzir em maior escala as tecnologias para a escrita, podem também ser entendidos como elementos que auxiliaram a reforçar a legitimação do lugar ocupado pela escrita e seus objetos em diferentes países. Conforme discorrem Ana Maria de Oliveira Galvão e Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2019), o destaque dado ao escrito na construção das nações pode ser observado em “enunciados dispersos em várias esferas da vida social” (GALVÃO; FRADE, 2019, p. 22).

Apesar do trabalho das autoras referir-se a uma delimitação temporal e espacial diferente da adotada nesta pesquisa – décadas iniciais da República em Minas Gerais –, suas reflexões foram importantes para as discussões aqui desenvolvidas, pois atentam para diferentes dispositivos que auxiliaram a posicionar a palavra escrita em um grau de prestígio elevado. Dentre esses, a elaboração de leis que previam exclusão política dos que não dominassem seus códigos, a classificação de países a partir de seus índices de alfabetização e de escolarização, bem como a execução de diferentes reformas educacionais.

A necessidade do investimento no ensino da leitura e da escrita e em seus materiais articulava-se, de certa forma, à compreensão de que o desenvolvimento e o progresso da instrução popular estariam intimamente ligados à possibilidade de enriquecimento e bem-estar dos países. Diante da necessidade de burocratizar o Estado e criar formas de avaliação das nações, conforme mencionado anteriormente, “saber escrever” vai se posicionando como um dos critérios de classificação.

Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018) afirmam que observar a composição material escolar é uma alternativa promissora para compreender a constituição da escola primária. No entendimento das pesquisadoras, a institucionalização da educação escolar conta com a necessidade da incorporação de um conjunto de tecnologias, leis e métodos pedagógicos que auxiliaram na formação de um mercado atraente e promissor para a indústria investir. Nesse contexto, mais do que auxiliar e permitir determinadas práticas pedagógicas, os objetos ainda ajudariam a educar para o consumo.

A materialidade pensada e produzida para estar nas escolas primárias comunica um projeto de modernidade e, nessa direção, “a educação escolarizada passa rapidamente a integrar o cardápio dos itens considerados de capital importância, cada vez mais comuns nos rankings das nações” (GASPAR DA SILVA; SOUZA, 2018, p. 122). Nesse sentido, a noção de cultura material escolar auxilia a refletir sobre políticas de Estado, estratégias de industriais e produtores de tecnologias, assim como projetos de educação que são delineados e que entram em disputa em diferentes localidades. Pesquisas no campo vêm demonstrando, por exemplo, relações existentes entre a aprovação de leis de obrigatoriedade escolar e a constituição da escola como um mercado atraente e promissor.

Como destaca Sandra Jatahy Pesavento (1997), a sensação de modernidade estaria atrelada à exigência de acompanhar as mudanças no ritmo da história. De tal modo, compartilhando um desejo de instauração de novidades, as construções de grandes galpões e galerias para exibição dos inventos representariam a circulação de ideias e as trocas de saberes em função da consolidação da sociedade burguesa e da projeção de um desejo coletivo de progresso.

Nesse sentido, compreende-se que as transformações tecnológicas apresentadas nesses eventos não ocorriam de forma isolada, mas no seio de um processo em que é possível identificar o crescimento das cidades, das populações e a necessidade de reorganizações espaciais. Pautando seus argumentos em discussões feitas por Walter Benjamin, Sandra Jatahy Pesavento (1997, p. 33) discorre sobre o papel da concorrência capitalista na busca da “superação do novo pelo mais novo ainda”, ao criar necessidades de aperfeiçoamento das tecnologias e dos métodos de produção das indústrias, e de incentivar a produção constante de novas mercadorias para serem colocadas à disposição dos consumidores. Assim, estabelecendo um olhar voltado para uma base teórica que considera a ideia de “fetichização do mundo”, a autora<sup>93</sup> nos permite pensar sobre as Exposições Universais como palcos que o capitalismo, a modernidade e o sistema de fábrica usariam para triunfar.

Considera-se importante pensar de forma mais aprofundada sobre as categorias nas quais os utensílios de escrita foram condecorados nesses eventos. O número significativo de artefatos recebendo premiações em classes diferentes da educacional trouxe como inquietação

---

<sup>93</sup> Ao ressaltar que era um evento temporário e que mobilizava muitas pessoas, Sandra Jatahy Pesavento (1997) chama atenção para outro aspecto que, em sua perspectiva, ficava em segundo plano ou pouco aparecia nas discussões: a exploração dos trabalhadores que, seduzidos por serem apresentados como seus principais artistas e por poderem contemplar as “maravilhas da civilização”, viveriam em uma “eterna repetição”, distanciados das novidades que produziam. Considera-se pertinente trazer aqui o ponto de vista da autora, pois este ajudou a dar direção aos olhares para as fontes e a escrita das narrativas aqui apresentadas.

o desejo de compreender se, dentre os destinos previstos para esses objetos, a escola seria um espaço possível. Nesse processo, as análises dos relatórios trouxeram alguns indicativos no sentido de que, mesmo considerando a existência de fortes relações entre instrumentos e acessórios de escrita com outras instâncias sociais, para além da escola, como atividades de escritório e comércio, por exemplo, a educação foi um dos nichos de mercado de fábricas premiadas durante a segunda metade do século XIX.

Para identificar se utensílios de escrita produzidos por fábricas em destaque foram comercializados no Brasil e com o intuito de saber se alguns deles foram requisitados para compor o cotidiano educativo de escolas do país, foram realizadas buscas no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, assim como nos repositórios digitais da Hemeroteca Digital Brasileira e da Hemeroteca Digital Catarinense. Nesse processo, foram localizados dados sobre a circulação de alguns artefatos, tendo em vista que lojas e casas comerciais encomendavam, entre outros itens, tintas, penas, canetas e tinteiros de países da Europa e dos Estados Unidos da América.

Na consulta a periódicos que circularam no Brasil na segunda metade do século XIX, foi possível localizar dados sobre a comercialização de penas produzidas por fábricas condecoradas em Edições das Exposições Universais, como *Blanzky et Poure, Perry, Mallat e William Mitchells*, assim como lápis da *Faber*, todos a preços variados. Outras marcas e diferentes instrumentos e acessórios de escrita também aparecem anunciados nos impressos consultados, não necessariamente relacionadas a fábricas premiadas. No *Diário de Belém: Folha política, noticiosa e comercial*, publicado em 12 de agosto de 1869<sup>94</sup>, por exemplo, identifica-se, no anúncio da livraria, papelaria e oficina de encadernador de Carlos Seidl & Cia., um sortimento de penas de aço de variados fabricantes (Figura 3).

---

<sup>94</sup> Agradeço à Professora Dra. Eliane Peres pela generosidade em me presentear com esta fonte, no decorrer da realização da presente pesquisa.

Figura 3 - Anúncio de penas de aço no Diário de Belém (1869)

**Na livraria, papelaria e**  
 officina de encadernador de Carlos Seidl &  
 C.<sup>a</sup> rua Formosa n. 14 ha o seguinte sor-  
 timento de pennas d'aço de diversas fabricas

Scolly verdadeiras, caixa 3\$.  
 Humboldt caixa 2\$500.  
 Rossini caixa 2\$500.  
 Perry Extrafina caixa 1\$500.  
 « Principe Alberto caixa 2\$.  
 « Pennas selectas caixa de 2 duzias 500  
 « « Universaes caixa de grossa 800  
 Blangy Pouri, bicos dourades 2\$000.  
 « « Imitação de Scolly 1\$600.  
 « « pennas de lança 800.  
 « « « « mãosinha 800.  
 Pennas d'ave superiores <sup>o</sup>/<sub>10</sub> 3\$.  
 « « aparadas uma caixinha de  
 50, 500.

**TINTAS PARA ESCREVER.**

Preta em botijas e vidros, encerrada, azul  
 e verde ; para copiar e escrever ao mesmo  
 tempo.

Fonte: DIÁRIO DE BELÉM (1869, p. 2).


Dentre as fábricas premiadas em Exposições Universais e presentes no anúncio estão *Perry* e “*Blangy Pouri*” - apesar da grafia diferente, reconhece-se que está fazendo referência à *Blanz et Poure*. Além disso, ressalta-se também a presença das penas *Humboldt*, sobre as quais foram localizados vestígios em catálogos comerciais que circularam na Espanha<sup>95</sup> e em outros impressos que circularam no Brasil como, por exemplo, na edição 49 do *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*, publicado no ano de 1892, no Rio de Janeiro, na qual aparece veiculada sua boa reputação e formas para, ao comprá-las, identificar se eram realmente as originais. Além disso, como se pode observar na Figura 4, sob o título “Última Novidade”, seu uso em escolas primárias de Paris é divulgado, o que pode ser considerado como uma estratégia de venda pra esse nicho de mercado.

<sup>95</sup> Os indícios localizados em catálogos serão abordados no Capítulo 3.

Figura 4 - Anúncio das penas Humboldt no Almanak Lammert, RJ (1892)

Industriaes da França

**PENNAS METALLICAS**  
DE  
**J. ALEXANDRE DE BIRMINGHAM**  
AS MELHORES PENNAS RECONHECIDAS



A penna *Humboldt* de J. Alexandre de Birmingham tem sido falsificada, pela razão de sua grande reputação. A verdadeira e, unica boa *Plume Humboldt* leva como garantia:


- 1° O retrato sobre a caixa, com as mesmas letras;
- 2° Uma fiança interior em 4 linguas;
- 3° A assignatura em baixo da tampa, do *Baron de Humboldt*.

Os outros modelos superiores de J. Alexandre de Birmingham são:  
Penna Phenix, penna Rossini, penna Kalam, Penna St.-Pierre.  
Penna n. 4, 5, 6.

**Ultima Novidade**

Penna escolar adoptada pela municipalidade de Pariz para suas escolas primarias.

Vendem-se em casa dos Srs. Laemmert & C.  
**66 Rua do Ouvidor = RIO DE JANEIRO**



1721

Fonte: Almanak Lammert, RJ (1892, p. 585).

Anúncio das penas de aço *Perry* também foi localizado em um jornal com circulação em Pernambuco, publicado no ano de 1865, no qual o “afamado fabricante Perry” (JORNAL DO RECIFE, 1865, p. 4) foi mencionado como forma de atestar a qualidade do produto. Nessa mesma edição, um pouco acima da propaganda das penas, ainda na mesma página, anuncia-se a venda de navalhas de um fabricante “premiado em diferentes exposições, podendo afirmar-se que é o melhor que se pode desejar”. Mesmo tratando-se de um produto com outra finalidade, o que se ressalta aqui é a disseminação de uma ideia que associa o prêmio em um evento à qualidade da mercadoria.

Ainda com o intuito de perceber a circulação de penas metálicas da fábrica *Blanzly et Poure* em escolas do Brasil, ao consultar a lista de “Notabilidades profissionais, commerciaes e industriaes do Brazil”, publicada no *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e*



*Industrial do Rio de Janeiro para 1893*, redigido pela Companhia Typographica do Brasil<sup>96</sup>, as primeiras pistas foram avistadas. Nas páginas desse almanaque, localizou-se o anúncio do representante Etienne Collet, que “encarrega-se de qualquer fornecimento para as escolas públicas e particulares, laboratórios, hygiene publica, faculdades de medicina, escolas superiores, etc., etc.” (RIO DE JANEIRO, 1893, p. 1893). Dentre as fábricas representadas por esse agente aparecem:

Adnet – Fabrica de instrumentos para laboratórios.

Bertaux – Globos, esferas, mappas em relevo, atlas, etc.

Corderie Centrale- Aparelhos gymnasticos, cordames, etc.

**Delagrave (Ch.) – Livros, mobília e material escolares, globos, atlas, mapas geográficos, modelos de desenho e de gesso.**

Deyrolle (E.) – Collecções de historia natural, zoologia, botânica, mineralogia, anatomia, quadros de tecnologia.

Foulon et Quantin - Compassos, esquadrias, material de desenho.

Guillard, Aillaud et C – Mappas e atlas geográficos em portuguez. Livros clássicos e livros para prêmios em portuguez. Especialidade de impressões em portuguez.

Libraires et Imprimeries réunies – (Antigas casas Quantin, Morel, Motteroz e Martinet). – Modelos de desenho, modelos de gesso.

Noé – Fabrica de instrumentos de physica.

Picart – Fabricas de instrumentos de precisão.

Petit (E.) – Fabrica de sabonetes e perfumarias.

**Poure, O’Kelly et C. – Fabrica de pennas metálicas, lápis, canetas (marca Blanzzy, Poure et. C.).**

Société centrale de produits chimiques – (Antiga casa Rousseau) – Fabrica de produtos chimicos, instrumentos e laboratórios de chimica, etc.

Société générale des Téléphones – Fabrica de material de telefonia, tecidos de borracha para roupas, etc. etc.

Suzanne et Havez – Ardosias falsas, telas ardosiadas, mappas ardosiados e mobília escolar (RIO DE JANEIRO, 1893, p. 1893, grifo nosso).

Na leitura desse documento, observou-se que, no ano de 1893, a empresa *Poure, O’Kelly et C.* tinha um representante no Brasil para fornecer a instituições escolares penas metálicas, lápis e canetas da marca *Blanzzy, Poure e Co.* Sabe-se que a localização de um anúncio como esse não permite afirmar que as penas metálicas da fábrica efetivamente fizeram parte do cotidiano de estudantes de escolas primárias do Rio de Janeiro, contudo, é um indicativo importante no sentido de que, esse era um público considerado como potencial consumidor. Além disso, em outras localidades, como na província do Pará, também há indicativos<sup>97</sup> de que

<sup>96</sup> Obra disponível na íntegra na Hemeroteca Digital Nacional. <[http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394\\_1893\\_A00050.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394_1893_A00050.pdf)>. Acesso em: 01. abr. 2022.

<sup>97</sup> Anúncios presentes nas edições de 1868, 1869 e 1873, do *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará*.

a Loja de Livros, papel e miudezas, de Carlos Seidl & C. comercializava essas penas e as produzidas pelas fábricas *Mallat e Perry*.

Notícias sobre a circulação de penas metálicas das fábricas *Blanzy et Poure e Perry e Co.* foram localizados também no Uruguai a partir de incursão realizada por Vera Lucia Gaspar da Silva no Centro de Documentação e Investigação do Museu Pedagógico José Pedro Varela<sup>98</sup>, em fevereiro de 2020. Nesse Museu, há uma vitrine com fotografias de salas de aula, pastas escolares, garrafas de tinta para escrever, mata-borrão, lousa de ardósia, estojos de madeira, porta-penas, caixas com penas, diferentes modelos de tinteiros e tampas (Figura 5). Em fotografia feita pela pesquisadora e cedida para esta pesquisa, observa-se que, além desses artefatos, constam no Museu mostruários de penas metálicas, sendo um deles com penas da marca *Blanzy et Poure* e outro, da *Perry e Co.*

há um processo de homogeneização mundial em termos de cultura escolar que perpassa todas as instituições vinculadas à produção, difusão e, principalmente, comercialização de artefatos educacionais. Esse processo de industrialização tem, sem dúvida, seus corifeus em intelectuais que cientificaram técnicas instrumentais com o objetivo de alçar a prática pedagógica ao status que os diversos conhecimentos científicos procuravam consolidar no decorrer do século XIX (ARRIADA; TAMBARA, 2012, p. 78).

---

<sup>98</sup> O Museu Pedagógico José Pedro Varela, em conjunto com a Biblioteca Pedagógica, foi fundado no ano de 1889 por Alberto Gómez Ruano e permanece funcionando em sua sede original. Sua constituição, está articulada a movimentos de criação de Museus Pedagógicos a partir de experiências vivenciadas em Exposições Universais (GASPAR DA SILVA; SCAGLIOLA, 2019).

Figura 5 - Vitrine com objetos de uso escolar. Museu Pedagógico José Pedro Varela



Fonte: Museu Pedagógico José Pedro Varela (2020).  
Fotografia: Vera Lucia Gaspar da Silva (2020).

Interessante observar que não foram apenas as penas de aço ou penas metálicas os tipos de produtos comercializados pelas fábricas pesquisadas. As tintas para escrever também fazem parte das variedades ofertadas pelos representantes comerciais. Carlos Seidl & C., do Pará, por exemplo, apresenta em seu almanaque do ano de 1869, tintas inglesas e francesas para escrever, além das nacionais, identificadas como as melhores de todas, por se conservar muito líquida, possuir uma cor preta-azulada, além de que “[...] não corrompe tanto as pennas de aço, por não conter corrosivo algum, e nunca amarelece no papel” (ALMANAK PARA, 1869, p. 557). No Almanak do ano de 1873, foi possível localizar marcas de algumas tintas de forma discriminada, como, por exemplo, a Tinta Preta de *Perry*, a tinta violeta *Perry*, junto da Tinta Preta Japoneza “e muitas outras tintas de outros fabricantes” (ALMANAK, 1873, p. 68).

Dentre os difusores e defensores de uma pedagogia pautada em conhecimentos científicos, estavam professores, inspetores e autoridades de ensino. Muitos dos preceitos propagados por esses sujeitos materializaram-se em legislações e regulamentos que deveriam subsidiar a construção dos espaços e dos materiais escolares, assim como metodologias para as práticas educativas. Nesse sentido, produtores e comerciantes, atentos aos entendimentos que circulavam em torno de aspectos materiais, passaram a fazer uso de documentos em que esses discursos apareciam como formas de atestar a qualidade de seus inventos.

No que se refere à materialidade anunciada como necessária para uso em escolas públicas de Santa Catarina, foi possível observar, por meio de Ofícios Expedidos pela Diretoria

de Instrução Pública, alguns indicativos de objetos confeccionados por fábricas premiadas. Em um documento datado de 9 de março de 1863, assinado pelo professor interino da Escola pública da Cidade de São Francisco, Antonio Marques da Silva, encontra-se uma nota que contém discriminados utensílios de escrita e seus respectivos preços. Na descrição do documento, o professor afirma que os objetos listados seriam indispensáveis para o suprimento de vinte alunos “sumamente pobres” durante o período de um trimestre e que os preços indicados seriam os menores “por que se pode aqui comprar” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1863, fl. 143).

Dentre as solicitações realizadas pelo docente estão “4 Canêtas do novo systema (Perry e C<sup>a</sup>)”, além de suportes, instrumentos e acessórios de escrita como uma resma de papel almaço, duas dúzias de lápis de pau, dois maços de lápis de pedra, dois maços de penas de ave, dois canivetes finos, três garrafas de tinta e uma caixa com penas de aço. Os únicos instrumentos que possuem uma identificação mais explícita são as canetas, cuja marca (Perry e C<sup>a</sup>) refere-se a uma fábrica do Reino Unido premiada por penas metálicas apresentadas na Exposição Universal de 1851. Para os demais artefatos, não houve nenhum tipo de diferenciação. Conforme pode ser observado a seguir, a especificação dos preços de cada um dos produtos pelo professor demonstra, de certa maneira, que esse sistema se diferenciava dos demais instrumentos utilizados pelos estudantes da escola pública: Um “masso de pennas de ave”, por exemplo, sairia por 800 rs., enquanto apenas uma caneta da marca *Perry e C<sup>a</sup>*, 500.

Notta dos objectos indispensaveis para suprimento de vinte alunos summamente pobres durante um trimestre, indo observados com o menor preço por que se pode aqui comprar.

1 Resma de papel almaço lizo	-	4.800
2 Duzias lapis de páu	480	.900
2 Massos de lapis de pedra	800	1600
4 Dittos pennas de ave	200	.800
2 Canivetes finos	1800	3.000
3 Garrafas de tinta	480	1.440
1 Caixa com pennas de aço	-	1.800
4 Canêtas de novo systema ( <b>Perry e C<sup>a</sup></b> )	500	2.000

Escola publica da Cidade de S. Francisco. 9 de março de 1863

Antonio Marques da Silva

Professor publico interino.

(SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1863, fl. 143, grifo nosso).

Embora sem indicação de marcas ou do estabelecimento comercial em que esses instrumentos seriam adquiridos, a menção aos utensílios de escrita como “indispensáveis” reforça o entendimento de que sem esses objetos as práticas educacionais seriam inviabilizadas.

A solicitação de compra de materiais específicos para uso de alunos pobres demonstra movimentos da província no sentido de tentar garantir o acesso a instrumentos, suportes e acessórios de escrita por parte das crianças que frequentassem suas escolas públicas.

É importante ressaltar que no período em que esse documento foi elaborado, 1863, ocorriam debates em Santa Catarina sobre a importância da escolarização da população, assim como o fortalecimento de movimentos que compreendiam a instrução pública como um meio fundamental para a civilização e progresso da província. Nesse contexto, a construção de uma cultura material escolar que estivesse de acordo com modelos considerados referenciais, sobretudo daqueles que difundidos por países considerados na “vanguarda do progresso”, era um dos tópicos presentes em discursos de elites e governantes catarinenses. Exemplos dessas retóricas podem ser localizadas em “Fallas” de presidentes da província de Santa Catarina e em artigos publicados em jornais<sup>99</sup>.

Todavia, apesar das condições almeçadas, as análises dos documentos têm permitido perceber que, assim como solicitar materiais para atender aos alunos pobres, ressaltar quais seriam os objetos entendidos como indispensáveis para o ensino<sup>100</sup> era uma prática recorrente em Santa Catarina no século XIX. Entre as razões para isso, ressalta-se a dificuldade do Estado em garantir as mínimas condições materiais necessárias para que as aulas acontecessem, conforme se verifica em diferentes ofícios e impressos. Na “Parte Oficial” do periódico *O Cruzeiro do Sul: Jornal d’Instrução Publica Litterario e noticioso*, há informações de despachos em requerimentos à administração da Fazenda Provincial, solicitando: “[...] entregar pela mesma collectoria ao dito professor [de primeiras letras da colônia de Blumenau] a quantia de 89 reis para socorro de papel, pennas, etc. aos alumnos pobres, assim como importancia de varios objectos para a escolla á vista da conta, que o professor apresentar” (O CRUZEIRO DO SUL, 1858, p. 1). No ano seguinte, na mesma seção, há um requerimento ao Diretor Geral da Instrução Primária da Província, que versa sobre a necessidade de inspecionar as escolas da província, principalmente as da capital. Entre os argumentos apresentados, aparece a necessidade de tomar “[...] conhecimento do numero de alunos pobres, para saber e calcular-se não só a quantia precisa para socorros de papel, pennas & como se os professores tem bem

---

<sup>99</sup> Acerca de pesquisas de objetos escolares em jornais, indica-se a dissertação de mestrado, produzida por Hiassana Scaravelli intitulada *Objetos à venda: indícios da comercialização de materiais escolares em jornais catarinenses (1908-1921)* (PPGE/UDESC, 2016).

<sup>100</sup> Sobre o tema, ver artigo escrito por mim, Ana Paula de Souza Kinchescki, em parceria com Gustavo Rugoni de Sousa e Vera Lucia Gaspar da Silva (2019), intitulado “Objetos da Escola: modernidades que (im)portam!”, publicado na revista *Plures Humanidades*.

aplicado as quantias que, para esse fim, se lhes tem aboado” (O CRUZEIRO DO SUL, 1859, p. 1).

Como um exemplo, pode-se citar o conteúdo presente no Relatório do estado dos serviços realizados pela Diretoria de Instrução Pública deste estado, datado de 1881. Após apresentar dados sobre as escolas públicas e particulares subvencionadas, ao tratar sobre as “Casas e mobílias das Escolas”, o Diretor faz uma queixa relacionada às condições materiais das escolas da província, destacando a necessidade de reservar verba, mesmo que pequena, para melhorar essa situação. Em seu relato, na época, eram poucas as escolas que funcionavam em casas apropriadas, com condições adequadas de capacidade e higiene, questões por ele ressaltadas como necessárias tanto para a comodidade, quanto para a saúde das crianças. Em suas palavras,

Sem medo de errar, creio poder afirmar a V.E. que nenhuma escola da província tem a mobília conveniente e os utensílios necessários para funcionar.

Em umas, faltão peças indispensáveis achando-se em mau estado as que existem, em outras os moveis não estão em proporção com a frequencia e finalmente algumas de tudo carecem.

Logo que entrei em exercício foi um dos meus cuidados exigir informação sobre este assumpto, no intuito de melhorar quanto possível fosse o estado material das escolas publicas e ainda neste sentido me dirigi a V.E. sollicitando a sua valiosa coadjuvação. (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1881, p. 167).

Além de explicitar as dificuldades em prover adequadamente as escolas de Santa Catarina, o relatório também versa sobre o “Fornecimento de Objectos de escripta”. Neste tópico, afirma-se que a Diretoria de Instrução Pública parou de atender aos pedidos encaminhados pelos professores, sustentando sua ação no Regulamento de Instrução Pública da época<sup>101</sup>, o qual não possuía nenhuma disposição sobre o fornecimento de objetos de escrita aos meninos pobres.

A ausência dos objetos de escrita, segundo o Diretor de Instrução Pública, impactava na frequência dos alunos nas escolas. Devido às condições financeiras de professoras e pais que, muitas vezes, não conseguiam comprar nem alimentação e nem vestuários, e, diante da impossibilidade da Diretoria de Instrução Pública fornecer aos estudantes papel, penas, tinta e livros, as necessidades das crianças pobres passariam a ser de responsabilidade de orçamento

---

<sup>101</sup> Apesar de não mencionar no documento, o regulamento que reorganizou a instrução pública no ano de 1880 compõe a Lei n. 898, de 1 de abril de 1880, assinada pelo Secretário interino Julio Caetano Pereira.

relativo ao expediente interno das escolas<sup>102</sup>. Nessa direção, o relatório apresenta uma queixa ao Presidente de Província, afirmando que a verba destinada à instrução não era suficiente para satisfazer a compra dos materiais entendidos como “mais urgentes” e atender de maneira igualitária todas as noventa e oito escolas em funcionamento em 1881.

Apesar dos indicativos presentes no Relatório acima citado, no ano de 1882, foi possível localizar mais de um informe do Presidente da Província à Thesouraria Provincial sobre o fornecimento de utensílios para escolas de diferentes freguesias, assim como de “[...] objectos de escripta para os alumnos pobres, devidamente informados pelos respectivos delegados literários, que os julga indispensáveis” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1882, s.f). Diante dos pedidos feitos por professores para o fornecimento de objetos de escrita para alunos pobres, localiza-se, em mais de um caso que a Contadoria apresenta como resposta: “[...] julgo não haver inconveniência em autorisar ao Sr. Director de Instrução Publica a fornecer o que for indispensável, correndo em despesa pelo §22 da presente lei.” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1882, s/ fl.).

Em 1883, as dificuldades financeiras da província continuam sendo anunciadas nos informes da Contadoria, a qual permanecia negando pedidos feitos pela Diretoria da Instrução Pública, com exceção de livros e objetos de escrita. Como se pode observar em uma das solicitações encaminhadas por uma professora de escola pública do sexo feminino da cidade de Itajahy, junto com os bancos também eram anunciados como necessários os seguintes objetos: caixa de tinta boa, caixa de penna de aço, de lápis de pedra, dúzia de lápis de pau e dúzia de canetas.

Em anos posteriores, outro relatório, apresentado pelo então Diretor Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província de Santa Catarina, corrobora a existência de uma condição material precária dos estudantes nas escolas. Contudo, diferentemente do documento já mencionado, apresenta a autorização por parte da Presidência da Província para o fornecimento de utensílios para as escolas. Infelizmente, os anexos 7 e 8, indicados no excerto abaixo, os quais permitiriam identificar quantos e como seriam estes objetos, não foram localizados durante esta pesquisa.

---

<sup>102</sup> Este será um aspecto presente em muitos momentos na história da educação catarinense. Para contornar as dificuldades e auxiliar o ensino, foi instituída a Caixa Escolar. Sobre o tema, recomenda-se a leitura da dissertação de Sélia Ana Zonin (2017), intitulada “A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)”.

É lamentável o estado dos utensílios das escolas em quase sua totalidade sendo que em algumas faltão mesmo objectos necessários como consta de reclamações que me tem sido dirigidas pelos delegados litterarios e professores.

Entretanto, é certo que **durante o anno passado previamente autorizado por V. Ex. e por seu antecessor, mandei fornecer**, por differentes vezes, **utensílios a diversas escolas**, realizando-se com este serviço a despesa de 584\$000 rs. que reunida à cifra de 749\$260 rs. que se despendeu com o fornecimento de livros e objectos de escripta aos alunos pobres, somma a de 1:333\$260 rs. indicada no orçamento junto sob n° 9.

Os dous anexos sob n°s 7 e 8 mostram o primeiro o estado em que se achão os utensílios de todas as escolas atualmente providas e o segundo a qualidade e a quantidade de livros e objectos de escripta fornecidos por conta da província. No número de objectos que são ao meu ver necessários ao serviço das escolas, menciono o relógio, que aliás, poucas possuem.

Como já tive ocasião de dizer repito agora a V.E. que seria de grande vantagem uniformisar os utensílios das escolas, adaptando os bancos-classes de modelos mais modernos, de acordo com os preceitos pedagógicos que bem atendem á comodidade e saúde das crianças.

Infelizmente, a província carece de meios para levar a efeito semelhante melhoramento. (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1885, fl. 26)

A leitura de outro relatório, também do ano de 1885, possibilitou compreender um pouco melhor a dinâmica de fornecimento de utensílios de escrita. No tópico “Livros e Objectos de Escrita”, encontra-se a informação de que foi produzido um quadro (em anexo no documento, possível de visualizar na Figura 6), que demonstra quais escolas da Província receberam livros e objetos de escrita, com a especificação de sua localidade, nome de professores e despesa por paróquia. Além desse quadro, o documento menciona a existência de um Anexo “F”, que permitiria identificar quais escolas receberam utensílios de escrita durante o ano e a declaração de despesas, porém este anexo não foi localizado no Relatório.



Figura 6 - Quadro demonstrativo das escolas catarinenses que receberam livros e objetos de escrita no ano de 1885

Quadro demonstrativo das Escolas que receberam livros e objetos de escrita no ano de 1885

Município	Localidades	N.º	Nomes dos Professores	Localidades das Escolas	Quantidade de livros	Valor da despesa	Observações
Capital	S.ª Maria da Graça	1	José Paulo Soares	1.ª Escola da Capital	60	411,18	
		2	P.ª Maria Joaquina Lisboa	2.ª Idem	42	266,66	
		3	Roberto Antonio da Silva Cardoso	1.ª Escola da Capital	39	22,22	
		4	P.ª Sebastião Cunha Simões e Silva	1.ª Idem	23	128	
		5	José Jorge da Cunha	1.ª Escola de S. Sebastião	41	19,97	
		6	P.ª Maria das Dores Sacramento Almeida	1.ª Idem	23	1,79	
		7	Guilherme Alves da Costa	2.ª Idem	25	1,13	855,498
Capital	S.ª Antônia	1	Guilherme Francisco da Costa	Sede da Freguesia	22	1,18	
		2	Antônio Sérgio de la Rocha	Arrojal de Cambaqui	23	2,24	
		3	Antônio Claudino Cordeiro	Arrojal de Itatiba	23	2,66	855,978
Capital	S.ª Antônia	1	Guilherme Francisco Soares	Sede da Freguesia	11	2,44	
		2	P.ª Cândida Benedictina dos Reis Nunes	Idem	11	2,85	
		3	José Antônio Soares Junior	Arrojal de Cambaqui	21	1,11	23,587
Rio Vermelho	S.ª Antônia	1	P.ª Malbelle Adelaide Soares de Aguiar	Sede da Freguesia	27	16,1	
		2	Caetano Estevão de Oliveira	Arrojal de Cambaqui	21	3,35	21,259
Trindade	S.ª Antônia	1	Antônio Francisco Toledo	Sede da Freguesia	25	1,27	
		2	P.ª Maria Amália Simões Mapa	Idem	13	7,29	
		3	P.ª Rita Bernardina Gomes	Arrojal de Cambaqui	27	2,23	
		4	José Carlos Brand	Arrojal de Santa Cruz	27	2,11	112,133
Lagoa	S.ª Antônia	1	Antônio Lopes de Faria	Sede da Freguesia	23	2,26	
					535	270	

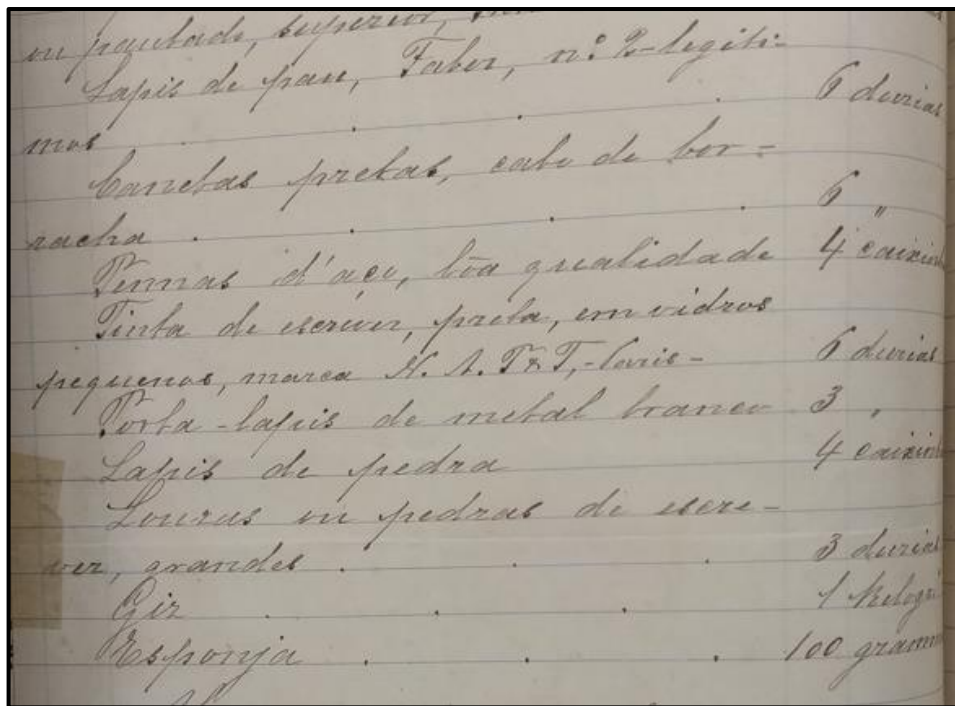
Fonte: SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS (1885, fl. 96.)

Interessante observar que o relatório anuncia que irá apresentar todas as escolas da Província de Santa Catarina que tenham recebido utensílios de escrita e livros, mas o único município discriminado no quadro foi a Capital, com escolas localizadas nas Paróquias Nossa Senhora do Desterro, Santo Antonio, Canas Vieiras, Rio Vermelho, Trindade e Lagoa. Contudo, diante das solicitações localizadas em anos anteriores, é difícil supor que apenas as escolas da capital necessitassem desses artefatos. A razão das demais localidades não serem contempladas não está anunciada nos documentos analisados.

No processo de leitura e análise de fontes que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, foi difícil localizar informações que dizem respeito aos fabricantes e marcas dos instrumentos e acessórios de escrita. Porém, alguns indícios foram encontrados, tais quais a solicitação de canetas *Perry*, anteriormente citada, lápis de pau da marca *Faber* e tinta para escrever *N.A.T.T. Parvis*, presentes em um *Pedido de mobília escolar, livros, material de escripta, mapas e outros utensílios para a Escola Pública Primária do sexo masculino da cidade de Laguna*, para serem utilizados tanto em salas de aula quanto no gabinete anexo. No

referido pedido, localizam-se, além dos utensílios de escrita, mobília como estrado, mesas e classes com bancos ligados ou escrivaninhas de quatro lugares “com montantes para por livros e modelos de escripta e repartimentos para colocar cadernos, pedras de escrever...” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1890, p. 39), além de livros e outros objetos. Destaca-se, na Figura 7, que os lápis de pau *Faber*, assim como as canetas pretas com cabo de borracha e a tinta de escrever, preta, em vidros pequenos, foram solicitados na quantidade de seis dúzias, o que pode indicar a intenção de uso coletivo por parte dos estudantes, juntando-se ao pedido de quatro caixinhas de penas de aço de boa qualidade e de lápis de pedra, assim como três dúzias de lousas em pedras de escrever.

Figura 7 - Material de escrita solicitado para escola masculina, em Laguna



Fonte: SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDO (1890, p. 40v).

Contudo, diante dos objetos de escrita, mobília, livros e demais utensílios entendidos como necessários pelo professor para que as aulas acontecessem, o funcionário do Tesouro do Estado responde ao inspetor que não seria possível atender ao pedido, alegando que não caberiam no orçamento. Pelo teor da mensagem encaminhada ao inspetor, cujo trecho está transcrito a seguir, não haveria saldo orçamentário suficiente para adquirir tudo o que foi solicitado, o que incluiria mobílias das mais variadas – como mesas, armários, cabides; quadros para exercício de escrita, cálculo e leitura; livros como dicionários, guias pedagógicos, cartilhas de alfabetização, entre outros; além de objetos como mapas, contadores, alfabetos parietais,

relógios e cortinas. Chama atenção ainda o fato de recorrer ao artigo de lei datada de 1888, afirmando que os pedidos de livros, penas, papéis, tintas e lousas para alunos pobres têm sido atendidos. Porém, questiona-se aqui se o disposto em lei realmente estaria satisfazendo as necessidades observadas pelos professores no cotidiano das escolas.

Com ofício outro do Cidadão Diretor Geral da Instrução Publica, dirigido ao Exmo. Governador, acompanhou um **pedido de professor publico** da Cidade de Laguna, **de objectos de escripta e utencis que os julga necessários**, os quaes sendo mássimos, calcula-se em um valor mais ou menos da quantia de 800\$, o que em vista de tal algarismo; cumpre informar-vos, que A. **torna-se impossível satisfazer tal pedido**, B., que não há nesse § de despesa saldo que atinja nem a 4ª parte do valor calculado, além d'isso, acresce mas que, **não temos Lei que authorize tal despesa só tem simplesmente o §6ºnº3 do artigo 2º da lei nº1255 do 1º de novembro de 1888 que diz: para auxilio dos alunos pobres que fossem obrigados a frequentarem as escolas, de despendesa-no commmercio a quantia de 2:000\$, cuja disposição tem sido cumprida, satisfazendo-se os pedidos dos professores, com - livros, papel, pennas, tinta, lousas**. VE. De conformidade com a Lei, o que também sofria com este pedido, se fosse ele nas condições dos outros, mas nunca com os objectos constantes, que isso uma falta de cumprimento a Lei. E pois tendo o quanto pode ser levado a nossa presença a respeito. (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1890, fl. 42, grifo nosso).

Além do Ofício direcionado ao Inspetor, o Thesouro do Estado encaminhou também um documento ao 1º Vice-Governador, no qual classificava a solicitação como excessiva e confirmava a decisão de não fornecer os objetos para a escola: “[...] além de muito exagerado o pedido que faz o professor publico da escola da Cidade de Laguna, acresce ainda a falta de verba e onorário para autorizar semelhante despesa” (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1890, p. 42v). É possível identificar que professores, inspirados em um ideal de escola veiculado em diferentes espaços, travam lutas constantes por condições adequadas de trabalho ao longo da segunda metade do século XIX em diversas solicitações e reclamações sobre a ausência de artefatos e/ou de espaços minimamente estruturados.

Conforme foi possível perceber por meio deste capítulo, instrumentos e acessórios de escrita estão presentes em projetos e discursos relativos à escolarização compartilhados em registros documentais de edições de Exposições Universais. Por meio das fontes localizadas sobre essas grandes feiras, foi possível perceber movimentos para afirmação desses espaços como instâncias relevantes para discussão e legitimação de métodos e modelos pedagógicos, assim como para consolidação de fábricas e comercialização de seus artefatos.

Os dados localizados demonstram que as Exposições foram reconhecidas no Brasil e, em Santa Catarina, como eventos em que as províncias deveriam se atentar para se articularem

a ideais de modernidade e progresso. Nesse panorama, foi possível identificar que instrumentos e acessórios de escrita foram modernidades anunciadas e agraciadas com premiações nesses “concertos das nações”. Observou-se, ainda, por meio de indícios presentes em fontes como ofícios e periódicos em circulação na época, que fábricas condecoradas possuíam representantes comerciais no Brasil para comercialização com instituições educativas.

Dessa forma, após discorrer sobre o lugar ocupado por instrumentos e acessórios de escrita em relatórios elaborados sobre Exposições Universais, assim como reverberações desta presença em projetos de escolarização no Brasil, no próximo capítulo procura-se perceber sentidos e significados atribuídos a esses objetos em manuais e dicionários de pedagogia em circulação em diferentes países na segunda metade do século XIX, aqui reconhecida como uma produção documental representativa, comum a vários lugares e que sinaliza com indícios sobre a construção de um modelo escolar que ganha força no período e que toma a materialidade como um de seus traços centrais.

## CAPÍTULO II

### **ARTEFATOS RECOMENDADOS:**

*discursos associados a instrumentos e acessórios  
de escrita*



## **2. ARTEFATOS RECOMENDADOS: DISCURSOS ASSOCIADOS A INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA**

Embora os sistemas educacionais se desenvolvam em diferentes velocidades ao redor do mundo, as bases desses sistemas escolares não dependem tanto da legislação e da regulamentação como por vezes supomos, mas de suas tecnologias simples, da ligação em conjunto de objetos e rotinas e da produção econômica dos produtos manufaturados para as escolas (LAWN, 2018, p. 342).

Em seu trabalho, Martin Lawn reafirma a importância dos objetos e dos discursos que os envolvem na organização das salas de aula e dos sistemas educacionais, levando em consideração que o reconhecimento de uma materialidade se articula com seu valor de uso nesses espaços. Portanto, observar movimentos de (não) incorporação dos artefatos às rotinas escolares permite discutir acerca de construções/preensões em torno de uma cultura material escolar. Por compreender, na esteira de Lawn (2018), que, ao mesmo tempo em que os objetos são “ativados” pelas relações humanas, as pessoas também sofrem impactos a partir deles, ressalta-se que investigar vestígios das materialidades educativas em diferentes suportes permite refletir sobre a circulação de ideias em torno de modelos que se pretendiam universais e, conseqüentemente, sobre a criação de necessidades de produção e uso de determinados instrumentos, métodos e modos de ensinar a escrever.

Nessa direção, busca-se, neste capítulo, refletir acerca de sentidos e significados atribuídos a artefatos de escrita em Manuais e Dicionários Pedagógicos, por serem impressos que permitem analisar discursos relacionados a esses objetos assim como indicativos da necessidade de seu uso, os quais são resultados de um conjunto de ações, arranjos e políticas. Para essa tarefa, toma-se a noção de cultura material escolar uma importante chave de análise dos documentos, os quais tiveram um papel significativo na configuração e difusão de ideias e práticas pedagógicas, como também em definições relativas às materialidades que dariam forma a diferentes projetos para a escolarização da infância.

A participação no grupo de pesquisa Objetos da Escola proporcionou o acesso a um conjunto de manuais para investigação e a alguns dicionários pedagógicos. Parte da documentação aqui utilizada tem sido alvo de estudos desenvolvidos por integrantes da equipe para refletir sobre diferentes aspectos atinentes à escolarização, como discursos sobre o provimento material da escola primária (GASPAR DA SILVA, 2013); avaliação (CARDOSO DA SILVA, 2018); idealização de mobiliário escolar (RUGONI DE SOUSA, 2019); saberes

relativos ao ensino da leitura e da escrita (FORTUNATO, 2017) e organização do tempo (MACHADO, 2017).

Os manuais pedagógicos são compreendidos aqui, com base em Catani e Silva (2010), como livros que possuem saberes direcionados aos professores, com o objetivo de subsidiar suas práticas. Os conteúdos disponíveis nesses impressos auxiliam na construção da uma história da educação e “[...] traduzem o que se considera, em cada momento, ‘o que há de melhor’ a ser feito pelos professores” (CATANI; SILVA, 2010, p. 1). Os dicionários, por sua vez, partícipes também da difusão de ideias pedagógicas, são percebidos como produções que geralmente contemplam escritos de especialistas de diferentes campos, possuindo como um de seus objetivos “vulgarizar as noções científicas” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2011, p. 80).

Como uma iniciativa relacionada ao Projeto de Pesquisa “Objetos em Viagem”<sup>103</sup>, Vera Lucia Gaspar da Silva, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Suzana Grimaldi Machado (2016) produziram um trabalho que versa sobre manuais pedagógicos recomendados para formação de professores do ensino primário em Santa Catarina<sup>104</sup> entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX. Na referida produção, as autoras afirmam que:

O uso comum de diferentes países, regiões e escolas de formação é um indicativo da “circulação” de ideias pedagógicas há muito explorado. Trata-se de um material impresso que não aportava desavisadamente nos países (para o caso de originais em língua estrangeira e isto vale para qualquer país) nas escolas responsáveis pela formação (em certa medida e até certo período os Liceus) ou nas bibliotecas: era necessário aprovação, o que fez com que muitos trouxessem a inscrição “recomendados” já na capa. Não temos aqui dados que nos ajudem a recompor o cenário das tratativas que redundaram na aprovação e recomendação dos Manuais dos quais nos ocupamos (investida que não descartamos) mas, já temos produção suficiente na área para saber que muitos interesses políticos, educativos e comerciais entravam em cena (GASPAR DA SILVA; CARDOSO DA SILVA; MACHADO, 2016, p. 380).

Nos processos de investigação desses documentos, em que o uso de manuais como fontes foi inspirado em movimentos de pesquisas de integrantes do grupo, avaliou-se como potente para o presente trabalho utilizar como fontes manuais que foram recomendados para uso em Santa Catarina, associados à leitura de outros, que circularam em outras províncias e estados brasileiros, assim como em outros países, por serem suportes que ampliam as possibilidades de reflexão também sobre sentidos em circulação em torno dos utensílios de

<sup>103</sup> Refere-se aqui ao projeto coordenado por Vera Lucia Gaspar da Silva, intitulado “**Objetos em Viagem: Discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870-1920)**” (CNPq/CAPES/FAEPSC/UDESC), desenvolvido entre os anos de 2014 e 2017.

<sup>104</sup> As obras localizadas pelas autoras foram: Curso Practico de Pedagogia (Jean Baptiste Daligault), Primeira Lições de Coisas (Norman Calkins), Pedagogia e Methodologia (Camillo Passalacqua) e Princípios de Pedagogia (José Augusto Coelho).

escrita. De forma semelhante, procurou-se analisar dicionários que circularam no Brasil e em outras nações, por entender que ambos os impressos carregam consigo compreensões e prescrições acerca de objetos portam histórias e que são produtos e produtores de culturas. A leitura desses materiais foi realizada também com o intento de refletir sobre requisitos/condições estabelecidos em torno dos artefatos e suas formas de uso, os quais poderiam contribuir para os (des)autorizar diante de diferentes projetos para a escolarização da infância.

As formas e materialidades com as quais escrevemos não estão desvinculadas do lugar e do tempo em que estamos inseridos. Compreende-se que ao utilizar instrumentos e/ou acessórios de escrita, estamos a frente de utensílios que são resultados de um conjunto de ações, arranjos e políticas. Portanto, “embutidas” nesses objetos há questões relacionadas a debates e ao desenvolvimento econômico, tecnológico e educativo, as quais entende-se que podem ser problematizadas por meio da análise desse conjunto de fontes. O Quadro 4, a seguir, apresenta os títulos dos impressos consultados; a identificação de seus autores e tradutores; editora, ano e local de publicação.

Quadro 4 - Manuais e dicionários pedagógicos consultados

Ano	Título	Autor(a)/Organizador(a)	Editora	Local de Publicação
1851	Cours Pratique de Pédagogie	Jean-Baptiste Daligault	Dezobry et E. Magdeleine	Paris, França
1865	Curso Pratico de Pedagogia destinado aos Alunos-Mestres das Escolas Normaes Primarias e aos Instituidores em Exercicio	Jean-Baptiste Daligault Tradução: Joaquim Pires Machado Portela	Typographia Universal	Recife, Pernambuco, Brasil
1870	Curso Práctico de Pedagogia: Destinado aos Alunos-Mestres das Escolas Normaes Primarias e aos Instituidores em Exercício	Jean-Baptiste Daligault Tradução: Franc de Pauliscéa Marques de Carvalho	Typographia de Ribeiro & Caminha	Santa Catarina, Brasil
1877	Cours de Pédagogie ou Principes d'Éducation Publique a l'usage des Élèves des Écoles Normales et des Instituteurs Primaires	Ambroise Rendu	Garnier-Frères	Paris, França



1881	Compendio de Pedagogia para uso dos alunos da Escola Normal da Provincia do Rio de Janeiro	Antonio Marciano da Silva Pontes	Typ. Do Fluminense	Niteroi, Brasil
1885	Cours Théorique et Pratique de Pédagogie	Michel Charbonneau	Librairie Ch. Delagrave	Paris, França
1887	Pedagogia e Methodologia (Theorica e Pratica)	Camillo Passalacqua	Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp.	São Paulo, Brasil
1896	La Educación de la mujer: Tratado de Pedagogía para las maestras de primera enseñanza y aspirantes al magistério	Pilar Pascual de Sanjuán e Jaime Viñas y Cusí	Librería de Antonio J. Bastinos	Barcelona, Espanha
1872	Dictionnaire Universel d'Éducation et d'Enseignement	Émile Mathieu Campagne (Org.)	Typographie Lahure	Paris, França
1873	Diccionario Universal de Educação e Ensino (Volumes 1 e 2)	Émile Mathieu Campagne (Org.) Tradução: Camillo Castello Branco	Typographa de Antonio José da Silva Teixeira	Porto, Portugal
1886	Diccionario Universal de Educação e Ensino – Nova edição portuguesa ilustrada (Volumes 1, 2 e 3)	Émile Mathieu Campagne (Org.) Tradução: Camillo Castello Branco	Casa Editora Lugan & Genelioux, Successores	Porto, Portugal
1886 1887 1888	Dictionnaire de Pédagogie et d'Instuction Primaire (I <sup>a</sup> partie– Tome Premier) (II <sup>a</sup> partie– Tome Premier) (I <sup>a</sup> partie – Tome Second) (II <sup>a</sup> partie – Tome Second)	Ferdinand Buisson	Librairie Hachette et Cie.	Paris, França

Fonte: Dados coletados em Manuais e Dicionários Pedagógicos analisados, sistematizados pela autora (2022).

Fontes importantes para a compreensão da cultura escolar e da própria história da escolarização, os manuais escolares são entendidos por Agustín Escolano Benito (2012) como produtos culturais que estão sujeitos a intervenções a partir das intenções de seus autores, das interferências dos sistemas de regulação de sua produção, assim como dos critérios adotados por aqueles que os selecionam e os utilizam como texto. Não sem razão a constituição da

*manualística*<sup>105</sup> como um campo de investigações que estuda os livros escolares em sua especificidade ganhou força e se consolidou entre os pesquisadores da área de História e Historiografia da Educação, tendo em vista que são documentos que ajudam a compreender representações construídas sobre a escola, sujeitos, práticas e objetos.

Para Agustín Escolano Benito (2012, p. 43, tradução livre), “O livro pode ser examinado como uma representação das práticas que prevê e induz, como um suporte no qual subjazem os discursos pedagógicos acerca da ação escolar e como um objeto indiciário dos valores em que se fundamenta a administração que o regula”<sup>106</sup>. Dessa forma, os manuais podem ser analisados como espaços ou registros de memória por meio dos quais programas de ensino, conteúdos e valores sociais de cada época são propagados e, diante de suas características, cumprem algumas funções no que diz respeito à construção de narrativas em História da Educação: são suportes curriculares que divulgam os conhecimentos que deveriam ser trabalhados nas instituições educativas; guardam profundas relações com as sociedades e épocas em que foram elaborados, contribuindo para a construção de imaginários coletivos; assim como carregam consigo vestígios sobre modos e processos de comunicação pedagógica, métodos de ensino e desenvolvimento dos programas educativos (ESCOLANO BENITO, 2009).

Ao analisar os conteúdos dos manuais essas questões foram levadas em consideração e, assim como Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2018, p.58), buscou-se olhar para eles como “uma referência de *instrução pedagógica* num momento em que as instituições para habilitação de professores e que a própria ideia de pedagogia como campo de conhecimento afeto à educação ainda estavam se consolidando”. Dentre os manuais aqui consultados, entende-se que os escritos por Jean-Baptiste Daligault, Camilo Passalacqua, Ambroise Rendu e Michel Charbonneau podem ser categorizados como do tipo “curso”. Por essa razão, dentre seus atributos está a difusão de elementos da ciência pedagógica ao passo que, ao mesmo tempo, apresentam ensinamentos práticos aos professores.

---

<sup>105</sup> Para mais informações sobre o assunto, indica-se a leitura do artigo *El manual como texto*”, de autoria de Agustín Escolano Benito (2012).

<sup>106</sup> No original: “El libro puede ser examinado como una representación de las prácticas que prevé e induce, como un soporte en el que subyacen los discursos pedagógicos acerca de la acción escolar y como un objeto indiciario de los valores en que se fundamenta la administración que lo regula”.

## 2.1 MANUAIS E DICIONÁRIOS EM CIRCULAÇÃO

### 2.1.1 Manuais em circulação

Ao pesquisar sobre a circulação de manuais pedagógicos, Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2018)<sup>107</sup> informa que o manual de autoria de Ambroise Rendu (1877) foi publicado originalmente na França, no ano de 1841, traduzido e editado por muitos anos, tendo circulado na Espanha e em Portugal. No Brasil, as Atas das Conferências Pedagógicas realizadas na Corte/RJ no ano de 1873 registram que sua obra “[...] aparece recomendada em conjunto com autores como Barrau, Braun, Dunn, Zweiler, Fröebel, Rapet, Daligault, Naville, Théry e outros, como convenientes tratados de pedagogia a serem traduzidos e distribuídos gratuitamente pelas escolas” (CARDOSO DA SILVA, 2018, p. 62).

O manual escrito por Jean-Baptiste Daligault<sup>108</sup> também teve sua primeira edição publicada na França, no ano de 1851. Possui várias edições e foi traduzido para o português, sendo encontrado em bibliotecas de Portugal e no Brasil, com “[...] indícios de circulação desse manual nas províncias de Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Paraná, Maranhão, Paraíba e Bahia” (CARDOSO DA SILVA, 2018, p. 66)<sup>109</sup>. Ressalta-se que, em 1856, a obra fez parte da Biblioteca Pública provincial de Santa Catarina e foi traduzida no mesmo ano por Francisco de Paula Marques de Carvalho, conhecido como Franc de Paulicéia. No ano de 1865, em Recife, é publicada uma edição traduzida por Joaquim Pires Machado Portela e, novamente, em Santa Catarina, uma segunda edição traduzida por Franc de Paulicéia em 1870.

Sobre a produção de Michel Charbonneau, Cardoso da Silva (2018) afirma que, junto ao manual de Daligault, compôs o grupo de destaque na área de Educação da Exposição

---

<sup>107</sup> A tese de Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2019) apresenta informações sobre os autores dos manuais, assim como outros dados acerca deles.

<sup>108</sup> Vera Lucia Gaspar da Silva e Gizele de Souza (2018) destacam que o manual de Daligault possuiu uma considerável circulação e ao menos duas traduções no Brasil. Ao estudarem a publicação lançada originalmente na França, observam que dentre os artefatos recomendados para as instituições escolares, juntamente das carteiras e de outros objetos, encontram-se os instrumentos associados ao ato de escrever. Conforme as autoras, anunciados como “objetos de utilidade prática para o ensino elementar” em escolas que adotassem tanto o método misto quanto o simultâneo, nesta edição aparecem os tinteiros e os *porta-pennas*, artefatos que, como indica o nome, serviriam de suportes para apoiar as penas utilizadas para o registro escrito dos estudantes.

<sup>109</sup> Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2019) apresenta ainda, com base em estudo de Marta Carvalho (2007) que o referido livro foi divulgado na Exposição Universal realizada no ano de 1867, em Paris.

Universal de 1867. Sua circulação no Brasil data do começo da década de 1880, aparecendo em anúncios de livrarias de jornais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e outros.<sup>110</sup>

O “Compêndio de Pedagogia”, escrito por Antonio Marciano da Silva Pontes, também foi premiado em edição de Exposição Universal (1881) e chegou a ser apontado no Diário do Rio de Janeiro (1877) como uma tradução do Cours de Pedagogie de Ambroise Rendu. Contudo, o mesmo jornal destaca que uma comissão analisou sua obra e declarou não ser uma tradução por apresentar reflexões a partir de sua experiência no magistério no Brasil. Indicativos de sua adoção na Escola Normal do Rio de Janeiro e em anúncios de livrarias do Ceará (1889) e Rio Grande do Sul (1890) foram localizados por Carolina Ribeiro Cardoso da Silva (2018).

Outro manual consultado, *La Educación de la mujer: Tratado de Pedagogía para las maestras de primera enseñanza y aspirantes al magistério*, foi escrito por Pilar Pascual de Sanjuán e Jaime Viñas y Cusí e publicado no ano de 1896 pela Livraria de Antonio J. Bastinos, em Barcelona.

O manual de Camilo Passalacqua, por sua vez, além de ter sido indicado no programa de ensino da Escola Normal Catharinense (1897), também circulou na Escola Normal de São Paulo, foi indicado para a cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Atheneu Sergipense, em 1888 e encaminhado para as províncias de Sergipe e Rio de Janeiro (CARDOSO DA SILVA, 2018).

### 2.1.2 Dicionários em circulação

Apresentado como um “armazém de idéas fecundas e practicas” para os professores e um “guia seguro e lucidíssimo” para as mães (DICCIONARIO, 1886, p. XI), o “Diccionario Universal de Educação e Ensino: útil à mocidade de ambos os sexos, às mães de família, aos professores, aos directores e directoras de collegios e aos alumnos que se preparam para exame” possui diversas edições. Segundo Dubois (2000), o referido dicionário foi publicado no ano de 1853, ainda antes da obra organizada por Buisson, intitulada “Dictionnaire de Pédagogie et d’Instuction Primaire”.

---

<sup>110</sup> Sustentada em estudos de Trevisan e Pereira (2013) bem como de Uekane (2008), Cardoso da Silva (2019) relata que o manual esteve indicado como leitura recomendada para a Escola Normal de São Paulo e foi um dos livros adotados na Escola Normal da Corte/RJ, entre 1881 a 1888.

Para a realização da presente pesquisa, a localização dos dicionários inicialmente ocorreu em um movimento de busca em bases de dados online<sup>111</sup>, por meio das quais foi possível acessar tanto as obras organizadas por Ferdinand Buisson e Émile Mathieu Campagne, publicadas em Paris/França, como a tradução e ampliação do Dicionário de Campagne, realizada por Camillo Castelo Branco (1825-1890), e publicada em 1873, em Porto/Portugal. Posteriormente, em livrarias especializadas na venda de livros usados, foram localizados três volumes do Dicionário Universal de Educação e Ensino, publicados no ano de 1886, traduzidos e ampliados por Camillo Castelo Branco, “um dos escritores mais prolíficos da literatura portuguesa, tendo incursionado pelo romance, crônica, crítica literária, teatro, história, poesia e tradução”<sup>112</sup>. Importante destacar que, apesar de serem anunciadas como “traduções”, há incorporações e alterações no conteúdo do impresso, feitas em cada uma das novas edições.

Em aprofundamento de trabalho escrito por mim, Ana Paula de Souza Kinchescki, em parceria com Luiza Pinheiro Ferber e Vera Lucia Gaspar da Silva (2021), apresentado no XII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – XII COLUBHE<sup>113</sup>, apresentamos informações relativas a um mapeamento realizado em bases de dados de Bibliotecas de Universidades Públicas brasileiras, com o intuito de refletir sobre a circulação do Dicionário em nosso país. Esse foi um movimento realizado por compreendermos que integrar acervos de bibliotecas, de certa forma, atesta a disseminação e alguma participação desses impressos na construção de ideias e discursos sobre educação. Nessa busca foi possível identificar a presença de exemplares nos estados de São Paulo, no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e na Base de Dados Online da Biblioteca da USP; nas Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal da Bahia; assim como na base de dados da Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A leitura de produções de Thabatha Aline Trevisan e Bárbara Cortella Pereira (2013)<sup>114</sup>, assim como de Benedito Fialho Machado (2020), permitiram ainda localizar seu título como leitura recomendada aos professores em formação pela Escola Normal de São Paulo no século

---

<sup>111</sup> Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Digital Mundial, Internet Archive.

<sup>112</sup> Informações retiradas do site da Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Campus de Assis, Faculdade de Ciências e Letras (BAS). Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26024>>. Acesso em: 09 out. 2019.

<sup>113</sup> O trabalho intitulado “Discursos e sentidos que circulam: Dicionário Universal de Educação e Ensino como suporte de ideias pedagógicas (Anos finais do século XIX)”, foi revisto e ampliado, submetido à periódico científico para avaliação.

<sup>114</sup> Com o intuito de evidenciar relações estabelecidas entre modelos pedagógicos adotados na França e no Brasil no que diz respeito ao ensino das formas de ensinar leitura e da escrita, Thabata Trevisan e Bárbara Pereira (2013) buscaram identificar as leituras recomendadas para a formação de professores primários nas Escolas Normais do Estado de São Paulo e na França na década de 1880.

XIX, assim como para a formação de professores primários do Pará. Outro indicativo observado nessas produções relaciona-se à circulação de títulos de Dicionários e outras obras em Exposições Universais, eventos para os quais, conforme mencionado em capítulo anterior, representantes como autoridades educacionais viajavam para conhecer diferentes métodos e autores, abrindo a possibilidade de sua indicação e apropriação em países de origem.

O “Dicionário de Pedagogia e de Instrução Primária”, organizado por Ferdinand Buisson<sup>115</sup>, por sua vez, é uma obra consagrada no campo da educação. Segundo Patrick Dubois (2001), esse dicionário foi inicialmente publicado no ano de 1878 em fascículos bimensais para, depois de sua finalização, no ano de 1887, ser divulgado em sua versão final, contendo dois volumes. Após alguns anos, em 1911, foi editada e publicada uma segunda edição ampliada do referido dicionário, a qual também é muito utilizada por pesquisadores na área da História da Educação<sup>116</sup>.

A escrita desse material contou com a colaboração de vários redatores, os quais ocupavam diferentes posições no mundo acadêmico, funções na administração central da Instrução Pública, cargos como inspetores gerais, professores, diretores, correspondentes estrangeiros, entre outros. A grande quantidade de escritores e a variedade de posicionamentos políticos, filosóficos, sociais e religiosos aos quais se vinculam estão relacionadas à “marca das convicções liberais do diretor da publicação” e ao “engajamento comum destes diversos autores em favor do desenvolvimento do ensino popular na França” (DUBOIS, 2001, p. 64).

A escolha por consultar o referido Dicionário Pedagógico se deu pela identificação de sua circulação internacional e por indicativos de que tenha sido utilizado para defesa de ideias e práticas educativas. No caso do Brasil, as ideias presentes nessa obra foram apropriadas por educadores como Rui Barbosa (1849-1923) e Menezes Vieira (1848-1897), os quais as utilizaram de forma a sustentar suas propostas pedagógicas. No entanto, como discorre Maria Helena Camara Bastos (2000, p. 105), o conteúdo apresentado por Ferdinand Buisson (1888) não foi copiado na íntegra pelos educadores, ganhando “novas formas e traduções à realidade brasileira, muitas vezes em sentido contrário àquele preconizado pelo seu autor”.

---

<sup>115</sup> <sup>115</sup> De acordo com Maria Helena Camara Bastos (2000, p. 82/83), Ferdinand Buisson (1841-1931) nasceu na França em uma família protestante e é “um dos intelectuais e educadores franceses que significativa influência teve nos escritos e nas atividades de figuras da elite intelectual brasileira”. Ainda segundo esta autora, entre suas ações profissionais, exerceu a função de secretário da Comissão de Estatística do Ensino Primário, representando a França em Exposições Universais em Viena (1873) e na Filadélfia (1876); foi Inspetor Geral da Instrução Pública (1878) e Diretor do Ensino Primário (1879), colaborando diversas reformas escolares; ocupou a cadeira de Deputado em 1902; presidiu a comissão da separação da Igreja do Estado e foi presidente da Liga dos Direitos do Homem, da Liga do Ensino, da Sociedade pela Instrução Elementar e da Sociedade de Sociologia.

<sup>116</sup> O material foi digitalizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INPR) e pela Biblioteca Nacional da França e pode ser acessado pelo site <<https://gallica.bnf.fr/>>.

## 2.2 ARMAZÉNS DE IDEIAS PARA A ESCRITA: OS INSTRUMENTOS E SEUS ACESSÓRIOS

Para as análises aqui desenvolvidas, a metodologia adotada inicialmente foi a de realizar uma primeira observação nos exemplares dos dicionários pedagógicos, buscando identificar os verbetes que pudessem, de alguma forma, estar relacionados aos objetivos deste trabalho. Dessa maneira, *Escrita* foi o primeiro verbeito selecionado. Observando-se sua presença tanto na primeira quanto na segunda parte do Dicionário de Buisson. Na segunda parte, que trata de elementos práticos, Bonaventure Berger posiciona a escrita como um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da inteligência das crianças, objetivo apresentado como central para a educação primária. Segundo Berger (1886, p. 642), “É por meio da escrita que nossos pensamentos se tornam fixos, classificados e definidos. É também através da escrita que nos comunicamos com os ausentes e que estendemos largamente nossa influência”.<sup>117</sup>

No Dicionario Universal de Educação e Ensino, também se atribui grande importância à escrita. A primeira definição, presente em todas as edições, afirma ser a escrita “[...] a arte de suscitar na alma, com signaes de convenção, idéas que lá despertam os sons da linguagem falada” DICIONÁRIO (1872, p. 360), (1873, p. 443) e (1886a, p. 879). Ressalta-se que há um aumento progressivo no número de páginas destinadas ao tema em cada um dos exemplares analisados e, além disso, apenas a edição do ano de 1886 possui um outro verbeito, intitulado “Escripta-leitura”, voltado especificamente à discussão do ensino simultâneo dessas habilidades – de forma semelhante ao Dicionário organizado por Ferdinand Buisson (1888 e 1911).

Para além dessa acepção, nas páginas do dicionário organizado por Émile Mathieu Campagne e traduzido por Camillo Castello Branco (DICIONARIO, 1886a), a escrita também figura como uma eficiente estratégia para garantir que as turmas se mantivessem disciplinadas e em silêncio, sendo o estímulo de sua prática, afirmado como útil em escolas com muitos estudantes:

Ensina a judiciousa pedagogia que os alunos devem estar incessantemente ocupados, divertindo-os entre variados exercícius. O mestre habil principia cedo o ensino de escrever; pois que, sabendo o menino escrever, tudo vai prestes, e logo sobrem bom entendimento de orthografia. **Além d’isso, em escóla numerosa, o melhor meio de ter os meninos quietos é assental-os a escrever** (DICIONARIO, 1886a, p. 880, grifo nosso).

---

<sup>117</sup> No original: “C’est par l’écriture que nos pensées prennent de la fixité, se classent et se précisent. C’est aussi par l’écriture que nous communiquons avec les absents et que nous étendons au loin notre influence”.

Outro aspecto importante de ressaltar é a difusão do entendimento que a escrita possui duas partes que, apesar de estarem o tempo todo articuladas, são distintas: a *física* e a *intelectual*. O componente *intelectual* estaria relacionado à habilidade que as pessoas deveriam possuir para escolher os sinais adequados aos sons das letras, conseguindo assim expressar corretamente as suas ideias, já a parte *física* estaria ligada ao instrumento com o que se escreve, ao elemento material da escrita. Nessa perspectiva, seria “[...] necessário que estes dous componentes essenciaes da escripta conspirarem por igual para o humanitário *desiderandum*<sup>118</sup> de haver leitura para todos e para todos fácil” (DICCIONARIO, 1886a, p. 885).

Dessa forma, é possível observar discursos relativos aos progressos tecnológicos em torno dos materiais para escrita, os quais seriam partícipes para que essa prática, em conjunto com a da leitura, se encaminhasse para a universalização tão desejada no período. Inicialmente, os argumentos utilizados no Dicionário (1886a) concentram-se nos avanços observados nos *suportes* para a escrita: das folhas de palma, passando pelos entrecascos de algumas árvores, pelas lâminas de chumbo, panos de linho e tábuas enceradas, chegariam ao papiro e aos pergaminhos. Esse impresso destaca também o crescimento da indústria de papel, o “imortalizador dos homens”, a partir das descobertas científicas, progresso da química e da mecânica.

Depois da elucidação sobre as bases para a escrita os *instrumentos* também são ressaltados, por serem capazes de permitir registros nos mais variados suportes. Os primeiros instrumentos mencionados são as penas, sobre as quais há uma discussão acerca da alteração em sua matéria prima. No Dicionário (1886a), aparece anunciado que a substituição da pena animal por de outros tipos, fabricadas em ferro, já havia ocorrido na maioria das localidades de Portugal<sup>119</sup>, evitando a necessidade de que professores às aparassem constantemente.

Com relação ao Brasil, artigos como os de Caroline Braga Michel e Eliane Peres (2019), demonstram, a partir de pesquisas realizadas em listas de fornecimentos, recibos e contratos de compra e venda entre casas comerciais e o estado do Rio Grande do Sul, o fornecimento de penas de aço e de pedra, assim como de canivetes entre os anos de 1882 e 1913. O trabalho de Valdeniza Maria Lopes da Barra (2016), ao tratar sobre utensílios escolares utilizados em escolas de primeiras letras de São Paulo, traz indicativos da presença de penas de ave entre os anos de 1854 e 1870 e da inserção da pena metálica no cotidiano de escolas paulistas antes

---

<sup>118</sup> O termo *desiderandum* encontra-se em latim e expressa, em tradução livre “Aquilo que se deve desejar”.

<sup>119</sup> Apesar de não mencionar diretamente o nome do país, fica subentendido no texto publicado que Camilo Castelo Branco se refere à realidade de Portugal, tendo em vista que ao traduzir a obra foram realizadas adaptações relativas àquela localidade.



ainda da presença do papel pautado. Marcia de Paula Gregorio Razzini (2008), por sua vez, chama atenção para a lenta substituição das penas de ave como matéria-prima por penas metálicas em escolas brasileiras:

[...] até o final da década de 1850 os alunos das províncias do Paraná e do Rio Grande do Sul só usavam penas de ave para escrever à tinta. Já na década seguinte, são indicadas na província do Pará (1868) tanto as penas de ave como as de aço, enquanto mais tarde, na província de Mato Grosso (1876), os alunos usavam só as penas de ave, que tinham durabilidade mais efêmera (dez dias, no caso) do que as penas metálicas, pois precisavam ser aparadas constantemente com um canivete, operação em geral, feita pelo professor, sobretudo para os alunos menores (RAZZINI, 2008, p. 95).

Ao consultar os Ofícios Expedidos pela Instrução Pública de Santa Catarina, foi possível observar, por meio de relação de pedidos de objetos feitos por professores, que a prática de aparar penas por parte das professoras é constante ao longo dos anos investigados, mesmo com a inserção das penas de metal ou de aço no cotidiano escolar. Em uma solicitação realizada para uma escola do sexo feminino da Freguesia da Santíssima Trindade, por exemplo, há os seguintes objetos e seus preços, com indicação de uso da Professora:

1 Livro de 100 folhas, pautadas para Matrícula – 1\$500  
 1 Dito de 5 folhas, pautadas para termos – 1\$280  
**1 Par de tinteiros de chumbo (tinteiro e areeiro) - \$720**  
 1 Campanhia de metal branco - \$560  
**1 Canivete de aparar pennas - \$480**  
 1 Regoa grande- \$800  
 1 Meza de 6 palmos de comprimento e 4 de largura com gavetas – 12\$000  
 1 cadeira - 5\$000 (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1855, p. 04).

Outro exemplo é o ofício encaminhado ao Subdiretor da Diretoria de Instrução Primária por José Joaquim de Souza Angelo, professor público de primeiras letras de Desterro no ano de 1861. Nesse ofício, visando atender tanto aos estudantes pobres, quanto para serviço da escola, é possível perceber que assim como na Província do Pará, já no começo da década de 1860 as penas de aço eram ao menos solicitadas para compor os materiais utilizados nas instituições, coabitando o espaço com as penas de aves – como se pode observar pela solicitação de um canivete para aparar as penas:

[...] 3 cadeiras, um côco de tirar água, uma talha ou pote, **um jogo de tinteiros, 24 lapis de páo e 24 de pedras, uma libra de giz, 12 louzas, uma resma de papel, um canivete de aparar pennas e lápis, trinta pennas d' aço**, doze expositores portugueses para os meninos aprenderem a ler, e bem assim uma campainha para impor silencio, e um copo para água (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1861, p. 59).

Com passagens idênticas ao verbete presente no dicionário organizado por Buisson (1888), ao descrever o termo *pennas*, o Diccionario (1886c) retoma a mesma indicação sobre a cautela dos professores diante da grande quantidade de gêneros de penas metálicas existentes e a necessidade de evitar que crianças pequenas utilizassem aquelas com bicos muito finos e pouco flexíveis.

As penas também figuram entre os objetos materiais para a escrita anunciados no manual pedagógico de Daligault (1870), junto de *quadernos*, as *pautas* ou *transparentes*, “*regras*” e *lápiss*, *modelos* ou *traslados*, *ardósias*, *papel* e *tinta*. Com relação às “*pennas*”, assim como destacado nos dicionários, o autor informa que nas escolas há dois tipos de espécies utilizadas: as de ganso e as metálicas. Estão presentes também, no manual de Daligault (1870), os *porta-lapis*, que serviriam para “conter os lápis que estiverem muito curtos”, e os *pannos de esfregar*, destinados à limpeza das ardósias. De acordo com esse pedagogo, em escolas que, no lugar do papel, utilizassem lousas ou ardósias, seria necessário o uso desses outros artefatos, também destinados à escrita.

Também aparece como sugestão no manual um acessório que teria como função comportar as penas dos estudantes, o chamado *guarda-pennas*. Segundo Daligault (1870, p. 85), esse artefato deveria ser composto por tábuas de diferentes dimensões em que “[...] se tem fixado, por meio de fileiras transversaes de pontas ou agulhas, umas bandas ou faxas de couro molle ou macio”, sob as quais seria possível depositar as penas quando não estivessem em uso. Com relação ao número de guarda-pennas adequados para cada sala de aula, o manual especifica que

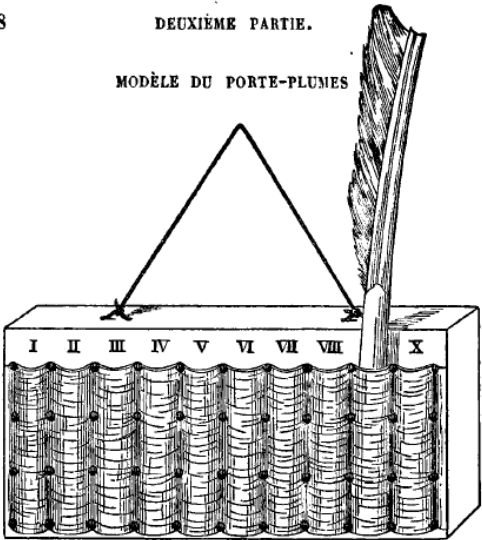
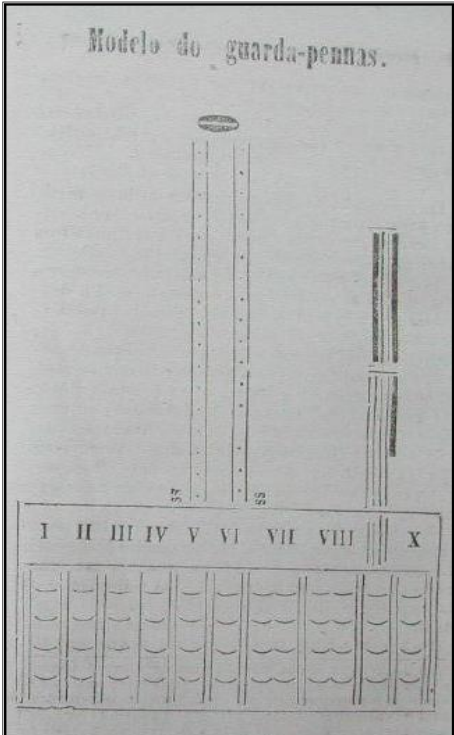
Deve haver na aula tantos guarda pennas quantos forem os bancos escrivaninhas, e tantas dobras em cada guarda pennas quantos discípulos há em cada banco-escrivaninha. Para as duas 1<sup>as</sup> divisões ou classes de alunos convem que o numero de dobras seja o duplo do numero dos discípulos. Depois da lição de escripta os guarda-pennas serão fechados no armário, ou suspensos por um cordel na extremidade dos bancos escrivaninhas (DALIGAULT, 1870, p. 85/86).

As orientações do *Quadro de ordens, preceitos ou comandos*, disponível no manual de Daligault (1870), permitem observar que, nas salas de aula em que os métodos simultâneo ou misto fossem adotados, os estudantes não deveriam ter acesso livre ao *porta-pennas*, pois este

não era um utensílio elaborado para ser manuseado por todos. No momento de realizar os exercícios de escrita apenas os primeiros de cada mesa ficariam responsáveis por distribuir as penas e, ao final, guardá-las no local adequado.

Além da descrição desse acessório, consta no impresso uma ilustração que permite compreender como seria um modelo entendido como “ideal” de guarda-pennas. Ao comparar o conteúdo disponível na tradução realizada por Franc de Paulicéia Marques de Carvalho – publicada em 1870 no Brasil – com a primeira edição do manual, impressa na França no ano de 1851, identifica-se que a descrição do modelo de *guarda-pennas* na versão traduzida é fiel ao conteúdo original, porém é possível notar algumas diferenças no que diz respeito à ilustração do artefato – a qual pode estar relacionada à dificuldade de acesso a uma impressão tão detalhada no caso da edição brasileira. Conforme visualiza-se no Quadro 5, a edição do ano de 1851 permite identificar uma pena de ave acondicionada na nona fileira do acessório. A ilustração presente no manual de 1870, por sua vez, não é tão detalhada e possui traçados mais simples, impossibilitando verificar se o instrumento de escrita guardado seria uma pena de ave ou uma pena metálica.

Quadro 5– Modelo de guarda-pennas em Daligault

Modelo de guarda-pennas em Daligault (1851)	Modelo de guarda-pennas em Daligault (1870)
<p>38</p> <p>DEUXIÈME PARTIE.</p> <p>MODÈLE DU PORTE-PLUMES</p> 	<p>Modelo do guarda-pennas.</p> 

Fonte: (DALIGAULT, 1851, p. 68), (DALIGAULT, 1870, p. 87).

Ainda que a ilustração não permita identificar quais penas deveriam, na perspectiva do autor, ser utilizadas nas escolas e acomodadas *no porta-pennas*, o conteúdo escrito possibilita tratar sobre a coexistência de dois tipos: de ganso<sup>120</sup> ou metálicas. Conforme Daligault (1870), as penas de ganso poderiam ser utilizadas em todos os gêneros de escrita por serem mais macias e permitirem uma melhor estética ao realizar os registros. Entretanto, uma das desvantagens desse tipo de material apontada nos documentos analisados seria a necessidade de reservar um tempo para que fossem aparadas, tarefa normalmente realizada pelos professores nos intervalos entre as lições<sup>121</sup>. Diferentemente, as penas metálicas não precisariam ser aparadas e, em razão de sua materialidade, permitiriam a elaboração de traços mais nítidos e uniformidade na escrita de um número maior de páginas. Por entender que exigiriam esforço por “tornarem a mão mais pesada”, Daligault (1870) apenas recomendaria seu uso para estudantes já familiarizados com a escrita, indicando as penas de ganso aos estudantes mais novos. Nos relatórios e ofícios catarinenses analisados, contudo, não se localizou essa mesma indicação.

O cuidado dos docentes com as condições materiais para o ensino aparece em diferentes fontes analisadas. Como se observa no verbete *Escrita*, elaborado por Charles Defondon (1887)<sup>122</sup>, essa pauta não era novidade quando o dicionário foi publicado. Ao abordar o tema no Dicionário, o autor faz referência a um livro publicado ainda no começo do século XVIII (cuja aprovação é de 1706), o qual apresenta recomendações sobre o aparo das penas de ganso, condições do papel, do canivete, assim como a composição do pó para produzir a tinta para escrever. Essas questões corroboram para afirmar que a substituição das penas de ganso por penas metálicas não ocorreu rapidamente.

No verbete *Penas*, escrito por Bonaventure Berger e disponível no segundo volume do Dicionário de Ferdinand Buisson (1888), percebe-se que a economia do tempo dispendido pelos professores com tarefas alheias ao ensino seria um dos argumentos em favor da substituição das penas de animais pelas metálicas<sup>123</sup>, que não precisariam ser talhadas. Ao retomar recomendações presentes em um Manual do século XVII, o autor do verbete discorre sobre como a permanência do uso das penas de ganso seria cansativa para o professor, além de

---

<sup>120</sup> Na tradução da segunda edição do manual escrito por Daligault, realizada por Joaquim Pires Machado Portela e publicada em Recife, no ano de 1865, os tipos de pena mencionados foram as penas metálicas e “pennas de pato” (DALIGAULT, 1865, p. 134), não penas de ganso, conforme tradução posterior, realizada em 1870.

<sup>121</sup> Para Daligault (1870, p. 221) “Bastará uma só [pena] para os meninos da 3ª e 4ª divisão, mas os alunos das outras duas divisões deverão duas cada um. Seria muito para desejar, que os próprios alunos da 1ª divisão aparassem suas pennas por si mesmo.”

<sup>122</sup> Presente no Dicionário organizado por Buisson (1887).

<sup>123</sup> Bonaventure Berger (1888) afirma que o primeiro uso de penas metálicas em escolas primárias não aconteceu antes do ano de 1840 e atribui a invenção das penas de ferro aos ingleses, ressaltando a difusão mundial das fábricas Gillot, Josiah Mason, Perry e Mitchel.

prejudicial para a manutenção da disciplina em sala de aula. Assim, observa-se novamente uma associação direta entre o instrumento de escrita e impactos na disciplina dos estudantes e nas práticas docentes.

Pode-se imaginar como era cansativo para a vista essa obrigação de ajustar trinta ou quarenta bicos de pena no início de cada aula, e como isso provocava incidentes de todos os tipos. Nós vemos ainda o pobre professor colocado diante de uma janela e em volta dele vinte mãos levantadas; a disciplina ficava muito solta enquanto seus olhos estavam fixos nos bicos das penas. Em algumas escolas bem cuidadas, os alunos de cada mesa colocavam, ao final de cada aula, suas penas em um cone, e o professor as preparava fora das aulas (BERGER, 1888, p. 2383, tradução livre)<sup>124</sup>.

Em sua percepção, uma das razões para a persistência com o uso das penas de ganso seria a qualidade do corte do metal, que não permitiria uma escrita tão bonita das letras “bastardo” ou “redonda”, quanto a realizada com as penas de animal. Nos termos do Dicionário:

Não há professor que queira trazer o uso de penas de ganso de volta para sua escola e começar a cortá-las novamente. Basta-lhes recorrer a ela para fazer a escrita bastarda ou a redonda, porque as penas de aço preparadas para esses dois tipos estão longe de valer uma pena de ganso bem lapidada (BERGER, 1888, p. 2383, tradução livre)<sup>125</sup>.

Diante da variedade de gêneros de penas metálicas, Bonaventure Berger (1888) faz algumas orientações e destaca a não recomendação do uso de modelos com bicos muito afiados e com pouca flexibilidade por parte de crianças pequenas; segundo o autor, as mais utilizadas no período seriam as chamadas penas de lança.

O cálamo<sup>126</sup> também é citado nos dicionários analisados como um instrumento utilizado para escrita antes da popularização das penas. A leitura do poema a seguir, permite observar o destaque dado a esse objeto bem como a representação, em linguagem literária, do processo de idealização e construção desse instrumento:

---

<sup>124</sup> No original: “On conçoit ce qu'avait de fatigant pour la vue cette obligation d'ajuster trente ou quarante becs de plume au commencement de chaque classe, et ce que cela amenait d'incidents de tout genre. Nous voyons encore le pauvre maître placé devant une fenêtre et autour de lui vingt mains levées; la discipline était fort relâchée pendant qu'il avait les yeux fixés sur les becs de plume. Dans certaines écoles bien tenues, les élèves de chaque table plaçaient, à la fin de chaque classe, leurs plumes dans un cornet, et le maître les préparait en dehors des leçons” (BERGER, 1888, p. 2383).

<sup>125</sup> No original: “Il n'est pas d'instituteur qui veuille ramener dans son école l'usage des plumes d'oie et se remettre à les tailler. Il leur suffit d'y avoir recours pour faire de la bâtarde ou de la ronde, car les plumes d'acier que l'on prépare pour ces deux genres sont loin de valoir une plume d'oie bien taillée” (BERGER, 1888, p. 2383).

<sup>126</sup> De acordo com Paulo Heitlinger (2013) o cálamo é um instrumento que até hoje é adotado por calígrafos para escrita em papiros e pergaminhos. Dependendo da forma como a ponta é cortada permite um traçado diferente, mais fino e uniforme ou mais grosso e contrastado.

Colmo fui, fui planta brava,  
 que não dava  
 pomo, ou figo, ou cacho; não:  
 virgem, como o coro Aonio,  
 como a elle no Heliconio,  
 me encantava a solidão.

Um passante em mim repara,  
 pensa, pára;  
 uma idéa lhe inspirei:  
 chega, corta-me, e eu silvestre,  
 aparado por tal mestre,  
 mestre ao mundo me tornei.

Bebi lagrimas da aurora,  
 bebo agora  
 negra tinta, e folgo mais;  
 tenho voz, eu que era mudo:  
 nada sei, e ensino tudo.  
 Torno os homens immortaes. (DICCIONARIO, 1886a, p. 886).

Ao recuperar esse poema e trazê-lo em seu dicionário como uma expressão da criação do uso do cálamo, o Dicionario (1886a) traz pistas acerca de um entendimento bastante recorrente no período, o qual, apesar de ter como foco o objeto, apresenta o ser humano e sua capacidade de produção como algo extraordinário. Por meio do conhecimento aplicado pela sociedade, foi possível transformar uma “simples” planta em um objeto tecnológico e cultural, que passa a ser legitimado como fundamental para a sociedade, tornando “os homens immortaes” por meio da possibilidade de registro e difusão de suas ideias através do escrito, auxiliando a pensar sobre o lugar e o prestígio que a cultura escrita foi conquistando na sociedade.

Como atenta Isabel Cristina da Silva Frade (2010, p. 252), “a escolarização não é o único fator que define uma cultura escrita”, para além das escolas, outras instâncias sociais também contribuem para a propagação da escrita. Todavia, desde os primeiros anos do século XIX, o trânsito de educadores para países europeus traz influências relativas a métodos e artefatos necessários para ensinar as primeiras letras, os quais são apropriados de forma variada em diferentes localidades, tendo em vista que os objetos, disponíveis ou não, estão associados e podem definir o que e como a escrita seria ensinada. Nos termos da autora, “Como prática e gesto, a escrita na escola não é apenas conteúdo escolar: é uma prática que envolve silêncio e concentração necessários à boa ordem de um trabalho com grupos com desempenhos diferenciados” (FRADE, 2010, p. 256).

Ainda tratando sobre condições materiais, observa-se que o debate sobre o uso do lápis de pedra por crianças no início do processo de aprendizagem da escrita aparece no manual

escrito por Charbonneau (1885) que destaca o temor existente por muitos docentes de que crianças muito novas se sujassem ou ferissem ao ter acesso a tintas e penas. Dessa forma, o discurso presente nesse impresso é de que os professores não deveriam se preocupar com a possibilidade de que as crianças ficassem com as “mãos pesadas” devido ao uso da lousa e do lápis de pedra, tendo em vista que o principal objetivo com esses instrumentos não seria ainda o de tornar seus dedos ágeis, mas apenas “tornar a mão áspera” (CHARBONNEAU, 1885, p. 293) e acostumar os olhos a compreenderem a forma das letras.

Após esse processo, as crianças poderiam aprender a escrever utilizando penas e tintas, seguindo a graduação de exercícios indicada no manual: inicialmente, seriam ensinados os *elementos*, para que aprendessem a escrever cada letra de forma separada<sup>127</sup>; posteriormente, as letras “média”; “fina”; “grossa”; “a cursiva” e gêneros diversos. Ao anunciar a letra “média”, é indicado o método desenvolvido por Clerget, o qual contaria com álbuns, cadernos e transparências, produzidos pela livraria Ch. Delagrave.

Durante todo o período que compreende a segunda metade do século XIX, a solicitação de lápis para lousas ocorre por parte de professores da Província de Santa Catharina à Diretoria de Instrução Pública. A transcrição abaixo é um exemplo de uma dessas solicitações, realizada no ano de 1860, para a Escola Pública de Primeiras Letras do Sexo Masculino da Freguesia de Sant’Anna de Merim, mas, conforme mencionado no capítulo anterior, nas décadas seguintes até a década de 1890, é possível observar pedidos de lápis de pau e de lápis de pedra, com ou sem indicação de marca.

1 Livro em branco de papel pautado  
 8 Iris Classicos  
 13 Expositores Portugueses  
 5 Cathecismos de Montpellier  
 12 Traslados  
**10 Lousas e lápis**  
 6 Escrivaninhas  
 6 Bancos  
**1 Par de tinteiros**  
 1 Meza  
 1 Cadeira  
 Alugar-se caza. (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1860, p. 179).

---

<sup>127</sup> Para essa etapa, o autor compreende que as 25 letras do alfabeto poderiam ser divididas em quatro séries. Os traçados das letras de cada uma das séries derivam de um só elemento, ou uma só letra, chamada “geradora”. Por exemplo, a primeira série tem como geradora a letra “n”, formando sucessivamente “m, u, i, p, t, z, u, r”; a segunda série, “c”, gerando “a, e, o, d, g, x, s”, e assim por diante.

A (quase) ausência de registros relacionados às marcas e nomes de fornecedores dos materiais escolares foi um desafio encontrado no decorrer dos processos de pesquisa em documentos provenientes do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Tomando como base as pesquisas desenvolvidas no Rio Grande do Sul (MICHEL; PERES, 2019) e alguns indicativos localizados no fundo de Ofícios Expedidos, supõe-se que os fornecedores e casas comerciais responsáveis pelo fornecimento dos artefatos de escrita variavam.

Como afirmado, poucos foram os registros encontrados sobre fornecedores de utensílios de escrita. Porém, alguns indicativos apareceram nas pesquisas realizadas na base de dados online do Center for Reseach Libraries, como no Anexo 4 do *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catarina*, assinado em 11 de outubro de 1887, por Francisco José da Rocha, por exemplo. Após relatar as condições dos utensílios escolares e, ao discorrer sobre o cálculo orçamentário para a distribuição de materiais para estudantes pobres, o então presidente da província afirma que “Ultimamente firmado o contracto para este fornecimento pelo negociante Antonio Venancio da Costa, tenho procedido a distribuição d’eses objectos á muitas das escolas, importando em 1:381\$600, o fornecimento até 30 de junho” (SANTA CATARINA, ANEXO 4 RELATÓRIO, 1887, p. 8).

Apesar da dificuldade de localizar indicativos de nomes de fábricas e de fornecedores de instrumentos e acessórios de escrita nos documentos provenientes das escolas e de autoridades do ensino de Santa Catarina, em alguns manuais observam-se menções a fornecedores. Vestígios como esses têm permitido refletir sobre os manuais e dicionários de pedagogia como suportes que, ao difundirem ideias pedagógicas e prescrições de materiais para a escolarização, também estão associados à consolidação de fábricas e livrarias que, percebendo sua circulação, os utilizavam como espaços estratégicos para incremento das vendas.

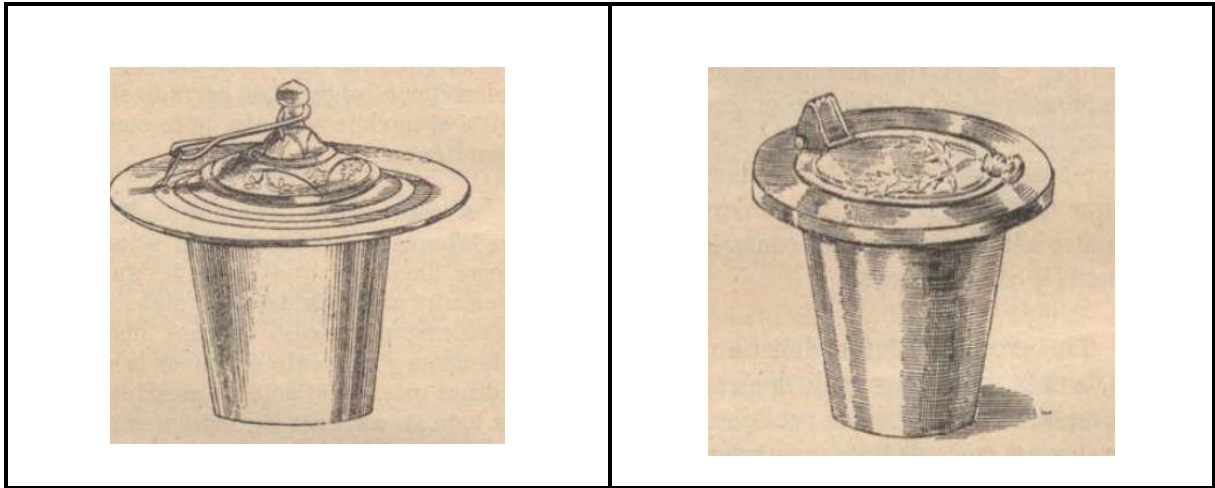
O manual *La Educación de la mujer: Tratado de Pedagogía para las maestras de primera enseñanza y aspirantes al magistério*, escrito por Pilar Pascual de Sanjuán e Jaime Viñas y Cusi (1896), editado por Antonio J. Bastinos, responsável por uma livraria que, no período correspondente, comercializava além de livros escolares, materiais de ensino utilizados em instituições educativas, é outro que também possui ilustrações idênticas a publicadas no catálogo comercial do ano de 1897 da referida livraria. Imagens que demonstram os mesmos tinteiros presentes no manual (Figura 8) foram localizadas em pesquisa realizada por León Esteban (1997)<sup>128</sup> e possibilitam refletir que a vinculação da imagem de seus produtos nos impressos pedagógicos poderia também ser uma estratégia para favorecer as vendas.

---

<sup>128</sup> Texto intitulado “La academizacions de la escrita – Modelos e instrumentos para aprender a escribir em la España del siglo XIX y comienzos del XX”, disponível em livro organizado por Agustín Escolano Benito (1997).



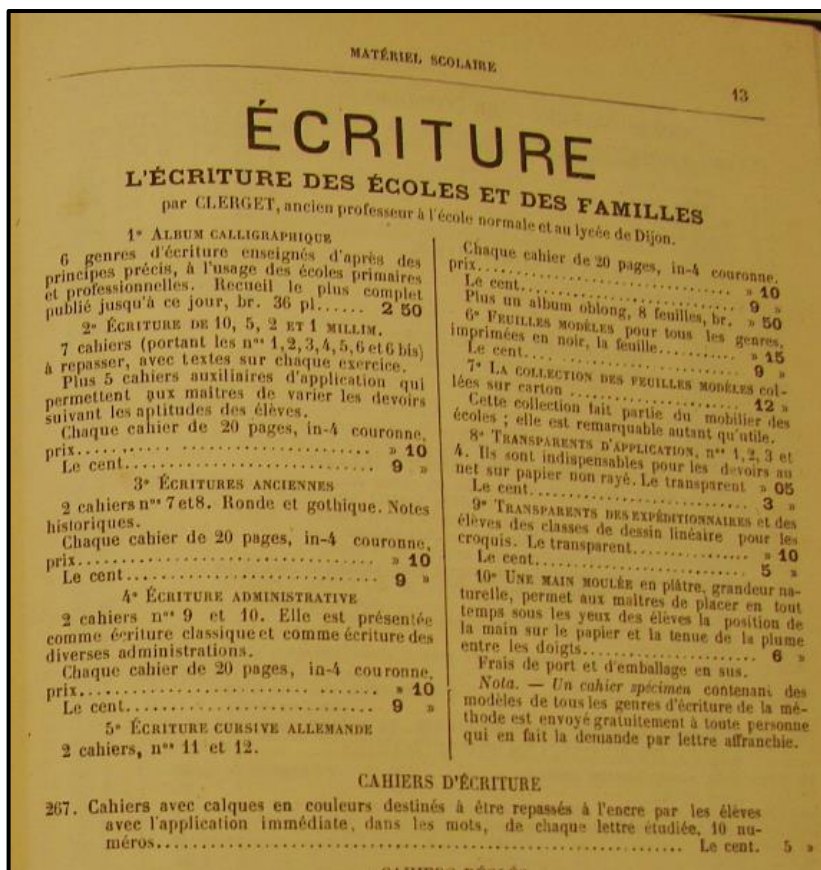
Figura 8 - Exemplos de tinteiros no manual de Sanjuán e Cusi



Fonte: SANJUÁN E CUSÍ (1896, p. 198).

Assim como observado no manual editado por Bastinos, publicado na Espanha, no impresso escrito por Michel Charbonneau (1885), são identificadas referências a produtos comercializados pela livraria responsável por sua edição, a Ch. Delagrave. Indícios como esses têm permitido refletir sobre os manuais de pedagogia como suportes que, ao difundirem ideias pedagógicas e prescrições de materiais para a escolarização, também estão associados à consolidação de fábricas e livrarias que, percebendo sua circulação, os utilizavam como espaços estratégicos para incremento das vendas. À título de exemplo, a Figura 9 reproduz uma página do catálogo de material escolar, publicado no ano de 1881 pela Ch. Delagrave, na qual constam os artefatos indicados no manual de Charbonneau para aplicação do método Clerget de escrita. Além destes objetos, há também no catálogo a indicação de penas metálicas com o mesmo nome, sobre as quais será discorrido em capítulo posterior.

Figura 9 - Utensílios para método Clerget



Fonte: Ch. Delagrave (1881).

Além dos itens mencionados, o manual de Charbonneau (1885) também apresenta prescrições relacionadas ao corte considerado ideal para as penas utilizadas nas escolas, assim como características e quantidades de tinteiros adequados para as salas de aula. As indicações relativas aos cortes das penas, assim como tem sido possível observar nos demais documentos, demonstra a coexistência persistente entre penas de aves e tecnologias como penas metálicas, demonstrando a existência de uma tensão entre a chegada de novas tecnologias na sala de aula e a necessidade de atender exigências pedagógicas.

A presença de instrumentos desse tipo, portanto, resultaria em práticas e acessórios específicos, que deveriam ser utilizados pelos professores de diferentes localidades. Assim como a informação já mencionada, presente no trabalho de Razzini (2008), de que na província de Mato Grosso, na década de 1876, os professores deveriam aparar as penas de ave com canivetes, o trabalho de Valdeniza da Barra (2016) traz indicativos de que dentre as atividades desenvolvidas, em 1854, na Escola Normal paulista, também estava o ensino da forma correta de se “aparar pennas”. Indica ainda, com base em um estudo de Tanck de Estrada (1984), que

essa prática se dava a partir de um entendimento que circulou em outros espaços do mundo: na escola mexicana do século XIX, aparar as penas também seria função do professor.

De forma semelhante aos discursos apresentados até o momento nesta tese, o manual de Ambroise Rendu (1877) também chama atenção para o fato do uso concomitante de artefatos de escrita, especificamente das ardósias e do papel. Destaca o autor a preferência de muitos professores em ensinar a escrever utilizando ardósias como suporte, antes de empregar as penas e o papel. Sua preferência pelo uso das penas fica evidente quando afirma que a escolha pela ardósia – e, conseqüentemente, pelo lápis – deveria ser realizada apenas como uma estratégia de economia, pois o uso desse material faria com que as crianças contraíssem os dedos e não adquirissem a leveza necessária para a escrita.

Ambroise Rendu (1877) sustenta seu argumento em princípios propagados pelo método Taupier, destacando o cuidado que o mestre deveria ter inicialmente em indicar a postura adequada para a escrita e, em seguida, ao observar se os estudantes estariam com seus corpos, cadernos e penas posicionados corretamente. Questões como o movimento dos dedos, do punho e do antebraço seriam, portanto, fundamentais para se levar em consideração durante as aulas, tendo em vista que, assim como a pena, essas partes do corpo são compreendidas como “os instrumentos do escritor” (RENDU, 1877, p. 212, tradução livre). Elementos como esses aparecem em outros manuais, como o *Compêndio de Pedagogia para uso dos Alunos da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro*, escrito por Antonio Marciano da Silva Pontes, publicado em 1881.

Fica visível que Ambroise Rendu advoga pela realização de práticas que permitam a produção de atividades escritas de qualidade, tanto no que se refere aos materiais adotados quanto nas sentenças escolhidas para que os estudantes escrevam. Assim, por compreender que “além disso, o que se aprende escrevendo é menos esquecido, uma vez que a memória dos olhos é de todas a mais fiel” (RENDU, 1877, p. 214, tradução livre)<sup>129</sup>, afirma que as atividades deveriam ser corrigidas frequentemente e não apenas quando uma página inteira já tivesse sido registrada, pois assim seria mais fácil evitar que falhas se repetissem.

Na primeira seção do capítulo V, em que trata da *Organização geral de uma escola*, Rendu (1877) discorre ainda sobre a organização material e, assim como fez ao desenvolver suas argumentações sobre o ensino de escrita, reforça que sem materiais adequados não poderão ser desenvolvidos trabalhos consistentes. Em sua análise, a materialidade seria um elemento

---

<sup>129</sup> No original: “Ce qu’on apprend em l’écivant s’oublie moins d’ailleurs, car la mémoire des yeux est de toutes la plus fidèle” (RENDU, 1877, p. 214).

imprescindível e, dessa forma, experiência prática e conhecimento dos melhores métodos de ensino não bastariam para a conquista de bons resultados.

O capítulo mencionado apresenta prescrições de materialidades e orientações para a organização das escolas. Símbolos religiosos como a imagem de Cristo, estrado para mesa do professor, quadros de leitura, mapas geográficos e relógios são alguns exemplos de utensílios que aparecem anunciados como necessidades e que poderiam ser utilizados independentemente do método de ensino. Com relação aos instrumentos e acessórios de escrita, pode-se observar a presença de prescrições relacionadas aos *tinteiros*, que deveriam ser posicionados nas cavidades das carteiras dos estudantes, garantindo ao menos um para cada duas crianças; dos *lápiz de talco*, indicados para escrita nas ardósias (que deveriam ser fixadas às mesas); do *porta-lápis* de cobre e do *giz* para a realização de cálculos no quadro-negro.

### 2.3 ACESSÓRIOS DE ESCRITA E CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS À VIDA INFANTIL

Que importa crear uma escola, dar-lhe professor e casa, si esta não se presta para o fim, si lhe faltam condições hygienicas e commodos indispensáveis á vida infantil? (SANTA CATARINA, RELATÓRIO, 1887, p. 99)

É emblemático um questionamento como esse estar presente em um Relatório da Instrução Pública. Não por ser um discurso incomum, mas, pelo contrário, um tema recorrente em discursos de autoridades políticas e de profissionais da educação, como tem sido afirmado neste trabalho. Essa recorrência está relacionada à compreensão da escola “[...] como meio formador, capaz de evitar as deformidades, prevenir os mais diversos quadros mórbidos e atuar na difusão dos preceitos higiênicos, por meio dos quais se intentava conformar as crianças e suas famílias a modos de viver considerados saudáveis e civilizados” (ROCHA, 2018, p. 215) e a vinculação dessas características à idealização e comercialização de artefatos escolares. Como demonstram pesquisas realizadas<sup>130</sup> por Heloísa Helena Pimenta Rocha (2018), esses cuidados podem ser observados em prescrições para construção dos espaços escolares, para as mobílias utilizadas, cuidados com a vacinação das crianças, entre outras questões que ganham força no final do século XIX.

Discussões realizadas em congressos e fóruns internacionais como os estudados pela autora vão estabelecendo consensos que ocupam espaço e passam a ser referências em

---

<sup>130</sup> Seu trabalho *Higienismo e cultura material escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções*, demonstra que, em São Paulo, fiscalizar a higiene escolar passou a fazer parte da legislação sanitária desde a década de 1890 e que fontes como inventários de bens escolares permitem observar objetos entendidos como essenciais para garantir a higiene, tais quais talhas, copos individuais e escarradeiras.

apontamentos de autoridades de ensino. A *Ligue Belgue de l'Enseignement*, criada na Bélgica no ano de 1864, foi uma instância importante para definições no campo da higiene escolar, intervenções com crianças e na formação de professores. Segundo Heloisa Helena Pimenta Rocha (2021), representantes brasileiros, e de outros países, europeus e latino-americanos, participaram de congresso promovido pela Liga no ano de 1880 no qual foram expostos livros e objetos escolares, dentre os quais carteiras, quadros negros e materiais de iluminação.

Nesse sentido, a leitura de discursos como: “A mobília escolar e a escolha dos livros também representam papel importante na instrução da mocidade” (SANTA CATARINA, RELATÓRIO, 1887, p. 100) passa a ter outro sentido quando estamos cientes da força do higienismo no período. Dessa forma, ao realizar a leitura dos manuais, dicionários pedagógicos e demais documentos, levou-se em conta os contextos de produção, que direta ou indiretamente, associavam-se a circulação de discursos higiênicos e pedagógicos em torno da infância e da escolarização.

Em edição traduzida por Franc de Paulicéia Marques de Carvalho do manual de Daligault (1870), foi possível identificar que, além dos instrumentos de escrita até então mencionados neste capítulo, os tinteiros aparecem citados como objetos que deveriam compor a mobília das escolas primárias e que poderiam, se bem instalados, contribuir para a higiene da sala de aula e das práticas pedagógicas. Mais do que apresentar os objetos que devem compor as mobílias das salas de aula, na segunda parte do manual, Daligault (1870)<sup>131</sup> traz, no Capítulo 5º, uma explicação sobre diferentes métodos de ensino, os quais estão divididos em duas seções. A primeira seção refere-se aos métodos gerais de ensino, classificados entre método individual, simultâneo, mútuo, misto ou simultâneo-mútuo. Já a segunda trata sobre o que o autor classifica como métodos particulares de ensino<sup>132</sup>, os quais se diferenciariam conforme os objetos de estudo e os mestres que os aplicassem, dentre os quais encontram-se o ensino da instrução moral e religiosa, assim como da leitura e da escrita.

De acordo com as recomendações de Daligault (1870), os tinteiros deveriam ocupar um lugar específico nas salas de aula, as escrivatinhas dos estudantes:

---

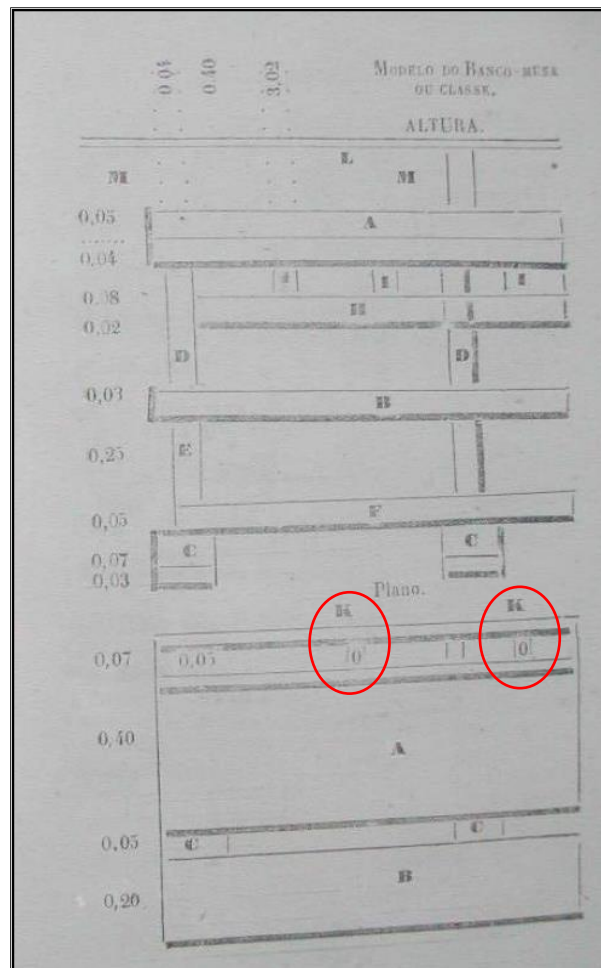
<sup>131</sup> Documento disponível no acervo de *Obras Raras*, da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Ressalta-se aqui a dissertação de mestrado elaborada por Olívia Rochadel (2015), intitulada “Curso Prático de Pedagogia de Jean Baptiste Daligault: reflexões sobre o papel do professor de primeiras letras no século XIX”.

<sup>132</sup> Com relação aos métodos de ensino da escrita, tópico no qual são localizadas informações que estão associadas de forma mais direta ao objeto de análise desta tese, o manual divide-se em três passagens: 1º - *Método de escripta*; 2º - *Principaes meios do ensino de escripta*; 3º - *Objectos materiaes para a escripta*.

Ao longo de cada mesa inclinada, ou escrivaninha faz-se uma chanfradura ou entalho destinado a receber as pennas, lapis &c. De 80 em 80 centímetros este entalho deve ter furos, para nelles colocar os tinteiros; cada tinteiro porém servirá para os dois estudantes, entre os quaes estiver (DALIGAULT, 1870, p. 77).

Além de apresentar uma descrição minuciosa sobre como entende que deveriam ser os móveis dos estudantes, com as respectivas indicações de cortes e medidas, seu manual traz algumas imagens com modelos que facilitariam o entendimento dos mestres-escolas e das fábricas e/ou marceneiros responsáveis pela confecção desses artefatos. Em um desses projetos, é possível identificar, inclusive, os espaços destinados aos furos que deveriam ser entalhados para a disposição dos tinteiros, possível de ser verificado a partir da letra “K”, indicada na Figura 10.

Figura 10 - Modelo de Banco-Mesa ou Classe



Fonte: Daligault (1870, p. 79).

Ao tratar sobre os materiais utilizados para a prática da escrita, destaca a necessidade de cuidado, tanto por parte dos docentes quanto discentes, para que os cadernos se mantivessem

sempre preservados e limpos. Uma das preocupações assinaladas por Daligault (1870) era a de que o mestre atentasse para que estes suportes não fossem enrolados e nem ficassem manchados de tinta. Ao analisar este manual, não são encontradas especificações relativas à matéria-prima do tinteiro que deveria ser acoplado às carteiras, nas cavidades especificadas pelo projeto apresentado. Porém, conforme será discutido no próximo capítulo, as indústrias, atentas a exigências pedagógicas e higiênicas no que se refere ao manuseio da tinta, tinteiro, penas e cuidado com os cadernos, idealizaram um conjunto de invenções que buscavam evitar derramamentos, mas que, ao mesmo tempo, garantissem a praticidade e a qualidade da tinta utilizada. Dentre essas invenções, os catálogos têm permitido identificar tampas de diferentes modelos que contribuiriam para que esses objetivos, voltados à higiene e saúde, fossem alcançados.

Ainda discorrendo sobre a mobília, Daligault (1870) reserva um tópico específico para os quadros-negros. Nesta seção, além de especificar os números de quadros-negros que deveriam compor as salas de aula, tanto no método misto quanto no simultâneo, o autor traz prescrições sobre o tamanho adequado dessas mobílias, o posicionamento apropriado em sala de aula, assim como o material utilizado em sua fabricação, o qual deveria permitir um destaque ao escrever com o giz. Para Daligault (1870, p. 89), a matéria-prima principal deveria ser a madeira de pinheiro “manso bem secco”, pois a escrita com o giz nesta madeira, pintada a óleo e coberta com uma camada de verniz, teria um contraste melhor. Além desses detalhes, seria necessário que os quadros-negros possuíssem um “pequeno varão” para guardar o giz utilizado.

Em tese, dedicada à investigação sobre o mobiliário escolar, Gustavo Rugoni de Sousa (2019) chama atenção para as representações de infância que circulam entre os anos finais do século XIX e começo do século XX e relações destas com o mobiliário escolar, entendido com um dos artefatos necessários para proteção da saúde infantil, assim como possibilitador de adoção de métodos e modos de ensinar em voga no período. Uma das preocupações que observou ao realizar suas pesquisas foi a da necessidade de se construírem mobílias consideradas pedagógicas, em sintonia com uma modernidade educativa almejada. Sua análise em torno de Relatórios de Presidentes da Província Catarinense, datados de 1837 a 1889, colaboram para situar movimentos em torno da expansão escolar nessa localidade, assim como a dificuldade de recursos para prover adequadamente as escolas com móveis.

Ausência de zelo de muitos professores e desleixo das famílias aparecem como discursos recorrentes de Presidentes da Província ao longo do século XIX. O mesmo autor permite observar um projeto para construção de mesa e banco escolar, proposto para ser utilizado em escolas catarinenses. No referido projeto, aparecem características desses móveis

e o tipo de madeira indicado, da árvore de canela, muito utilizada na fabricação de móveis em Santa Catarina<sup>133</sup>, por ser resistente e fácil de trabalhar.

Um estudo mais aprofundado, no entanto, permite observar que esse artefato detinha um conjunto de saberes que deveriam fazer parte dos móveis escolares. Dentre eles, **destaca-se**, por exemplo, **a fixação do banco à mesa, para assim assegurar uma posição adequada nas atividades de leitura e escrita**. Outro elemento que chama a atenção é o **apoio específico sob a mesa para guardar materiais didáticos**, elemento considerado fundamental para manter a organização e a higiene da sala de aula (RUGONI DE SOUSA, 2019, p. 233, grifos nossos).

O banco catarinense, localizado em documento datado do ano de 1861, apesar de não atender algumas das referências anunciadas por estudiosos de outros países, aproxima-se do modelo presente no manual de Daligault (1851), com o mesmo design – excetuando a ausência da mesa inclinada no caso de Santa Catarina –, presença de estrados longos e medidas entre mesa e banco. Contudo, mesmo com alguns movimentos que demonstram semelhanças e tentativas de adequação a modelos em circulação, também foram localizados indicativos da dificuldade de prover as escolas catarinenses com mobílias entendidas como adequadas e da persistência de móveis “inadequados”, diante da situação econômica da província, como se pode ver no mesmo relatório citado anteriormente, datado de 1887:

**Na impossibilidade de obter a mobília adoptada pelos países mais adiantados**, tenho mandado fornecer pelo systema antigo, e muitas (14) foram as fornecidas n'este exercício. **Para os livros e utensílios manuais, celebrou-se um contracto por meio do qual considero mais econômico o fornecimento** que antigamente, **mas que, depois** de reformada a instrução, **terá de passar por uma revisão**, principalmente na parte relativa á escolha dos autores (SANTA CATARINA, RELATÓRIO, 1887, p. 100, grifos nossos).

Associados aos suportes de escrita tanto de uso individual (ardósia), quanto coletivo (quadro-negro) diferentes instrumentos e acessórios são indicados por Daligault: giz, para o quadro-negro; enquanto para as ardósias, *lápiz de talco*, *porta-lápiz* – “que servem para conter os lápis que estiverem muito curtos” (DALIGAULT, 1870, p. 77) e os *panos de esfregar* ou *pedaços de ourelo*, cuja função seria realizar a limpeza desses suportes de escrita. Na versão traduzida e publicada em português por Franc de Paulicéia Marques de Carvalho (1870), não há nenhum indicativo sobre o material de confecção dos porta-lápiz, porém, na versão francesa

---

<sup>133</sup> Em reportagem publicada no ano de 2012, no endereço eletrônico do programa “Globo Rural”, encontra-se a informação que, devido a qualidade da madeira da canela preta, a espécie de árvore quase entrou em extinção. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/09/qualidade-da-madeira-colocarvore-canela-preta-em-risco-de-extincao.html>



(1851) e na tradução de Joaquim Pires Machado Portela para o português, datada de 1865, estes estão descritos como instrumentos em folha de flandres<sup>134</sup>.

Dependendo da caligrafia ensinada, a necessidade material poderia variar. Distintas opiniões coexistiam; enquanto certas pessoas entendiam as ardósias como um artefato “[...] indispensável para os primeiros exercícios de escripta. Outras pelo contrario sustentão que o emprego d’este meio prejudica mui consideravelmente o progresso dos alumnos” (DALIGAULT, 1870 p. 223). Para evitar hábitos considerados impróprios por parte das crianças, os mestres deveriam saber variar entre o uso dos dois acessórios, além de compreenderem o momento adequado para ensinar cada tipo de escrita.

Sem duvida a ardósia será prejudicial aos meninos se eles começarem a escrever pelo bastardo, e sobretudo pelo bastardo largo, ou de grandes dimensões, porque, para traçarem os cheios, ou carregados, sendo obrigados a apoiarem-se fortemente sobre seus lápis, e a começarem por muitas vezes uma mesma letra, não poderão deixar de ter a mão pesada, e de aprender mal a ter ou pegar na penna, e contrahirão o temível habito de pintar e retocar suas letras, ou sua escripta.

Fazendo-se porém começar pela letra mediana ou bastardinho e no principio não se exigindo mais do que um desenho, ou um simples esboço da letra, neste caso os exercícios na ardósia produzirão o efeito de os conduzir prontamente a uma execução fácil sobre o papel em vez de tornarem pesada a mão dos meninos.

O embaraço que sofre todo e qualquer principiante para pegar ou suste a penna, nada tem de difícil para aquelle que se faz escrever na ardósia (DALIGAULT, 1870, p. 223).

Discussões como essas aparecem em outras fontes analisadas, tendo em vista a relevância da *escrita* nos debates concernentes à instrução primária no decorrer da segunda metade do século XIX, a qual esteve sujeita a diferentes objetivos e maneiras de ensinar. Na perspectiva apresentada por Charles Defondon no verbete *escrita*, presente no primeiro volume do *Dictionnaire de Pédagogie et d’Instrucion Primaire*, organizado por Ferdinand Buisson (1887), independentemente do método de ensino, os professores precisariam ensinar a criança a escrever bem, o que não pressupunha que o objetivo fosse que elas saíssem da escola dominando a arte da caligrafia: “O estudante, ao aprender a escrever, não é destinado mais a se tornar um calígrafo do que ele não é a se tornar um artista aprendendo a desenhar. Os calígrafos,

---

<sup>134</sup> De acordo a definição do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Caldas Aulete, a folha de flandres consiste em uma “Fina chapa de ferro estanhado usado na fabricação de diversos utensílios” (CALDAS, 2012, p. 417).

assim como os artistas, além de sua vocação natural, são formados por meios especiais, que não são assunto da escola<sup>135</sup>” (DEFONDON, 1887, p. 799, tradução livre).

No entanto, para que aprendessem a usar a escrita como meio de comunicação essencial das sociedades civilizadas, bons métodos de ensino seriam fundamentais para trazer orientações sobre a posição considerada mais adequada para escrever e “[...] sobre a forma com que deve segurar seu caderno ou sua lousa, seu lápis ou sua pena” (DEFONDON, 1887, p. 799, tradução livre)<sup>136</sup>. Além das orientações em torno dos métodos de ensino e postura dos professores, um dos rituais para a (con)formação dos estudantes e para o bom andamento das aulas era o de realizar premiações por comportamentos considerados adequados e punições para aqueles que se desviassem do caminho desejado.

Diante do lugar de prestígio ocupado pela escrita na sociedade, os tinteiros aparecem em exemplares de jornal que circularam em Santa Catarina como um dos prêmios que poderiam simbolizar o sucesso dos estudantes. Apesar de dizer respeito a um período posterior à delimitação temporal adotada nesta pesquisa, considera-se importante trazer o trecho a seguir, referente ao ano de 1907, como um indicativo do lugar que esses objetos vão conquistando no imaginário social.

Terminados os festejos, o Snr. Orestes Guimarães<sup>137</sup> anunciou que se ia fazer a entrega dos premios, explicando que o critério para a concessão desses prêmios era a media das notas annuaes e dos exames, predominando entre aquelles: o comportamento, a aplicação e a assiduidade, que synthetisan os três deveres do alumno na escola.

Para presidirem á entrega dos prêmios, convidou aos Srs. Dr. Francisco Tavares, fiscal do Collegio, Oscar Schneider, Superintendente Municipal e ao Sr. Dr. Abdon Baptista, vice-governador do Estado.

Aqui damos a lista dos prêmios e o nome dos alumnos a quem couberam.

Dos 68 alumnos aprovados, receberam prêmios os 43 que tiveram as melhores colocações em suas classes. Os 25 restantes ai não receberam prêmios, receberam a promoção para uma classe adiantada, o que já é um premio.

[...]

No 2 anno [masculino] a distribuição foi esta:

1. premio, **um tinteiro**, Theodoro von Dreifus; [...]

[...]

<sup>135</sup> No original: “L'écolier, en apprenant à écrire, n'est pas plus destiné à devenir un calligraphe qu'il n'est destiné à devenir un artiste en apprenant à dessiner. Les calligraphes, comme les artistes, outre leur vocation naturelle, se forment par des moyens spéciaux, qui ne sont pas l'affaire de l'école”.

<sup>136</sup> No original: “[...] sur la façon dont il faut qu'il tienne son cahier ou son ardoise, son crayon ou sa plume” (DEFONDON, 1887, p. 799).

<sup>137</sup> Orestes de Oliveira Guimarães foi um professor paulista, defensor da pedagogia moderna e do método de ensino intuitivo. Contratado pelo governo de Vidal Ramos para reformar a instrução pública no estado de Santa Catarina no ano de 1910, organizou normatizações para as escolas públicas catarinense, participou da reestruturação da Inspeção Geral da Instrução Pública e dos cargos de Inspetor e Chefe Escolar (TEIVE, 2008).

No 3. Anno: 1. Premio, **grande tinteiro com globo geográfico**, oferecido pelo Exmo. Sr. Dr. Abdon Baptista, para o alumno ou alumna, que mais se distinguisse no 3. Anno. [...] 6. Premio, **tinteiro azul**, André Schlemm; 7. Premio, **tinteiro de metal branco e chrystal**, Euclides de Macedo (COMMERCIO DE JOINVILLE, 1907, p. 2).

Não só como premiações, os tinteiros também aparecem como presentes que simbolizam prestígio e erudição. No ano seguinte, o mesmo jornal apresenta que estudantes do Collegio Municipal de Joinville, ao se despedirem de seu professor, Sr. Zeno Barbosa, que se mudaria para São Paulo, o presentearam com um tinteiro de prata: “Os alumnos deste collegio, em demonstração do affecto que lhe tributam, offereceram-lhe como lembrança um bello tinteiro de prata e deliberaram acompanhal-o até ao seu embarque, no porto desta cidade” (COMMERCIO DE JOINVILLE, 1908, p. 2).

Ao tratar sobre a materialidade escolar, Ambroise Rendu a enfatiza como um dos elementos que deveriam ser levados em conta pelos professores ao ensinar a escrever. Em sua perspectiva, a materialidade seria um elemento imprescindível e, dessa forma, experiência prática e conhecimento dos melhores métodos de ensino não bastariam para a conquista de bons resultados. Conforme o manual:

Independentemente do método pelo qual sua experiência pessoal o conduziu, **o professor cuidará para que os objetos materiais que são utilizados para a escrita sejam sempre de boa qualidade. Não há economia na escolha de itens inferiores**; eles precisam ser substituídos com mais frequência, e a tarefa das crianças é mais difícil (RENDU, 1877, p. 213, tradução livre)<sup>138</sup>.

Como afirmado, não era abundante o orçamento disponível para o funcionamento da instrução pública primária no estado de Santa Catarina. Uma quantidade considerável de solicitações de professores era negada devido à ausência de recursos para satisfazer as necessidades educacionais. A Fala do Presidente da Província de Santa Catarina à Assembleia Legislativa, proferida em 1º de março de 1850, traz um pouco essa ideia, quando João José Coutinho reclama que o ordenado dos professores de primeiras letras não correspondia ao ideal para quem exercia a tarefa de educar. Além disso, critica a quantia fixada na lei vigente na época para aluguel de casas das escolas, assim como o orçamento disponível para comprar utensílios das escolas e “socorros” aos alunos pobres:

---

<sup>138</sup> No original: “Quelle que soit la méthode à laquelle son expérience personnelle l'ait conduit, l'instituteur aura soin que les objets matériels qui servent pour l'écriture soient toujours de bonne qualité. Il n'y a pas d'économie à choisir des objets de qualité inférieure; il faut les remplacer plus souvent, et la tâche des enfants est plus pénible” (RENDU, 1877, p. 213).

Não é possível, Senhores, que com a quantia de 400\$ reis decretada para utencis de escolas, e socorros a alumnos pobres se possa prover as 36 escolas dos necessários utencis, e dar-se papel, pennas, tinta, cartas, e livros a mais de 300 meninos, que calculo necessitarem desses socorros. Pais há que dizem, que não mandarão ensinar aos filhos, se lhes não derem todos os auxílios; principalmente, quando conhecem, que eles diminuirão o numero a ponto de ficar abaixo do fixado para poder o Professor receber o ordenado por inteiro, obrigando com tal ardil a estes fornecerem a sua custa. Orço pois para tudo isso a quantia de 800\$000 rei [...] (SANTA CATARINA, FALLA DO PRESIDENTE, 1850, p. 7).

Em relatório produzido no ano de 1885 pelo Diretor Geral da Instrução Pública da Província de Santa Catarina, além da dificuldade financeira, as justificativas também recaíam nas ações dos professores e no aumento do número de estudantes nas escolas. Esse entendimento pode ser observado em um discurso do Delegado Literário de Itajahy, Sr. Nicolau Malburg, transcrito pelo Diretor, no qual afirma que “[...] a maior parte dos Professores não comprehende a cultura em que se acha collocada, nem conhece os deveres do pedagogo, considerando sua escola unicamente como prebenda que depois de certos anos de inercia dar-lhe-á direito a aposentadoria” (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1885, p. 69)

Para o Diretor Geral, uma questão que impactava na realidade por ele considerada triste era a quantidade de regulamentos, leis e disposições em vigor relativas tanto aos métodos quanto ao orçamento. Em sua apreciação, “As disposições de regulamentos e de leis aprovadas pelo poder competente estão esparsas, em geral contradizem-se, repugnam-se, são impossíveis de entender-se e executar-se.” (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1885, p. 71). No que diz respeito ao valor destinado para a compra de utensílios de escrita em Santa Catarina, o Anexo D do referido documento permite observar que, ao comparar com outras despesas, a verba designada para os objetos de escrita não era baixa. De um total de 91:759,862 réis, direcionados para pagamento de professores públicos de primeira e segunda instância, professores de escolas subvencionadas, gratificações, auxílio a aula noturna de desenho, entre outros, “com utensílios’ foram gastos 701,580 réis, com alugueis de casas 8:512,000 e *com objetos de escrita um total de 2:571,282 réis*. Corroborando com essa ideia, dois anos depois, em 1887, ao relatar as condições dos Expedientes para as escolas, o Presidente da Província demonstra que apesar de alocarem uma quantia aparentemente excessiva para prover às escolas, os valores ainda não seriam suficientes para atender todos os estudantes, diante da pobreza de muitos deles:

**O calculo que apresentei para o Edital chamando concorrentes, tendo em vista os preços dos fornecimentos anteriores, attingio á importância de 5:000\$000 aproximadamente.**

**Parecendo á simples vista excessivo, ele ainda é deficiente**, pois foi tomado por base o fornecimento indispensável a 100 escolas, 2/3 das creadas, e das quaes 106 estão preenchidas actualmente.

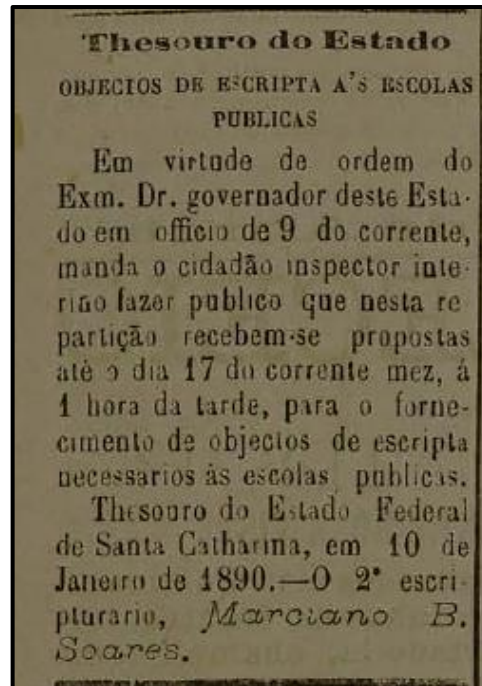
Ninguem por certo, conhecendo a pobreza disseminada pela Provincia dirá que seja excessivo distribuir para alumnos pobres de cada escola, em um anno, o seguinte:

Seis collecções de livros de leitura, seis grammaticas, seis arithematicas, seis catecismos, **seis lousas, uma resma de papel, uma caixa de pennas, duas garrafas de tinta. Mas esta pequena distribuição que não satisfaz as necessidades de cada uma escola, parecendo em sua totalidade, um grande despendio, é impossível de evitar** (SANTA CATARINA, ANEXO 4 RELATÓRIO, 1887, p. 7, grifos nossos).

Todavia, nem todos os relatórios e officios analisados possuem especificações detalhadas. Em relatório elaborado pela Diretoria de Instrução Pública, datado de 1896, por exemplo, as informações são mais gerais. De toda forma, o documento permite observar um gasto de 2:000,000 com auxílio a “alumnos pobres”, o que permite pensar na possibilidade de que nesta quantia estivesse incorporado o gasto com utensílios de escrita a este público. A aquisição de tinteiros, por sua vez, provavelmente estaria associada ao valor gasto com “Acquisição de prédios e mobília escolares”, para o qual se direccionou a soma de 3:000,000 réis (SANTA CATARINA, OFICIOS EXPEDIDOS, 1896, p. 33).

Diante da necessidade “universal” que se constitui por meio da do ensino da escrita nas escolas, com o passar do tempo, um mercado vai se constituindo e se consolidando em torno dos objetos de escrita. Nessa direção, fábricas e representantes comerciais poderiam ter o Estado como um potencial cliente. A nota publicada pelo Thesouro do Estado em mais de uma edição do Jornal do Commercio do ano de 1890 (Figura 11) demonstra o movimento realizado para envio de propostas de fornecimento de objetos de escrita para escolas públicas catarinenses.

Figura 11 - Anúncio do Thesouro do Estado



Fonte: Jornal do Commercio (1890, p. 3).

Em outro jornal, publicado no ano de 1875, também se localizam editais anunciados pela Thesouraria Provincial para fornecimento de objetos necessários ao expediente de instituições públicas municipais. Conforme Figura 12, direcionada à Secretaria de Instrução Pública, é possível localizar a solicitação do envio de propostas dos seguintes utensílios:

Figura 12 - Propostas para fornecimento de objetos

<b>Para a Secretaria da Instrução Pública</b>	
20	resmas de papel florete pautado
1	quaderno de dito Imperial n. 1
20	caixas de pennas aço
24	duzias de canetas de pau
24	ditas de lapis de pau
24	ditas de ditos de pedra
20	ditas de tinteiros de barro com tinta
8	kilogramms de giz
12	duzias de traslados
12	ditas de taboadas
24	ditas de ardosias n. 4
2	ditas de reguas
12	ditas de Cathecismos de Montpellier
24	ditas de certas de A-B-C
2	ditas de livros em branco de 100 folhas
1	kilogrammo de esponja

Fonte: (O CONSERVADOR, 1875, p. 8).

Conforme edital, as propostas deveriam ser apresentadas em cartas fechadas e com as respectivas amostras dos produtos. Pelo conteúdo solicitado, considerando a grande quantidade de ardósias, instrumentos e acessórios de escrita dos mais variados, Cartas de A-B-C e Cathecismos de Montpellier, deduz-se que os artefatos não seriam destinados ao uso interno dos funcionários da referida Secretaria, mas sim a escolas e estudantes. Apesar disso, vários dos documentos analisados permitem observar a persistência da falta de objetos necessários, tais quais armários, relógios, penas, tinteiros e outros objetos de escrita.

Além da ausência, a questão relacionada à qualidade do material também era um fator importante. Cabe ressaltar que o cuidado com esse aspecto também aparece indicado no manual escrito por Antonio Marciano da Silva Pontes (1881). Dentre os aspectos recomendados para o ensino da escrita, existe a preocupação de que os cadernos para os exercícios fossem confeccionados com uma tonalidade de tinta adequada, nem muito fraca – para não prejudicar a vista – e nem muito forte – para não tornar os estudantes preguiçosos. Outra questão, também relacionada à prática da escrita, mas vinculada aos deveres do professor<sup>139</sup>, é que os professores estariam proibidos de “Exigir dos alunos, ou vender-lhes, livros, papel, tinta, pennas, canetas, ardósias, lápis, etc. por serem estes objectos fornecidos gratuitamente pela província [de Niteroi]” (PONTES, 1881, p. 232).

Associadas à pena, o Dicionário organizado por Buisson também permite observar compreensões relacionadas à tinta e ao tinteiro, ambos com recomendações explicitamente voltadas a aspectos de higiene e saúde. Sobre a tinta, líquido utilizado para escrever, a primeira consideração é a necessidade de que ela se destaque no suporte em que se escreve, para que fosse possível ler sem prejudicar a vista.

Considerando a toxidade presente em substâncias da tinta, outro cuidado afirmado como necessário para a saúde foi o de conscientizar as crianças para que evitassem as “tendências infelizes” de levar o bico da pena à boca para limpar a tinta. Uma das estratégias anunciadas foi a de “disseminar o uso dos limpa-penas” (BERGER, 1888, p. 834, tradução livre)<sup>140</sup>. Os limpa-penas não serviriam apenas para proteger as crianças de possíveis complicações devido às toxinas da tinta, mas também para evitar que pisos, carteiras, paredes, roupas e mãos ficassem sujos e manchados, características que, além de serem desagradáveis aos olhos diante da ideia de “bom gosto” que deveria ser conservado nas escolas, denunciariam a desordem nas instituições.

---

<sup>139</sup> Extraído da “secção 4<sup>a</sup> do Regulamento de 16 de dezembro de 1876”, disponível no Capítulo XI (Deveres do Professor), do Manual.

<sup>140</sup> No original: “propageant l’usage des essuie-plumes” (BERGER, 1888, p. 834).

De acordo com verbete assinado por Bonaventure Berger (1888, p. 833, tradução livre), “A fabricação da tinta costumava ser, outrora, parte dos conhecimentos técnicos indispensáveis ao mestre de escola, e todos os antigos métodos de escrita continham uma receita para fazer uma boa tinta preta”<sup>141</sup>. Segundo o autor, o avanço na produção das tintas foi impulsionado tanto pelo progresso da química quanto pelo aumento de consumo devido ao desenvolvimento do ensino primário. No entanto, a adoção das penas de metal de forma mais generalizada nas escolas resultou em algumas críticas com relação à tinta preta normalmente em uso, tendo em vista que as substâncias nela contida resultaram em bicos corroídos muito rapidamente. Apesar das dificuldades encontradas e de algumas pessoas passarem a utilizar tintas roxas ou azuis como solução, em sua análise as escolas ainda preferiam o uso da tinta preta, sob a alegação de que a visão se adaptaria melhor.

Além dessas indicações, Bonaventure Berger (1888) demonstra ainda o desenvolvimento de produtos para aqueles que não poderiam acessar facilmente artefatos comercializados em papelarias e armazéns, por situarem-se em localidades distantes. Para esses casos, foi necessária a elaboração de estratégias diferenciadas para permitir acesso aos materiais adequados, com preços mais baixos. No caso da tinta, em específico, o autor afirma que

Hoje foi encontrada uma forma de preparar em pó ou pastilhas as substâncias para a fabricação de tintas, e pode-se conseguir ao preço de 20 centimos a dose de um litro (tintas Antoine, Lrchet, Demouy, Paul Roy, etc.). Isso é extremamente barato e uma grande facilidade para escolas afastadas de papelarias ou mercearias. Os alunos não serão mais tentados a fazer tinta com bagas de ébulo ou de alfena<sup>142</sup>.

O método de fornecimento da tinta nas escolas é importante tanto para o bom estado dos cadernos, quanto para a legibilidade da escrita, assim como para a limpeza das mesas e da sala (BERGER, 1888, p. 834, tradução livre)<sup>143</sup>.

---

<sup>141</sup> No original: “La fabrication de l'encre faisait autrefois partie des connaissances techniques indispensables au maître d'école, et toutes les anciennes méthodes d'écriture contenaient une recette pour faire de la bonne encre noire” (BERGER, 1888, p. 833).

<sup>142</sup> Na definição botânica do Dicionário Michaelis (2015), alfena é um “Arbusto (*Lugustrum vulgare*) da família das oleáceas, de origem europeia, de flores brancas, perfumadas e bagas negras; cultivado pela madeira, como cerca viva e, principalmente, para a extração de tintura. Suas bagas negras podem ser misturadas ao vinil para reforçar-lhe a cor; alfeneiro, Chipre, santatoninhas”. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/alfena/>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

<sup>143</sup> No original: “Aujourd'hui on a trouvé le moyen de préparer en poudre ou en tablettes les substances pour la fabrication de l'encre, et on peut avoir au prix de 20 centimes la dose d'un litre (encres Antoine, Lrchet, Demouy, Paul Roy, etc.). C'est là un extrême bon marché, et une grande facilité pour les écoles éloignées des magasins de papeterie ou d'épicerie. Les élèves ne seront plus tentés de fabriquer de l'encre avec des baies d'hyèble ou de troène. Le mode de fourniture de l'encre dans les écoles a son importance tant pour le bon état des cahiers, la lisibilité de l'écriture, que pour la propreté des tables et de la salle.” (BERGER, 1888, p. 834).



Outro artefato citado no Dicionário que, se adequado, colaboraria para a limpeza tanto de cadernos, quanto das mesas e da sala, é o tinteiro. O verbete dedicado a esse acessório também foi escrito pelo mesmo autor e apresenta informações relativas às matérias-primas utilizadas em sua confecção, vantagens e desvantagens desse que é anunciado como um dos “menores objetos do material escolar”. Bonaventure Berger (1888) discorre que forma, material e local do tinteiro<sup>144</sup> eram questões muito importantes para o mobiliário escolar, pois é o artefato responsável pelo depósito da tinta, que deveria ser sempre mantida fluida e livre de impurezas.

Diante disso, uma das recomendações que se pode observar por meio do Dicionário era a de que os tinteiros fossem de fácil limpeza e que não permitissem que os estudantes depositassem nada, além de sua pena. Seus escritos demonstram a variedade de soluções utilizadas para confecção dos tinteiros no decorrer do tempo: “cones de madeira ou chifres em forma de pera”<sup>145</sup>, por exemplo, foram materiais utilizados enquanto os tinteiros costumavam ser portáteis. O problema desses materiais, relatado por Berger, era que quebravam ou rachavam muito facilmente, fazendo com que a tinta vazasse. Visando um material menos escorregadio, que caísse menos ao ser apoiado nas carteiras, foram elaborados diferentes tipos: de vidro, colocado em placas quadradas de cortiça; de vidro canelado cilíndrico com abertura na parte inferior de um funil; tinteiro de vidro em forma de sifão... até que se chegou à definição de fazer pequenos furos na parte superior das mesas, nos quais seriam colocados.

Ao analisar os documentos da Diretoria de Instrução Pública, não há muitos indicativos do material utilizado nos tinteiros encomendados para compor as mesas das salas de aulas de escolas públicas primárias catarinenses, normalmente são mencionados apenas de forma breve: “8 tinteiros” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1861, p. 185); “12 tinteiros” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1869, p. 37), “16 tinteiros para as escrivatinhas” (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1863, p. 144). Porém, em algumas solicitações docentes, essa informação estava presente, como no mencionado pedido feito em 1855 para a escola do sexo feminino da Freguesia da Santíssima Trindade – em que o par de tinteiros seria de chumbo – e, para a escola da Colônia Brusque, no ano de 1863, em que o representante comercial, Jacques, forneceria tinteiros de chumbo por 1\$00 ou de chifre, pelo

---

<sup>144</sup> Como um demonstrativo da circulação e apropriação de discursos semelhantes em diferentes obras, é interessante ressaltar que o verbete Tinta, Tinteiro, presente no Dicionário Universal de Educação e Ensino (1886), tem seu conteúdo muito semelhante aos verbetes escritos por Bonaventure Berger (1888), apesar de aparecer de forma resumida em um único verbete.

<sup>145</sup> No original: “cornets de bois ou de corne en forme de poire”.

preço de 2\$00 réis (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1855), (SANTA CATARINA, OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1863)<sup>146</sup>.

O manual escrito por Pilar Pascual de Sanjuán e Jaime Viñas y Cusi (1896) também ressalta as mobílias e materiais de ensino como condições para que as práticas pedagógicas ocorressem de forma satisfatória e proveitosa. Para esses autores, uma das questões importantes e necessárias de se observar era a de que todos os objetos fossem utilizados de acordo com a sua finalidade e que seguissem as prescrições de higiene e de bom gosto, tendo em vista que a sua presença impactaria na formação moral, física e estética das estudantes.

Assim como em outros manuais analisados, apresenta uma descrição detalhada dos tinteiros, que leva em conta tanto o posicionamento adequado na carteira, quanto a suas características. Conforme prescrito e de forma semelhante ao observado no manual de Daligault (1870), os tinteiros deveriam estar sempre posicionados à direita de cada estudante, sendo assim, necessários dois exemplares em cada mesa. Contudo, utilizando argumentos relativos à necessidade de economia e de higiene, os autores recomendavam a presença de apenas um tinteiro em cada carteira escolar dupla, o qual deveria ser compartilhado. Além dessas questões, recomendava-se que o tinteiro estivesse sempre posicionado horizontalmente. Dessa forma, seria importante que, na construção das carteiras, esse detalhe fosse observado, posicionando a cavidade em uma área sem inclinação, na qual deveria haver também um entalhe para colocar os “portaplumas”, os lápis e outros instrumentos.

A Figura 8, apresentada na página 110, possibilita a visualização de dois modelos de tinteiros presentes no manual de Sanjuán e Cusi (1896). Na imagem, verifica-se como eram suas tampas, responsáveis para evitar a poeira na tinta e facilitar a limpeza. Entende-se que a presença das imagens dos tinteiros e de outros artefatos não ocorre sem intencionalidades, mas como mencionado, vinculada à propaganda da livraria do editor do impresso e como uma forma de apresentar aos leitores aquilo que seria considerado de “melhor qualidade”.

---

<sup>146</sup> A partir do nome do representante comercial Jacques, presente nesses documentos, tentou-se localizar mais informações sobre esse possível fornecedor de materiais de escrita para escolas públicas catarinenses. Em busca realizada em jornais que circularam no período, foi possível localizar o nome de Antonio Jacques da Silveira, aparentemente uma figura que fornecia papéis e outros objetos para o Estado. Nenhuma publicação ligada diretamente à instrução pública foi encontrada, contudo, no jornal “O Mercantil: Jornal da Provincia de Sancta Catharina”, publicado no ano de 1862, há um pedido direcionado ao inspetor da Thesouraria, para que mande pagar ao comerciante uma quantia relativa “[...] a conta de papel e outros objectos que vendeo para os trabalhos do conselho de qualificação da G.N. das parochias da Lagoa e Rio-Vermelho” (O MERCANTIL, 1862, p. 1). Ao pesquisar pelo sobrenome, também se encontra menção ao padre Jacques Razzim, para quem a Diretoria Geral da Fazenda Provincial deveria entregar os valores referentes a compra de utensílios para montar um colégio (O MERCANTIL, 1865, p. 1). Como não havia o nome completo do comerciante no ofício analisado, não é possível afirmar se um deles realmente teria sido o responsável pelo fornecimento dos tinteiros.

O aspecto econômico aparece relacionado, principalmente, ao gasto efetuado com a compra de tintas para a escrita. A evaporação da tinta era um dos desafios encontrados no cotidiano escolar e a presença de apenas um tinteiro, para ser utilizado de forma compartilhada, poderia contribuir, na perspectiva dos autores do manual, para diminuição do desperdício. O outro enfoque dos autores, conforme mencionado, estava relacionado à higiene: o uso de dois tinteiros exigiria, conseqüentemente, um trabalho dobrado de limpeza. Nesse sentido, avaliavam como menos trabalhoso que a criança sentada ao lado direito utilizasse o tinteiro posicionado no meio da mesa. Ainda discorrendo sobre aspectos relativos à higiene, observa-se a recomendação da presença de uma tampa em cada um dos tinteiros.

A economia e a higiene eram classificadas, portanto, como conteúdos necessários para se ensinar às meninas que precisariam se preparar para serem boas donas de casa e mães de família. Assim, entende-se que o cuidado com a higiene e com a ordem dos acessórios de escrita, com a mobília e demais materiais possuem também uma dimensão educativa. As máximas “Que haja um lugar para cada coisa e que cada coisa esteja em seu lugar” e “Que haja uma hora para cada coisa e que cada coisa seja feita a seu tempo” (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 284, tradução livre), são destacadas pelos autores ao discorrem sobre as virtudes domésticas, que são aprendidas e reforçadas por meio das práticas desenvolvidas na sala de aula. Na perspectiva deles:

A menina que se apresenta na escola sem manchas e nem poeira no vestido, lavada e penteada, **que não molha os dedos, roupas, livros ou pastas com tinta**, que tira o trabalho limpo e primoroso, pode-se predizer que será uma dona de casa daquelas em cujo lar reina a limpeza que apaixonava [...] (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 285, tradução livre, grifo nosso)<sup>147</sup>.

Para tanto, o exemplo da professora é destacado como essencial, no sentido de estar sempre asseada e de exigir que as alunas cuidassem para que o espaço da sala de aula fosse mantido limpo e organizado. Nessa direção, o manual possibilita perceber uma preocupação com os instrumentos que seriam disponibilizados para cada uma das crianças para que aprendessem a escrever: para crianças pequenas (de seis anos de idade, por exemplo), não recomendavam a disponibilização de pena, tinteiro e papel, pois isso causaria dois problemas: o desperdício e a sujeira.

---

<sup>147</sup> No original: “La niña que se presenta en la escuela sin manchas ni polvo en el vestido, lavada y peinada, que **no moja con tinta sus dedos, ropa, libros ni cartapacio**; que saca la labor limpia y primorosa, podrá augurarse que será un ama de casa de aquellas en cuyo domicilio reina esa, limpieza que enamora” (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 285, grifo nosso).

Assim, destacam que para esse público as escolas utilizavam mesas cobertas de areia, sobre as quais as crianças aprendiam as letras com dedo ou com um palito. Esse suporte era entendido como uma alternativa para evitar o uso das penas e dos tinteiros pelas crianças menores, os quais muito possivelmente estragariam o papel, e o “[...] inundaria completamente de tinta, participando desta inundação suas mãos e seu vestido [...]” (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 236, tradução livre)<sup>148</sup>. Contudo, as mesas de areia possuíam alguns inconvenientes: os exercícios muitas vezes apagavam antes de que o professor tivesse tempo de avaliar e as crianças saíam sujas de areia. Por essa razão, algumas escolas passaram a usar as ardósias, nas quais a escrita era feita com barras de gesso, mas que, na compreensão dos autores do manual, não preparavam as crianças para, ao crescer, saberem como segurar adequadamente as penas. Como alternativa para as crianças menores, portanto, o manual de Sanjuán e Cusí (1896) recomenda as ardósias de pedra, sobre as quais se escrevia com um lápis de pedra. Ainda, sobre esse instrumento, afirmam:

As meninas os podem segurar como mais tarde levarão a pena sobre o papel, e com eles poderão fazer os primeiros exercícios da escrita de Iturzaeta, que é a que seguimos preferindo, apesar do que contra ela têm propagado os partidários de inúteis inovações (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 237, tradução livre)<sup>149</sup>.

Desse modo, a partir dos documentos localizados e apresentados nesse capítulo, está sendo possível identificar que os instrumentos e acessórios de escrita são citados em diversos documentos considerados como referenciais para a constituição e difusão de um modelo de escola no decorrer da segunda metade do século XIX. Ao analisar os diferentes dicionários e manuais pedagógicos, tem-se observado uma circulação de discursos semelhantes em torno do lugar desses artefatos e de seu papel na construção de uma cultura material escolar. Conforme será retomado e aprofundado no próximo capítulo, esses saberes em circulação serão apropriados por fábricas para validar/legitimar seus inventos.

---

<sup>148</sup> No original: “[...] inundaria completamente de tinta, participando de esta inundacion sus manos y su vestido [...]” (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 236).

<sup>149</sup> No original: “Las ninas los pueden tomar como mas tarde llevaran la pluma sobre el papel, y con ellos podran hacer los primeros ejercicios de la escritura de Iturzaeta, que es la que seguimos prefiriendo, a pesar de cuanto em contra de ella han propalado los partidarios de inutilis innovaciones” (SANJUÁN; CUSÍ, 1896, p. 237).



## CAPÍTULO III

### **DISCURSOS PUBLICITÁRIOS:** *instrumentos e acessórios de escrita* *em catálogos comerciais*



### 3. DISCURSOS PUBLICITÁRIOS: INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS DE ESCRITA EM CATÁLOGOS COMERCIAIS

[...] o consumo não é percebido como algo construído meramente através de uma troca material. Ao contrário, as relações que fundamentam o consumo são bem mais complexas, e geralmente nos chamam a pensar sobre questões mais amplas, abordadas através de subjetividades dos sujeitos, dos processos criativos definidores de um 'estar no mundo', do poder e agência que os sujeitos se autoatribuem ao estabelecerem relações de produção-circulação-consumo (RIAL; SILVA; SOUZA, 2012, p. 14).

Diante do exposto até o momento, busca-se chamar atenção agora para uma das dimensões a se levar em conta ao pensar nos processos de constituição de necessidades universais para a escolarização da infância. A epígrafe, acima apresentada, trata da complexidade que envolve a ideia do consumo, alvo de estudo de antropólogos, sociólogos, economistas, historiadores e profissionais da comunicação há um considerável tempo. Para Carmen Rial, Sandra Rubia da Silva e Angela Maria de Souza (2012), o campo de estudos do consumo, associado à noção de cultura material, tem se expandido no Brasil na área da antropologia, em diferentes subdisciplinas tais quais a antropologia econômica e a antropologia da alimentação, por exemplo.

Na apresentação do livro, intitulado *Consumo e cultura material: perspectivas etnográficas*, as autoras recorrem a estudiosos do consumo como Lewis Morgan, Fraz Boas, Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss, Jean Baudrillard, entre outros, demonstrando como o tema é plural e pode ser analisado a partir de variadas perspectivas. Afirmam, por exemplo, que, ao acrescentar o valor de signo e o simbólico aos valores de uso e de troca, Jean Baudrillard contribui com reflexões acerca de novos olhares lançados aos objetos, aos quais características como estilo e luxo tornam-se foco de capitalistas ao idealizarem suas mercadorias para serem consumidas.

Tendo a noção de consumo no horizonte, buscou-se mapear a presença/ausência de artefatos de escrita em catálogos comerciais e de materiais de ensino, identificando discursos que circulam e acompanham a produção, a comercialização e a construção da necessidade desses objetos na escola. Ao produzirem e divulgarem produtos para a escola, as indústrias incorporaram exigências pedagógicas e higiênicas e, ao mesmo tempo, contribuíram para a criação de outras necessidades nas práticas pedagógicas. De certa forma, as novas tecnologias passaram a ser apresentadas como representações da modernização das salas de aula e do progresso das nações que as utilizavam.

Jean Baudrillard (1995) ajuda a pensar nos processos em torno da multiplicação dos objetos em nossa sociedade. As relações sociais se transformaram a ponto que os artefatos conquistaram um espaço importante nas vidas dos sujeitos. Novos objetos são criados, (novas) necessidades são construídas e a cultura também sofre ressignificações: “Vivemos o tempo dos objectos: quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente” (BAUDRILLARD, 1995, p. 15). Nesse processo, os anúncios publicitários podem ser compreendidos como peças que contribuem para a idealização de necessidades e de mentalidades que depositam nos objetos a “salvação”, até o ponto que percam essa função e passem a pouco significar.

Assim, uma das formas encontradas por industriais e representantes do comércio para a difusão e comercialização de inventos, na segunda metade do século XIX, foi a edição de catálogos. As representações dos objetos nesses documentos contribuíram para o (re)conhecimento de “novos” e “modernos” artefatos, além de discursos que defendiam a necessidade de consumi-los para que práticas pedagógicas e saudáveis fossem possíveis. Para além dessas questões, ao circularem em diferentes países, esses impressos foram fundamentais para a transnacionalização de ideias, modelos e necessidades educacionais. Dessa forma, a investigação dos catálogos segue na direção do “[...] exame não da própria materialidade, dos artefatos em si próprios, mas do discurso sobre esses artefatos, posto em circulação em um tipo de impresso produzido pela indústria, com fins de propaganda, o qual se dirigia aos professores, às autoridades de ensino e, em última instância, ao Estado” (ROCHA, 2019, p. 102).

Os catálogos, como caracterizam<sup>150</sup> Pedro Luís Moreno Martínez e Ana Sebastián Vicente (2012), possuem em sua essência serem impressos publicitários e comerciais, editados em diferentes formatos, tais quais livros, folhetos ou revistas, e trazem em seu interior apresentações dos artefatos ofertados “[...] com maior ou menor detalhe, com fotografias ou ilustrações ou sem elas, as peculiaridades da totalidade ou parte de seus produtos, indicando os preços e, em seu caso, as condições de venda ao público e o pagamento dos mesmos”<sup>151</sup> (MORENO-MARTÍNEZ; VICENTE, 2012, p. 297, tradução livre).

---

<sup>150</sup> Ao discorrerem sobre a coleção de catálogos presente no Centro de Estudios sobre la Memoria Educativa (CEME) em trabalho publicado no Livro de Atas do III Foro Ibérico de Museismo Pedagógico – V Jornadas Científicas de la Sociedad Española para el Estudio del Patrimonio Histórico Educativo - SEPHE, realizado no ano de 2012, sob a organização do Centro de Estudios sobre la Memoria Educativa (CEME), na Universidade de Murcia.

<sup>151</sup> No original: “[...] com mayor o menor detalle, con fotografias o ilustraciones o sin ellas, las peculiaridades de la totalidade o parte de sus productos, indicando los precios y, en su caso, las condiciones de venta al público y el pago de los mismos” (MORENO-MARTÍNEZ; VICENTE, 2012, p. 297).

Por seu caráter comercial, entende-se que as investigações que consideram catálogos como fonte possibilitam ampliar as reflexões sobre discursos e concepções identificados nesses suportes. A presença ou ausência de ilustrações, a disposição das informações sobre os produtos em suas páginas, assim como o espaço destinado para a explicação de suas características e apresentação de preços, trazem alguns indícios sobre a criação de necessidades e estratégias de convencimento de potenciais consumidores.

Marta Brunelli (2018) é outra referência que destaca os catálogos como importantes fontes para compreensão de materiais escolares idealizados e em circulação. Ao tratar da Itália do final do século XIX e começo do século XX, afirma que os catálogos, ao serem investigados em concomitância com outras fontes como, por exemplo, os objetos salvaguardados em museus, permitem observar nuances entre a composição material das escolas e o que se divulgava por fábricas e comerciantes. Os impressos por ela investigados, em uma pesquisa sobre materiais didáticos produzidos e divulgados em catálogos de empresas italianas para o ensino de anatomia, demonstram que, no caso do referido país a seleção de modelos mais acessíveis era o que normalmente ocorria, o que colaborou para a criação de uma espécie de competição entre fábricas para comercializar os melhores produtos com preços menores.

Nessa direção, para tentar identificar informações sobre instrumentos e acessórios de escrita, como quem os produzia, preços atribuídos, características dos artefatos, público-alvo das vendas e algumas das estratégias adotadas por seus representantes comerciais, foram formulados alguns questionamentos que serviram de parâmetro para uma primeira leitura dos catálogos utilizados nesta investigação: Como as informações estão dispostas em suas páginas? Há ilustrações para representar e demonstrar esses artefatos aos clientes? Em caso positivo, quais itens foram selecionados para serem anunciados com o auxílio do recurso imagético? Foi inserido algum argumento no sentido de estimular sua aquisição?

Compreende-se, com base em Silva e Souza (2020, p. 59, tradução livre), que o “[...] provimento material das e para as escolas foi desenhado por um conjunto importante de posicionamentos proferidos por pedagogas e pedagogos, inspetores, autoridades do ensino, médicos, industriais e comerciantes [...]”, que foram disseminados em eventos e impressos de diferentes naturezas, dentre os quais situam-se os catálogos. Ainda, segundo as autoras, a difusão dessas ideias engendrou “[...] determinados sentidos, expectativas e representações em torno da escola primária e sua composição material”.



O Quadro 6, a seguir, foi organizado para que o leitor pudesse compreender a gama de fontes que embasam as análises aqui desenvolvidas<sup>152</sup>. Esse conjunto de catálogos corresponde a produções de fábricas da segunda metade do século XIX, de diferentes localidades como Estados Unidos da América, França, Espanha, Alemanha, Inglaterra e Canadá. Estudar essa documentação, com artefatos provenientes de distintos países, justifica-se no sentido que permitem observar discursos que estavam em circulação em torno da composição material escolar, assim como tecnologias e modelos que poderiam ser importados e apropriados em variadas localidades, dentre elas o Brasil<sup>153</sup>. Possibilitam, ainda, perceber entendimentos que diferenciam os objetos, tornando-os como referências “ideais”.

Quadro 6 - Catálogos consultados para a construção da pesquisa para elaboração da tese

TÍTULO DO CATÁLOGO	NOME DA EMPRESA	LOCAL DA FÁBRICA	ANO DE PUBLICAÇÃO
1 A descriptive and Illustrated Catalogue of School Furniture manufactured and sold by Geo. & C. W. Sherwood	Geo. & C. W. Sherwood	Chicago, EUA	1864
2 Atwater's School Furnishing and Publishing House	John Atwater	Chicago, EUA	1867
3 Illustrated Catalogue of the Boston School Furniture Manufactory.	William. O. Haskell & Son, Manufactures of School Furniture, Settees, and Furniture for public Buildings	Boston, EUA	1870
4 Descriptive and Illustrated Catalogue of School Furniture, Apparatus, Globes, Maps, Charts, Black Boards, Mathematical instruments, etc, etc.	J. A. Bancroft & Co., General School Furnishers and Booksellers	Philadelphia, EUA	1870
5 The Penn'a School Furnishing House. Special Bulletin	J. A. Bancroft & Co., General School Furnishers	Philadelphia, EUA	1872
6 Illustrated Catalogue of New and Improved Styles of School and Church Furniture and School Apparatus	The National School Furniture Co.	Nova York e Chicago, EUA	1872

<sup>152</sup> Parte dos catálogos selecionados para análise foi localizada por integrantes do grupo de pesquisa “Objetos da Escola”. Alguns foram encontrados em incursões internacionais realizadas por Vera Gaspar no Centro de Documentación e Investigación do Museo Pedagógico “José Pedro Varela” (Uruguai), na Biblioteca Nacional de Maestros (Argentina) e no acervo do Centro Internacional de la Cultura Escolar – CEINCE (Espanha) e outros em acervos de bibliotecas hospedados on-line em pesquisas desenvolvidas por Gustavo Rugoni de Sousa para a produção de sua tese. Somados a esses também foram localizados outros exemplares em pesquisas por mim desenvolvidas em bases de dados on-line.

<sup>153</sup> Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), demonstra, por exemplo, a existência de um forte movimento de importação por parte do governo de São Paulo, tanto de materiais quanto de mobiliário de fabricantes franceses e estadunidenses nos anos finais do século XIX e começo do século XX.

7 Illustrated Catalogue of improved school, church and vestry furniture.	Joseph L. Ross Furniture	Boston, EUA	1872
8 Illustration of Improved School Furniture, manufactured by A. G. Whitcomb and for sale at his warehouse.	A.G. Whitcomb School Furniture	Boston, EUA	1875
9 An Illustrated Catalogue of School Merchandise.	Baker, pratt & Co.	Nova York, EUA	1879
10 Catalogue of School Merchandise manufactured by A. H. Andrews & Co.	A.H. Andrews & Co.	Chicago, EUA	1881
11 Matériel Scolaire: conforme aux prescriptions du règlement pour la construction et l'ameublement des maisons d'École	Ch. Delagrave	Paris, França	1881
12 Mobilier Scolaire conforme a l'arrete ministériel du 17 juin 1880 et matériel d'enseignement	P. Garcet et Nisius, Constructeurs et editeurs	Paris, França	1882
13 Catalogue Church, School & Hall Furniture	J. C. Brooke Manufacturers	EUA	1884
14 Catálogo de los libros de fondo y de surtido y material de enseñanza que se hallan de venta em la Librería de Hernando	Libreria de Hernando	Madri, Espanha	1885
15 Furniture School, Church, Hall, Office, Opera, Lodge. School Supplies	W.A. Choate & Co.	Nova York, EUA	1890
16 School Merchandise. Maps, Globes, Black Boards, etc.	Mcclees & Warren	Filadélfia, EUA	1890
17 Catálogo del material y efectos para las clases, libros de primera enseñanza y obras de consulta y de utilidade para los maestros	Libreria de la viuda de Hernando y Cia. – Impressores y libreros de la Real Acadebia Española	Madri, Espanha	1892
18 Illustrated Catalogue of School and College Furniture and Educational Apparatus manufactured by Geo. M. Hammer & Co.	Geo. M. Hammer & Co.	Lonres, Inglaterra	1893
19 Illustrated Catalogue of School Supplies	Edward E. Babb & Co.	Boston, EUA	1898
20 Fabrique de mobilier et matériel scolaires pour les enseignements maternel, primaire, secondaire et supérieur	Les Fils d'Emile Deyrolle	Paris, França	1898
21 Catalogue general – Mobilier Scolaire et Matériel d'Enseignement: écoles maternelles écoles primaires, écoles normales, écoles primaires supérieures, institutions, collèges, lycées	Librairie Ch. Delagrave	Paris, França	1900
22 Papeterie Fournitures Classiques et de Bureau – Anne Scolaire 1903-1904	Librairie Ch. Delagrave	Paris, França	1903/4
23 Catálogo de las obras de primera enseñanza y libros de consulta y de utilidad para los maestros. Material de enseñanza y mobiliário escolar para toda classe de estabelecimentos docentes. Premios y médios disciplinarios	Librería y casa editorial de Perlado, Páez Y C. - Sucesores de Hernando.	Madri, Espanha	1909
24 The Columbia Catalog of Furnishing. From factory to school-room	The Columbia School Supply Co.	Indianápolis, EUA	1912

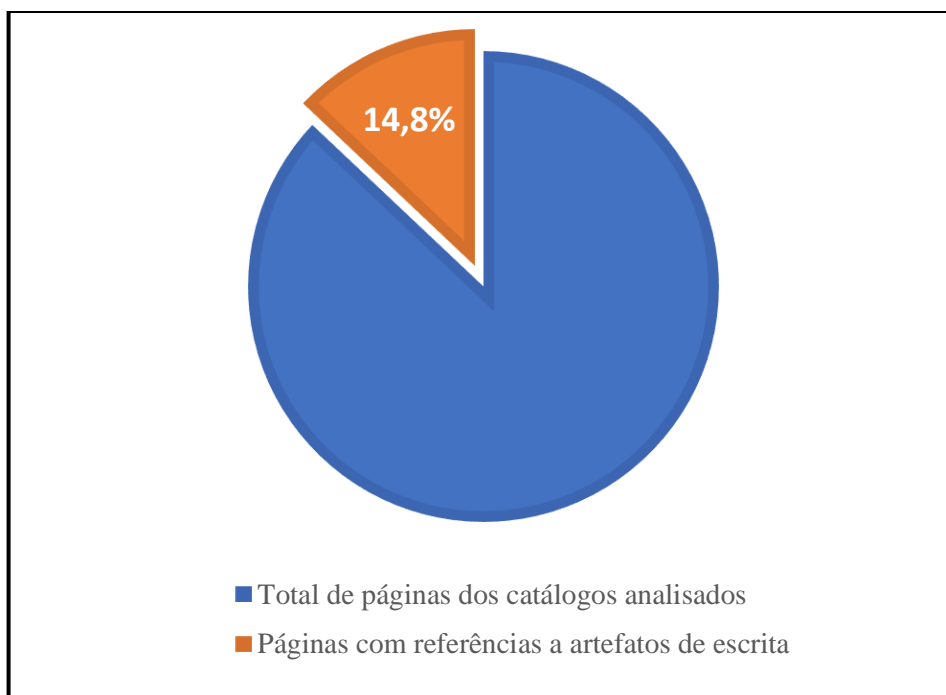
25 Catalogue of Stationery	W.J. GAGE & Co. Limited	Toronto, Canadá	1911
26 School Apparatus & Supplies – Illustrated Catalogue number thirty-eight	American Seating Company	Chicago, Nova York, Boston, Filadélfia, Pitsburg - EUA	1913
27 Catalogue of School Stationery and Miscellaneous School Requisites	George Philip & Sons	Londres, Inglaterra	s/d

Fonte: Catálogos analisados neste trabalho. Dados sistematizados pela autora (2022).

É importante destacar que os catálogos analisados se organizam em formato de livretos. Os referidos impressos, além de serem compreendidos como comerciais e de *publicidade*, também são classificados aqui como materiais de *prescrição* no sentido que, ao passo que promovem “modernidades” e novidades para o espaço escolar, também contribuem no processo de elaboração de necessidades e ajudam a legitimar determinados padrões para a escola. Por essa razão, o movimento de pesquisa para construção desta tese se deu no sentido de analisá-los nessa dupla perspectiva, considerando o papel da indústria em reflexões e projetos para a escolarização da infância.

Com vistas a identificar o lugar ocupado pelos artefatos de escrita nos catálogos, fez-se uma primeira análise quantitativa, observando o número de páginas de cada um dos impressos e, posteriormente, a quantidade de páginas em que havia ao menos um anúncio relacionado aos objetos pesquisados. Com esse número, construiu-se o Gráfico 1, apresentado a seguir. De um total de 2078 páginas, com anúncios de mobília escolar; livros; materiais pedagógicos visuais, sonoros e táteis como globos terrestres, mapas, sólidos geométricos; relógios; sinetas, entre outros, foram contabilizadas 308 páginas com referências a artefatos de escrita, o que corresponde a 14.8% do total. Por serem, em sua grande maioria, catálogos de fábricas de móveis e, levando em conta que há uma predominância de anúncios de mobílias escolares, entende-se que há um número expressivo de artefatos de escrita anunciados.

Gráfico 1 - Artefatos de escrita nos catálogos analisados



Fonte: Catálogos analisados neste trabalho. Dados sistematizados pela autora (2022).

Acompanha-se aqui as reflexões de Diana Gonçalves Vidal (2009) quando analisa que, se de um lado a escola movimentava o mercado, fazendo com que ele se adapte para atender as demandas, de outro, o mercado também cria objetos de desejos para a escola e tem no Estado um comprador de peso. Nesse contexto a indústria, “foi (e tem sido) convidada a participar do esforço de propagação da escola, o que nos faz indagar sobre os efeitos do desenvolvimento industrial sobre a invenção da escola moderna” (VIDAL, 2009, p. 43). Assim, entende-se que um olhar atento às formas que instrumentos e acessórios para escrita são divulgados nesses catálogos permite explorar aspectos relacionados a interesses comerciais que vão se constituindo e tornando a escola e seus sujeitos grandes mercados consumidores. Levando em conta os dados localizados nas fontes, optou-se por organizar este capítulo em duas partes: (i) instrumentos de escrita anunciados em catálogos e (ii) acessórios de escrita presentes nessas mesmas fontes.

### 3.1 INSTRUMENTOS DE ESCRITA

Como já referido, dentre difusores e defensores de uma pedagogia pautada em conhecimentos científicos, estavam professores, inspetores e autoridades de ensino. Ao refletir sobre os olhares voltados à materialidade em relação com o fazer docente em meados do século XIX e começo do século XX, o artigo *As palavras dos professores e as coisas da escola:*

*materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX*, escrito por Andréa Bezerra Cordeiro e Franciele Ferreira França (2020), possibilita pensar nos professores como sujeitos que constroem sentidos para a materialidade escolar, assim como a dimensão material “como constituinte do ofício de professor” (CORDEIRO, FRANÇA, 2020, p. 99). Na perspectiva das autoras, o professor, por meio de suas narrativas acerca dos objetos da escola, possibilita aproximar os historiadores da educação de compreensões sobre sentidos que esses possuem em sua prática, sobre as relações econômicas e sociais estabelecidas entre a escola e outras instâncias, a partir da ausência ou presença de materialidades ditas como fundamentais para o trabalho docente em cada período.

Dessa maneira, compreende-se que os discursos de professores – e, acrescenta-se aqui, de inspetores – são partícipes na *fabricação* de necessidades, “[...] amalgamando as táticas de reivindicação e consumo às de uso e produção inventiva de suas ferramentas de trabalho” (CORDEIRO, FRANÇA, 2020, p. 99), ao fazerem circular ideias relativas aos objetivos e possibilidades de sucesso da instrução e da educação associados à necessidade de determinados artefatos. Por essa razão, compartilha-se do entendimento das autoras que, ao realizar solicitações de objetos e/ou falar sobre eles, esses sujeitos formulavam e permitiam observar também soluções adotadas diante de dificuldades encontradas. Nas palavras das autoras,

A ausência e a precariedade estão muito presentes nos discursos, no entanto, é preciso ler nas entrelinhas e focar melhor a lente, pois nesse movimento está a possibilidade de captar outros resquícios dessa materialidade que permeia a escola e das práticas que nela transitam (CORDEIRO, FRANÇA, 2020, p. 105).

Diante de um alerta como esse e ciente do trânsito de discursos acerca de demandas para as escolas na imprensa pedagógica, buscou-se olhar para os argumentos presentes em catálogos que anunciam objetos para compor as instituições educativas. Nesse movimento, observou-se que produtores e comerciantes, atentos a entendimentos em circulação sobre aspectos materiais, passaram a fazer uso de documentos em que esses discursos apareciam como formas de atestar a qualidade de seus inventos.

A presença do *Règlement pour la construction et L’ameublement des Maisons D’école*, aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública e pelo Conselho Ministerial da França em 1880 junto de um catálogo da Livraria Ch. Delagrave pode ser um dos exemplos dessa apropriação. Na Biblioteca da Faculdade de Educação da USP, encontra-se exemplar<sup>154</sup> do referido regulamento, o qual, extraído da Revista Pedagógica, foi publicado em Paris pela

---

<sup>154</sup> Fonte localizada, fotografada e disponibilizada para ser utilizada nesta pesquisa por Vera Lucia Gaspar da Silva.

Livraria Ch. Delagrave, no ano de 1881, e contém uma espécie de “guia” para os planos de construção e provimento material escolar, com as condições de instalação das escolas públicas primárias francesas. Em tal documento, podem ser localizadas indicações que dizem respeito desde o tamanho das salas de aulas, móveis, até a altura da janela, favorecendo a ventilação do ar e entrada de luz, fundamental para prevenir doenças oculares nos momentos de leitura e escrita, bem como a circulação de ar.

Após vinte e quatro páginas com as referidas indicações, assinadas por Jules Ferry, é publicado (com o mesmo número de páginas) o catálogo de materiais escolares da Ch. Delagrave<sup>155</sup>. Essa não era uma prática incomum para o período e pode ser pensada a partir da necessidade de vincular seus produtos a saberes pedagógicos considerados legítimos. Assim, empresas que tinham como objetivo comercializar objetos escolares não apresentavam apenas suas mercadorias de forma descontextualizada, mas demonstravam-se preocupadas também em trazer indicativos de que estavam de acordo com o prescrito em legislações, sustentando a ideia de que seus produtos eram de qualidade e adequados para serem adquiridos para uso em escolas. O catálogo da fábrica francesa Garcet e Nisius (1889), por exemplo, já nas primeiras páginas, demonstra estar de acordo com o Regimento Ministerial de 17 de junho de 1880, que regulamentava a construção e fornecimento de móveis para escolas. Por meio deste regimento, é possível observar indicações relativas à fabricação das mesas e bancos dos alunos e mesa do professor. Nessas orientações, observa-se que o ideal seria a instalação de tinteiro móvel, de vidro ou porcelana, à direita de cada um dos estudantes (RUGONI DE SOUSA, 2019).

A leitura do catálogo, publicado pela livraria Ch. Delagrave (1881), possibilita observar ofertas de artefatos como carteiras; cadeiras; armários; móveis com elementos para trabalhar as lições de coisas; ábacos; materiais para ensinar leitura, ortografia e cálculo; coleções de imagens; álbuns de caligrafia; cadernos para escrita, entre outros. Pode-se observar, ainda, grande destaque para os regulamentos governamentais, como por exemplo, no anúncio enfatizado na primeira página (Figura 13): “Material Escolar: Conforme as prescrições do regulamento para a construção e provimento mobiliário das casas escolares” (DELAGRAVE (1881, p. 25, tradução livre)<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> Empresa também representada por Etienne Collet no Rio de Janeiro.

<sup>156</sup> No original: “aux prescriptions du règlement pour la construction e l’ameublement des maisons d’École” (DELAGRAVE, 1881, p. 25).

Figura 13 - Primeira página do catálogo de Ch. Delagrave (1881)

LIBRAIRIE Ch. DELAGRAVE  
RUE SOUFFLOT, 15, PARIS

## MATÉRIEL SCOLAIRE

Conforme aux prescriptions du règlement pour la construction et l'ameublement des maisons d'École.

### BANG-TABLE (PERFECTIONNÉ, DÉPOSÉ)

(Voir fig. 19 du Règlement officiel.)



Ce modèle est, suivant les besoins, construit en chêne ou en sapin : dans ce dernier cas, les parties qui supportent le roulement et les assemblages principaux sont toujours en chêne.

Le siège contient deux places et, avec son pupitre, comprend trois dimensions différentes qui correspondent aux différentes tailles d'élèves de 8 à 14 ans (âge scolaire).

Le n° 1 est destiné aux enfants de 8 à 10 ans.  
Le n° 2 est destiné aux enfants de 10 à 12 ans.  
Le n° 3 est destiné aux enfants de 12 à 14 ans.

Les prix pour chacun de ces trois modèles sont les suivants :  
En sapin : la place 16 francs ;  
En chêne : la place 32 fr. 50 c.

### BANG-TABLE ORDINAIRE

en bois blanc

SANS DOSSIER, PUPITRE A CABE

Prix à 2 places	.....Net	27	»
— 3 —	.....	35	»
— 4 —	.....	40	»



Fonte: DELAGRAVE (1881, p. 25).

Símbolos que fazem parte de muitas memórias relativas à escolarização primária, a carteira, os instrumentos e suportes para escrita aparecem ilustrados já na primeira página do catálogo. Apesar de se tratar do anúncio de uma carteira escolar, a escrita não aparece descolada de seu uso nessa representação. Afinal, para que serviriam esses inventos, se não possibilitar que crianças tivessem melhores condições e um ambiente mais confortável, higiênico e saudável para aprenderem os conteúdos escolares?

Na esteira dos argumentos de Jean Baudrillard (1995, p. 17), ressalta-se aqui “o contexto de objetos” e não apenas a utilidade de um objeto individual em específico. Ou seja, instrumento, acessório de escrita e mobiliário escolar em uma “significação total”, que constrói sentidos diferentes daqueles que possuem individualmente, como utensílios. Estratégias

publicitárias como essa, visualizada por meio da ilustração na capa do catálogo de Delagrave (1881), contribuem para a construção “[...] de uma espécie de totalidade quase indissociável” (BAUDRILLARD, 1995, p. 17), associando e encadeando um objeto ao outro.

Como destacam Eduardo Arriada e Elomar Tambara (2012, p. 79), “o final do século XIX tinha por meta a formação de um homem produtivo que, na escola, traduzia-se em um homem escritor”. Compreende-se que uma das condições para a formação desses estudantes seria um mobiliário produzido de modo a atender os padrões considerados adequados ao tamanho da criança e disposto na sala em um local adequado, que possuísse os componentes necessários para a prática da escrita e de posturas consideradas adequadas e higiênicas. Dessa forma, na propaganda da carteira escolar, consta o desenho de dois rapazes, trajados com uniforme, cabelos arrumados e sentados “corretamente” em uma carteira dupla, concentrados, portando um instrumento de escrita e registrando algo no papel.

No decorrer do século XIX, a partir da expansão dos mercados e do sistema fabril europeu, foi-se produzindo um conjunto de objetos para serem utilizados nas escolas. Na perspectiva dos autores, “o paulatino processo de substituição de artefatos mais manufaturados por outros tipicamente industrializados associava-se à justificativa de ordem pedagógica, mas que obliteravam a verdadeira razão – predominantemente, de ordem econômica” (ARRIADA; TAMBARA, 2012, p. 83). Dentre os artefatos que passam a ser produzidos em maior número desde a segunda metade do século XIX estariam as penas metálicas.

No catálogo publicado pela livraria Ch. Delagrave, em meio aos diversos objetos anunciados, destaca-se aqui os anúncios de penas metálicas Sommerville para serem utilizadas em escolas primárias, o que colabora com a percepção de que esses instrumentos de escrita vinham sendo ofertados e, principalmente, demandados por instituições escolares devido a sua importância para as práticas pedagógicas almejadas como ideais no período.

No decorrer das pesquisas, foi possível identificar vestígios da circulação de penas metálicas Sommerville no Brasil, mais especificamente no Maranhão, pelo menos desde o ano de 1866. Em sete edições do jornal “Publicador Maranhense”, do ano de 1866<sup>157</sup>, uma casa comercial publica anúncios que comunicavam a chegada de uma variedade de penas de aço importadas da Inglaterra, dentre elas exemplares da fábrica Sommerville. Conforme edição número 80, publicada no dia 9 de abril de 1866:

---

<sup>157</sup> Edições números 80, 87, 92, 94 111, 112 e 113.



**Atenção.**

Acaba de chegar de Liverpool no brigue Tiumpho um variado sortimento de excelentes pennas d' aço dos afamados e acreditados fabricantes Perry & C., Josiah Mason, e A. Sommerville & C., as quaes muito se recommendão pela sua boa qualidade, e vendem-se por preços rasoaveis na casa n. 46 da rua da Estrella. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, p. 4)<sup>158</sup>.

Esse anúncio demonstra a circulação dessas penas em nosso país, mas não permite identificar se tinham como destino o uso em instituições escolares. Como é possível verificar no catálogo, as penas Sommerville possuíam diversos modelos. O impresso apresenta uma lista com os números relativos aos exemplares que poderiam ser aproveitados em diferentes ocasiões e lugares: escola, comércio e correspondência. Para cada função, consta a indicação dos modelos, conforme é possível observar na Figura 14.

Figura 14 - Exemplos variados, para distintas funções (1881)

PLUMES DES ÉCOLES PRIMAIRES		
603. f. 603 m. 509 f. 509 m.....	La grosse	» 70
385 f. 385 m. 817 f. 817 m.....	—	» 70
Grande lance. Petite lance.....	—	» 70
437 ef. 437 f.....	—	» 70
PLUMES COMMERCIALES		
777 f. 777 m. 430 f. 430 m.....	La grosse	» 80
Commerciale. Blanche. Bleue. Bronzée.....	—	» 80
503 ef. 504 f. 505 m. 506 g. rondes.....	—	1 20
841 ef. f. m. g.....	—	1 25
3134 (ter.).....	—	1 25
630 ef.....	—	1 25
832 ef. 2430 ef. 2430 f.....	—	1 40
865.....	—	1 40
866.....	—	1 60
PLUMES POUR LA CORRESPONDANCE		
MISES EN BOITES DE 100		
2440 ef. 2440 f. 2600 ef. 2600 f.....	La boîte	1 60
2110 ef. 2210 f. 2390 ef. f. m.....	—	1 60
2160 ef. 2160 f. 2160 m. 2160 g.....	—	2 10

Fonte: DELAGRAVE (1881, p. 15).

Essa diversidade também pode ser percebida em cada uma das três categorias. No que se refere às penas fabricadas para escolas primárias, por exemplo, os números e as letras de identificação dão a entender que foram anunciados neste catálogo seis diferentes formatos: a lança grande; a lança pequena; as identificadas pelos números 603, 509, 385 e 817, que poderiam ser adquiridas nos formatos finos (f) ou médios (m) e a número 437, extrafina (ef) ou

<sup>158</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720089&Pesq=sommerville&pagfis=17078>>. Acesso em: 12 jan. 2021, 17h09.

fina (f). Não é possível afirmar se as penas “de lança” eram as mais vendidas pela fábrica, contudo, de acordo com as informações presentes nos Dicionários de Pedagogia, analisados no capítulo anterior, eram as preferidas dos professores no final do século XIX.

Ainda no mesmo catálogo, observa-se outra marca, fabricada especialmente para escrever em escolas e no ambiente familiar, as penas Clegert. Para se diferenciar de seus concorrentes, nota-se que o impresso as apresenta como artefatos superiores aos demais. Devido ao novo sistema utilizado para apará-las, elas possuíam a flexibilidade das penas de ganso e permitiriam, ao mesmo tempo, o traçado tanto de “escritas antigas quanto modernas”. Observa-se aqui um recurso discursivo utilizado pela fábrica para auferir a clientela escolar, tendo em vista que uma das críticas às penas metálicas, possível de observar, nos Dicionários analisados no Capítulo 2, era justamente a de que os professores precisavam continuar recorrendo às penas de ganso para a escrita de determinados tipos de letras, pois os cortes das penas metálicas não satisfaziam essa necessidade. Dessa forma, percebe-se o cuidado em fabricar, para cada tipo de escrita desejada, um número específico que estivesse de acordo com os cortes necessários para o resultado correto. Para escritas antigas:

As penas números 20, 21, 22, 23 e 24 apresentam uma graduação natural e verdadeira. A dimensão de cada uma delas é estritamente a da pena de ganso; ela permite pela proporção das partes que a formam, toda a suavidade que requer o traço das escrituras antigas. O corte do bico permite produzir com uma perfeita nitidez as descidas e subidas completas deixando sair apenas a tinta útil a seu traço (DELAGRAVE, 1881, p. 15)<sup>159</sup>.

Para as escritas modernas, outros números seriam indicados: 10, 11, 12, 13 e 14, por apresentarem uma graduação ponderada. Conforme o catálogo

Elas oferecem, por seu tamanho, a elasticidade e a suavidade das penas de ganso. Permitem, sem movimento da pena entre os dedos, obter os efeitos mais variados da pena, independente das mãos que os dirigem (DELAGRAVE, 1881, p. 15)<sup>160</sup>.

De modo diferente dos tinteiros –os quais serão abordados a seguir – propagandas de penas para as escolas são menos frequentes nos catálogos analisados. Contudo, assim como no

---

<sup>159</sup> Tradução livre do original: “Les plumes números 20, 21, 22, 23 et 24 présentent une graduation naturelle et vraie. La taille de chacune d’elles est rigoureusement celle de la plume d’oie; elle donne par les proportions des parties qui la forment, toute la souplesse qu’exige le trace des écritures anciennes. La coupe du bec permet de produire avec une parfaite netteté les pleins descendants et remontants en ne laissant échapper que l’encre utile à leur trace” (DELAGRAVE, 1881, p. 15).

<sup>160</sup> Tradução livre do original: “Elles offrent, par leur taille, l’élasticité et la souplesse de plumes d’oie. Elles permettent, sans mouvement de plume entre les doigts, d’obtenir les effets de plume les plus variés, quelles que soient même les mains qui les dirigent” (DELAGRAVE, 1881, p. 15).

impresso publicado por Delagrave (1881), ao observar os demais exemplares, foi possível identificar que havia distinções entre os instrumentos de escrita idealizados para uso escolar e àqueles cuja produção e comercialização tinham como objetivo o emprego em outros espaços. Importante lembrar que, conforme discorre Ana Maria de Oliveira Galvão (2010), o escrito é dinâmico e ocupa diferentes lugares (simbólicos e materiais). Assim, reconhece-se que existem relações de poder que envolvem as culturas do escrito e seus objetos e, por essa razão, apesar da escola ser uma instituição na qual o ensino da escrita historicamente é realizado, há outros espaços que contribuem para a difusão do escrito como a família, a Igreja, os espaços de trabalho, de comércio, entre outros.

No processo de pesquisa, também foram localizadas informações sobre a fábrica Blanzzy Poure, a qual é mencionada em diversos impressos devido a larga produção de instrumentos de escrita. Dessa forma, além da produção da indústria inglesa, que, segundo Eduardo Arriada e Elomar Tambara (2012), contribuiu para que as penas metálicas se difundissem pelo mundo, nota-se a presença de artefatos provenientes da França: “Ao final do século XIX, diversas empresas disputavam o mercado de penas de aço: Gillot, a mais antiga, Brandauer, Blanzzy-Poure, Mallat, entre outras” (ARRIADA; TAMBARA, 2012, p. 84).

Dados localizados no *Relatório do Comitê de Instalação da Seção Francesa na Exposição Universal de Paris de 1900* demonstram que a Fábrica de penas metálicas Blanzzy Poure foi instituída no ano de 1846 justamente para competir com os produtos ingleses, que até então dominavam o mercado. Ainda de acordo com esse documento, desde o ano de 1855, para além das penas metálicas, a Blanzzy Poure acrescentou em suas produções outros acessórios de escrita como os porta-pennas, os porta-grafites e os protetores de ponta.

Conforme observado no capítulo 1, inventos desenvolvidos pela Blanzzy Poure receberam premiações em Exposições Universais, por meio das quais foi legitimada a qualidade dos produtos fabricados. As condecorações e participações como membros do júri em diferentes edições deste evento, por sua vez, eram utilizados como recursos publicitários, o que se entende como uma estratégia para demonstrar ao consumidor sua tradição em produzir materiais de qualidade. O anúncio disponível no Anuário do Almanaque do Comércio, da Indústria, da Magistratura e da Administração, editado no ano de 1887, em Paris, permite observar essa estratégia da fábrica (Figura 15). Importante ressaltar que nesse documento, constam ainda anúncios de outras marcas, duas delas também condecoradas na Exposição de 1851, como William Mitchell's e J. B. Mallat. Como destaque, e ainda em vias de investigação, aparece *CH. Fortin & Cie.*, que indica que sua pena mais vendida é a chamada “L'ÉCOLIÈRE”.

Figura 15 – Anúncio da Fábrica Blanzzy Poure (1887)



Fonte: ANNUAIRE (1887, p. 1828).

Com o mesmo objetivo, escritos ou imagens alusivas a premiações recebidas pela fábrica também foram colocados em destaque em caixas nas quais as penas metálicas eram vendidas. Ao realizar uma investigação no Museu da Pena<sup>161</sup>, página organizada pela loja de caligrafia Matthias Gröschke, na Alemanha, foi possível encontrar alguns vestígios de embalagens e identificar que, além de escritos, também havia uma preocupação em demonstrar, por meio de ilustrações, a distinção do produto. Nas imagens das embalagens das penas metálicas (Figura 16), há referências às Exposições de Paris (1867) e de Lyon (1872), nas quais a fábrica Blanzzy Poure atuou como membro do Júri. Além destas, também há destaque para

<sup>161</sup> Página acessada a partir do endereço: <https://kallipos.de/schreibfedern-sammlung.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

condecorações recebidas em eventos realizados em Londres nos anos de 1851 e 1862; Paris, em 1849, 1855 e 1900; Amsterdam, em 1883, Milão, 1906 e Bruxelas, 1910.

Figura 16 – Caixa de penas metálicas Blanzly Poure com premiações anunciadas



Fonte: BLANZY POURE (19--).

Como abordado no Capítulo 1, Relatórios de edições de Exposições Universais permitem identificar o papel da referida fábrica na produção de penas metálicas e da força que a exportação desses produtos começou a assumir a partir da segunda metade do século XIX na França. Conforme o Relatório de membros da seção francesa do júri internacional sobre o conjunto da Exposição<sup>162</sup>, publicado sob a direção de Michel Chevalier (1862), a implementação da primeira fábrica de penas de metal Blanzly, no ano de 1847, resultou que, em anos posteriores, a França passasse a ser uma das concorrentes diretas da Inglaterra no que se refere à exportação de penas metálicas para países estrangeiros. O referido documento, por exemplo, traz indicativos de que a fábrica produziu uma variedade de modelos de penas metálicas, as quais tinham preços variados de acordo com a sua qualidade<sup>163</sup>:

<sup>162</sup> Rapports des membres de la section française du jury international sur l'ensemble del'exposition.

<sup>163</sup> Penas em aço “não adornadas” poderiam ser adquiridas com um custo mais baixo e eram compradas, principalmente, por mestres de escolas rurais.

Além das penas em aço simples, são feitas igualmente penas em aço estanhado, acobreado, prateado e dourado. São fabricadas também penas de luxo em alpaca, em ouro, em prata, em platina, e em uma liga branca que contém níquel e cobre, e possivelmente, zinco e estanho. Estas últimas são destinadas especialmente à tinta vermelha, cuja cor elas não alteram, como fazem as penas de aço (GOLDENBERG, 1862, p. 396, tradução livre)<sup>164</sup>.

Destaca-se aqui que, em documentos como Relatórios apresentados à Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina, são encontradas referências de organização e envio de comitivas catarinenses à diferentes edições de Exposições Universais. Para concorrer à Exposição Universal que ocorreria na Filadélfia – EUA, por exemplo, o Presidente da Província nomeou três produtores de cada uma das áreas que considerava importantes do comércio, das empresas e fábricas, lavoura, *sciencias*, artes e indústrias, máquinas e artes mecânicas, assim como prendas. Além disso, informou que foi concedido crédito para que a província adquirisse e enviasse produtos para a referida Exposição (SANTA CATARINA, FALLA, 1875).

Em 1886, para a Exposição de Berlim, foi organizada uma Exposição sul-americana com o intuito de “[...] apresentar à Alemanha e à Europa gêneros e objectos da indústria e artes dos países americanos de raça latina” (SANTA CATARINA, RELATÓRIO, 1886, p. 208). Para tanto, nomes conhecidos e de influência no estado como Carlos Hoepcke, José Ramos da Silva Junior, Fernando Hackradt Junior e outros foram nomeados para escolher produtores da província e comissões que auxiliariam a enviar os utensílios para o evento.

Também foram localizados indicativos de instrumentos de escrita em catálogos comerciais de livrarias espanholas, as quais comercializavam diversos materiais de ensino e obras escolares. No documento intitulado *Catálogo del material y efectos para las clases, libros de primera enseñanza y obras de consulta y de utilidade para los maestros*, produzido pela livraria espanhola de Hernando y Cia (1892)<sup>165</sup>, foi possível identificar um conjunto de artefatos que tinham como função atender demandas escolares. O catálogo permite observar a grande variedade de produtos comercializados pela livraria e está organizado em três partes: a primeira, diz respeito a materiais, decoração e enfeites para as salas de aula; a segunda, aos livros de texto

---

<sup>164</sup> Outre les plumes en acier simple on fait également des plumes en acier étamé, cuivré, argenté et doré. On fabrique encore des plumes de luxe en maillechort, en or, en argent, en platine, et en un alliage blanc renfermant du nickel et du cuivre, et, probablement, du zinc et de l'étain. Ces dernières sont destinées spécialement à l'encre rouge, dont elles n'altèrent pas la couleur, comme le font les plumes en acier (GOLDENBERG, 1862, p. 396).

<sup>165</sup> A partir do trabalho elaborado por Bernat Sureda García (1997), identifica-se que a empresa fundada por Victoriano Hernando y Palacios, se desenvolveu no decorrer do século XIX com a expansão da escolarização, devido ao papel que desempenhou na comercialização de livros escolares e foi ampliando sua rede de atuação com o passar dos anos até que, a partir do ano de 1883, sob a direção de Eugenio Páez, passa também a ofertar outros materiais de ensino como tinteiros, penas, carteiras, entre outros.



e de utilidade para as escolas e a terceira, identificada como “Seção profissional”, anuncia livros de Pedagogia e de utilidade geral.

Os instrumentos e acessórios de escrita podem ser localizados na primeira parte, a qual subdivide-se em dez tópicos: (i) Objetos variados, indispensáveis em toda escola – tintas, quadros, ponteiros, relógios, porta livros, etc.; (ii) Leitura; (iii) Religião, História Sagrada e Moral; (iv) Aritmética e Sistema métrico; (v) Geografia e História; (vi) Física, História Natural, Agricultura, Artes e Ofícios e Conhecimentos úteis; (vii) Geometria e Desenho; (viii) Escrita – tintas, quadros, papéis pautados, mostras e métodos de escrita, tinteiros, porta penas, penas, etc.; (ix) Registros e Documentação e (x) Prêmios.

Ao analisar de maneira mais atenta os instrumentos e acessórios de escrita anunciados, identifica-se a existência de um conjunto de artefatos referenciados como necessários para que a escrita e a leitura pudessem ser desenvolvidas de maneira adequada nas escolas. Os objetos construídos para atender essas demandas compreendiam penas, caixas para guardar os utensílios de escrita, porta-penas de diferentes materiais, tinteiros, entre outros. Com relação às penas, há destaque no catálogo para seis modelos<sup>166</sup>, os quais estão descritos no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7– Modelos de penas anunciados nos catálogos

Modelos de penas	Descrição
Sistema Hernando	A forma boa e natural dessas penas, fez que, uma vez conhecidas pelos senhores Professores, tenham se generalizado na maior parte das escolas de instrução primária para escrever a verdadeira letra espanhola. Consta este sistema de seis números.
Sistema Euguren	Estas penas são já muito conhecidas de todo o Professorado pelos bons resultados que dão para a escrita espanhola.
Penas de Letras	A B, C e D para a letra espanhola.
Escolares de J. Alexandre	Estas penas estão marcadas segundo o grau de finura de cada uma, com as letras E, F e M.
Inglesas de Humboldt	Estas plumas adquiriram justa fama pelos excelentes resultados que dão para a escrita corrente. Há várias espessuras, distinguindo-se com as letras B, E F e M.
Inglesas Vallicierge	Adaptadas a seu método, e das melhores conhecidas para a letra inglesa.

Fonte: Hernando y Cia (1892, p. 56).

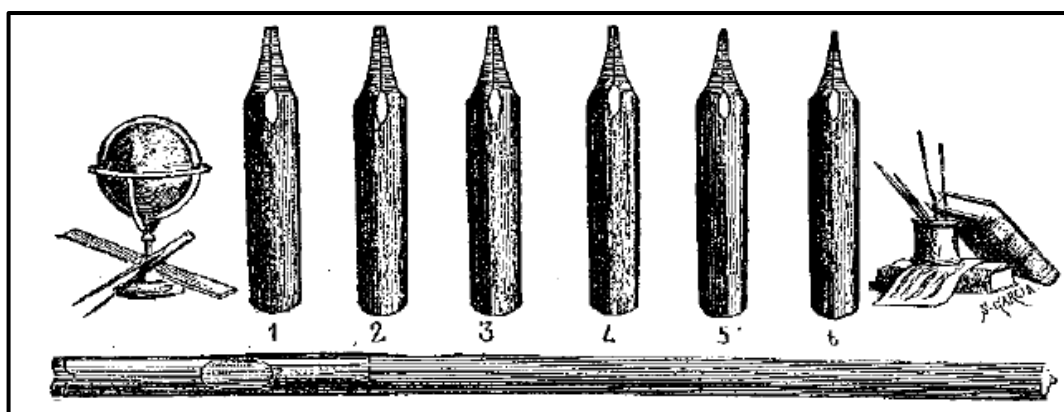
O trabalho de León Esteban (1997) auxilia a refletir sobre mecanismos implementados na Espanha para regulamentar o ensino da escrita a todos aqueles considerados cidadãos. Por

<sup>166</sup> Ainda, no mesmo catálogo, não com tanto destaque quanto os referidos sistemas, também constam em oferta as marcas Blanzzy, Saint Pierre, Corona Gambetta, Letailleur e Perry.

meio de seu texto, é possível observar diferentes prescrições legais que, ao longo do século XIX, incidem sobre o ensino primário e sobre as práticas de escrita: regimentos sobre o tipo de letra que deveria ser adotada, forma considerada correta para os estudantes sentarem-se, qual instrumento de escrita adequado e formas entendidas como ideais de utilização, por exemplo, são pontos de pauta de diferentes legislações espanholas. Esses modelos e instrumentos, contudo, diferenciavam-se dependendo de onde a escola estaria localizada (âmbito rural ou urbano).

Em suas pesquisas, León Esteban (1997) analisa catálogos que possibilitam refletir sobre os instrumentos de escrita e as práticas desenvolvidas em sala de aula. Os dados apresentados pelo autor demonstram que o formato das penas adotadas se relacionava diretamente aos seus usos. Em suas palavras “a diferenciação entre caligrafia e escrita contribuíram, sem dúvida, aos distintos tipos de pena fabricados *ad hoc*” (ESTEBAN, 1997, p. 321)<sup>167</sup>. Assim, coexistem anunciados em catálogos de livrarias, penas de diferentes sistemas, direcionadas para escritas variadas. No catálogo de Hernando y Cia (1892), por exemplo, nota-se, tanto pelas descrições apresentadas no Quadro 7, quanto pela Figura 17, a seguir, a preocupação do representante comercial em destacar as diferentes opções de penas ofertadas.

Figura 17 - Penas metálicas anunciadas no catálogo Hernando y Cia



Fonte: Hernando y Cia (1892, p. 56).

Durante o processo de pesquisa, também foi localizado um conjunto de catálogos de fábricas estadunidenses, os quais trazem informações sobre diversos objetos destinados para as escolas, dentre os quais as penas metálicas, que se fazem presentes em alguns exemplares. Nos catálogos em que há menção a esse instrumento de escrita, constam breves descrições sobre as marcas comercializadas, destaques para a fabricação de diferentes modelos, utilizados em

<sup>167</sup> “[...] a la diferenciación entre caligrafía y escritura contribuyeron, sin duda, los distintos tipos de plumas fabricados *ad hoc*.” (ESTEBAN, 1997, p. 321).



circunstâncias e âmbitos variados. Chama atenção, mais uma vez, a preocupação das fábricas em associar seus inventos à aprovação de professores e estudantes. Demonstrar que seu uso ocorria de forma disseminada era uma estratégia que, de certa forma, buscava atestar a qualidade das penas. O Quadro 8, abaixo, apresenta o nome da fábrica, o ano de publicação do catálogo e como as penas são descritas em cada um deles

Quadro 8– Penas anunciadas em catálogos estadunidenses

Catálogo	Descrição
John Atwater (1867)	Traz indicativos da comercialização de penas escolares “Potter & Hammond”, produzidas pela fábrica Gillot, assim como um informe que possui “todos os tipos” de penas e lápis.
J.A. Bancroft & Co (1870) e (1872)	Divulga a venda de penas de variados fabricantes, dentre eles Gillot, Potter & Hammond e Spencerian, mas não os classifica. Em 1872 a mesma fábrica opta por não destacar as marcas de penas em seu catálogo, mas deixa registrado que poderiam ser encontradas tanto penas escolares, quanto comerciais.
The National School Furniture Co. (1872)	Divulga três tipos de penas de aço de fabricação própria: escolar, acadêmica e “303”. Não há descrições sobre cada uma delas.
Baker, Pratt & Co (1879)	Aparece uma tecnologia diferenciada, a “Automatic Fountain Pen”, anunciada como a melhor “Fountain Pen” que poderia ser ofertada por um baixo preço. Esse instrumento combinaria três (a pena, o suporte da pena e o tinteiro) em um. Vendido em tamanho pequeno para mulheres e grande para os homens, possui as instruções para encher o reservatório de tinta.  Além desta, são anunciados diversos tipos penas de aço de fabricação própria (school; bank; reservoir; falcon; anti-corrosive; amalgam; keystone; colorado).  Também há menção às penas “Spencerian”, sobre as quais há a promessa de serem, dentre as penas já inventadas, as que chegam mais próximo ao real corte das penas de ganso. Segundo as informações disponíveis no catálogo, as penas mais utilizadas nos Commercial Colleges dos Estados Unidos, recomendadas por Contadores, Professores, Funcionários Públicos e Correspondentes.
Columbia School (1912)	Divulga penas escolares de diversas marcas, afirmando que podem oferecer os melhores preços: - Pena Escolar Harper: “uma boa pena escolar”; - Pena Escolar “Columbia School” – “provavelmente a mais utilizada dentre as marcas de penas. Feita pela “Esterbrook Pen Company” especialmente para uso escolar. - Uma esplêndida seleção de Penas “Esterbrook”; - Penas com pontas arredondadas, de Howard Hunt.

Fonte: ATWATER (1867); J.A. BANCROFT & CO (1870, 1872); THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE CO. (1872); BAKER PRATT & CO (1879); COLUMBIA SCHOOL (1912). Dados sistematizados pela autora (2022).

Ao pensar no quadro catarinense, é importante lembrar, como destaca Dilce Schüeroff (2021), que os discursos que o Estado disseminava sobre a instrução ressaltavam, normalmente, dois pontos: o atraso e o progresso. Suas pesquisas demonstram que ao combater o atraso, para

sustentar argumentos em defesa da obrigatoriedade, eram destacados problemas recorrentes como “[...] a alta taxa de analfabetos, a baixa frequência de alunos nas escolas, geralmente justificada pelo desleixo dos pais que não ofereciam instrução aos filhos e pela pobreza que impedia o acesso à instrução, **a falta e precariedade das escolas e de materiais para ensino da leitura e escrita**, a falta de cursos para formação de professores etc.” (SCHÜEROFF, 2021, p. 31, grifos nossos). Conforme mencionado, tendo por referência outros lugares, os discursos que se voltavam a destacar o progresso, por sua vez, demonstravam a necessidade de que a instrução se adequasse àquilo que havia de mais moderno, adquirindo utensílios materiais e pedagógicos, assim como prédios considerados modernos, pois isso contribuiria para o desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, da nação.

Como se pode perceber por meio das informações localizadas, tem sido possível identificar a presença de um conjunto significativo de penas com diferentes formatos e funções, assim como marcas variadas. Esses indícios, assim como o envio de comissões catarinenses para Exposições Universais, contribuem para o fortalecimento da compreensão de que ao passo que as fábricas procuravam atender as demandas escolares e, para tanto, idealizavam variados produtos com características que visavam resolver problemas apontados por docentes e atender exigências pedagógicas em circulação em torno do que se considerava uma boa prática do ensino da escrita, o Estado e os profissionais da educação estavam atentos a essas novidades, visualizadas em manuais, dicionários e catálogos comerciais, anunciadas como aquilo que existia de melhor no momento.

### 3.2 ACESSÓRIOS PARA ESCRITA

Um dos pormenores mais irritantes com que um conselho escolar tem de lidar (e não é algo trivial, afinal) é o dos tinteiros. Eles quase sempre estão danificados e precisando de conserto. As tampas estão quebradas ou não fecham; eles estão enferrujados e corroídos, ou os vidros foram perdidos; sem dúvida há algo de errado com a maioria deles. Com o passar do tempo, em muitas escolas, acumularam-se muitos tinteiros, em boas condições, más condições ou em condição intermediária, e é muito complicado mantê-los em boas condições de uso, combinar suas partes corretamente etc. (AMERICAN SEATING COMPANY, 1913, p. 91, tradução livre).

O relato do conselho escolar, disponível no catálogo da American Seating Company (1913), apesar do tom de reclamação, demonstra o quanto se avançou em termos de conforto e praticidade, assim como na variedade dos materiais adotados para a produção de artefatos escolares. Dentre os acessórios para escrita citados nos catálogos analisados, considerando o

período em estudo, os tinteiros são os encontrados com maior recorrência. De um total de vinte e sete impressos, vinte e três contam com anúncios de tinteiros. Somado à regularidade com a qual esse objeto aparece mencionado nos catálogos, o argumento apresentado na citação acima, utilizado pela empresa American Seating Company (1913), colabora com indicativos que dizem respeito muito mais do que sobre a presença desse item em projetos de escolarização, mas também sobre as alterações pelas quais passaram, sobre rotinas que se instauram ou tentam se instaurar, assim como sobre culturas escolares que vão se constituindo por meio da presença ou ausência desses objetos. Apesar de pequeno em seu tamanho, foi um acessório bastante requisitado nas escolas, apresentado nos catálogos como necessário para o ensino e para atividades que envolviam escrita com tinta, assim como indispensável para realizar práticas de registro e de escrituração escolar.

A partir dos indícios localizados, observa-se que os tinteiros demandavam atenção de docentes e da administração escolar devido à dificuldade de mantê-lo em boas condições. Por serem frequentemente manuseados, os problemas decorrentes dos materiais empregados em sua confecção ou outros defeitos devido ao uso resultavam, por vezes, em tentativas de improviso. Essas práticas, segundo alegado pela empresa, causavam complicações no cotidiano educativo.

Discursos como o que compõe o catálogo de American Seating Company (1913) podem ser localizados também em outras publicações e permitem inferir que relatos de professores e demais funcionários eram também foco de atenção das empresas, que observavam as rotinas dessas instituições. Por meio dos documentos tem sido possível perceber que recorrer às adversidades enfrentadas pelas escolas foi uma das estratégias usualmente adotadas por indústrias e fornecedores para garantir a comercialização de seus produtos e, conseqüentemente, auferir lucros. Assim, ocorrências do cotidiano escolar eram “extraídas” de discursos docentes presentes em diferentes suportes e transformadas em temas de peças publicitárias; nesse processo, observa-se por parte da indústria um cuidado com queixas realizadas por docentes, tendo em vista que por meio dessas poderiam encontrar possibilidades para oferecer materiais considerados mais eficientes, aumentando assim a demanda por seus produtos.

Nesse panorama, a ideia da “renovação material” pode ser entendida como uma bandeira das fábricas e um dos indicativos de distinção e qualidade dos produtos ofertados, mas também daqueles que os comercializavam e de quem os consumia. Nesse sentido, observa-se uma dinâmica de constante busca e afirmação da novidade. Declarações como “Nós fazemos adições a este departamento de nossos negócios continuamente, e tudo o que houver de novo que possa auxiliar na instrução educacional, que tenha mérito e uso, poderá ser encontrado em nosso

estabelecimento” (J.A. BANCROFT & Co., 1870, p. 32, tradução livre)<sup>168</sup>, extraída de catálogos de mercadorias destinadas à escola, são ilustrativas desse movimento. No que se refere aos tinteiros, notam-se tentativas de destacar a melhora de seus materiais e processos adotados para renovação das tecnologias utilizadas para sua produção. Textos presentes nos documentos analisados, por exemplo, reforçam o esforço em produzir acessórios cada vez mais resistentes e que possuíssem qualidade suficiente para evitar os inconvenientes vivenciados de forma recorrente no dia a dia escolar.

Compreende-se que os catálogos elaborados por produtores e fornecedores de objetos escolares foram um dos elementos que colaboraram para fazer ganhar força a ideia de que a presença ou a ausência de objetos considerados adequados afetaria diretamente as práticas desenvolvidas nas escolas, associando condições materiais à qualidade da educação. Como é possível visualizar em excertos extraídos desses documentos, os anúncios continuamente divulgavam modelos de tinteiros como “aperfeiçoamentos” de peças mais antigas, as quais também foram, em datas anteriores, anunciadas como novidades essenciais para modernizar as escolas, mas que não conseguiram cumprir suas promessas:

“[...] não só combina as **excelências** e corrige os **defeitos** daqueles que estão em uso no momento, como também adiciona muitos novos e importantes recursos inéditos” (J.A. BANCROFT & Co., 1870, p. 17, tradução livre, grifos do autor)<sup>169</sup>;

“O mais novo! O mais bonito! O melhor! E o único autêntico produzido pela Lock-Well” (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 38, tradução livre)<sup>170</sup>;

“A melhor performance! Superior à de qualquer de tinteiro usado até então, e possui todos os atributos que promete” (JOSEPH L. ROSS, 1872, p. 25, tradução livre)<sup>171</sup>;

““Os cortes acima [referindo-se às imagens disponíveis no catálogo] representam o novo e melhorado tinteiro escolar de W.G. Shattuck, que, após um teste, demonstrou ser o melhor para seu propósito dentre todos em

---

<sup>168</sup> No original: “We are continually adding to this department o four business, and everything new in the way of aids to educational instruction, of merit and use, will be found in our establishment” (J.A. BANCROFT & Co., 1870, p. 32).

<sup>169</sup> No original: “[...] not only combines the *excellencies* and remedies the *defects* of those now in use, but also adds several new and importante reatures, not before seen” (J.A. BANCROFT & Co., 1870, p. 17, grifos do autor)

<sup>170</sup> No original: The Newest! The Handsomest! The best! and the only real Lock-Well made (THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE, 1872, p. 38).

<sup>171</sup> No original: “The best in use” Superior to any Ink-Well heretofore used, and possesses all the merits claimed for it” (JOSEPH L. ROSS, 1872, p. 25).

circulação; e ele sente-se confiante em recomendá-lo” (A.G. WHITCOMB, 1875, p. 14, tradução livre)<sup>172</sup>;

“[...] são fornecidos com os tinteiros não corrosivos patenteados de Andrew - **os melhores já inventados**” (BAKER, PRATT & Co., 1879, p. 15, tradução livre, grifos do autor)<sup>173</sup>.

Em capítulo publicado no livro *A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede*<sup>174</sup>, realizo, em conjunto com Gustavo Rugoni de Sousa, uma discussão sobre o papel dos catálogos para o (re)conhecimento de objetos anunciados como “novos” e “modernos” e a sua incorporação nas práticas pedagógicas. Com imagens e textos que visam qualificar seus produtos, assim como com a apresentação de uma variedade de modelos e exemplares, com as mais variadas tecnologias empregadas, é possível perceber a tentativa de sedução dos potenciais consumidores por meio de aspectos pedagógicos e econômicos.

É importante ressaltar que nem todos os exemplares contêm imagens dos tinteiros; em alguns catálogos esse acessório de escrita figura em listas por escrito, junto de outros materiais. Porém, entende-se que um olhar atento às imagens, seus tamanhos e disposição nas páginas permite observar formas pelas quais os fornecedores captavam a atenção aos detalhes do material, facilidades relativas a seu modo de instalação e vantagens relacionadas a seu uso propriamente dito.

O catálogo da Geo. & C.W. Sherwood (1864) trata, de forma geral, de mobílias produzidas para serem adotadas em instituições educativas e não de utensílios escolares. “De acordo com os anúncios constantes no exemplar, a construção de seus móveis privilegiava aspectos como beleza, limpeza e qualidades relativas ao uso, questões que impactavam em desafios, tanto econômicos quanto tecnológicos” (RUGONI DE SOUSA; KINCHECKI, 2021, p. 107). Apesar do foco nas mobílias, os tinteiros já aparecem nas primeiras páginas, quando em um “aviso geral aos clientes” há um informe de que seus melhores tinteiros seriam incluídos no preço das carteiras escolares encomendadas<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> No original: “The above cuts represent W. G. Shattuck’s new Improved School Ink Well, which, after a trial, he has found to be the best for its purpose of any now in use; and he feels confident in recommending it”. (A.G. WHITCOMB, 1875, p. 14).

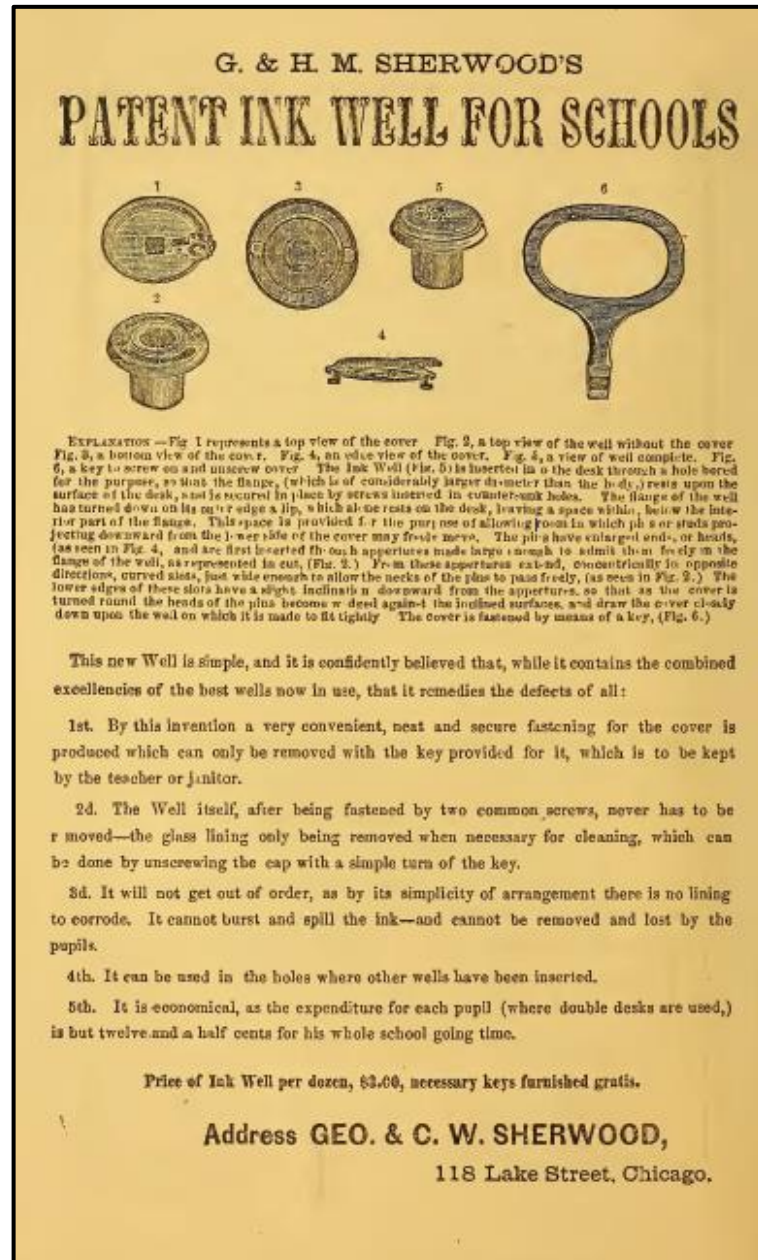
<sup>173</sup> No original: “[...] are supplied with Andrew's Patent Non-Corrosive Ink Wells - *the very best ever invented*” (BAKER, PRATT & Co., 1879, p. 15, grifos do autor).

<sup>174</sup> O Ebook, publicado no ano de 2021, é resultado do projeto “Grupos de Pesquisa e Experiências sobre Cultura Material Escolar”, coordenado pelos professores Gizele de Souza, Andréia Cordeiro e Marcus Levy Bencostta.

<sup>175</sup> Conforme León Esteban (1997, p. 343), “la aparición, a mediados del siglo XIX, de las mesas-pupitre supone la incorporación a las mismas del hueco correspondiente para el tinteiro de plomo, estaño, porcelana blanca o cristal”.

O referido impresso dedica uma página a apresentar um conjunto de informações sobre o tinteiro fabricado, como instruções de instalação e componentes (Figura 18). Sem tanto destaque e ocupando a mesma página que outros seis exemplares de tinteiros, esse mesmo modelo aparece disponível nos catálogos de *John Atwater (1867)*, também publicado em Chicago e *J. A. Bancroft & Co*, na Filadélfia (EUA), em 1870 e 1872.

Figura 18 - Tinteiro Sherwoods



Fonte: GEO & C. W. SHERWOOD (1864, p. 20).

A Figura 18 permite observar que as ilustrações do tinteiro ocupam um quarto de uma das páginas do catálogo de Geo & C.W Sherwood, e buscam representar o tinteiro patenteado

e seus demais componentes, como a tampa e a chave de segurança desenvolvida para possibilitar a abertura e o fechamento. Para tratar dessa invenção o catálogo traz legendas com o detalhamento de cada uma das peças e a explicação sobre como realizar sua instalação nas carteiras escolares. O recurso ao uso de legendas pode ser entendido como uma forma de facilitar a compreensão de quem pretendia adquirir os produtos e a necessidade de vincular seus inventos com os discursos que defendiam objetos escolares que estavam de acordo com exigências pedagógicas e higienistas do período.

Apresentado como uma “[...] combinação de excelências presentes em todos os melhores tinteiros em uso” (GEO & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 20, tradução livre), os argumentos relacionados à utilização desse modelo nas escolas, para além da segurança e qualidade, também se associam à economia, tendo em vista que sairiam por um baixo preço por estudante, principalmente no caso de estabelecimentos em que carteiras duplas fossem adotadas, pois um tinteiro poderia ser utilizado por dois estudantes. Além disso, havia grande destaque para a tecnologia desenvolvida para a fabricação da *tampa* utilizada no referido acessório.

1º. Por meio desta invenção, desenvolveu-se uma fixação muito conveniente, impecável e segura da tampa, que só pode ser removida com uma chave fornecida especificamente para esse fim, que deve ficar em posse do professor ou zelador.

2º. O tinteiro em si, depois de fixado com dois parafusos comuns, não precisa ser removido nunca - o revestimento de vidro pode ser removido para a limpeza apenas quando necessário, o que pode ser feito desparafusando a tampa com um simples giro da chave.

3º Não apresentará defeito, pois, dada a simplicidade de sua estrutura, não há revestimento para ser corroído. Não há como ele estourar e derramar a tinta - nem como ser removido e perdido pelos alunos.

4º. Ele pode ser usado nas aberturas em que outros reservatórios tenham sido inseridos.

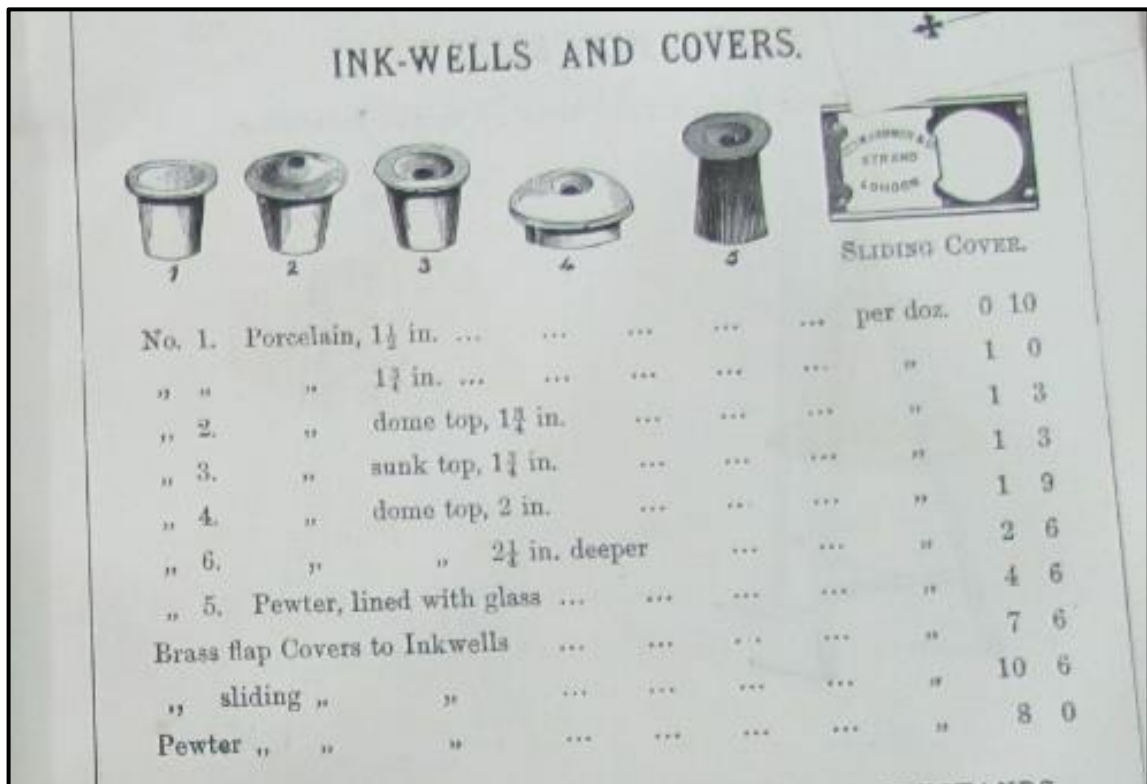
5º. É econômico, dado que o custo por cada aluno (nos locais em que sejam usadas mesas duplas) é de apenas doze e meio centavos de dólar para todo o período escolar (GEO & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 20, tradução livre).<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> No original: “1st. By this invention a very conveniente, neat and secure fastening for the cover is produced wich can only be removed with the key provided for it, which is to be kept by the teacher or janitor. 2d. The Well itself, after being fastenet by two common screws, never has to be removed – the glass lining only being removed when necessary for cleaning, wich can be done by unscrewing the cap with a simple turn of the key. 3d. It will not get out of order, as by its simplicity of arrangement there is no lining to corrode. It cannot burst and spill the ink – and cannot be removed and lost by the pupils. 4th. It can be used in the holes where other wells have been inserted. 5th. It is economical, as the expenditure for each pupil (where double desks are used,) is but twelve and half cents for his whole school going time.” (GEO & C. W. SHERWOOD, 1864, p. 20).

O uso de figuras e legendas nos catálogos escolares foi uma estratégia adotada de forma semelhante por diversas fábricas do período e colabora com a percepção de que seu uso era importante para contribuir com a comercialização dos artefatos, principalmente daqueles considerados “mais modernos” e que contavam com novas tecnologias e designs. Ressalta-se, ainda, que os catálogos eram instrumentos de comunicação entre fabricante e consumidor e, por essa razão, o recurso imagético também seria considerado tão necessário. A título de exemplo, a Figura 19 demonstra diferentes modelos e preços de tinteiros e tampas, anunciados por Geo M. Hammer & Co., no ano de 1893. De porcelana ou estanho, com profundidades distintas e formatos variados de topo – côncavos ou convexos – as ilustrações desses acessórios eram numeradas, visando facilitar o entendimento do comprador. No entanto, diferentemente do catálogo de Geo. & C.W. Sherwood (1864), as legendas não trazem explicações das funções de cada componente do tinteiro, mas relacionam o produto listado por escrito a sua ilustração, o que permitia que os clientes tivessem uma noção mais próxima do produto desejado<sup>177</sup>.

Figura 19 - Modelos de Tinteiros e tampas



INK-WELLS AND COVERS.						
1	2	3	4	5	SLIDING COVER.	
No. 1.	Porcelain, 1½ in.	...	...	...	per doz.	0 10
" "	" 1¾ in.	...	...	...	"	1 0
" 2.	" dome top, 1¾ in.	...	...	...	"	1 3
" 3.	" sunk top, 1¾ in.	...	...	...	"	1 3
" 4.	" dome top, 2 in.	...	...	...	"	1 9
" 6.	" " 2½ in. deeper	...	...	...	"	2 6
" 5.	Pewter, lined with glass	...	...	...	"	4 6
Brass flap Covers to Inkwells						7 6
" sliding "	" "	...	...	...	"	10 6
Pewter "	" "	...	...	...	"	8 0

Fonte: Geo M. Hammer & Co (1893, p. 71).

<sup>177</sup> Nessa mesma direção, o catálogo publicado em 1875, no qual contém anúncio de tinteiro para carteiras escolares, patenteado por W. G. Shattuck, traz como estratégia o uso de imagens em “tamanho real”, permitindo que os consumidores tenham noção da dimensão dos artefatos.



Para além das imagens e da projeção dos produtos como novidades, por meio da análise dos catálogos, foi possível identificar outras estratégias que não são encontradas exclusivamente em anúncios de tinteiros, mas também aparecem associadas a outros artefatos como a validação de sua necessidade nas escolas ao fazer referência a normativas e legislações; tomar como base depoimentos de sujeitos com posições de prestígio no campo da educação para legitimar a qualidade dos exemplares oferecidos; assim como enviar amostras para que os interessados pudessem fazer um teste e comprovar a qualidade dos produtos, mediante o pagamento de uma taxa simbólica.

Os vestígios localizados têm permitido perceber que as tentativas de aperfeiçoamento dos tinteiros com vistas a sanar as dificuldades enfrentadas nas escolas foram responsáveis pela oferta de uma variedade de modelos e pela idealização de novas tecnologias. Observar que dentre essa multiplicidade, há indicações de modelos patenteados auxiliou a pensar sobre processos de renovação tecnológica aos quais os tinteiros foram submetidos e soluções que foram pensadas para evitar inconvenientes como vazamento de tintas que manchavam as carteiras e os materiais dos estudantes, além do desperdício de um líquido tão valioso.

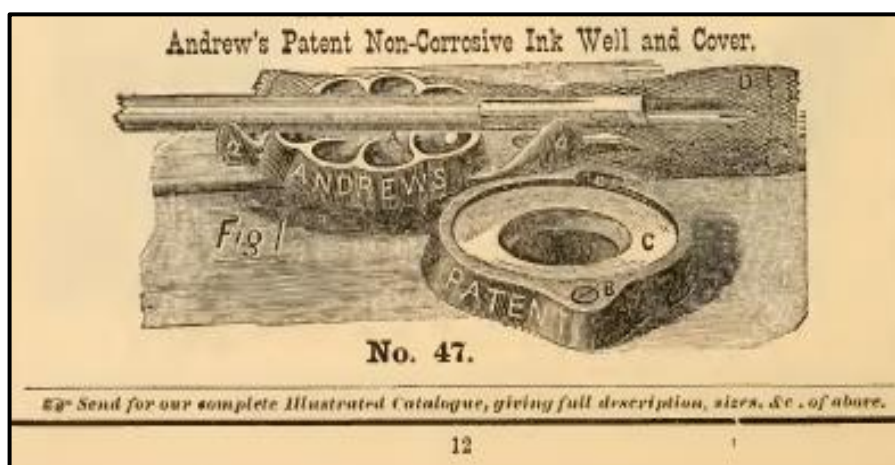
Por compreender que o tinteiro é um objeto associado também às carteiras escolares, optou-se por buscar informações sobre esse artefato em seus anúncios. Ao observar as ilustrações dos catálogos, chama atenção que, em algumas representações, é possível identificar os orifícios das carteiras nos quais os tinteiros deveriam ser encaixados, em outras, não. O catálogo de *Boston School Furniture*, publicado no ano de 1870, permitiu acesso a algumas pistas: os modelos elaborados para serem utilizados por crianças que ainda não estavam aprendendo a escrever não precisariam ter o espaço previsto para tal acessório, nem as carteiras construídas para serem usadas por estudantes de Escolas Normais. A justificativa fornecida para o segundo caso, presente no referido catálogo, foi a de que esses móveis

[...] geralmente não são fornecidos com os tinteiros, visto que os acadêmicos de graus superiores geralmente usam um suporte de tinta, mais ou menos ornamental; e, nesses casos, haver abertura perfurada para o tinteiro torna-se uma inconveniência. Os tinteiros serão incluídos, no entanto, se desejar, sem custos adicionais (BOSTON SCHOOL FURNITURE, 1870, p. 33, tradução livre).

Outra pista encontrada foi a de que alguns tinteiros se destinavam a públicos diferenciados, sendo, de certa forma, símbolos de distinção. O modelo patentado por Andrews, por exemplo, aparece em mais de um catálogo, sempre com a mesma ilustração, que permite observar os diferenciais e o cuidado com a estética do material. No catálogo de J. A. Bancroft

& Co. (1870, p. 17)<sup>178</sup>, a imagem segue acompanhada de uma pequena explicação que não permite identificar o público a quem é destinado, “O corte acima representa um poço de tinta novo e bastante aprimorado, que não apenas combina as excelências e corrige os defeitos dos que estão em uso, mas também adiciona vários recursos novos e importantes, nunca vistos”. Após dois anos, em 1872, aparece novamente em outro catálogo da mesma empresa, mas sem nenhuma explicação associada (Figura 20). Porém, apenas no catálogo comercial de Baker, Pratt & Co. (1879), foi possível encontrar mais detalhes sobre esse modelo de tinteiro patenteado por Andrews.

Figura 20 - Modelo de tinteiro patenteado por Andrew



Fonte: J. A. Bancroft & Co. (1872, p. 12).

Os dados localizados no catálogo de 1879 trouxeram indicativos de que esse artefato de características diferenciadas vinha sendo utilizado de forma exclusiva em Departamentos de Educação de variadas cidades dos Estados Unidos da América. Suas especificidades podem ser observadas em detalhes como a *tampa*, que possuía dupla função (de proteger a tinta, quando fechada, e de apoio para o instrumento de escrita, quando aberta) e a presença de uma *pele de camurça*, enrolada em capa de lã para manter limpo o aparo da caneta. Se adquirido no tamanho grande, o vidro para depositar a tinta poderia ser removido, no caso da opção pelo exemplar pequeno, isso não poderia ser realizado. O catálogo de 1879 traz ainda dez características que apontam a sua suposta superioridade com relação aos demais tinteiros, conforme transcrito abaixo:

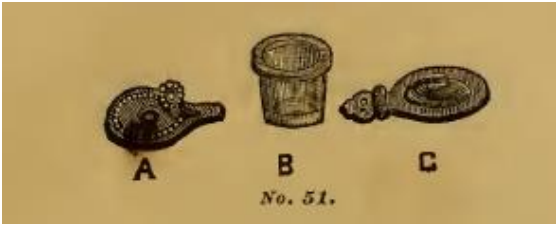
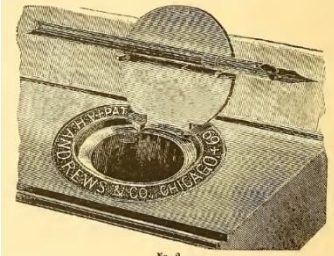
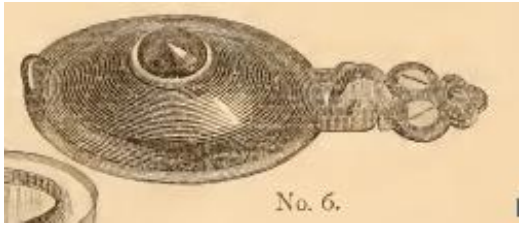

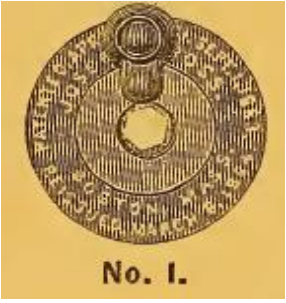

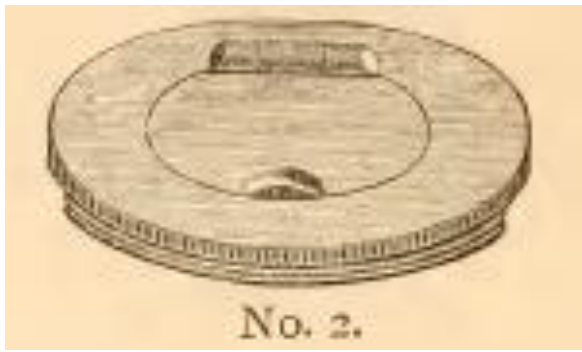
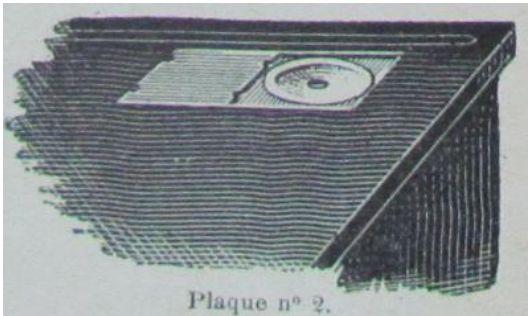
<sup>178</sup> O catálogo de 1870 foi mais antigo, dentre os localizados, no qual constam menções ao tinteiro patenteado por Andrew. Interessante observar que, diferentemente dos catálogos publicados em 1872 e 1879, em 1870 está identificado como “Andrew’s **NEW** Patent Ink Well”, sinalizando que possivelmente foi um dos primeiros anos em comercialização.

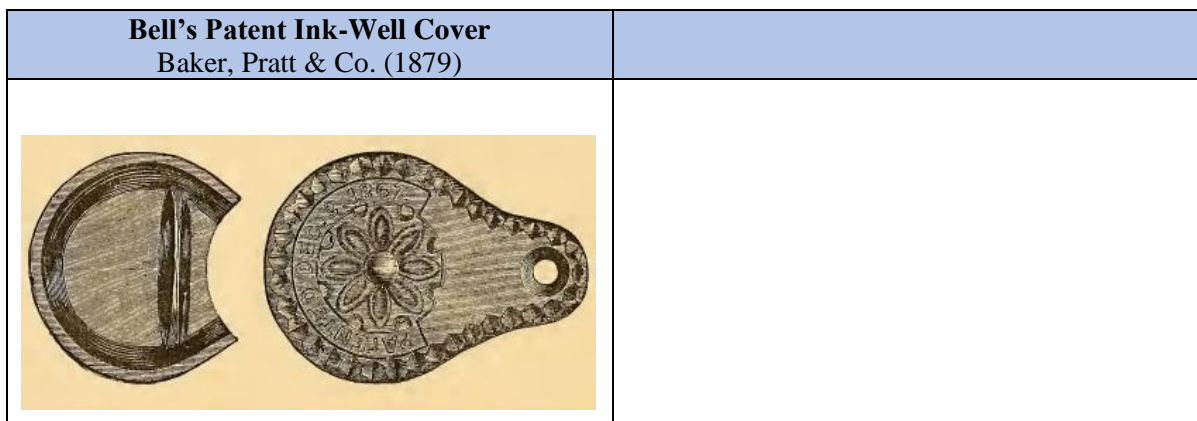
**Os pontos de superioridade são:**

1. Extrema simplicidade e durabilidade. Não há trava para danificar. Não é necessário usar chave.
2. O suporte na parte traseira do eixo garante um encaixe perfeito da tampa e anel. Isso evita a evaporação da tinta e impede a entrada de poeira.
3. Os reservatórios são grandes e só precisam ser preenchidos duas ou três vezes durante o período letivo.
4. Devido ao formato e espessura dos vidros, eles não quebrarão com o congelamento.
5. As tampas giram apenas em um sentido e apenas até um quarto de círculo; elas não podem ser giradas ou batidas, e não fazem qualquer barulho.
6. Não estão sujeitos a serem esquecidos abertos.
7. O desenho como um todo é de bom gosto, a tampa tem formato de concha invertida que serve como suporte para a caneta.
8. Os reservatórios ficam rentes à mesa, fora do caminho de livros ou lousas.
9. Eles podem ser usados nas aberturas em que outros reservatórios tenham sido inseridos.
10. Eles são os primeiros reservatórios inventados com um porta-canetas acoplado à tampa. (BAKER, PRATT & Co., 1879, p. 105, tradução livre).

As ilustrações nos catálogos, assim como suas descrições, permitem perceber uma preocupação constante por parte das fábricas em desenvolver tecnologias que possibilitassem fechar os tinteiros. A atenção dada a esses elementos pode ser explicada pela necessidade de um melhor armazenamento das substâncias químicas da tinta, que sem um fechamento adequado, poderiam evaporar, secar ou entrar areia, como já identificado. Sem essa precaução, o número de atividades possíveis com uma tinta que produzisse bons efeitos seria reduzido, ao passo que aumentaria o gasto com a compra de novos refis de tinta para reposição. Dessa forma, nota-se que possuir uma tampa considerada eficiente era uma característica que, quando anunciada, tinha como intenção reforçar o entendimento que os tinteiros oferecidos eram de qualidade. O Quadro 9, a seguir, apresenta algumas tampas idealizadas para esses artefatos:

Quadro 9 – Imagens de tampas para tinteiros

<p><b>Tinteiro “Comum”</b> Boston School Furniture (1870)</p>	<p><b>Andrew’s New Patent Flush Ink-Well</b> A.H. Andrews &amp; Co. 1881</p>
	
<p><b>Tinteiro “Comum”</b> A.G. Whitcomb (1875)</p>	<p><b>Tinteiro “Gifford’s”</b> W. A. Choate &amp; Co. (1890)</p>
	
<p><b>Tinteiro “Patent Locking”</b> Joseph L. Ross (1872)</p>	<p><b>Tinteiro giratório</b> Delagrave (1900)</p>
	
<p><b>Tinteiro “New Patent Improved School”</b> A.G. Whitcomb (1875)</p>	<p><b>Tinteiro com tampa deslizante em cobre</b> Delagrave (1900)</p>
	



Fonte: Delagrave (1900); Joseph L. Ross (1872); A.G. Whitcomb (1875); Boston School Furniture (1870); W. A. Choate & Co. (1890).

As imagens, agrupadas no Quadro 9, permitem constatar que há diferentes saberes envolvidos na composição das tampas dos tinteiros. Com o desenvolvimento de novas técnicas de produção, variados materiais e tecnologias foram utilizados nesses artefatos para que tampas com diferentes modos de aberturas pudessem ser construídas e comercializadas. Nota-se que tampas aparentemente simples possuem parafusos, molas, engrenagens e dobradiças que possibilitam diferentes usos e cuidados, os quais poderiam atender recomendações de educadores e higienistas que circulavam no período.

A primeira imagem presente no quadro destaca dois estilos de tampas para tinteiro de vidro comum<sup>179</sup>, ambos comercializados pela Boston School Furniture (1870, p. 41, tradução livre). A tampa referenciada pela letra A foi desenvolvida com o intuito de proteger a tinta do ressecamento e evaporação, com “[...] uma pequena abertura no centro para o uso da tinta e uma pequena tampa para fechá-la bem quando não estiver em uso”. Diferentemente, o modelo designado com a letra C “[...] representa uma tampa de ferro envernizado, que é aparafusada ao topo da carteira, cobrindo o poço e levantando-se com uma dobradiça”.

Informações localizadas no referido catálogo indicam que enquanto alguns consumidores privilegiavam o uso de tampas com pequenas aberturas para menor evaporação, outros afirmavam que esse modelo seria anti-higiênico e poderia causar danos aos trabalhos, uma vez que a tinta passaria do aparo para as extremidades da abertura e, conseqüentemente, para as mãos do escritor. A oferta de diferentes padrões de tampas para combinar com os tinteiros, seria na perspectiva dessa fábrica, uma saída para resolver a questão.

Abaixo da primeira imagem, na segunda linha do quadro, primeira coluna, pode-se observar a tampa para o “tinteiro comum”, anunciada por A.G. Whitcomb (1875). Percebe-se

<sup>179</sup> O anúncio previa que a única desvantagem destes tinteiros ao serem comparados a peças mais caras seria a que com um canivete ou um pedaço de pau qualquer estudante poderia abrir os tinteiros comuns.

que se assemelha ao modelo C da Boston School Furniture (1870), presa por parafusos no topo da escrivaninha e aberta com o movimento de uma dobradiça. Contudo, pelas informações disponíveis, não foi possível identificar se o material também seria ferro envernizado. Já a tampa desenvolvida para o tinteiro patenteado por Joseph W. Ross (1872) – localizada na terceira linha, primeira coluna do quadro – defendido como o “melhor em uso”, tem os mesmos princípios do modelo A, com um pequeno buraco no centro para o aparo da pena ser inserido.

Ainda na primeira coluna, a figura representada na quarta linha demonstra a tampa do “New Patent Improved School Ink Well”, anunciado no catálogo de A. G Whitcomb (1875). Segundo as especificações da fábrica, essa tampa permitiria o fechamento hermético da tinta, auxiliando a conservá-la de quatro a seis meses sem que evaporasse ou modificasse sua consistência. O único trabalho, se cuidado adequadamente, seria o de repor a tinta e higienizar o frasco a cada seis meses. Ao observar a imagem, nota-se que seu design se torna mais prático para a higienização, pois é mais “clean”, não possui muitos detalhes que dificultam a limpeza e acumulam poeira.

A tampa de ferro fundido, patenteada por Bell e presente no catálogo de Baker, Pratt & Co. (1879) – quinta linha, primeira coluna – tem alguns detalhes que a diferencia das demais como, por exemplo, o fato de não possuir dobradiças, pois é aberta em um sistema giratório. Essa característica, segundo a descrição presente no catálogo, evitaria quebrar a tampa e “o ruído desagradável com o qual muitos professores sofrem quando os alunos abrem e fecham os tinteiros [...]” (BAKER, PRATT & Co., 1879, p. 107, tradução livre)<sup>180</sup>. Outra vantagem anunciada também está ligada aos cuidados com a limpeza: por possuir uma “crista” na parte inferior, ao girar a tampa, o excesso de tinta que poderia sobrar seria novamente empurrado ao vidro de tinta.

A primeira imagem da segunda coluna, por sua vez, apresenta a tampa do tinteiro patenteado pela fábrica Andrew, o qual está disponível no catálogo A.H. Andrews & Co. (1881). Diferente das demais tampas até então apontadas, esta poderia ser aberta pressionado para baixo a parte traseira. A descrição do catálogo traz indicativos de que esta tecnologia não era utilizada por todas as faixas etárias, uma vez que somente poderia ser instalada em dois tipos específicos de carteira escolar. A imagem disponível permite perceber que a tampa, quando aberta, poderia servir de apoio para o instrumento de escrita, enquanto molhado de tinta. Quando fechada, por ficar no nível da mesa, permitiria que livros e lousas fossem alterados de lugar, sem nenhum tipo de interrupção.

---

<sup>180</sup> No original: “The disagreeable clatter, wich most techers have suffered from when the pupils open and shut the wells [...]” (BAKER, PRATT & Co., 1879, p. 107).

O catálogo W.A. Choate & Co. (1890) apresenta o tinteiro Gifford's<sup>181</sup> – cuja tampa está demonstrada na segunda linha da segunda coluna do Quadro 9 – sua vantagem, assim como outros, também está associada ao impedimento da evaporação da tinta, um empecilho encontrado de forma comum no cotidiano das escolas. A tampa mencionada, além de cumprir esse objetivo, também impediria que poeiras e sujeiras acumulassem na tinta, garantindo, de acordo com as promessas da fábrica, que a substância estivesse em suas melhores condições ao ser utilizada. O cuidado com a limpeza aparece também direcionado a outros artefatos utilizados pelos estudantes: para não correr o risco de quebrar o vidro de tinta e nem de estragar os livros e ardósias guardados abaixo da carteira, o tinteiro foi idealizado com uma caixa de ferro colocada como proteção ao seu redor. Além disso, para permitir a fácil remoção do vidro, essa caixa seria colocada pela parte inferior da mesa e possuiria um mecanismo de abertura.

Logo abaixo – terceira linha, segunda coluna – observa-se o tinteiro giratório comercializado por meio do catálogo de Delagrave (1900). Este tinteiro, de metal antioxidante, é constituído de uma só peça e sua tampa está acoplada. O desenho da tampa consiste no formato de um semicírculo, o qual é girado para abrir e fechar. Ainda no mesmo catálogo, localiza-se o tinteiro apresentado na quarta linha, segunda coluna. Diferente de todos os demais, sua tampa é produzida em cobre e desliza horizontalmente para abrir e fechar. Segundo informações presentes no catálogo, possuía um design elegante e poderia ser instalada em todos os tipos de carteira escolar

Ao observar todos esses modelos, percebe-se que os tinteiros, por meio de seus componentes, deveriam atender três importantes requisitos: *economia, higiene e praticidade*. Evitar o desperdício de tinta por meio de um armazenamento adequado é uma preocupação que permanece durante todos os anos analisados e se faz constante em todos os catálogos. Impedir que a tinta se espalhasse pela carteira, nos materiais e nas mãos dos estudantes, não estava relacionado apenas a questões financeiras, mas também higiênicas.

Nesse sentido, tecnologias aplicadas nas tampas e nos tinteiros de forma geral poderiam contribuir para que as salas de aula permanecessem sempre higienizadas. Além disso, seriam recursos entendidos como importantes para prevenir atitudes indisciplinadas por parte dos

---

<sup>181</sup> Ocupando um terço da página, a imagem do Gifford's air-tight ink-well aparece no catálogo de W.A. Choate & Co. anunciando uma modernidade que, no discurso da fábrica, já estava presente no dia a dia de escolas públicas de cidades e vilarejos nos Estados Unidos da América. A partir dos dados presentes no catálogo, a aceitação deste tinteiro por educadores estava relacionada a sua tecnologia, que permitia fácil instalação em qualquer modelo de carteira escolar, tendo em vista que “[...] ele pode ser fixado muito facilmente, uma vez que utiliza-se apenas um pequeno parafuso para prendê-lo à mesa, e em função de sua simplicidade e adequação ao objetivo para o qual foi projetado, ele está sendo adotado de maneira geral onde quer que seja mostrado” (W.A. CHOATE & CO., 1890, p. 26).

alunos. Para que isso pudesse ocorrer, deveriam ser materiais práticos, simples e que ajudariam a evitar o desperdício.

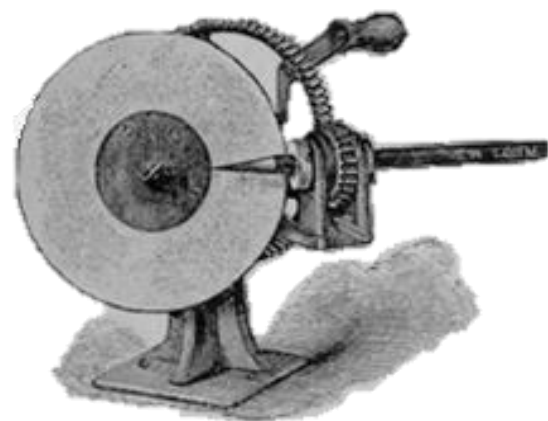
Os indícios aqui apresentados vêm demonstrando a percepção de que as fábricas vinham desenvolvendo um conjunto de tecnologias que pudessem fazer com que seus inventos apresentassem soluções para diferentes usos nas salas de aula. A tampa, conforme vem sendo abordado, é um componente fundamental em um tinteiro considerado bem-sucedido e demonstra a importância que esses objetos passaram a ter nas práticas desenvolvidas na sala de aula, uma vez que, para além das imagens, os catálogos também apresentam indicações de usos e performances que seriam alcançadas a partir desses utensílios.

Nesse sentido, constata-se que a tampa tem sido um exemplo de novas tecnologias que são idealizadas para compor o tinteiro, objeto que já estava presente nas escolas, mas que, diante de necessidades pedagógicas, foi exigida a elaboração de uma “cadeia de objetos”, que passam a ser considerados essenciais.

Desse modo, retoma-se aqui o entendimento de que os almanaques e catálogos comerciais vêm ajudando a localizar informações valiosas no que diz respeito aos instrumentos e acessórios para escrita, idealizados, construídos e anunciados para as escolas. Apesar de, por seu caráter, essas fontes não permitirem afirmar que esses objetos tenham chegado, de fato, ao interior das escolas primárias, elas trazem subsídios para se pensar em um importante movimento de incorporação de novos objetos nas instituições educativas. Em sintonia com princípios pedagógicos que circulavam em Exposições Universais, manuais e dicionários pedagógicos, esse movimento ganha força na segunda metade do século XIX e começo do século XX e auxilia na construção um modelo imaginado de como as escolas deveriam ser constituídas materialmente e funcionar cientificamente.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processo complexo, que envolve ideias, pessoas, instituições e objetos, pesquisar sobre um tema e, posteriormente, materializar os conhecimentos construídos em uma tese de doutorado, pressupõe envolvimento, muito estudo e a desestabilização de certezas enraizadas. Desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação, a oportunidade de viver a Universidade e de realizar trocas e diálogos com colegas e professores foi essencial para pensar refinamentos e percursos possíveis para o projeto de pesquisa. Finalizar esta etapa da formação e o texto aqui apresentado é necessário. Contudo, não entendo este como um momento de *fechamento*, mas sim de *abertura* para debates e reflexões a partir de inquietações, dados localizados e narrativas desenvolvidas no decorrer deste trabalho.

Os fluxos dos objetos em nossas vidas despertam sentimentos, memórias e envolvem-se também com as formas com que nos relacionamos com as pessoas e instituições, participando na definição de nossos papéis em diferentes instâncias sociais. Convidada a olhar para a História da Educação, desde o começo da graduação em Pedagogia, os objetos da escola seduziram-me por possibilitarem o contato com questões aparentemente simples, mas centrais nos processos de institucionalização da educação, assim como na construção de sentidos sobre a escola e os processos educacionais.

Esses encontros ocorreram de diferentes formas, em distintos tempos. Nesse momento de finalização, muitas lembranças se fazem presentes e, por meio delas, procuro também refletir sobre lugares ocupados por instrumentos e acessórios de escrita diante de imaginários e sentidos construídos sobre a escola. Inicialmente, recordo de um relato feito por meu pai quando conversávamos sobre minha pesquisa de iniciação científica e minha busca em compreender aspectos da composição material do Grupo Escolar Lauro Müller<sup>182</sup>, inaugurado em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 1912. Sua lembrança mais marcante como estudante do referido grupo, foi a de uma premiação recebida na década de 1960, por ser considerado um bom aluno no ensino primário. Como condecoração, recebeu da escola uma *caneta tinteiro*.

Outra passagem marcante, também relacionada a um objeto de distinção no qual consta referência a artefatos de escrita, foi o presente que ganhei de minha avó Zurita<sup>183</sup>, no final de

---

<sup>182</sup> Relato sobre a pesquisa desenvolvida pode ser localizado no capítulo intitulado *Entre luvas, máscaras e trinchas: organização do acervo documental da Escola de Educação Básica Lauro Müller* (KINCHESCKI; FERBER; GASPARD DA SILVA, 2017), disponível no livro *Educar em tempos e espaços que se cruzam: ruas, escolas, museus e arquivos*, organizado por Elison Antonio Paim e Maria de Fátima Guimarães.

<sup>183</sup> Zurita Kretzer de Souza (1933-2020) foi Professora no estado de Santa Catarina. Formou-se normalista e, posteriormente, pedagoga pela UDESC, com habilitações em administração e supervisão escolar. Foi professora primária e, posteriormente, supervisora escolar na antiga Unidade de Coordenadoria Regional de Educação

2019: seu anel de formatura<sup>184</sup> do Curso Normal. Um anel de ouro, com uma pedra de turmalina preta, sobre a qual encontra-se uma estrela dourada. De um dos lados do anel, um Brasão que representa a República e, do outro, *uma pena, um tinteiro e um livro* (Figura 21). Interessante observar que as características do anel estão adequadas à Lei n. 836, de 1º de outubro de 1909, “Decretada pelo Congresso Representativo do Estado e sancionada pelo Coronel Gustavo Richard [...]” (GASPAR DA SILVA, 2004, p. 249), na qual consta que “Os professores diplomados pela Escola Normal do Estado poderão usar como distintivo um anel de onyx azulado cravado em ouro tendo burilado sobre a pedra, bem como aos lados da cravação, um livro e uma penna”.

Figura 21 – Anel de formatura de Zurita Kretzer de Souza



Fonte: Imagem do Anel de Formatura de Zurita Kretzer. Acervo pessoal.

Que razões levaram o Grupo Escolar a escolher uma caneta tinteiro como símbolo de distinção diante de outros estudantes? E a presença da pena e do tinteiro, cravados no anel de formatura? A força simbólica dos instrumentos de escrita é evidente em ambas as memórias. Conforme se discute neste trabalho, as materialidades participam da construção de interpretações sobre o mundo e, particularmente, sobre a escola. Compreende-se que a posição

---

(UCRE). Por muitos anos, dedicou-se ao trabalho voluntário na Associação Catarinense dos Professores (ACP), instituição na qual foi homenageada com um Centro de Memórias em seu nome, no ano de 2010.

<sup>184</sup> Vera Lucia Gaspar da Silva (2004), chama atenção para esses anéis como “Armadilhas de Sedução”, autorizadas pela Legislação do ensino normal e primário de São Paulo desde o ano de 1895 e 1912, assim como na Legislação catarinense do ano de 1909. Sua pesquisa demonstra que o anel distintivo era reivindicado por professoras normalistas e apresentado por elas com orgulho.

de distinção dos artefatos de escrita é conquistada a partir de elaborações discursivas que não estão restritas à escola, mas que perpassam outros espaços, como, por exemplo, eventos, impressos e obras de arte que os retratam como símbolos que representam cultura e sabedoria. Porém, não são todos os artefatos de escrita que carregam sentidos de prestígio. Por serem, atualmente, produtos relativamente baratos, muitos fazem parte das “banalidades” de nosso cotidiano.

Por meio da narrativa aqui construída, chamo atenção para o propósito da pesquisa realizada para a elaboração da presente tese. Defendeu-se aqui que os instrumentos e acessórios de escrita são atravessados por dimensões simbólicas, pedagógicas e materiais e que sua presença ou ausência nas instituições escolares vincula-se ao fortalecimento de discursos sobre sua necessidade “universal” para a escolarização da infância na segunda metade do século XIX. Meu principal interesse esteve voltado para esses objetos, tão presentes em nosso cotidiano, os instrumentos e acessórios de escrita. Queria compreender razões que justificassem sua inserção nas escolas, sua presença ou ausência. Por esse motivo, dentre meus objetivos estavam o de identificar e analisar discursos e argumentos que circularam em países do ocidente, entre as décadas de 1860 e 1890, e que dizem respeito à incorporação de instrumentos e acessórios de escrita nas escolas, assim como perceber o lugar ocupado por esses artefatos em projetos de escolarização. Nessa direção, ao longo do Doutorado, foram elaborados alguns textos e ensaios, como forma de aprofundamento da compressão sobre a temática e de amadurecimento teórico sobre o tema.

Iniciei as pesquisas com o entendimento que eventos como as Exposições Universais bem como suportes tais quais dicionários, manuais pedagógicos e catálogos seriam espaços de difusão de compreensões e de idealizações sobre a escola e sua composição material e que, portanto, investigá-los seria um dos caminhos para perceber discursos sobre os objetos pesquisados, o que foi confirmado. As ações de pesquisas e seleção das fontes utilizadas exigiram tomadas de decisões, nem sempre tranquilas, mas envoltas em muitas dúvidas e possibilidades. A opção por analisar uma quantidade expressiva de documentos, provenientes de diferentes localidades, não foi realizada ingenuamente. Ciente dos desafios, entendeu-se essa escolha como necessária por permitir o encontro com dados e vestígios variados sobre o tema de pesquisa, possibilitando, assim, identificar discursos comuns, apropriações de ideias, materiais e modelos em circulação e sustentar a narrativa histórica construída no decorrer deste trabalho.

Os estudos desenvolvidos reforçaram o entendimento, já anunciado por José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), assim como por outros historiadores da educação, de que

ao período oitocentista não podemos mais atribuir memórias que o significam como um momento de atraso e de ausências no que se refere a iniciativas voltadas à escolarização, tal qual parte da historiografia clássica brasileira fez e continua a se propagar, pois mobilizou muitos sujeitos e estratégias. As informações presentes em documentos prescritivos, de publicidade, assim como naqueles elaborados por autoridades públicas e do ensino, contribuem para refletir que entre as décadas de 1860 e 1890, no Brasil e em âmbito internacional, havia uma circulação significativa de discursos relativos à necessidade de organização e institucionalização da escola por parte do Estado. Estratégias como a obrigatoriedade do ensino, que pressupôs a elaboração de aparatos burocráticos e a necessidade de provimento material considerado adequado, são alguns dos exemplos que podem ser citados.

Dessa forma, ao concentrar as buscas ao tema dos instrumentos de escrita projetados para uso de professores e estudantes e aos acessórios desenvolvidos para possibilitar/aprimorar seus usos, percebeu-se que em edições de Exposições Universais propagaram-se ideias pedagógicas que dialogam com iniciativas resultantes do interesse industrial em “equipar” a escola com os “mais modernos” aparatos. Os objetos da escola foram paulatinamente ganhando espaço nesses eventos, tendo em vista que passam a fazer parte de sua agenda exposições específicas sobre o tema, com investimentos para que a educação fosse destaque, o que ficou visível nos registros que demonstram a pompa com que os salões eram organizados e em discursos que apresentam o cuidado com a seleção dos artefatos apresentados.

Ressalta-se, ainda, a posição ocupada pelos responsáveis em escrever os relatórios desses Eventos, em proferir Conferências e/ou ser júri dos objetos lá expostos. Nenhuma dessas funções era ocupada de forma desavisada. Por essa razão, foi necessário estar alerta para o fato de que os elementos que compunham os relatórios analisados não necessariamente eram mais ou menos importantes que outros, também presentes naqueles eventos, mas trazem indicativos sobre o que circulava e se era ou não aprovado por essas autoridades. Isso permitiu perceber a existência de movimentos que visavam construir necessidades materiais para a escolarização da infância, com discursos e argumentos que vinculavam a qualidade e o cuidado com os objetos ao sucesso do trabalho pedagógico.

Dentre as escolhas realizadas para a sistematização e análise dos dados presentes nas fontes, apesar de se destacar e refletir sobre alterações nos artefatos e suas tecnologias, optou-se por não desenvolver uma cronologia com mudanças pontuais nesses objetos, inclusive pelos limites que os documentos impõem. Espera-se ter contribuído com a construção de reflexões sobre ideias que circularam em torno desses objetos e relações entre sua confecção e (não) presença nas instituições educativas. Cabe lembrar, como ensinou Isabel Cristina Alves Frade

(2010), que se entende aqui que diferentes regiões e escolas podem ter se apropriado desses objetos de maneira diferente e que o processo de disseminação da cultura escrita precisa ser pensado também em outros espaços, para além da escola.

As referências a esses objetos presentes “entre seções” das Exposições Universais trazem indicativos disso, de uma cultura material que se constitui por meio de uma cultura manuscrita que se faz presente na sociedade, assim como pela produção de objetos para outros espaços, como o comércio e as casas das pessoas, por exemplo. Recorrer a jornais, visando perceber comercialização de artefatos de fábricas condecoradas em Exposições Universais no Brasil, foi algo que considero importante para a pesquisa, pois identificar a presença desses objetos em anúncios em circulação permitiu observar práticas de importação de artefatos da Europa e dos Estados Unidos da América por casas comerciais e representantes brasileiros.

A análise de Manuais e Dicionários Pedagógicos também foi uma estratégia adotada no decorrer da pesquisa, por compreender que poderiam ser representativos de ideias e discursos em circulação sobre os usos de instrumentos e acessórios de escrita. Conforme mencionado ao longo do trabalho, estudos desenvolvidos anteriormente por integrantes do grupo de pesquisa demonstraram que esses impressos, por serem responsáveis por subsidiar as práticas docentes, tiveram um importante papel na configuração e propagação de modos de ensinar e de definições relativas às materialidades escolares. Por meio desses documentos, percebeu-se que os artefatos realizavam alterações significativas nas rotinas de docentes e que a substituição e o “abandono” de um objeto não ocorreu concomitantemente em todos os lugares, sendo pauta de longas discussões entre educadores e comerciantes.

Os catálogos comerciais, por sua vez, por portarem discursos publicitários direcionaram os olhares para a dimensão do consumo e das estratégias adotadas por comerciantes e industriais em torno da comercialização de seus produtos. Entende-se que a incorporação de exigências pedagógicas e higiênicas na elaboração de seus artefatos foi fundamental no processo de construção de necessidades “universais” para a escola. Não por acaso, comerciantes e fabricantes utilizavam esses impressos como formas de contato com o Estado e com docentes, visando a venda dos artefatos, mas ao mesmo tempo como recursos que contribuía com a construção de imaginários sobre a necessidade de aquisição de instrumentos e acessórios de escrita, associando-lhes à qualidade da educação. A apresentação das tecnologias anunciadas como representações da modernização das salas de aula e, conseqüentemente, das nações que as utilizassem foi recorrente em ilustrações e discursos localizados em suas páginas.

As análises desse conjunto de fontes permitiram observar o quanto, ao longo das décadas pesquisadas, a indústria, articulada a discursos pedagógicos e higiênicos, vinculados em

eventos de porte internacional e em impressos em circulação, avançou em termos de conforto e praticidade nos objetos elaborados. Compreende-se que reclamações sobre atraso nos processos pedagógicos pela necessidade de aparar as pontas das penas, sobre machucados em estudantes que se cortavam com canivetes, avarias nos produtos, tampas de tinteiros que não fechavam, vidros que se rompiam, entre outros, assim como acúmulo de objetos sem uso nas escolas por má qualidade, foram alguns dos motivadores desses avanços, somado ao interesse do mercado em criar outras “necessidades” e, assim, estimular o consumo e o lucro.

No entanto, o cruzamento desses indicativos com informações presentes em documentos elaborados por autoridades públicas e do ensino catarinense, tais quais relatórios, ofícios e solicitações de professores, por exemplo, foi fundamental. Como se pode observar no decorrer do trabalho, apesar da criação dessas necessidades “universais” em torno de instrumentos e acessórios de escrita, há diversos elementos que indicam a tensão entre a retórica que edifica um projeto de escolarização e a materialização de tal projeto. A dificuldade de direcionar orçamento adequado para prover o fornecimento de materiais entendidos como fundamentais para que as aulas acontecessem, por exemplo, é um dos argumentos presentes nos discursos contidos nesses documentos, que ressaltam, entre outras questões, a importância de edifícios, mobília e materiais de qualidade, inclusive para resolver o problema da falta de frequência dos estudantes nas escolas.

Diante dessa tensão, que pressiona o Estado a fazer alterações e à escola e seus sujeitos a se movimentarem, observa-se a recorrência de menções a instrumentos e acessórios de escrita. Um dos elementos requeridos, anunciados como necessidades fundamentais para que a escolarização da infância fosse possível, o que, de certa maneira, contribui para que fizessem parte dos imaginários relacionados à essa instituição. A posse desses materiais, representaria uma das condições para o acesso à modernização escolar. Sua presença, portanto, passa a ter uma dimensão simbólica.

Não à toa, identificam-se os limites do Estado, assim como aparatos e estratégias legais para que o provimento desses materiais fosse possível a todas as crianças, inclusive aos “alunos pobres”, para quem os estados possuíam legislações que visavam a garantia do acesso que, sabe-se, não foi possível a todos. Cabe chamar atenção ainda para o fato de que um objeto de escrita, por si só, não constitui a necessidade universal de que se trata nessa tese, mas a reunião de um conjunto de objetos: instrumentos e acessórios considerados adequados, vinculados a uma boa mobília e a um edifício construído dentro de princípios entendidos como bons. Desse modo, essa compreensão fortalece a ideia de que as condições materiais têm relação direta com

as práticas realizadas nas escolas, mas não somente, envolvem diferentes setores e exigências, como as sanitárias, industriais, comerciais e pedagógicas, por exemplo.



# REFERÊNCIAS



## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874-1914). 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**, Porto Alegre v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012.
- BAÑUELOS, Aina Terrón. La higiene escolar: un campo de conocimiento disputado. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n 20, 2000, p. 73-94. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=81396>>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- BARBUY, Heloisa Maria Silveira. **A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BARRA, Valdeniza Lopes da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. 416p.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson no Brasil – Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). **História da Educação**. ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas (8):79 -109, set. 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa, Portugal: Edições 70. 1995.
- BRAGA, Rosa Maria Souza. **Caligrafia em pauta: a legitimação de Orminda Marques no campo educacional**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BRITO, Armando A. de Sousa. Os materiais na História da Escrita. **Ciência & Tecnologia dos Materiais**, Vol. 22, n.º 1/2, 2010.
- BRUNELLI, Marta. Posibles metodologías de trabajo histórico sobre la cultura material de la escuela: entre el material didáctico y los catálogos de enseñanza – primeiros resultados de una investigación em curso. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 93-118.
- CARDOSO DA SILVA, Carolina Ribeiro. "A justa medida do progresso dos alunos": avaliação escolar em manuais de Pedagogia da segunda metade do século XIX. (Tese – Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuales de pedagogía, materialidade de lo impreso y circulación de modelos pedagógicos en el Brasil. **Revista Colombiana de Educación**, v. 52, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4136/413635246006.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.) **Livro, Leitura e Leitor: perspectiva histórica**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

CASTRO Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A escola como vitrine: os objetos escolares nas Exposições do Trabalho no Maranhão Império. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. p. 269-300. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).

CASTRO Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Os artefatos culturais na Escola Modelo Benedito Leite. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS). São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed. 2013. p. 179-200.

CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS). São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed. 2013.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, 10(20), jul./dez., 1996. P. 115-130. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928/842>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. Manuais pedagógicos. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=109>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CHARTIER, Anne-Marie. Les illetrés de Jules Ferry: réflexions sur la scolarisations de l'écrit entre XIX e XX siècle. **Illetrisme**: variations historiques et antropogiques. Ecritures IV. Centre Georges Pompidou, 1993.

CHARTIER, Anne-Marie. **Práticas de leitura e escrita**: história e atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CORDEIRO, Andréa Bezerra; FRANÇA, Franciele Ferreira. As palavras dos professores e as coisas da escola: materialidade escolar, mobília e fazeres docentes entre os séculos XIX e XX. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v13n3p94-112>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CORDEIRO, Andréa Bezerra; GARCIA, Gecia Aline; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza; KANAZAWA, Julia Naomi (Orgs.). **A teia das coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede [recurso eletrônico]. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021. Disponível em: <<https://nepie.ufpr.br/e-book-a-teia-das-coisas-cultura-material-escolar-e-pesquisa-em-rede/>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

DITTRICH, Klaus. As exposições universais como mídia para a circulação transnacional de saberes sobre o ensino primário na segunda metade do século 19. **Hist. Educ.** Porto Alegre, v. 17, n. 41, set./dez. 2013. p. 213-234.

DUBOIS, Patrick. Buisson (B). In: \_\_\_\_\_. **Le dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire de Ferdinand Buisson**: répertoire biographique des auteurs. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 2002. p. 46-47. Disponível em: <[www.persee.fr/doc/inrp\\_0000-0000\\_2002\\_ant\\_17\\_1\\_7603](http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2002_ant_17_1_7603)>. Acesso em: 01 fev. 2022.

DUBOIS, Patrick. Le Dictionnaire de F. Buisson et ses auteurs (1878-1887). **Histoire de l'éducation**, n. 85, 2000, p. 25-47. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/histoire-education/1233>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

DUBOIS, Patrick. O Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire de F. Buisson (1878-1887 e 1911) Bíblia da escola republicana. **História da Educação**. ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas (9):59 – 76, abr. 2001.

ESCOLANO BENITO, Agustín. De las cosas a las palabras. Tramas y redes em las materialidades de la escuela. In: CORDEIRO, Andréa Bezerra et al (Orgs.). **A Teia das Coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021. p. 10-17. Disponível em: <<https://nepie.ufpr.br/e-book-a-teia-das-coisas-cultura-material-escolar-e-pesquisa-em-rede/>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ESCOLANO BENITO, Agustín. El manual como texto. **Pro-Posições**, Campinas/São Paulo, v. 23, n 3 [set./dez.], 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/03.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Etnohistória e a cultura material da escola: a educação nas Exposições Universais. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: EDUFES, 2018. p. 93-118.

ESCOLANO BENITO, Augustin. El manual escolar y la cultura profesional de los docentes. **Revista Tendencias Pedagógicas**, Universidad Autonoma de Madrid, n. 14, 2009.

Disponível em:

<[https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/4675/31041\\_2009\\_14\\_12.pdf?sequence=](https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/4675/31041_2009_14_12.pdf?sequence=)>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ESTEBAN, Leon. Los catalogos de libreria y material de ensenanza como fuente iconografica y literario-escolar. **História da Educação**, v. 16, 1997, p. 17-46. Disponível em: <<https://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10526/10940>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FISCHER, Stever Roger. **História da Escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FORTUNATO, Natália. **Ensinar a ler e a escrever**: saberes inscritos em manuais pedagógicos (Santa Catarina 1856-1892). 2017. 158fls. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Alfabetização, escolarização e cultura escrita em Minas Gerais no século XIX. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 249-278.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Materiais utilizados para ensinar a ler e escrever no Brasil: significados e pragmática (1840-1960). In: CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Livro, Leitura e Leitor: perspectiva histórica**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Suportes, instrumentos e textos de alunos e professores em Minas Gerais: indicações sobre usos da cultura escrita nas escolas no final do século XIX e início do século XX. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 29, set./dez. 2009.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 297-334, jan./abr. 2016.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Cultura escrita em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República** – vol. 3: República. Minas Gerais: EDUFU, 2019. p. 21-53.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GASPAR DA SILVA, CARDOSO DA SILVA, Carolina Ribeiro; MACHADO, Suzana. Leituras recomendadas: manuais pedagógicos na formação de professores do Ensino Primário. In: CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Livro, Leitura e Leitor: perspectiva histórica**. São Luiz: Café & Lápis; EDUFMA, 2016, p. 379-399.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, 2013. p. 207-233.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da Escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar** (Santa Catarina - Séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SCAGLIOLA, Gabriel. Museu Pedagógico José Pedro Varela: expressando uma comunidade de aspirações! **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, vol. 8, n. 16, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/25135/24168>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da Profissão Docente: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São**

Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. 2004. 333fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de. Historical perspective of material school culture: theoretical and methodological possibilities. **History of Education & Children's Literature**, v. XV / 2, p. 49-60, 2020.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de. Objetos de Utilidade Prática para o Ensino Elementar: museus pedagógicos e escolares em debate. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 119-142.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 269-300. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; v. 14).

GONDRA, José Gonçalves. **A emergência da escola**. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & Educação**, 2, 1990. p. 65-110.

HÉBRARD, Jean. A lição e o exercício: algumas reflexões sobre a história das práticas escolares de leitura e escrita. **Educação**, Santa Maria, 32 (01), 2007. p. 11-20.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – Séculos XIX e XX) In: **Revista Brasileira de História da Educação**. v.1, n.1, jan./jun, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38753>> Acesso em: 30 mai. 2018.

HEITLINGER, Paulo. **Cálamo**. Glossário digital, 2013. Disponível em: <<http://www.tipografos.net/glossario/calamo.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

KINCHECKI, Ana Paula de Souza. **É preciso fazer por merecer: representações docentes sobre o “ser aluno” (Santa Catarina, 1940-1970)**. 2015. 226f. Dissertação. (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

KINCHECKI, Ana Paula de Souza; FERBER, Luiza Pinheiro; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Entre luvas, máscaras e trinchas: organização do acervo documental da Escola de Educação Básica Lauro Müller. In: PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **Educar em tempos e espaços que se cruzam: ruas, escolas, museus e arquivos**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017, v. 1, p. 223-238.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAWN, Martin. A materialidade dinâmica na educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p. 341-366.

LIZ SOUZA, Luani de. **O cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa: uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910-1960)**. 429 p., 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina/UFSC – Florianópolis/SC.

MACHADO, Benedito Fialho. O expert da reestruturação do Ensino no Pará (1890). **Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, ano 15, número 34, 2020, p. 9-29.

MACHADO, Suzana Grimaldi. **Da boa distribuição do tempo às fases da vida educativa: organização do tempo escolar em manuais pedagógicos (Santa Catarina - 1856 a 1911)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

MONKS, Joseane Cruz. **Do artesanal ao digital: uma genealogia dos meios de produção e reprodução de folhinhas de atividades em cadernos de alunos**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/FaE, Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas.

MORENO-MARTINEZ, Pedro Luis; SEBASTIAN VICENTE, Ana. Los catalogos de material de ensenanza y la cultura material de la escuela. La coleccion del Centro de Estudios sobre la Memoria Educativa (CEME) de la Universidad de Murcia. In: **Libro de Actas do III Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico y V Jornadas Científicas de la Sociedad Española para el Estudio del Patrimonio Histórico Educativo**. Universidad de Murcia, 2012. p. 293-309. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10201/91885>>. Acesso em: 01 fev 2022.

NÓVOA, António. **Evidentemente**. Porto: Edições ASA, 2005.

NÓVOA, António. Modèles d'analyse en Éducation Comparée: Le Champ et la Carte. 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/676>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

PERES, Eliane. MICHEL, Caroline Braga. Fornecimento de materiais escolares às escolas públicas do Rio Grande do Sul (1882-1913). **Reflexão e Ação**, v. 27, n. 3, p. 07-23, 3 set. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/13643>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PERES, Eliane Teresinha; RAMIL, Chris de Azevedo. A constituição dos acervos do Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares e sua contribuição para as investigações em educação. **His. Educ. (online)**. Porto Alegre, v. 19, n. 47, set./dez. 2015. p. 297-311. Disponível em: <seer.ufrgs.br/asphe/article/view/57961/pdf\_105>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 91-114.

RIAL, Carmen. SILVA, Sandra Rubia; SOUZA, Angela Maria. Prefácio – Consumo e cultura material: um campo de estudos em expansão. In: \_\_\_\_ (Orgs.). **Consumo e cultura material: perspectivas etnográficas**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Higienismo e cultura material escolar: notas sobre a invenção dos objetos e de suas funções. In: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; SOUZA, Gizele de; CASTRO, Cesar Augusto (orgs.). **Cultura material em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. p.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. “Indispensáveis em todas as escolas”: uma incursão no mundo dos objetos escolares. **Educar em Revista**, v. 35, p. 95-118, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/67775>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RUGONI de SOUSA, Gustavo. **A (re)invenção do mobiliário escolar: entre saberes pedagógicos, higienistas e econômicos (1851-1889)**. (Tese - Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RUGONI de SOUSA, Gustavo. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952)**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área: História e Historiografia da Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RUGONI de SOUSA, Gustavo; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. “O mais novo! O mais bonito! O melhor!”: os objetos da escola em catálogos comerciais. In: CORDEIRO, Andréa et al. (Orgs.). **A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede**. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021. p. 98-114. Disponível em: <https://nepie.ufpr.br/e-book-a-teia-das-coisas-cultura-material-escolar-e-pesquisa-em-rede/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

SAMPSON, Geoffrey. **Sistemas de escrita: tipologia, história e psicologia**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SCARAVELLI, Hiassana. **Objetos à venda: indícios da comercialização de materiais escolares em jornais catarinenses (1908-1921)**. 196 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2016.



SCHRIEWER, Jürgen. Estados-modelo e sociedades de referência: externalização em processos de modernização. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola**: Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia. Lisboa: Educa, 2000. p. 103-120.

SCHÜEROFF, Dilce. **Instruir, medir, difundir**: expansão da instrução pública primária catarinense (1870-1910). 176fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2021.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos**: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). 2005. 389 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30012013-135022/>>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

SOUZA, Gizele; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Negócios combinados: modos de prover a escola pública primária (em fins do século XIX e início do XX). **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 31-50, jul./ago, 2019.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. 292 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo. 2015.

SOUZA, Luani de Liz. **O cinematógrafo entre os olhos de Hórus e Medusa**: uma memorabilia da educação escolar brasileira (1910-1960). 2016.; 429 p. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. In: CASTRO, Cesar Augusto (2013). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed. 2013.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Da sensibilidade das mãos à harmonia da escrita: memórias, artefatos e gestos da caligrafia na história da educação. In: TRINCHÃO, Glaucia Maria Costa (Org.). **Do desenho das belas letras à livre expressão no desenho da escrita**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 109-153.

TEIVE, Gladys Mari Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”** cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIXEIRA JÚNIOR, Oscar. **Representações e apropriações docentes do método intuitivo na educação paulista da Primeira República (1890-1920)**. Campinas, SP, 2011.

TREVISAN, Thabata Aline; PEREIRA, Bárbara Cortella. Leituras recomendadas para as Escolas Normais no Brasil e na França (século XIX): transferências culturais e de modelos pedagógicos. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 223-237, janeiro-junho, 2013. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/315/604>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

TRINCHÃO, Glaucia Maria Costa (Org.). **Do desenho das belas letras à livre expressão no desenho da escrita**. Salvador: EDUFBA, 2012. (Tese – Doutorado em Educação), Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011.

UEKANE, Marina Natsume. **Instrutores da milícia cidadã: a Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889)**. Rio de Janeiro: Uerj, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2006\\_1-203-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-203-ME.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009. p. 37-54.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 126-140, Jan. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 jul. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia (orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves; GASPARD DA SILVA, Vera Lucia. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2 ed, 2013. p. 19-41.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La enseñanza de la lectura y la escritura: análisis socio-histórico. **Anales de Documentación**, n.º 5, 2002, p. 345-359. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=236989>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Cadernos à vista: memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

ZONIN, Sélia Ana. **A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)**. 2017. 107fl. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina.

## FONTES

A. G. WHITCOMB. **Illustration of improved School Furniture, manufactured by A. G. Whitcomb and for sale at his ware-house.** Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1875. Disponível em: Internet Archive.

ALMANAK PARA. **Almanak Administrativo, mercantil e industrial.** 1ed, Pará, 1869. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>>.

ALMANAK PARA. **Almanak Administrativo, mercantil e industrial, 1** ed, Pará, 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

ALMANAK LAEMMERT. **Administrativo, Mercantil e Industrial.** Ed. 49. Rio de Janeiro: 1892 Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

ANNUAIRE. **Almanach du commerce de l'industrie, de la magistrature et de l'administration:** ou almanach des 500.000 adresses de Paris, des départements et des pays étrangers. Paris: 1887. Acervo: Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <[gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr)>.

BERGER, B. **Plumes.** In: BUISSON, Ferdinand. **Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., 1888, Partie 1, Tome II.

BOSTON SCHOOL FURNITURE. **Illustrated catalogue of the Boston School Furniture manufactory.** Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1870. Disponível em: Internet Archive.

BROUET, **Plumes.** In: BUISSON, Ferdinand. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., Parte II, Tomo I, 1911.

BUISSON, Ferdinand. **Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., Partie 1, Tome I, 1887.

BUISSON, Ferdinand. **Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., Partie 1, Tome II, 1888.

BUISSON, Ferdinand. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., Parte I, Tomo I, 1911.

BUISSON, Ferdinand. **Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire.** Paris: Librairie Hachette et Cie., Parte I, Tomo II, 1911.

BUISSON, Ferdinand. **Rapport sur l'Instruction Primaire à l'Exposition Universelle de Vienne em 1873.** Paris: Imprimerie Nationale, 1875.

BUISSON, Ferdinand. **Rapport sur l'Instruction primaire à l'Exposition Universelle de Philadelphie em 1876.** Paris: Imprimerie Nationale, 1879.

BUISSON, M. B. Groupe II. Éducation et enseignement, matériel et procédés des arts libéraux. Classes 6, 7, 8, et 6-7-8. Enseignement Technique. Classe 6 – Éducation de l'enfant – Enseignement primaire – Enseignement des Adultes: Rapport du Jury International. In: PICARD, M. Alfred (Org.). **Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris**. Rapports du jury international. Paris: Imprimerie nationale, 1891. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <<http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE348.4>>.

CHARBONNEAU, Michel. **Cours Théorique et Pratique de Pédagogie**. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1885. Disponível em: Internet Archive.

CHEVALIER, M. Michel. (Org.). **Rapports des membres de la section française du jury international sur l'ensemble del'exposition** – Tome 6°. Paris: Imprimerie et Libraire Centrales de Chemins de Fer, 1862. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <[http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114\\_6](http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114_6)>.

COMMERCIO DE JOINVILLE. **Collegio Municipal**. Anno III. Joinville, 29 de Dezembro de 1907. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>>.

DALIGAULT, Jean-Baptiste. **Cours pratique de Pédagogie, destiné aux élèves-maîtres des écoles normales primaires et aux instituteurs en exercice**. Paris: Dezobry et E. Magdeleine, Libr. Éditeurs, 1851. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

DALIGAULT, Jean Baptiste. **Curso Pratico de Pedagogia**. Tradução de Franc de Paulicéia Marques de Carvalho. Desterro: Typografia Ribeiro & Caminha, 2. ed.,1870. Acervo: Biblioteca Central UFSC. Disponível em: <<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>.

DELAGRAVE. **Mobilier scolaire et Matériel d'enseignement**. Paris, França, 1900. Disponível em: Centro de Documentación e Investigación - Museo Pedagógico "José Pedro Varela", Montevideo, Uruguai.

DELAGRAVE. **Règlement pour la Construction et l'ameublement des maisons d'école**. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1881. Acervo: FEUSP. Coleção "Paulo Bourroul".

DEYROLLE. **Mobilier scolaire. Matériel d'enseignement**. Catalogues. Paris, França, 1898. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

DIÁRIO DE BELÉM. **Folha política, noticiosa e comercial**. Ano II, n. 181, Belém, 1869. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>>.

DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Paris: Typographie Lahure, 1872. 1211p. DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873a. v. 1, 806p.

DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1873a. v. 2, 798p.

DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886a. v. 1, 1016p.

DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886b. v. 2, 910p.

DICCIONARIO Universal de Educação e Ensino. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron - Casa Editora Lugan & Genelioux, sucessores, 1886c. v. 3, 920p.

EDME-SAINT, M. Classe 29. Matériel de l'Enseignement élémentaire. In: LABOULAYE, Charles (Org.). **Annales du Conservatoire Impérial des Arts et Métiers publiées par les Professeurs**. Tome Troisième. Paris: Libraire Scientifique, industrielle et agricole; Eugène Lacroix Éditeur, 1862.p. 276-288. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <<http://cnum.cnam.fr/redir?8KU54-1.3>>.

EDWARD E. BABB & CO. **Illustrated Catalogue of School Supplies**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1898. Disponível em: Internet Archive.

EXPOSITION UNIVERSELLE. Rapport de l'administration de la commission impériale sur la section française de l'exposition universelle de 1862. Suivi de documents statistiques et officiels et de la liste des exposants récompensés. Paris: Imprimerie de J. Claye, 1864. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique <<http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE131>>.

FLANDIN, M. Observations générales. – Législation spéciale. In: CHEVALIER, M. Michel. (Org.). **Rapports des membres de la section française du jury international sur l'ensemble del'exposition** – Tome 6°. Paris: Imprimerie et Libraire Centrales de Chemins de Fer, 1862. p. 3-15. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique: <[http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114\\_6](http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114_6)>.

GALIGNANI'S MESSENGER. **The great London Exhibition 1851 Awards**. 1851. Disponível em: gallica.bnf.fr.

GEO & C. W. SHERWOOD. **Catalogue of school furniture**. Chicago, Illinois, Estado Unidos da América, 1864. Disponível em: Internet Archive.

HODGINS, J. George. **Special report to the honourable the Minister of Education on the Ontario Educational Exhibit, and the educational features of the International Exhibition, at Philadelphia**, 1876. Toronto: Hunter, Rose & Co., 1877. Disponível em: <http://www.archive.org/details/specialreporttoh00ontauoft>

J. A. BANCROFT & CO. **Illustrated catalogue of school merchandise, furniture, Apparatus, Charts, & Co**. Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1870. Disponível em: Internet Archive.

J. A. BANCROFT. **The Penn's School Furnishing**. Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive.

J. C. BROOKE. **Catalogue Church, school, hall furniture**. Cincinnati, Ohio, Estado Unidos da América, 1884. Disponível em: Internet Archive.

JOHN MITCHELL. **John Mitchell's celebrated Steel Pens**. Inglaterra. 19\_\_\_. Disponível em: Grupo + Plumas, Acervo de Roberto Morassi.

JORNAL DO COMMERCIO. **Thesouro do Estado**: objectos de escripta ás escolas publicas. Anno X. Desterro, 12 de janeiro de 1890. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>>.

JORNAL DO RECIFE. Ano VII. Recife, 1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

JOSEPH DIXON CRUCIBLE COMPANY. **Dixon "Ti-com-der-oga"**: na extraordinary five cent pencil. New Jersey City, Estados Unidos da América, 1927. Anúncio. Disponível em: Internet Archive.

JOSEPH GILLOT & SONS LTD. **Illustrated Catalogue of Joseph Gillott's pens, Ec**. Inglaterra, 19\_\_\_. Disponível em: Grupo + Plumas, Acervo de Roberto Morassi.

JOSEPH L. ROSS. Joseph L. **Ross's Illustrated Catalogue of Improved School, Church, and Vestry Furniture**. Boston, Massachusetts, Estado Unidos da América, 1872. Disponível em: Internet Archive.

LABOULAYE, Charles (Org.). **Annales du Conservatoire Impérial des Arts et Métiers publiées par les Professeurs**. Tome Troisième. Paris: Librairie Scientifique, industrielle et agricole; Eugène Lacroix Éditeur, 1862. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <<http://cnum.cnam.fr/redir?8KU54-1.3>>.

LE PLAY, Frédéric et al. **Travaux de la comission française sur l'industrie des nations publiés par ordre de l'Empereur**. Tome VI. Paris: Imprimerie impériale, 1854. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <[http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114\\_6](http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114_6)>.

MALGRAS, M. De L'organisation Matérielle des écoles. In: EXPOSITION UNIVERSELLE. **Conférences pédagogiques faites à la Sorbonne aux instituteurs primaires vênus à Paris pour l'Exposition Universelle de 1867**. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1868. p. 155-170.

MCCLEES & WARREN. **School Merchandise**. Maps, Globes, Black-Boards, & Co. Filadélfia, Pensilvânia, Estado Unidos da América, 1890. Disponível em: Internet Archive.

MEJIA, Luis Restrepo; MEJIA, Martin Restrepo. **Elementos de Pedagogia**. Bogotá: Imprensa de Vapor de Zalamea Hermanos. 1888. Disponível em: Internet Archive.

O CRUZEIRO DO SUL. **Jornal d' D'instrução Pública, Litterario e Noticioso**. n. 50, Desterro, 1858. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

O CRUZEIRO DO SUL. **Jornal d' D'instrução Pública, Litterario e Noticioso**. n. 92, Desterro, 1859. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

P. GARCET & NISIUS. **Mobilier scolaire**. Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil. Paris, França, 1882. Disponível em: Biblioteca Nacional da França.

PARKER PEN COMPANY. **Parker:** Lucky curve fountain pen. Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1911, Anúncio. Disponível em: Internet Archive.

PASSALACQUA, Camillo. **Pedagogia e Methodologia:** theorica e pratica. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. Acervo: LEMAD - Laboratório de Ensino e Material Didático, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/4745>>.

PICARD, M. Alfred (Org.). **Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris.** Rapports du jury international. Paris: Imprimerie nationale, 1891. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE348.4>

PONTES, Antonio Marciano da Silva. **Compêndio de Pedagogia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Fluminense, 1881. Acervo: Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro.

POMPÉ, Philibert. L'Exposition Universelle de 1867. In: EXPOSITION UNIVERSELLE. **Conférences pédagogiques faites à la Sorbonne aux instituteurs primaires vênus à Paris pour l'Exposition Universelle de 1867.** Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1868. p. 5-17.

RAOULX, J. J. Rapport sur l'Exposition Universelle de 1878 (Éducation & Enseignement). Marseille: Imprimerie Blanc & Bernard, 1880. Disponível em: Bliothèque Nationale de France. [Gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr)

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 80, São Luis, 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 87, São Luis, 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 92, São Luis, 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 94, São Luis, 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 111, São Luis, 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diarian.** Anno XXV, n. 112, São Luis, 1866

PUBLICADOR MARANHENSE. **O Publicador Maranhense, folha Official e diaria.** Anno XXV, n. 113, São Luis, 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

RAOULX, J. J. Rapport sur l'Exposition Universelle de 1878 (Éducation & Enseignement). Marseille: Imprimerie Blanc & Bernard, 1880. Disponível em: Bliothèque Nationale de France. [Gallica.bnf.fr](http://gallica.bnf.fr)

RAPET, M. Situation de l'Enseignement chez les diverses nations représentées à l'Exposition – Matériel scolaire, par M Rapet, inspecteur général de l'enseignement primaire. In: CHEVALIER, M. Michel. (Org.). **Rapports des membres de la section française du jury international sur l'ensemble del'exposition** – Tome 6°. Paris: Imprimerie et Libraire Centrales de Chemins de Fer, 1862. p. 16-78 Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. [http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114\\_6](http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE114_6)

RAPPORTS. Exposition universelle de Vienne en 1873. **Rapports. Tome I.** Paris: Imprimerie Nationale, 1875. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers Conservatoire numérique, <http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE186.1>

RENDU, Ambroise. **Cours de pédagogie, ou Principes d'éducation publique à usage des élèves des écoles normales et des instituteurs primaires.** 5. ed. Paris: Garnier-Frères Éditeurs, 1858.

RIO DE JANEIRO. **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1893. Acervo: Hemeroteca Nacional Digital.

SANJUÁN, Pilar Pascual; CUSÍ, Jaime Viñas. **La Educación de la mujer: Tratado de Pedagogía para las maestras de primera enseñanza y aspirantes al magisterio.** Barcelona: Librería de Antonio J. Bastinos, 1896. Disponível em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000244361&page=1> Acesso em: 18 jan. 2021

SANTA CATARINA. **Anexo 4. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa...** em 11 de outubro de 1887. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=instruc%C3%A7%C3%A3o&item\\_id=5286#?h=instruc%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=89&s=0&cv=96&r=0&xywh=-62%2C0%2C1979%2C2874](http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=instruc%C3%A7%C3%A3o&item_id=5286#?h=instruc%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=89&s=0&cv=96&r=0&xywh=-62%2C0%2C1979%2C2874)>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANTA CATARINA. **Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial...** em 21 de março de 1875. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=alumnos%20pobres&item\\_id=5276#?h=alumnos%20pobres&c=4&m=63&s=0&cv=64&r=0&xywh=-226%2C28%2C2267%2C1599](http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=alumnos%20pobres&item_id=5276#?h=alumnos%20pobres&c=4&m=63&s=0&cv=64&r=0&xywh=-226%2C28%2C2267%2C1599)>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANTA CATARINA. **Falla que o presidente da província...** em 1º de março de 1850. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=tinta&item\\_id=5252#?h=tinta&c=4&m=18&s=0&cv=8&r=0&xywh=-89%2C104%2C2213%2C2644](http://ddsnext.crl.edu/titles/189?terms=tinta&item_id=5252#?h=tinta&c=4&m=18&s=0&cv=8&r=0&xywh=-89%2C104%2C2213%2C2644)>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina,** 1855. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina,** 1860. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina,** 1861. APESC.



SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1863. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1869. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1881. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1882. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1885. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1890. APESC.

SANTA CATARINA. **Ofícios Expedidos pela Diretoria de Instrução Pública de Santa Catarina**, 1896. APESC.

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da província de Santa Catharina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, dr. Francisco José da Rocha**, em 21 de julho de 1886. Disponível em:

<[http://ddsnnext.crl.edu/titles/189?terms=exposi%C3%A7%C3%A3o&item\\_id=5285#?h=exposi%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=88&s=0&cv=209&r=0&xywh=-1131%2C-1%2C3989%2C2808](http://ddsnnext.crl.edu/titles/189?terms=exposi%C3%A7%C3%A3o&item_id=5285#?h=exposi%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=88&s=0&cv=209&r=0&xywh=-1131%2C-1%2C3989%2C2808)>.

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha**, em 11 de outubro de 1887. Disponível em:

<[http://ddsnnext.crl.edu/titles/189?terms=instruc%C3%A7%C3%A3o&item\\_id=5286#?h=instruc%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=89&s=0&cv=96&r=0&xywh=-62%2C0%2C1979%2C2874](http://ddsnnext.crl.edu/titles/189?terms=instruc%C3%A7%C3%A3o&item_id=5286#?h=instruc%C3%A7%C3%A3o&c=4&m=89&s=0&cv=96&r=0&xywh=-62%2C0%2C1979%2C2874)>.

SAUVESTRE. **38º remessa da publicação internacional autorizada pela Comissão Imperial**, intitulada L'Exposition Universelle de 1867 illustrée. França, 1867.

SOSSET, M. Groupe 1: Éducation et Enseignement – Matériel et procédés des arts libéraux. – Composition du Jury du Groupe. Classe 1 – Éducation de l'enfant – Enseignement primaire – Enseignement des adultes – Composition du Jury. In: **EXPOSITION UNIVERSELLE D'ANVERS 1885**: Rapports des membres du jury international des recompenses. Tome 1. Bruxelles: Typographie Alfred Vromant, 1886-87. Disponível em: Conservatoire national des arts et métiers, Conservatoire numérique. <http://cnum.cnam.fr/redir?8XAE322.1>

STERLING SCHOOL FURNITURE. **Price of School, Church, Court House, and Office Furniture, to accompany the Illustrated circular of the steling school furniture Co.** Albany, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1875. Disponível em: Internet Archive.

THE INTERNATIONAL EXHIBITION OF 1862: **The Illustrated Catalogue of the Industrial Department. British Division**, Vol. II. (s/d) Disponível em: Internet Archive

THE NATIONAL SCHOOL FURNITURE. **Illustrated catalogue of new and improved styles of school and church furniture and school apparatus**. Nova Iorque, Nova Iorque e Chicago, Illinois, Estado Unidos da América. 1872. Disponível em: Internet Archive.

UNION SCHOOL FURNITURE. **Descriptive Catalogue of School Furniture and Supplies**. Battle Creek, Michigan, Estado Unidos da América, 1893. Disponível em: Internet Archive.

W. A. CHOATE & CO. **Furniture School, Church, Hall, Office, Opera, Lodge – School Supplies**. Albany, Nova Iorque, Estados Unidos da América, 1890. Disponível em: Internet Archive.